UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CAMILO PEREIRA CARNEIRO FILHO

PROCESSOS DE TRANSFRONTEIRIZAÇÃO NA BACIA DO PRATA: A TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI

PORTO ALEGRE
2013

CAMILO PEREIRA CARNEIRO FILHO

PROCESSOS DE TRANSFRONTEIRIZAÇÃO NA BACIA DO PRATA: A TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. AldomarRückert.

PORTO ALEGRE

2013

CAMILO PEREIRA CARNEIRO FILHO

PROCESSOS DE TRANSFRONTEIRIZAÇÃO NA BACIA DO PRATA: A TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Data de defesa: 25 de outubro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Aldomar A. Rückert (POSGEA/UFRGS) – Orientador

Prof. Dr. Jadson Porto (MIDR/UNIFAP)

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini (PPGEEI/UFRGS)

Profª. Dra. Maria Izabel Mallmann (PPG Ciências Sociais/PUCRS)

Profª. Dra. Rosa Medeiros (POSGEA/UFRGS)

CARNEIRO Filho, Camilo Pereira. Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai – Porto Alegre: UFRGS/Posgea, 2013. (254 pg.).

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2013.

1. Tríplice Fronteira. 2. Transfronteirização. 3. Bacia do Prata. 4. Região transfronteiriça. 5. Foz do Iguaçu

AGRADECIMENTOS

À minha família, principalmente aos meus pais, Camilo e Maria Cecília, que financiaram minha sobrevivência digna em terras gaúchas e francesas e confiaram em mim nessas empreitadas.

À minha avó Cecília e ao meu avô Camillo (*in memoriam*).

À minha mulher, Karen Fay, pelo apoio, amor, companhia e paciência.

Ao meu orientador, professor Aldomar Rückert, por ter aberto as portas da UFRGS a mim, por ter possibilitado minha experiência de estudar e viver na Europa, por sua indispensável orientação, e também por sua amizade e confiança.

Ao professor Jadson Porto, que me apoiou inúmeras vezes no decorrer do doutorado, inclusive garantindo o apoio financeiro junto à CAPES.

À CAPES, que financiou meu doutorado sanduíche na França e que através do Programa Pró-Defesa me proporcionou uma bolsa de doutorado, além de ter custeado o curso de ArcGis que me capacitou a fazer os mapas para a pesquisa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Ao professor Yann Richard, que me orientou em Paris, na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, entre novembro de 2011 e maio de 2012.

Ao professor Gutemberg Vilhena, um grande amigo e um excelente geógrafo, pela contribuição fundamental em momentos importantes de minha pesquisa.

Aos meus colegas da UFRGS, que se tornaram meus grandes amigos ao longo do doutorado: Vinicius Moreira, Lucas Panitz, Cristiane Gretzler, Franklyn Brito, Paulo Roberto Abreu, Maxmiliano Ganssen, Karen Roberta Soares, Evelin Biondo e Elmer Agostinho de Matos.

À professora Letícia Oliveira, que me ensinou a elaborar mapas de qualidade, com apoio da CAPES/Edital Pró-Defesa.

Ao professor Laurindo Guasselli e sua equipe – Guilherme, Cecília, Tássia, João, Carlos Renato, Pablo, Renata e Fabiana – pela companhia e pela amizade, que fizeram meu trabalho ser menos pesado.

À professora Lia Osório Machado, que além de ter sido minha orientadora no mestrado, me apresentou o professor Aldomar.

Ao professor Cloves de Bittencourt Dotori, meu primeiro grande mestre, responsável por eu ter escolhido trilhar os caminhos da Geografia.

À professora Maria Lúcia Abreu, que me ensinou a gostar de Geografia na época do colégio, quando eu ainda era uma criança.

Ao professor Raúl Enrique Rojo, pelas fantásticasaulas de Geopolítica dos Conflitos Internacionais.

Aos meus antigos professores da PUC-Rio, Augusto, César, João Rua, Rita e Josafá.

Aos meus amigos Maurício Moreno, André Martinho, José Roberto Coccorese, José Eduardo Figueiredo, Marcelo Casimiro, Marcus Montes, Luiz Henrique Cunha e Fabio Fortes.

Aos meus colegas de orientação, Bruno Lemos, Christiano Santos e Eduarda Scheibe.

RESUMO

A presente pesquisa constitui uma abordagem acerca dos processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Inicialmente buscou-se identificar os atores e os novos usos do território, bem como o papel das regiões transfronteiriças dentro dos blocos regionais de comércio na América do Sul e na Europa. Com o intuito de aproveitar a experiência europeia no âmbito das políticas para regiões transfronteiriças, foram analisadas as iniciativas de integração e foi realizado um trabalho de campo na Grande Région, cujos resultados serviram para a composição de um capítulo da pesquisa. No decorrer da pesquisa também foram analisados a importância das infraestruturas viárias, energéticas e de telecomunicações, o papel do turismo, as diferentes iniciativas de cooperação e interação na Tríplice Fronteira, bem como os efeitos negativos da transfronteirização. Os atores e os processos de transfronteirização foram relatados através de coremas e mapas elaborados para a pesquisa. Os elementos elencados serviram para embasar a ideia de que está surgindo uma região transfronteiriça no coração da Bacia do Prata.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira; Transfronteirização; Bacia do Prata; Foz do Iguaçu; MERCOSUL.

RÉSUMÉ

Cette recherche est une approche sur les processus transfrontaliers dans la Triple FrontièreBrésil-Argentine-Paraguay. Initialement nous avons cherché à identifier les acteurs et les nouveaux usages du territoire, ainsi que le rôle des régions transfrontalières au sein des blocs commerciaux régionaux en Amérique du Sud et en Europe. Afin de utiliser l'expérience européenne dans les politiques pour les régions frontalières, on a analysés les initiatives d'intégration dans l'Union européenne et un travail de terrain dans la Grande Région a été réalisé, dont les résultats ont été utilisés pour la composition d'un chapitre de la recherche. Au cours du present étude l'importance de l'infrastructure routière, l'énergie et les télécommunications, le rôle du tourisme, les diverses initiatives de coopération et d'interaction dans le Triple Frontière, ainsi que les effets négatifs desprocessus transfrontaliersont été également analysé. Dans la recherche, les acteurs et les processus transfrontaliers ont été signalées par des coremas et des cartes. Les éléments énumérés ont servi à soutenir l'idée que actuellement une régiontransfrontalière se dessine au cœur du bassin de La Plata.

Mots-clés: Triple Frontière; processus transfrontalier; bassin du Río de la Plata; Foz do Iguaçu, Mercosur.

ABSTRACT

This research is an approach to cross-border processes in the Tri-Border Area, between Brazil, Argentina and Paraguay. Initially we sought to identify the actors, the new land uses and the role of cross-border regions within regional trading blocs in South America and Europe. To take advantage of the European experience in policies for border regions, we analyzed the integration initiatives in the European Union and a fieldwork in the *Grande Région* was conducted. The results of the fieldwork were used to compose a chapter of the research. In the present study the importance of road infrastructure, energy and telecommunications, the role of tourism, initiatives of cooperation and interaction in Tri-Border Area, as well as the negative effects of cross-border processes were also analyzed. In the present research, actors and border processes have been reported by graphic schemes and maps. The items listed were used to support the idea that, presently, a cross-border region is emerging in the heart of *La Plata* Basin.

Keywords: TBA, cross-border process, *La Plata* basin, Foz do Iguacu, Mercosur.

LISTA DE SIGLAS

ABTI – Associação Brasileira de Transportadores Internacionais

AFIP – *Administración Federal de IngresosPublicos*

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALF – Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

APN – Administración de Parques Nacionales

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAF – *Corporación Andina de Fomento*

CAN – *Comunidad Andina*

CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações

CEPAL – *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*

CIF – Consórcio Intermunicipal de Fronteira

CODEFOZ – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

COSIPLAN – Conselho de Infraestrutura e Planejamento

CSSF – *Commission de Surveillance du Secteur Financier*

DGEEC – *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos*

DINAC – *Dirección Nacional de Aeronáutica Civil*

DRF – Delegacia da Receita Federal

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FHC – Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil)

FOCEM – Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL

FOZTUR – Foz do Iguaçu Turismo S/A

FRD – *Federal Research Division* (Divisão Federal de Pesquisas dos EUA)

FSTF– Fórum Social da Tríplice Fronteira

GATT – *GeneralAgreementonTariffsand Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)

GECT – *GroupementEuropéen de CoopérationTerritoriale* (Grupo Europeu de Cooperação Territorial)

GEIE – Grupo Europeu de Interesse Econômico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCA – *International Congress and Convention Association*

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

INDEC – *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos*

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INTERREG IVC – *InterregionalCooperation* (Programa de Cooperação Interregional da União Europeia, 4ª edição)

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIDR/UNIFAP –Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAFTA – *North American Free Trade Agreement* (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)

OMC – Organização Mundial do Comércio

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento (segunda fase)

PEIBF – Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

RTI – Região Transfronteiriça do Iguaçu

SDR/DC – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira

SNCF – *Société Nationale des Chemins de fer Français*

TBA – *Tri-BorderArea*

UDC – Faculdade Dinâmica das Cataratas

UE – União Europeia

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UPAP – *Universidad Politécnica y Artística del Paraguay*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os 26 Grupos Europeus de Cooperação Territorial 62
Figura 2 – Logomarca do projeto Luxemburgo e Grande Région Capital Europeia da Cultura 2007 72
Figura 3 – Eixos da IIRSA com projetos na Tríplice Fronteira 123
Figura 4 – Projeção da segunda ponte Brasil-Paraguai..... 133
Figura 5 – Projeto do Anel Viário Trinacional 192
Figura 6 – Projeto do Grande Parque Iguassu Trinacional 193
Figura 7 – Informe aos motoristas brasileiros 207
Figura 8 – Relatório da *FRD* sobre o terrorismo na Tríplice Fronteira 213

LISTA DE COREMAS

Corema 1 – Dinâmica fronteiriça na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos transfronteiriços em escala nacional - exceto turismo das Cataratas 86
Corema 2 – Dinâmica fronteiriça na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos transfronteiriços em escalas regional e local 87
Corema 3 – Dinâmicas transfronteiriças na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos ligados ao turismo das Cataratas 174
Corema 4 – Dinâmicas fronteiriças na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos transfronteiriços ligados ao comércio de compras e ao contrabando 181

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Sede do Comitê das Regiões, em Bruxelas 59
Foto 2 – Antiga siderúrgica nos arredores da cidade de Saarbrücken, Sarre, Alemanha 66
Foto 3 – Trem da linha MetroLor, na estação ferroviária de Luxemburgo 69
Foto 4 – Longwy: monumento em memória ao assassinato “covarde” de um cidadão francês por nazistas durante a Segunda Guerra mundial 76
Foto 5 – Fila de veículos na aduana de Puerto Iguazú 94
Foto 6 – Engarrafamento cotidiano na Ponte da Amizade 97
Foto 7 – Passageiros paraguaios aguardando a balsa para Puerto Franco no porto de Puerto Iguazú 98
Foto 8 – Mesquita Omar IbnAl-Khattab, em Foz do Iguaçu 114
Foto 9 – Ônibus de escola libanesa de Ciudaddel Este realizando o transporte de alunos em Foz do Iguaçu 115
Foto 10 – Templo budista em Foz do Iguaçu 118
Foto 11 – Ponte da Amizade 129
Foto 12 – Cartaz em Porto Mauá: “uma ponte para o MERCOSUL”? 142
Foto 13 – Faixa em Porto Mauá contra a construção de hidrelétricas no rio Uruguai 142
Foto 14 – Obras do futuro campus da UNILA, dentro da área de Itaipu 153
Foto 15 – Escola Intercultural Bilingüe n° 2 (Puerto Iguazú) 158
Foto 16 – Escola Municipal Adele Zanotto Scalco (Foz do Iguaçu) 158
Foto 17 – Hospital Costa Cavalcanti 159
Foto 18 – Cataratas do Iguaçu 170
Foto 19 – Itaipu Binacional ……..... 176
Foto 20 – Centro comercial de Ciudad del Este …….. 182
Foto 21 – Ruínas de São Miguel das Missões 188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do comércio Brasil-MERCOSUL 49
Gráfico 2 – Evolução do comércio Brasil-Argentina 50
Gráfico 3 – Evolução do comércio Brasil-Paraguai 51
Gráfico 4 – Média diária de passageiros no transporte metropolitano coletivode Foz do Iguaçu (janeiro-junho de 2011) 92
Gráfico 5 – População estrangeira residente em Foz do Iguaçu 105
Gráfico 6 – Distribuição dos brasileiros residentes na Argentina 110
Gráfico 7 – Movimento de embarque e desembarque na rodoviária de Foz do Iguaçu (2005 a 2010) 130
Gráfico 8 – Movimentação nos terminais aduaneiros de fronteira (Operações de transporte rodoviário internacional na fronteira BR-AR) 131
Gráfico 9 – Movimento nos aeroportos da Tríplice Fronteira em 2011 137
Gráfico 10 – Pacientes oriundos do Paraguai atendidos no Hospital Costa Cavalcanti entre 2009 e setembro de 2013 160
Gráfico 11 – Países de origem dos turistas que visitam o Paraguai (2007) 169
Gráfico 12 – Número total de visitantes do Parque Nacional do Iguaçu 171
Gráfico 13 – Incidência da pobreza e da indigência nas regiões da Argentina: segundo semestre de 2012 172
Gráfico 14 – Condição de residência dos turistas hospedados em Puerto Iguazú em janeiro de 2013 173
Gráfico 15 – Nacionalidade dos turistas que visitaram Itaipu entre 1977 e 2012 .. 179
Gráfico 16 – Fluxo de visitantes em Itaipu entre 2003 e 2012 179
Gráfico 17 – Tráfico de cargas do Aeropuerto Internacional Guaraní 185
Gráfico 18 – Histórico das apreensões da DRF de Foz do Iguaçu 198
Gráfico 19 – Apreensões de cocaína e crack pela PF Foz do Iguaçu: 2002-2012 202

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR e da Bacia do Prata ... 27
Mapa 2 – Tríplice Fronteira: Estados, Departamentos e Províncias 28
Mapa 3 – Cidades da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai 29
Mapa 4 – Localização do GECT Grande Région na União Europeia 64
Mapa 5 – Membros do GECT Grande Région 65
Mapa 6 – Rede de circulação e população das cidades fronteiriças da Grande Région 67
Mapa 7 – Rede urbana de Foz do Iguaçu 91
Mapa 8 – Localização da Região Transfronteiriça do Iguaçu 100
Mapa 9 – Entes da Região Transfronteiriça do Iguaçu 101
Mapa 10 – População da Região Transfronteiriça do Iguaçu 103
Mapa 11 – Localização dos aeroportos com voos comerciais regulares 139
Mapa 12 – Hidrelétricas do Rio Uruguai 143
Mapa 13 – Cidades participantes do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas: ALF 150
Mapa 14 – Cidades parceiras no PEIBF (Arcos Sul e Central da fronteira do Brasil) 156
Mapa 15 – Aeroportos com voos cargueiros destinados a Ciudad del Este 184
Mapa 16 – Principais sítios da cultura missioneira 187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atores presentes na Tríplice Fronteira Brasi-Argentina-Paraguai segundo origem dos atores e escala dos processos 83
Quadro 2 – População indígena na Tríplice Fronteira 107
Quadro 3 – Os projetos da IIRSA que abarcam a Tríplice Fronteira 124
Quadro 4 – Intencionalidade dos eixos da IIRSA que atravessam a Tríplice Fronteira 128
Quadro 5 – Inauguração das principais pontes entre Brasil e Argentina 131
Quadro 6 – Aeroportos com voos comerciais regulares: fronteira MesoMercosul . 138
Quadro 7 – Hidrelétricas no Rio Uruguai 141
Quadro 8 – Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas: ALF (2005) 149
Quadro 9 – Escolas parceiras do PEIBF nos Arcos Sul e Central da fronteira do Brasil 155
Quadro 10 – Principais dificuldades no desenvolvimento do potencial turístico daregião transfronteiriça das Missões 191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fluxo diário de veículos na Ponte de Amizade 95
Tabela 2 – Fluxo diário de veículos na Ponte Tancredo Neves 95
Tabela 3 – Fluxo diário de pessoasde pessoas na Ponte Tancredo Neves 96
Tabela 4 – Fluxo diário de pessoas na ponte da Amizade 97
Tabela 5 – População da Região Transfronteiriça do Iguaçu por unidade territorial 104
Tabela 6 – *Ranking* mundial das hidrelétricas 178
Tabela 7 – Histórico de apreensões da Polícia Federal de Foz do Iguaçu 200
Tabelas 8 e 9 – Histórico das apreensões da DRF Foz do Iguaçu 203
Tabela 10 – População paraguaia infantil e adolescente trabalhadora 206
Tabela 11 – Veículos roubados e furtados em Foz do Iguaçu 210

SUMÁRIO

INTRODUÇAO 21
Problema de pesquisa 21
Área da pesquisa 25
Hipóteses 30
Objetivo geral 30
Objetivos específicos 30
Revisão de literatura 31
Referenciais teóricos 34
Métodos e técnicas 37
Fontes de pesquisa 39

1 PROCESSOS DE TRANSFRONTEIRIZAÇÃO 41
1.1 A fronteira e suas funções 41
1.2 As múltiplas escalas da transfronteirização 44
1.3 Comunidades, redes de atores e novos usos políticos do território 45
1.4 Nova ordem geopolítica: o novo regionalismo 47
1.5 A discussão de regiõestransfronteiriças e o processo de transfronteirização 52
1.6 O papel das regiões transfronteiriças na unidade dos blocos econômicos .. 54

2 A EXPERIÊNCIA DE CAMPO NA GRANDE RÉGION SARLORLUX 60
2.1 Regiões transfronteiriças europeias: a governança em múltiplos níveis 60
2.2 Grupo Europeu de Cooperação Territorial – GECT 62
2.3 A cooperação transfronteiriça na Grande Région 64

3 O EMBRIÃO DE UMA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA? 78
3.1 A identificação de uma região transfronteiriça no coração da Bacia do Prata 78

3.2 Os processos e os atores da transfronteirização 80
3.3 Os aspectos identitários da Tríplice Fronteira 88
3.4 A população da Tríplice Fronteira 102
3.5 Os indígenas 107
3.6 Os brasentinos 109
3.7 Os brasiguaios 110
3.8 As colônias árabe e chinesa 113
3.9 RTI: o embrião de uma regiãotransfronteiriça? 118

4 A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES 121
4.1 A infraestrutura de transportes e energia 121
4.2 Transporte rodoviário e projetos de pontes internacionais 128
4.3 Os aeroportos na Tríplice Fronteira 135
4.4 A geração de energia: iniciativas binacionais Brasil-Argentina 140

5 COOPERAÇÃO E INTERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA TRÍPLICE FRONTEIRA 146
5.1 Iniciativas de cooperação e integração no Cone Sul 146
5.2 A cooperação entre municípios de fronteira 152
5.3 A educação como fator de aproximação dos povos 153
5.4 Cooperação em saúde 158
5.5 Obstáculos ao processo de integração 161

6 O TURISMO NA TRÍPLICE FRONTEIRA 166
6.1 O potencial turístico da Tríplice Fronteira 166
6.2 As Cataratas do Iguaçu 169
6.3 Itaipu Binacional 175
6.4 O turismo de compras de Ciudad del Este ……,…… 180
6.5 As Missões Jesuíticas 186
6.6 Novas pontes para articulação transfronteiriça e um parque trinacional .. 191

7 OS EFEITOS *NEGATIVOS* DA TRANSFRONTEIRIZAÇÃO 195
7.1 A transfronteirização através do crime(transfronteirização “viva”, cotidiana) 195
7.2 A corrupção além fronteiras 204
7.3 A polícia de trânsito 206
7.4 O contrabando de cigarros 208
7.5 O comércio de carros roubados 209
7.6 Conexões árabes: ameaça terrorista na visão de Washington 211
7.7 A violência sexual na Tríplice Fronteira 216
7.8 O papel dos jornalistas na cobertura dos crimes 220
7.9 O combate ao crime na Tríplice Fronteira 221
7.9.1 O exemplo europeu de cooperação transfronteiriça no combate ao crime 224

CONSIDERAÇÕES FINAIS 227
REFERÊNCIAS 233

ENTREVISTAS 253

INTRODUÇÃO

Os processos de transfronteirização que vêm ocorrendo na Bacia do Prata em áreas como a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai estão inseridos no contexto mundial de regionalização, em que grupos de Estados vizinhos formam blocos de comércio e, assim, acabam por alterar a função e a dinâmica de regiões determinadas, tais como as faixas de fronteira dos países associados.

Nesse cenário, algumas zonas de fronteira dentro dos blocos econômicos apresentam processos denominados de transfronteirização – termo que será trabalhado posteriormente. É o caso da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, a mais importante do MERCOSUL em razão de fatores como sua localização geográfica central, sua importância econômica e seu valor simbólico.

Na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai a transfronteirização ocorre através de políticas determinadas por atores como a Itaipu Binacional, o Estado, através de medidas governamentais como a IIRSA[1] (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e também por meio de iniciativas não-governamentais, através de atores locais, empresas privadas, grandes grupos hoteleiros e ainda pela ação de organizações criminosas – responsáveis pelo contrabando e por diversos tipos de tráfico –, que produzem impactos nas escalas local, regional, nacional e internacional.

Problema de Pesquisa

Ainda que nos anos 90 o desaparecimento das fronteiras nacionais tenha sido anunciado por influentes intelectuais como Ohmae (1991; 1996), que defendia também o ocaso do Estado-nação como ator importante no cenário econômico mundial, tanto as fronteiras quanto os Estados nacionais seguem constituindo uma realidade espacial essencial no mundo contemporâneo.

Nas previsões de Ohmae, o neoliberalismo iria garantir ao mercado a função de regulador maior do sistema capitalista, criando a base para o pleno

---

[1] A IIRSA é um programa conjunto dos governos dos 12 países sul-americanos que tem o objetivo de promover a integração física do continente. Para tanto o projeto prevê a modernização das infraestruturas de transporte, energia e telecomunicações, através de ações conjuntas. O programa foi criado em agosto de 2000 em Brasília, na reunião de presidentes da América do Sul.

desenvolvimento do capital financeiro globalizado através de um ambiente sem fricções ao capital, onde haveria concomitantemente o enfraquecimento de fronteiras nacionais e o surgimento de um mercado mundial ampliado (DA COSTA, 2007).

Os ideais neoliberais também deram vida ao novo regionalismo, um conceito que surgiu ao longo da década de 1980, tendo sido apoiado por forças que pressionavam pela redução do centralismo do Estado nacional e pelo surgimento de relações locais-globais, com a supremacia das instituições neoliberais (FERNANDEZ, AMIN, VIGIL, 2008). Esse esquema bipolar do desenvolvimento de uma só direção – do local para o global – foi criticado por Fernandez e Amin (2008), que defendiam ações e preocupações multiescalares. Além disso, para os mencionados autores o projeto da Europa das regiões (política pautada no novo regionalismo), apesar de contar com altos investimentos, não teve o sucesso almejado, uma vez que as desigualdades regionais persistem dentro do bloco europeu.

Assim como a União Europeia, o MERCOSUL também foi influenciado pelo pensamento neoliberal. Para Fiori (2002), o bloco nasceu em um momento onde o neoliberalismo era visto como solução para a crise latino-americana que foi desencadeada por políticas desenvolvimentistas adotadas na região entre as décadas de 1950 e 1970. Os idealizadores do MERCOSUL tinham como justificativa a ideia que regiões, por estarem mais próximas das preferências locais, teriam uma capacidade maior de implementar iniciativas que atendessem às pressões da competição internacional e da globalização da economia.

Pouco mais de duas décadas após Ohmae (1991) prever uma nova ordem mundial sem fronteiras, baseada na mobilidade dos fatores de produção, que iria gerar o esgotamento do papel do Estado nacional como regulador macroeconômico, Foucher (2009) afirmou que as fronteiras continuam sendo um imperativo atual, uma vez que envolvem antigas e novas disputas e dão forma a um cenário de tensão crescente.

A atual configuração da economia mundial e das economias regionais pressupõe que sejam realizadas alterações nas noções de fronteira, de modo a tornar mais flexíveis os conceitos de fronteira de contenção e fronteira-separação da Geopolítica Realista (que tende a subordinar os interesses econômicos aos

territoriais militares) e reforçar as características atuais da fronteira em regiões de transição e interface entre países vizinhos.

Para Amilhat-Szary (2012) as fronteiras estão submetidas a processos constantes de des-territorialização/reterritorialização, de abertura e de fechamento (debordering/rebordering), onde são selecionadas e hierarquizadas. Em decorrência de questões fronteiriças, os Estados nacionais desenvolvem um discurso de caráter crescentemente securitizador, dando origem a legislações criadas para o controle de fluxos de troca e migrações.

No que tange ao MERCOSUL, se por um lado o bloco facilitou os fluxos de mercadorias entre os países membros, por outro colocou mais rigor nas regras dessa comercialização. Essa realidade é mais perceptível nas cidades fronteiriças, pois os acordos e as negociações entre os Estados do bloco têm um impacto maior na faixa de fronteira. Enquanto uma empresa de importação e exportação localizada em um grande centro nacional possui uma clientela de localização diversificada, uma empresa situada em Foz do Iguaçu, por exemplo, tem uma atuação mais localizada na região circunvizinha à fronteira, possuindo um risco maior de operação e sendo mais vulnerável a alterações nas legislações nacionais do MERCOSUL (ROLIM, 2004).

A legislação brasileira que regula a faixa de fronteira veda (salvo com o assentimento do Conselho de Defesa Nacional) a implantação de infraestrutura estratégica – abertura de vias de transporte, construção de rodovias internacionais e instalações industriais de interesse da segurança nacional – além de exigir que pelo menos 51% do capital de quaisquer indústrias que ali se instalem pertençam a cidadãos brasileiros. Apesar disso, a evolução da fronteira-separação em fronteira-cooperação vem implicando em transformações no que tange às políticas públicas para zonas de fronteiras sul-americanas.

A importância da presente pesquisa se justifica pelo reconhecimento por parte dos últimos governos do Brasil da necessidade da instalação de infraestruturas (pontes, rodovias, linhas de transmissão, etc.) nas cidades situadas na faixa de fronteira. Ainda que as primeiras articulações de comutação nas fronteiras sul-americanas remontem os tempos da CEPAL (1948), ALALC (1960), que seria substituída pela ALADI (1980) e do Protocolo nº 23 Regional Fronteiriço, de 1988

(que deu origem a diversos acordos[2] que foram materializados após a entrada em vigor do MERCOSUL), a política brasileira para a fronteira tem como divisor de águas a entrada em funcionamento do MERCOSUL.

O bloco foi um impulso à cooperação do Brasil com os países vizinhos e sepultou a antiga política para a fronteira de cunho militarista, onde a região era desprovida de infraestrutura para dificultar a invasão do inimigo externo em caso de guerra. Dessa forma, diversos projetos no âmbito da segurança e integração energética, além de obras de infraestrutura foram concretizados ao longo dos governos FHC e Lula, realidade que tem se repetido no governo Dilma (IIRSA e PAC).

Essa maior atenção concedida pelo governo federal à faixa de fronteira nos últimos anos fez crescer o interesse pelo estudo da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai (principal aglomeração urbana das fronteiras sul-americanas) e da Bacia do Prata (motor econômico do MERCOSUL), o que vem resultando em importantes publicações analisadas na revisão de literatura do presente trabalho. Todavia a revisão de literatura revelou que pouco se debateu e pesquisou sobre as múltiplas formas de transfronteirização que ocorrem na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai e que sugerem a existência do que seria o embrião de uma região transfronteiriça. Ainda em relação à Tríplice Fronteira, apesar de existirem importantes estudos para as regiões de fronteira há uma carência de estudos aprofundados da região transfronteriça e sobretudo de estudos que considerem o conjunto das regiões.

Para Rolim (2004), uma região transfronteiriça é constituída pelas áreas contíguas a uma linha de fronteira entre dois ou mais Estados, sendo diferentes de regiões de fronteira, que são as áreas vizinhas à linha de fronteira. O autor define regiões transfronteriças como aglomerações urbanas em fronteiras nacionais ondeconcomitantemente há: a criação de um espaço econômico comum que é acompanhado de barreiras à integração; são estabelecidas condições ao fluxo de pessoas e capitais e ao mesmo tempo são impostas restrições para que isso ocorra;há o desenvolvimento de uma cultura comum, mas as diferenças culturais também são aguçadas.

---

[2] Criação do Centro Unificado de Fronteira e da Ponte Internacional São Borja-BR/Santo Tomé-AR; gasodutos Brasil-Bolívia e Argentina-Brasil; Termelétrica de Uruguaiana-BR e das estações conversoras de Garabi (Garruchos-RS) e nas cidades gêmeas Santana do Livramento-BR/Rivera-UR.

No Brasil, as transfronteirizações ocorrem de forma diferente em cada um dos arcos da fronteira e mesmo no Arco Sul há diferenças de trecho para trecho – a fronteira Brasil-Uruguai possui características que não se encontram em nenhuma outra parte da fronteira brasileira. A transfronteirização pode ser positiva e favorecer o desenvolvimento de mercados, como também pode ter efeitos negativos, como no caso dos diversos tipos de tráfico (drogas, armas e pessoas), que se valem das vantagens e oportunidades da fronteira.

Desde a década de 1990 as transfronteirizações vêm recebendo análises que confrontam idealismo e realismo. A agenda positiva da transfronteirização foi concebida pelo pensamento neoliberal e pelo novo regionalismo, enquanto a agenda negativa se baseia no aumento das desigualdades sociais dos inúmeros tipos de tráficos bem como no esforço dos Estados nacionais em combater o avanço da criminalidade na fronteira.

Em relação ao estudo dos efeitos negativos da transfronteirização na Tríplice Fronteira a revisão de literatura demonstra que os estudos sobre a temática abrangem questões pontuais (brasiguaios, comunidade árabe, presença chinesa, contrabando, etc.), optando por diferentes recortes territoriais que muitas vezes deixam de contemplar algumas áreas da Tríplice Fronteira.

Com base no exposto, torna-se importante estudar as repercussões causadas na Tríplice Fronteira pelo processo de integração sul-americano, com seus impactos positivos e negativos sobre uma área que poderá se tornar no futuro uma região transfronteiriça. Em virtude do ineditismo do trabalho, se fazem necessários o levantamento dos variados atores transfronteiriços, bem como dos processos de transfronteirização pelos quais são responsáveis. Na Tríplice Fronteira, o que ocorre na escala local muitas vezes é divergente do que está estabelecido na escala nacional, sendo que a região possui diversos tipos de processos e dinâmicas diferentes, multiescalares e pouco estudados de forma integrada.

Área da pesquisa

A Macrorregião da Bacia do Prata é uma região emblemática dentro do MERCOSUL em virtude de sua localização geográfica, sua história de ocupação e sua importância econômica. Em sua hinterlândia encontra-se a Tríplice Fronteira

Brasil-Argentina-Paraguai, um território cuja história foi forjada pelas Missões Jesuíticas[3] e pela Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870).

Maior contingente populacional das fronteiras sul-americanas e coração de um espaço transfronteiriço formado por dezenas de cidades e seis centros conurbados – encabeçados por Ciudad del Este (PAR), Foz do Iguaçu (BRA) e Puerto Iguazú (ARG) –, a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai é um espaço dinamizado pela economia do comércio internacional e por múltiplas interações, sobretudo entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, através da Ponte da Amizade e do rio Paraná (RÜCKERT, DIETZ, 2012).

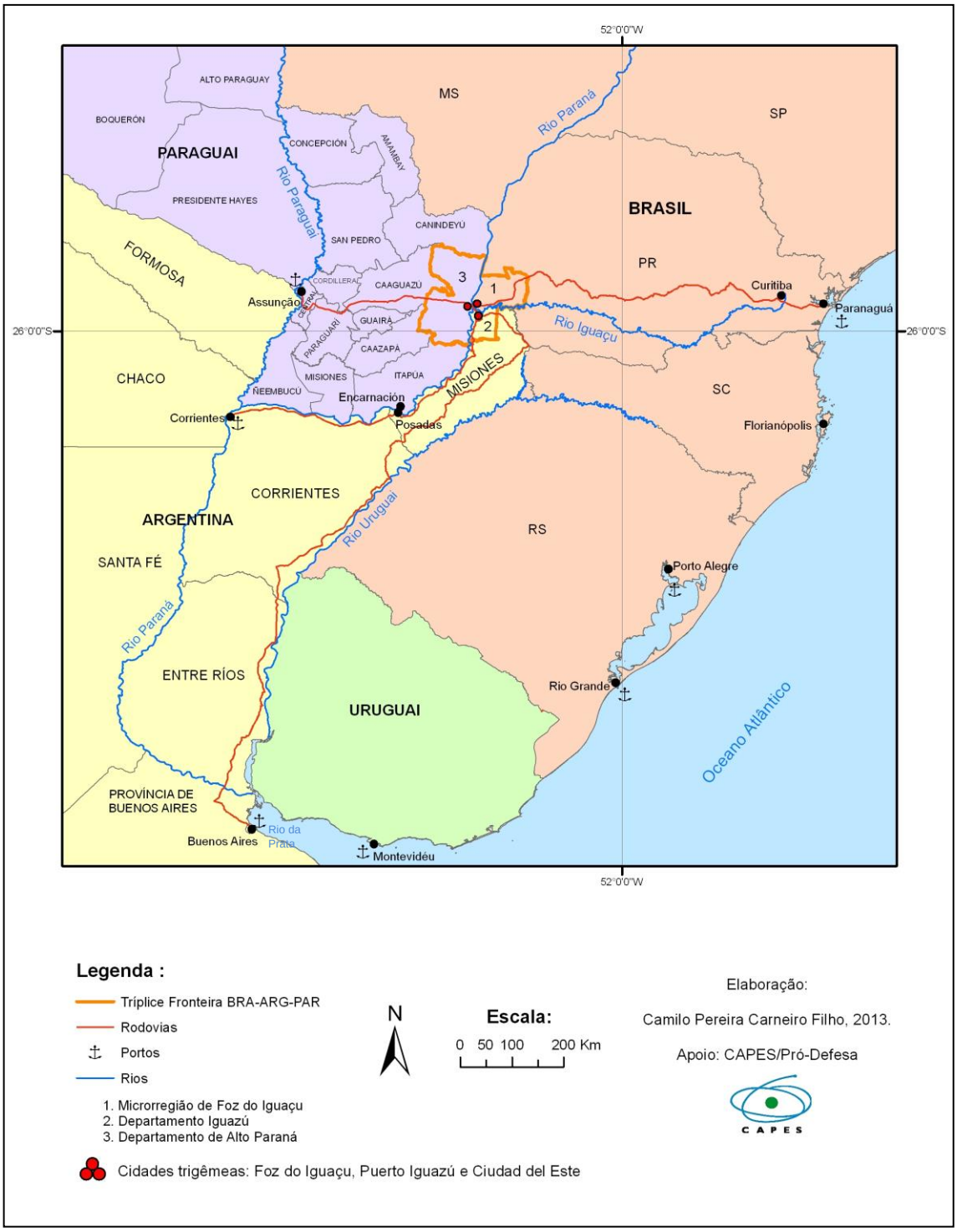
Nesse sentido, os diversos tipos de fluxos – pessoas, capital, trabalho, informações – que atravessam diariamente os limites internacionais, os diferentes tipos de interações transfronteiriças e os processos de integração em curso em diferentes escalas, determinaram a escolha da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai (mapas 1, 2 e 3) como área foco da presente pesquisa.

Banhada pelos rios Iguaçu e Paraná, a Tríplice Fronteira apresenta um relevo que varia entre 80 e 280 metros de altitude, sendo composta por áreas do estado brasileiro do Paraná, da província argentina de Misiones e do departamento paraguaio do Alto Paraná. Possui uma temperatura média anual de 20,4°C. Os tipos de vegetação originais predominantes são a Mata Atlântica e o Cerrado. No lado argentino, a Serra da Vitória se estende de Bernardo de Irigoyen até o Departamento Iguazú, servindo de divisor de águas entre os rios Paraná e Iguaçu. O rio Iguaçu ao atravessar a Serra da Vitória forma as Cataratas do Iguaçu, a 24 km de sua confluência com o rio Paraná.

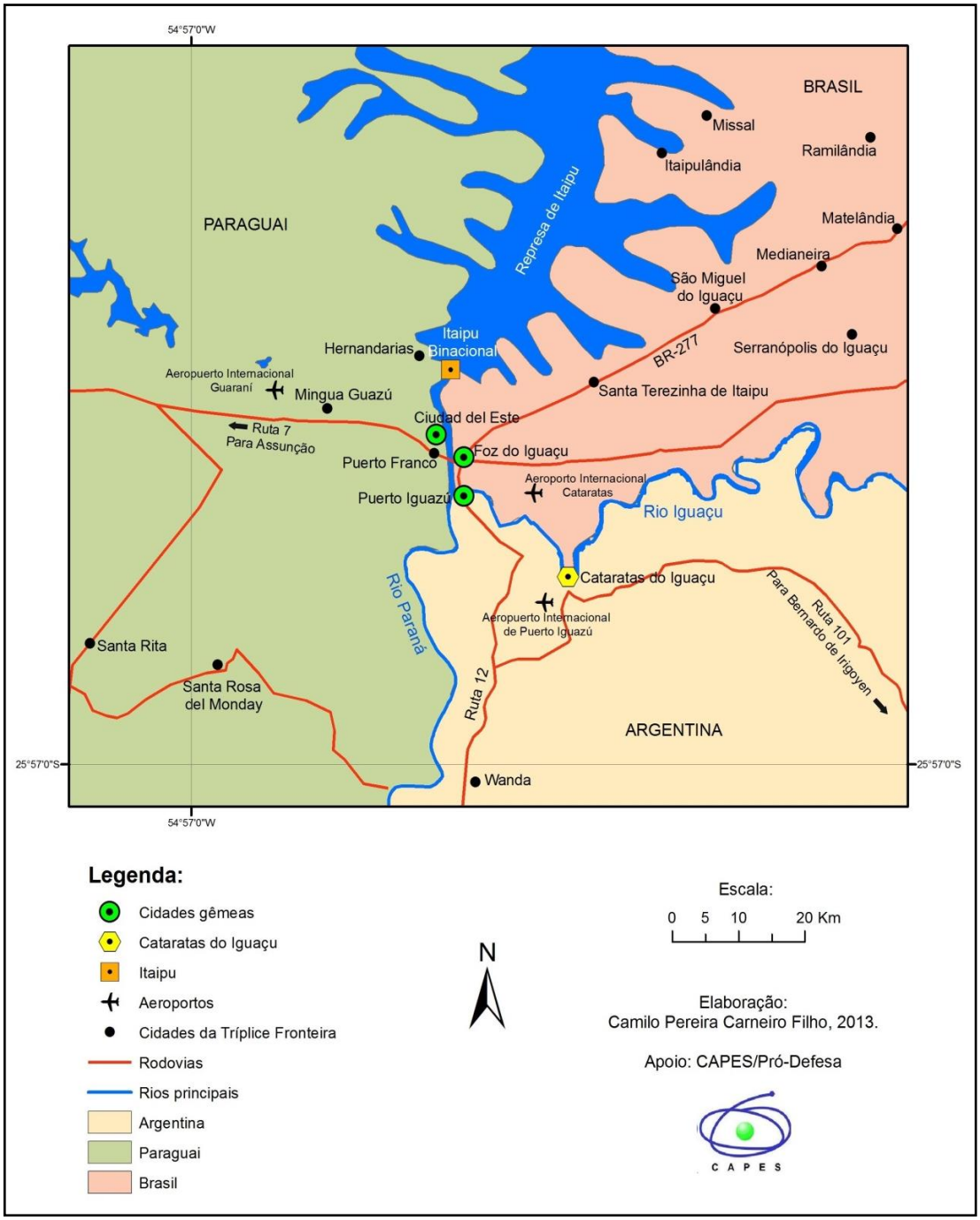
Os mapas 1 e 2 expõem uma delimitação da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai que abrange as áreas da Microrregião de Foz do Iguaçu, do Departamento Iguazú e do Departamento do Alto Paraná. Esse recorte territorial foi determinado em virtude da inexistência de uma convenção oficial adotada pelos três países que estipule os limites da área de abrangência da Tríplice Fronteira. Optou-se, então, por um recorte nos moldes das regiões transfronteiriças existentes na União Europeia, formadas a partir da união de territórios políticos administrativos pré-existentes – unidades administrativas subnacionais, municípios, distritos, etc.

[3] As Missões Jesuíticas de Natividad de la Santísima Virgen d'Acaray – nas proximidades de onde se localiza atualmente a cidade de Hernandarias – e Santa Maria del Iguazú – localizada entre as Cataratas e a foz do rio Iguaçu – foram fundadas, respectivamente, em 1622 e 1626, pertencendo às Missões da Província Jesuítica do Guaíra.

Mapa 1 – Localização da Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR e da Bacia do Prata.



Mapa 2 – Tríplice Fronteira: Estados, Departamentos e Províncias.



Mapa 3 – Cidades da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai.

Hipóteses

A pesquisa parte de cinco hipóteses:

a) A construção de Itaipu pode ser considerada como marco inicial dos processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira;

b) Estão em andamento transformações territoriais que tendem a formar espaços regionais transfronteiriços no coração da Bacia do Prata;

c) O papel dos atores institucionais (Estados nacionais) é determinante na forma-conteúdo dos processos de transfronteirização;

d) Os processos de transfronteirização sofrem influência dos atores econômicos do capital privado, que são determinantes na estruturação do território transfronteiriço;

e) As diversas organizações criminosas que atuam na Tríplice Fronteira produzem impactos negativos, que são materializados nos diversos tipos de tráfico (armas, drogas e pessoas), na corrupção e no aumento da repressão estatal.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Identificar os múltiplos processos de transfronteirização em curso na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, que indicam transformações territoriais que tendem a formar espaços regionais transfronteiriços no coração da Bacia do Prata.

Objetivos Específicos:

a) Identificar os diferentes atores na organização espacial da Tríplice Fronteira;

b) Apresentar elementos de observação de uma região transfronteiriça no contexto da União Europeia como um exemplo de cooperação territorial;

c) Entender quais são os processos de transfronteirização que vêm ocorrendo por meio dos atores nas escalas local, regional, nacional e internacional.

Revisão de literatura

Na América do Sul, o tema transfronteirização é relativamente novo dentro da academia. Por esse motivo, a presente pesquisa contou com a contribuição de autores europeus que analisam regiões transfronteiriças na UE desde a metade do século XX, e seus diferentes processos de transfronteirização. Nesse sentido, obras de autores como Reitel (2010), sobretudo seu trabalho sobre a construção de uma região tranfronteiriça – o Reno Superior –, e o estudo sobre a determinação e delimitação de polos transfronteiriços (RUFFRAY; HAMEZ; GRASLAND; LAMBERT; HAMM, 2011) foram consultados para o presente estudo.

Por sua vez, no âmbito da Bacia do Prata, foram consultadas obras de alguns militares estrategistas brasileiros que atribuíram grande importância à região circunvizinha à Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, caso dos trabalhos de Mário Travassos acerca da projeção continental do Brasil. Segundo o autor, a construção de uma infraestrutura continental de transportes seria uma estratégia geopolítica que asseguraria a influência do Brasil sobre seus vizinhos, uma vez que a ideia central era controlar a Bacia do Prata. Essa ideia era embasada pela estratégia geopolítica que o Brasil havia posto em prática até o início da década de 1980 (MATTOS, 1977).

Nos últimos anos, alguns autores sul-americanos vêm abordando o tema da transfronteirização. Rückert (2001) indaga qual seria o tipo de reestruturação territorial[4] que estaria emergindo no estado do Rio Grande do Sul, unidade federativa que conjuga intercessões concomitantes das aberturas externa e interna.

[4] Para Rückert (2001), o território tem adquirido novas formas e outros sentidos. Por muito tempo o território foi tomado como um elemento básico, intrínseco ao Estado Territorial, fundado como um Estado das armas pela geopolítica realista, como o implementado no Brasil pelos governos militares. No entanto, atualmente existem novos sentidos políticos e novas formas para o território, quais sejam os da reconceitualização do território como um dado básico do lugar, da região e das nações no contexto da competitividade.

O autor afirma que a reestruturação territorial, ou seja, a implantação de uma nova malha territorial, a transformação da fronteira-separação em fronteira-cooperação, a construção de novas redes e nós estratégicos no cenário da integração competitiva localiza-se na interface entre o público e o privado.

Rückert (2001) entende ainda que a construção de elos de cooperação através da integração das redes rodoviária, ferroviária, hidroviária e energética, bem como a busca de parcerias operacionais entre os Estados nacionais e de nichos de oportunidades pelo capital privado residiriam tanto nas ações da diplomacia econômica – política externa comercial – quanto na reforma da estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado pela via do mercado. Projeto que ganhou força no Brasil com o Plano Real e as emendas constitucionais de 1995, durante a era FHC.

Mais recentemente o governo brasileiro passou a dar mais atenção ao Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005), que tem por objetivo a definição de uma agenda global de diretrizes, estratégias e instrumentos de ação destinados à reestruturação da faixa de fronteira do Brasil. A agenda do programa tem como linhas condutoras o desenvolvimento econômico regional e a promoção da cidadania dos povos da fronteira, num momento estratégico de fortalecimento da integração sul-americana, assumido pelo governo federal no Plano Brasil de Todos.

Em uma análise da faixa de fronteira brasileira, Roseira (2006) destaca Foz do Iguaçu como cidade-rede sul-americana, uma vez que a mesma constitui a mais importante cidade da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, possuindo um conjunto de características que remetem à condição geopolítica contemporânea. Ao mesmo tempo em que é um núcleo privilegiado dessa integração, após décadas de atritos geopolíticos entre os três países, Foz do Iguaçu expõe um emaranhado de problemas envolvendo o controle da fronteira, com reflexos políticos, econômicos e sociais para toda a América do Sul.

A situação de Foz do Iguaçu pode ser compreendida no contexto em que as cidades limítrofes localizadas de forma contígua dos diferentes lados do limite internacional entre Brasil, Argentina e Paraguai materializam o contato entre sistemas jurídicos distintos, sendo muito suscetíveis em suas dinâmicas às diferenças de normas e à mudança das mesmas ao longo do tempo. Assim, as três

cidades sofrem direta ou indiretamente os efeitos de crises e crescimentos que ocorrem nos países em que estão inseridas e naqueles que lhe são contíguos, bem como os efeitos das mudanças cambiais e de medidas de caráter supranacional.

A posição geográfica dessas cidades é um fator chave, visto que elas têm suas funções modificadas ao longo do tempo, além de sofrerem influência de ações tomadas em escalas territoriais distintas. Os efeitos de tais decisões refletem-se nos diferentes fluxos transfronteiriços (bens, pessoas, capitais) que marcam a especificidade local e figuram como estratégias e práticas cotidianas que ocorrem a partir da existência do limite internacional (ADIALA, 2006).

Schweitzer (2000, 2009) afirma que os processos de integração regional promovidos pelos governos do Cone Sul coincidiram com o retorno das instituições democráticas a partir de 1983 na Argentina e de 1988 no Brasil. Tais fatos têm origem em processos de caráter global que incluem tendências à integração de grupos de países em blocos regionais e são acompanhados de mudanças nas relações entre atores de diferentes escalas – transnacional, nacional, regional e local.

Schweitzer (2000) analisa a integração regional e a gestão do território no MERCOSUL tendo como enfoque as fronteiras do bloco, mais especificamente as redes e dinâmicas transfronteiriças. O autor defende a existência da *Microrregión del Iguazú*, um território formado por seis unidades administrativas (municípios), sendo quatro no Paraguai – Ciudad del Este, Hernandarias, Puerto Franco e Mingua Guazú –, uma no Brasil – Foz do Iguaçu – e uma na Argentina – Puerto Iguazú. Para tanto, Schweitzer (2000) faz uma análise dos processos transfronteiriços em diferentes escalas espaciais, bem como dos atores que participam com seus interesses e relações na configuração dos territórios e nas estruturas urbanas da *Microrregión del Iguazú*. Apresenta ainda as condições para a implementação de ações de desenvolvimento local e os projetos e planos que permitem identificar os elementos de expressão sobre o território onde ocorre uma disputa pelos espaços de poder em níveis local e regional, sobretudo.

Por sua vez, Dietz (2008) estudou as transformações nas relações fronteiriças Brasil-Argentina, ocorridas a partir da criação do MERCOSUL. Após a criação do bloco, novos cenários passaram a se configurar na fronteira do Brasil com a Argentina, merecendo destaque a atuação de atores multiescalares – nos âmbitos

do Estado, mercado e sociedade civil – e os projetos de infraestrutura estratégicos em curso, bem como aqueles previstos.

Silva (2008), que analisou as relações recentes entre o Amapá e a Guiana Francesa, entende que uma das políticas que vem sendo percebida e que tem dado corpo a novos arranjos em zonas de fronteira é a construção de rodovias e de pontes binacionais para a conexão de territórios internacionais. Tais obras possuem a função de minimizar as descontinuidades geográficas e facilitar a fluidez comercial e de algumas pessoas. Ainda segundo Silva (2008), a fronteira política vem recebendo outra forma de visibilidade que está se consolidando tanto em territórios centrais como em periféricos, mediante a constituição de acordos que desentravam alguns dos velhos sentidos da fronteira. Em especial, através de mecanismos que abrem um novo leque de possibilidades de enlaces de cooperação em diversas instâncias.

Após a leitura das abordagens mencionadas, foram identificadas algumas lacunas analíticas que justificam esse projeto de pesquisa, tal como a ausência de uma análise crítica da transfronteirização, uma vez que os atores citados buscam focar majoritariamente os pontos positivos deste processo.

Referenciais teóricos

Estudos sobre a temática fronteira e suas variáveis – zona, limite, transfronteirização, etc. – são objetos de pesquisas tradicionais da Geografia Política. Nos últimos anos, alguns trabalhos têm analisado os aspectos das interações espaciais[5] transfronteiriças, bem como os eventuais processos de cooperação e seus entraves (REITEL, 2010; RENARD, 2007; RÜCKERT, 2012), estudos que deram suporte à presente pesquisa.

No que tange às dinâmicas fronteiriças, além dos esforços de aproximação das nações, o jogo da fronteira abrange relações geopolíticas e geoeconômicas em diferentes escalas: local, regional, nacional, internacional. Nesse contexto, compreender os desdobramentos das múltiplas ações que visam à cooperação transfronteiriça institucionalizada entre países a partir de estratégias territoriais de

[5] Corrêa (1996) define interações espaciais como um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço geográfico.

diferentes atores sintagmáticos[6] é um grande desafio para os geógrafos políticos, que necessitam possuir uma percepção cada vez mais apurada sobre regiões de fronteira para efetuar análises eficazes acerca da transfronteirização (RAFFESTIN, 1992 [1980]).

A transfronteirização ocorre em um recorte territorial de geometria variável, dependendo do processo considerado (familiar, econômico, profissional, legal ou ilegal, formal ou informal etc.), pode acontecer em núcleos urbanos, áreas rurais, parques naturais, enclaves produtivos e em territórios dispostos em rede. Para Ligrone (2006) a transfronteirização pode ser entendida como um conjunto de processos de aproveitamento e valorização de uma fronteira, limite territorial que separa dois sistemas políticos, econômicos e/ou socioculturais. No âmbito desses processos os habitantes de ambos os lados transcendem a fronteira (imposta ou herdada) e a incorporam em suas estratégias de vida através de múltiplas maneiras.

Processos de transfronteirização estão diretamente relacionados com o tipo de fronteira: a que divide o espaço de vida de um povo, aquela que surge em um território não antropizado, a que gera em seu entorno tecidos econômicos e sociais, e a que se redefine em função de conflitos geopolíticos ou interesses econômicos na era do globalismo (IANNI, 1996). No que tange às modalidades, os processos transfronteiriços podem configurar formas simples ou mais sofisticadas de acordo com o nível de conhecimento de cada ator das assimetrias de cada sistema nacional e do tipo de ator: cruzamentos frequentes (movimentos pendulares moradia-trabalho); relações familiares; uso de serviços complementares; acesso a recursos; busca de vantagens; redes empresariais; localização binacional; entes administrativos conjuntos; gestão territorial e ambiental comum, etc.

Em um mundo marcado pela formação de blocos construídos a partir de processos de integração regional, os territórios transfronteiriços assumem um protagonismo especial, o que confere maior relevância à transfronteirização. Nesse sentido, países fisicamente próximos – caso de Brasil, Argentina e Paraguai – começam a sentir de maneira cada vez mais acentuada os reflexos da abertura alfandegária, da aproximação dos sistemas fiscais – caso da União Europeia –, da

[6] Raffestin considera todo ator que projeta uma ação como sendo um ator sintagmático, seja ele individual ou coletivo.

permeabilidade[7] acentuada das fronteiras e das obras físicas de integração – por exemplo, as redes técnicas propostas pela IIRSA.

Outrora espaços de reafirmação nacional, os territórios transfronteiriços ingressam na agenda das políticas públicas compartidas. Nesse contexto, dois objetivos sobressaem: a solução dos conflitos local-local e a concepção e instrumentação de projetos comuns, como aqueles desenvolvidos pela União Europeia, que conta com um órgão específico para a gestão de projetos em regiões transfronteiriças.

Para Matias (2002), regiões transfronteiriças podem ser entendidas como formações regionais que se estendem por uma ou mais fronteiras nacionais, ou seja, uma espécie de regionalização que faz sumir os efeitos das fronteiras entre Estados, extinguindo os limites entre eles. No entender de Jessop (2004), a construção de regiões transfronteiriças está relacionada aos processos de reescalonamento, que consistem na relativização da escala nacional e na emergência de diversas escalas regionais. No panorama das regiões transfronteiriças existe, naturalmente, uma considerável diversidade de casos no que diz respeito à sua dimensão, às suas características e ao nível de colaboração.

No âmbito da União Europeia, tendências emergentes que apontam para esforços para aprofundar e perenizar as relações passam por uma reflexão comum de regiões vizinhas, como é o caso do programa INTERREG e dos projetos de Eurorregiões. Por outro lado, no processo de integração regional do MERCOSUL a ausência de acordos e de mecanismos de gestão compartida dificulta a resolução de conflitos transfronteiriços.

Outro ponto a ser destacado é que a integração econômica de países limítrofes gera perturbações ao atenuar diferenças vantajosas, notoriamente em termos fiscais, do tipo de câmbio e de legislação ambiental. Os mercados do contrabando são um exemplo. Em alguns casos, a busca pelo combate a práticas ilícitas pode desencadear processos transfronteiriços que desembocam no aprofundamento das assimetrias – instalação de máquinas e equipamentos de vigilância e proteção na fronteira e controle reforçado de migrações entre México e EUA, por exemplo.

[7] Termo importado da biologia usado para demonstrar os fluxos que interagem na fronteira.

Todavia, um ponto em comum para todas as regiões transfronteiriças é que elas constituem um exemplo de regionalização que não ocorre dentro do contexto do Estado-nação. Enquanto a forma tradicional de regionalização é vertical, havendo cessão de poderes do Estado central para as autoridades regionais, no exemplo destas regiões a regionalização transfronteiriça é horizontal, ou seja, ela passa por cima das fronteiras nacionais e pressupõe contatos externos e alguma forma de cooperação entre autoridades públicas e instituições em escala regional.

O presente trabalho tem enfoque nos impactos da globalização e na integração dos blocos regionais sobre as fronteiras políticas. As dinâmicas transfronteiriças em curso na área do recorte territorial da pesquisa – a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai – serão analisadas com base em autores europeus e sul-americanos como Raffestin (1980), Rosière (2007), Jessop (2004), Matias (2002) e Fernandez (2007), que fornecem um arcabouço teórico e metodológico diverso, o que possibilita não apenas a compreensão, como também uma análise crítica das múltiplas formas de transfronteirização do objeto de estudo; dos processos de desterritorialização e reterritorialização (redistribuição das funções entre fronteiras de diferentes níveis e tipos); e da evolução do sistema político-administrativo fronteiriço.

Métodos e técnicas

No presente trabalho foi utilizado o método indutivo, que pressupõe a investigação dos casos particulares, dos quais se abstraem tendências gerais, com as quais é possível se construir interpretações de caráter teórico analítico. Nesse caso é preciso levar em consideração três elementos fundamentais para a indução, ou seja, a indução é realizada em três fases, que são: a observação dos fenômenos; a descoberta da relação entre eles; e a generalização da relação (LAKATOS, 1983).

A pesquisa está configurada como um estudo de caso do tipo exploratório, com foco na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai e pautada nas múltiplas formas de transfronteirização que ali ocorrem. A investigação foi enriquecida com

trabalhos de campo nas fronteiras da Europa[8], que possibilitaram o aproveitamento da experiência europeia.

Sendo o ponto central da pesquisa o processo de transfronteirização a partir da ação de atores institucionais, sociais e econômicos no recorte privilegiado, os procedimentos de coleta de dados foram os seguintes: a) trabalhos de campo b) pesquisa documental; c) elaboração de cartografia de apoio e d) adaptação e análise de Coremas:

a) Nos trabalhos de campo foram feitos levantamentos *in loco*, realizados em cidades da Grande Région SarLorLux e da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, das ações dos atores institucionais e econômicos, procurando vislumbrar de forma coerente as questões propostas na pesquisa. Foram realizadas entrevistas com atores locais dos diferentes lados da fronteira, em prefeituras, universidades, ONGs, estabelecimentos comerciais, secretarias de governo, escolas, hospitais, aeroportos, delegacias de polícia, rodoviárias, estações ferroviárias, etc. Atores de diferentes instâncias governamentais, bem como representantes de associações, da sociedade civil e outros grupos relacionados ao objeto em questão. Um recurso importante para aferir a percepção das pessoas, instituições, atitudes, experiências, comportamentos e interações espaciais em contextos diversos.

b) Na pesquisa documental as fontes foram os dados primários sobre o perfil institucional, econômico e de infraestrutura da região transfronteiriça da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Também foi feita uma analise através de estudos primários, o que possibilitou a elaboração de padrões, tendências e necessidades. Foram consultados materiais conseguidos nos principais institutos de pesquisa de cada país da área em estudo (no caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

c) A partir dos dados primários conseguidos e da tabulação das informações levantadas em cada região transfronteiriça – Grande Région e Tríplice

[8] O autor passou um período de doutorado sanduíche na França, de novembro de 2011 a maio de 2012, na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, sob supervisão do professor Yann Richard.

Fronteira – foram confeccionados mapas com a utilização do software ArcGis. A produção cartográfica foi possível graças ao ateliê de cartografia, realizado com o apoio do projeto CAPES/Pró-Defesa, e ministrado pela monitora Letícia Ballejo de Oliveira, com a supervisão do Professor Laurindo Guasselli, em novembro de 2012, nas dependências da UFRGS.

d) A identificação e análise dos atores e dos processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai encontraram suporte nos coremas desenvolvidos por Schweitzer (2000), que foram adaptados na presente pesquisa.

Fontes de pesquisa

A pesquisa teve como base fontes primárias e secundárias. Os dados primários são fruto de trabalhos de campo realizados na Europa e na América do Sul. Os primeiros trabalhos de campo foram realizados nos meses de janeiro e abril de 2012, na região transfronteiriça europeia denominada Grande Région SarLorLux, que abrange territórios de quatro países: Alemanha, França, Bélgica e Luxemburgo. Nos meses de maio e setembro de 2013 foram realizados os trabalhos de campo na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai.

Tanto na Europa como na América do Sul houve a realização de entrevistas com atores de diferentes escalas – local, regional, nacional e transnacional – responsáveis pelo processo de transfronteirização – autoridades governamentais, políticos, empresários, líderes religiosos, funcionários públicos, policiais, etc. O levantamento desses dados e documentos foi fundamental para a elaboração das tabelas e mapas.

As fontes secundárias da pesquisa foram obras de autores estrangeiros e brasileiros que trabalham com o tema fronteiras, revistas, periódicos e jornais onde o quotidiano das fronteiras é abordado e estudado. Foram consultados ainda, documentos de órgãos governamentais de Brasil, Argentina e Paraguai, bem como dos países da Grande Région SarLorLux. Os órgãos, instituições e estabelecimentos pesquisados foram:

a) Na Argentina: Intendencia de Puerto Iguazú, INDEC, Parque Nacional Iguazú, Terminal de Ómnibus de Puerto Iguazú e Escuela Intercultural Bilíngüe n° 2, AFIP;
b) No Brasil: Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, Itaipu Binacional, Consulado Argentino em Foz do Iguaçu, IBGE, Infraero, Parque Nacional do Iguaçu, Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Receita Federal de Foz do Iguaçu, UNILA, Rodoviária de Foz do Iguaçu, ANTT, Hospital Costa Cavalcanti, Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, Escola Municipal Adele Zanotto, Mesquita Omar Ibn Al-Khattab e Fundação Iguassu;
c) No Paraguai: Municipalidad de Ciudad del Este, Consulado do Brasil em Ciudad del Este, Aeropuerto Internacional Guaraní, DGEEC, Terminal de Ómnibus de Ciudad del Este, UPAP e Dirección General de Migraciones (Ponte da Amizade);
d) Na Bélgica: Comité des Régions, Gare de Arlon e Prefeitura de Arlon;
e) Na França: Prefeitura de Metz, Université de Lorraine, Prefeitura de Thionville e Office de Tourisme du Pays de Longwy;
f) Em Luxemburgo: Governo de Luxemburgo, Maison de la Grande Région e Gare Centrale du Luxembourg.
g) Na Alemanha: Prefeitura de Saarbrücken, Saarbrücken Hauptbahnhof, Trier Hauptbahnhof e Escritório de Turismo de Trier.

1. PROCESSOS DE TRANSFRONTEIRIZAÇÃO

A transfronteirização constitui um conjunto de estratégias de atores públicos (estatais e não estatais) e privados que visam o desenvolvimento de ações diversas de integração supranacional. No atual cenário transfronteiriço da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, o coração da Macrorregião da Bacia do Prata, múltiplos atores locais e regionais vêm se mobilizando pela inserção de seus interesses na agenda política.

O presente capítulo irá trazer elementos teóricos para a compreensão do cenário das transfronteirizações na América do Sul e na Europa, a fronteira e suas funções, as múltiplas escalas da transfronteirização, a atuação das comunidades e redes de atores. Serão analisados ainda os novos usos do território dentro do regionalismo transnacional em vigor, os processos de transfronteirização e o papel das regiões transfronteiriças na unidade dos blocos regionais de comércio.

1.1 A fronteira e suas funções

Inventada na Europa, no século XIII, a fronteira surgiu com a função inicial de definir a distribuição de áreas entre Estados territoriais. Na história da humanidade a demarcação de fronteiras ocupa uma posição de destaque tanto nos tratados de paz como na convivência pacífica entre povos. A principal característica do Estado moderno foi consolidar seu poder e sua autoridade espacial em uma base territorial bem definida, entre um ponto fixo e único, que delimitou a separação entre o nacional e o internacional através do estabelecimento das fronteiras.

No Brasil, o desconhecimento em relação ao tema fronteiras pode ser explicado pela configuração do uso da terra – historicamente determinada por economias de exportação –, o que fez com que fosse privilegiada a ocupação de áreas litorâneas, ou daquelas muito próximas a elas, que possuíam maior interação com as metrópoles europeias. Ainda hoje, as maiores densidades demográficas do Brasil encontram-se ao longo da costa e as áreas próximas do limite internacional, salvo poucas exceções – como a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai – são marcadas por vazios humanos (SCHÄFFER, 1993).

Embora muitas vezes a palavra fronteira seja considerada sinônimo de limite, as diferenças entre os dois vocábulos são grandes, como afirma Machado:

> A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono (MACHADO, 1998, p. 3).

.

Outra diferença importante entre os dois termos é que o limite não está ligado a presença de gente, constituindo um fator de separação, visto que separa unidades políticas soberanas ao mesmo tempo em que permanece como um obstáculo fixo. A fronteira, por sua vez, pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas (MACHADO, 1998).

Alguns países estipulam em lei a extensão de suas faixas de fronteira – que em alguns casos possuem uma regulação especial, diferente do restante do território nacional. Na América do Sul, quando previstas na legislação, as faixas de fronteira dos países abrangem algumas dezenas de quilômetros, sendo que a mais extensa de todas é a brasileira, com 150 km de largura contados a partir do limite internacional. Por fim, as faixas territoriais de cada lado do limite internacional compõem a zona de fronteira.

Rosière (2007) estabeleceu uma tipologia para a fronteira em que identificou três tipos: *morfológico*, ligado à natureza do traçado, ou à permeabilidade da fronteira; *genético*, ligado ao modo de formação da fronteira; e *controverso*, relacionado ao grau de contestação da fronteira. O autor afirma que existe ainda um conjunto heterogêneo de tipos de fronteira, onde estão incluídas: as organizações regionais; as fronteiras internas ou limites administrativos; e as fronteiras socioculturais.

As fronteiras socioculturais são descontinuidades maiores de natureza econômica ou étnica, às vezes visíveis no espaço (a paisagem) e geralmente sensíveis de um ponto de vista político. No entanto, os limites entre duas áreas socioculturais diferentes – de um ponto de vista linguístico, confessional ou socioeconômico – nem sempre é claro, sendo a evolução espacial dos idiomas um caso especial. As fronteiras linguísticas são objetos difíceis de entender, pois as

línguas podem evoluir ou se sobrepor, haja vista que elas não são objetos claros, cujos falantes ocupam um território com a exclusão de qualquer outro (ROSIÈRE, 2007).

Em seu trabalho sobre fronteira zona, Guichonnet e Raffestin (1974) elaboraram uma tipologia que propõe como critério o caráter mais ou menos simétrico ou assimétrico das relações de troca e a natureza do que é trocado entre os territórios contíguos. A malha de fronteiras entre os Estados impõe uma resistência às ações dos homens ou amplifica seus efeitos, tendo em vista que a fronteira às vezes é um recurso e outras vezes é um limitador.

No âmbito do Estado-nação, as fronteiras possuem, em tempos de paz, três principais funções: legal, fiscal e de controle. A função legal significa que no interior de uma linha política, que delimita o território nacional, prevalece um conjunto de instituições jurídicas que regem a existência de uma sociedade política. A função fiscal tem por objetivo defender o mercado interno do Estado-nação. Por fim, a função de controle tem por objetivo vigiar bens e pessoas que cruzam a fronteira do território nacional (GUICHONNET; RAFFESTIN, 1974).

Richard (2009), em seu trabalho sobre as fronteiras da União Europeia, afirma que nenhum trecho das fronteiras externas do bloco possui apenas uma função particular, como de barreira ou de interação. Para o autor, o que existe é a combinação de diversas funções e formas ao mesmo tempo. O efeito limitador de um trecho da fronteira pode variar segundo a escala ou o domínio considerado.

Não obstante as três funções tradicionais da fronteira, durante as últimas duas décadas, diversos trabalhos sobre fronteiras abordaram as suas novas funções e questionaram sua utilidade em virtude das mudanças que ocorriam no sistema de Estados nacionais (criação de blocos econômicos regionais – MERCOSUL, União Europeia, etc). Todavia, no atual cenário político internacional as fronteiras aparecem como lugar central, seja no combate aos imigrantes ilegais, seja nas rotas dos diversos tipos de tráfico (drogas, armas, biopirataria, pessoas, etc.).

Nas faixas de fronteira, o pouco respeito à lei desafia os limites de cada Estado nacional. Essa diluição dos limites nacionais ocorre devido à multiplicação de redes transfronteira, mas também em virtude da competição entre diferentes sistemas legais, sendo induzida pelos próprios Estados e por grandes organizações de caráter legal e ilegal.

Em regiões fronteiriças como a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai o comércio ilícito de drogas, associado às atividades de contrabando e lavagem de dinheiro mobilizam diversos tipos de rede, configurando uma atividade de caráter transnacional que opera em escala global.

Nesse contexto de instabilidade, a circulação informal – baseada em relações de parentesco, amizade ou semelhanças étnicas – é reforçada em detrimento da circulação regulada pela lei. Com isso, os nichos de corrupção se multiplicam, envolvendo desde a burocracia das aduanas a grupos sociais com negócios na faixa de fronteira, atingindo, por fim, organizações localizadas fora da faixa, que se aproveitam das oportunidades de lucro decorrentes do câmbio e das diferenças de legislação (MACHADO, 1998).

1.2 As múltiplas escalas da transfronteirização

A presente pesquisa parte da premissa de que os territórios fronteiriços devem ser analisados sob uma ótica multiescalar, na qual se cruzam as lógicas que operam nas escalas local, regional e internacional. Em virtude da espacialidade do processo decisório ocorrer nessas diferentes escalas, não é possível inferir o domínio de uma escala sobre outra (CASTRO, 2009). Uma abordagem que contemple tanto a grande como a pequena escala possibilita uma análise sobre a heterogeneidade e a homogeneidade dos fenômenos em um território (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983). Dessa forma, diferentes organizações, sejam do Estado ou da sociedade civil, responsáveis por ações que impactam as cidades da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai serão abordadas a partir de suas relações em diferentes escalas – internacional, nacional, regional, local.

O advento das regiões transfronteiriças, que ultrapassam os limites internacionais, está relacionado com os processos de reescalonamento econômico, político e social que se dão a partir do início da década de 1980, que contribuem para uma relativização de escala, com a perda de coerência entre economia nacional, Estado nacional e sociedade nacional que havia caracterizado o pós-guerra durante o período *fordista-keynesiano-wilsoniano.* Para Jessop (2004), as regiões transfronteiriças proliferaram seguindo o declive do protecionismo, o auge do neoliberalismo, o fim da Segunda Guerra Fria e os compromissos políticos para a

integração regional, embora a formação de algumas dessas regiões já ocorresse anteriormente.

Em uma região transfronteiriça como a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai a territorialidade nacional coexiste com diversas escalas de territorialidade acima e abaixo do Estado-nação. O que significa que a implantação e a eficácia de políticas territoriais dependerão da articulação de atores multiescalares – supranacionais, nacionais, regionais e locais.

Em relação à questão da coexistência de diferentes escalas de poder, nas regiões transfronteiriças da União Europeia a gestão territorial é feita através de uma governança multiescalar, ocorrendo uma coexistência das escalas de poder ao invés do prevalecimento da escala supranacional (LEMOS, 2013). Por sua vez, no MERCOSUL não há uma política supranacional com enfoque no desenvolvimento de regiões transfronteiriças devido ao baixo nível de institucionalidade do bloco – o FOCEM é voltado majoritariamente para demandas nacionais – e não existem fundos ou órgãos específicos para projetos transfronteiriços. As políticas para a fronteiras no âmbito do MERCOSUL – escala supranacional – são realizadas através de acordos bilaterais entre os países do bloco.

Nesse contexto, as iniciativas, projetos e propostas provenientes de atores das escalas nacional, regional e local causam importantes impactos na região transfronteiriça. Impactos cujos efeitos podem ser positivos – no âmbito da integração, da cooperação, do intercâmbio cultural e do desenvolvimento socioeconômico – ou negativos – crescimento da criminalidade, contrabando, tráficos diversos, etc.

1.3 Comunidades, redes de atores e novos usos políticos do território

Atores podem ser definidos como sujeitos que efetivamente constroem as diferenciações geográficas que proporcionam distintas regionalizações. Os atores clássicos nas relações internacionais são: o Estado – comumente confundido com a noção de governo –, o exército e a igreja. A noção de Estado possui um triplo significado, tratando-se de uma estrutura, uma autoridade e um território.

Os atores econômicos, na perspectiva da Geografia Política, são essencialmente as firmas nacionais e transnacionais, as instituições financeiras

internacionais e as organizações criminosas. Além de serem atores econômicos, esses podem exercer um papel geopolítico como centro de poder, atuando de forma estabilizadora ou desestabilizadora. A relação desses atores com o território – sendo mais ou menos dependentes – varia de acordo com o ramo de atividade econômica. As empresas dedicadas à exploração dos recursos naturais, por exemplo, são as mais afetadas por problemas geopolíticos, na medida em que elas apoiam sua atividade sobre o território. Por outro lado, as instituições financeiras (bancos, seguradoras, etc.) são mais desconectadas das limitações do território e raciocinam menos em termos de território (ROSIÈRE, 2007). Os tempos atuais testemunham mudanças nas relações entre os atores, que passaram a se articular em redes que interligam diretamente os níveis local e global, desde grandes corporações capitalistas até movimentos sociais de resistência (HAESBAERT, 2009).

Na literatura é possível encontrar uma vasta gama de conceitos que visam explicar a participação de diferentes tipos de atores, públicos e privados, nas fases de implementação de políticas públicas. A noção central desses conceitos é a de rede, ainda que muitas vezes eles estejam acompanhados de termos como comunidades, redes temáticas, redes profissionais, redes intergovernamentais, redes de produtores, subgovernos, etc. e os façam dialogar com temas semelhantes – clientelismo, corporativismo, pluralismo – e com modelos analíticos derivados, sobretudo, da sociologia das organizações (COSTA; BRACK, 2011).

Em regiões fronfeiriças, nas últimas décadas, a atuação dos atores vem sofrendo os impactos da modernização tecnológica, que facilita a formação e o funcionamento de redes transnacionais. Os processos de cooperação e interação transfronteiriça são conduzidos por atores que estão inseridos em redes sociais espacializadas. Essas redes são construções humanas, elaboradas no seio de relações sociais de todo tipo, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. Tais redes sociais são mutáveis, posto que são historicamente contextualizadas, como uma rede de parentesco – abrangendo os membros de uma família numerosa – ou uma rede formada por um grupo de cidadãos organizados em função de um interesse comum (CORRÊA, 2013).

Por fim, Rückert e Dietz (2013) ressaltam que os novos usos políticos que vêm sendo atribuídos às regiões fronteiriças derivam de processos de negociações multiescalares que envolvem os agentes ou policymakers das políticas externas dos

países e um grande conjunto de atores de diferentes escalas – local e regional-fronteiriça –, caracterizando novas formas de governança.

1.4 Nova ordem geopolítica: o novo regionalismo

Na esteira das transformações ocorridas no final dos anos 60 e início dos anos 70 nas estruturas produtivas e institucionais fordistas consolidadas no pós-guerra, surgiu um processo globalizador que, sedimentado sobre uma profunda revolução tecnológica, colocou em funcionamento um sistema em escala global e em tempo real. Nesse novo contexto, pós-fordista e globalizador, o novo regionalismo emergente ganhou força, empregando um reescalonamento espacial, tanto em nível do Estado como das formas de produção, reconstruindo a hierarquia dos cenários e vínculos entre as dimensões locais e globais e reduzindo o centralismo do Estado nacional. Esse reescalonamento pôs em cena o protagonismo das instâncias subnacionais – regionais e locais.

Na América Latina, a crise da década de 1980 fez com que os Estados da região adotassem novas estratégias. A crise, que ficou conhecida como “crise da dívida” em razão do agudo endividamento externo dos países do continente, tornou o Estado incapaz de continuar se apresentando como investidor. Foi nesse cenário que ganhou força uma ideologia voltada para a liberalização dos fluxos de comércio, através da abertura das economias nacionais e da progressiva redução da intervenção do Estado na economia. Na sequência dos acontecimentos, a emergência do “novo regionalismo” nos anos 90 representou uma mudança de estratégia dos países da região em relação às suas políticas de desenvolvimento.

O novo regionalismo insere-se no mesmo contexto histórico em que emerge a globalização econômica. A relação entre essas duas forças levantam alguns questionamentos: – Os blocos regionais facilitariam as trocas no plano multilateral ou acabariam por estimular que determinadas regiões se fechassem, dificultando uma maior integração em escala global?

Existem evidências empíricas de que tanto o “novo regionalismo” quanto o sistema multilateral de comércio se alimentam mutuamente, contribuindo para a expansão do comércio internacional. Os acordos regionais muitas vezes vão além do que preveem as regras de comércio multilateral, engendrando uma espécie de

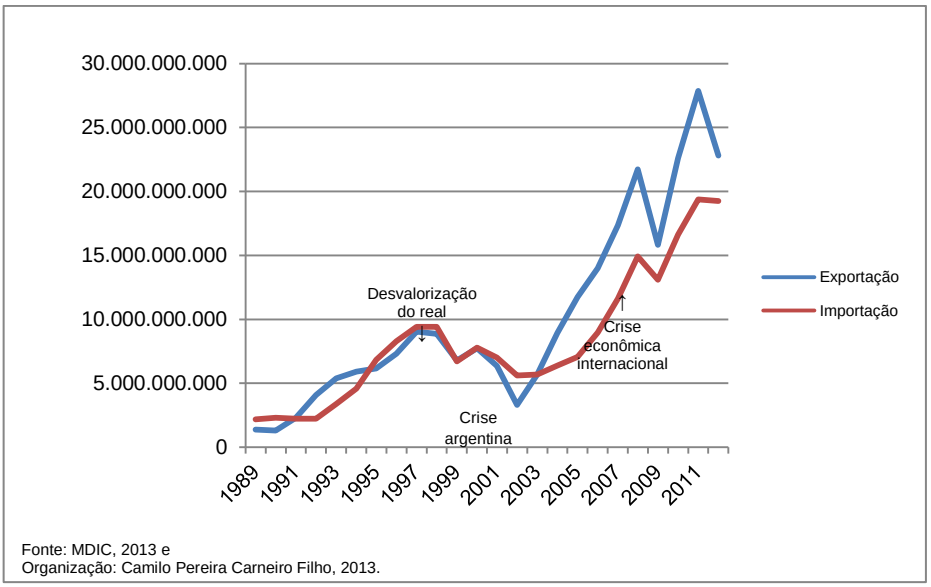
“minilateralismo” que pode ter consequências benéficas para o comércio global em geral.

Os blocos regionais de comércio surgiram como uma resposta politicamente organizada à globalização, tendo como objetivo a construção de um compromisso formal entre diversos Estados para a garantia de uma estabilidade econômica e uma melhor inserção no novo cenário internacional. O MERCOSUL constitui um exemplo do “novo regionalismo”, onde Brasil e Argentina colocaram em prática políticas de abertura comercial e de diminuição da presença do Estado na economia, partindo da ideia de que a crescente integração dos mercados dos países membros poderia reforçar a capacidade de cada um deles se inserir na economia mundial, cada vez mais integrada e competitiva.

No entanto, o debate atual sobre fronteiras e suas transformações ou transições demonstra um vigor renovado e de revisão de paradigmas. É importante lembrar que parte das predições dos anos 1980 e 1990 realizaram-se em cenários otimistas de aberturas relativas de fronteiras internas em mercados comuns consolidados ou em construção – caso do MERCOSUL – e a almejada “paz dos mercados” pretendida pelo novo regionalismo tem se mostrado incompleta e mesmo instável, considerando-se as desigualdades e assimetrias entre países e regiões do globo (RÜCKERT; SUPERTI; PORTO; CAMPOS, 2013).

De fato, a criação do MERCOSUL impactou a participação da América do Sul no total do comércio brasileiro. Apesar dos números das séries históricas demonstrarem uma evolução estável (gráfico 1), sem o MERCOSUL e a UNASUL a tendência seria o aumento das relações comerciais do Brasil com países de outros continentes – sobretudo China, EUA e países da UE –, comprometendo o fortalecimento regional.

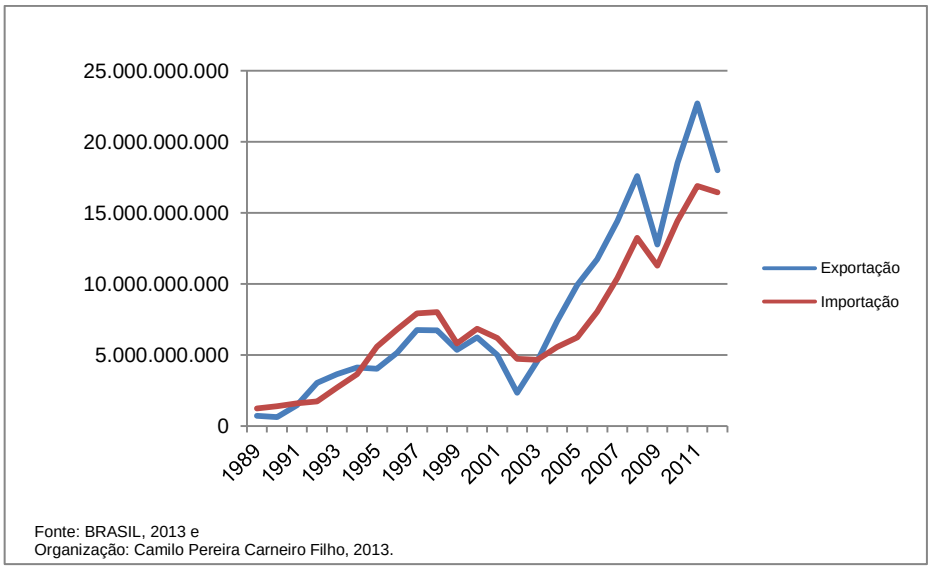
Gráfico 1 – Evolução do comércio Brasil-MERCOSUL.



Fonte: MDIC, 2013 e
Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

Nas últimas duas décadas, a evolução do comércio Brasil-MERCOSUL se desenvolveu de forma semelhante à evolução do comércio Brasil-Argentina, tanto em relação às importações como em relação às exportações (gráfico 2). Os gráficos 1 e 2 mostram alguns momentos de queda que refletem episódios históricos onde comércio entre os dois países foi reduzido, como a desvalorização do real em 1999 (também conhecido como “efeito samba”, que foi um forte movimento de queda do real), a cise argentina de 2001 (período iniciado com a queda do PIB real argentino em 1999 e que só terminou em 2002) e a crise econômica internacional ocorrida em 2009 (causada pelo desequilíbrio na maior economia do mundo, os Estados Unidos).

Gráfico 2 – Evolução do comércio Brasil-Argentina.

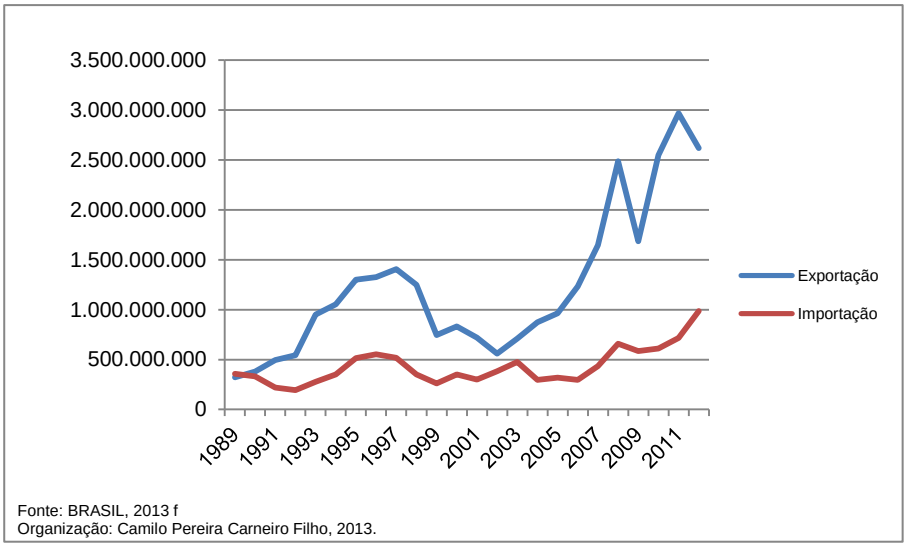


Fonte: BRASIL, 2013 e
Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

A evolução do comércio Brasil-Argentina se explica pelo peso da economia dos dois parceiros no conjunto do bloco e pelos constantes embates dos governos argentino e brasileiro no tocante ao equilíbrio da balança comercial dos dois países – realizada às custas de inúmeras medidas protecionistas completamente contrárias aos fundamentos do MERCOSUL, que previam a livre circulação de mercadorias.

Por outro lado, entre 1989 e 2012, as exportações do Brasil para o Paraguai tiveram um aumento muito maior do que as importações daquele país para o Brasil (gráfico 3). Fato explicado pela brutal diferença de tamanho entre os parques industriais dos dois países e pela dependência do Paraguai em relação ao setor primário da economia – sobretudo à exportação de commodities como a soja. No ano de 2010, dos dez principais produtos brasileiros importados pelo Paraguai todos eram industrializados. Por sua vez, no mesmo ano, dos dez principais produtos do Paraguai importados pelo Brasil, seis eram agrícolas (BRASIL, 2013 d).

Gráfico 3 – Evolução do comércio Brasil-Paraguai.



Fonte: BRASIL, 2013 f
Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

Para Roseira (2011), ainda que os processos de integração sejam muito influenciados por uma lógica mercantilista, eles também constituem iniciativas que impulsionam a autonomia regional. Nesse sentido, Senhoras (2008) afirma que a América do Sul constitui um verdadeiro laboratório para a compreensão do espaço internacional contemporâneo pós-Guerra Fria, haja vista a construção empírica recente de uma pluralidade de projetos de integração – MERCOSUL, CAN, OTCA, CASA, UNASUL e IIRSA.

Processos em que as grandes empresas oligopolistas surgem com status de atores protagonistas, uma vez que elas fazem uso de estratégias de produção e mercado regionais ou macro-regionais, e possuem estratégias tecnológicas e financeiras globais. Os interesses das grandes empresas oligopolistas estão por trás do emaranhado superposto de acordos bilaterais entre blocos regionais e países que provoca um fenômeno que ficou conhecido pelo nome de *Spaghetti bowl*[9] – efeito tigela de espaguete, em português.

[9] O efeito *Spaghetti bowl* é um fenômeno da política econômica internacional que se refere à complicação que surge a partir da aplicação das regras internas com origem nos acordos de livre comércio entre as nações signatárias. O efeito conduz a uma política comercial discriminatória porque a mesma mercadoria é submetida a diferentes tarifas e trajetórias de redução tarifária para fins de preferências domésticas.

1.5 A discussão de regiões transfronteiriças e o processo de transfronteirização

Regiões transfronteiriças e o processo de transfronteirização são conceitos em construção. Não existe uma teoria geral sobre fronteiras, ainda que não se possa negar a importância de estudos e contribuições à questão, como os trabalhos de Guichonnet e Raffestin, 1974; Raffestin, 1986, 1992; e Foucher, 1991. Por esse motivo o conceito de região transfronteiriça tem sido utilizado de forma relativamente livre em trabalhos que abordam diferentes casos de cooperação binacional, eurorregiões transfronteiriças, estudos de fluxos de pessoas e mercadorias, entre outros (RÜCKERT; DIETZ, 2013).

No entanto, é possível afirmar que a existência de uma região transfronteiriça pressupõe uma fronteira com certo nível de porosidade (a abertura prevalece sobre o fechamento), que é reconhecida pelos Estados (linha estável), onde os conflitos inexistam (fronteira apaziguada) e o vínculo prevaleça sobre a separação – com trocas estruturadas, organizadas e duradouras que se efetuam ao longo de curtas distâncias.

Uma região transfronteiriça pode ser entendida como um lugar vivo, onde atores não institucionais estão mobilizados, onde pequenos espaços são confrontados com espaços nacionais e solidariedades locais têm o desempenho medido como acesso aos mercados internacionais (PINHEIRO, 2009). Um tipo de região formado pela integração de duas ou mais cidades e que pode ser enquadrado na definição de “arranjo-regional”. Para Moura (2009), regiões transfronteiriças constituem arranjos concentradores de população, com relevância econômico-social e na infraestrutura científico-tecnológica, possuindo também relativa densidade urbana e forte articulação regional.

A autora chega a sugerir uma extensão para o perímetro de um arranjo regional (200 km) em sua definição sobre o mesmo:

> Morfologicamente, absorvem em uma unidade espacial, contínua ou descontínua, mais de uma aglomeração urbana ou centros urbanos, e suas áreas intersticiais urbanas e rurais, que em seu processo de expansão física desmesurada estreita relações e divide funções com aglomerações vizinhas, em extensões localizadas em raios de aproximadamente 200 km, porém sem configurar limites precisos. Em constante movimento, propiciam vínculos com arranjos singulares e outras aglomerações mais distantes, estendendo sua influência para além dos limites estaduais (MOURA, 2009, p. 26).

Outra característica de arranjos regionais como as regiões transfronteiriças é a extrema complexidade que elas apresentam, haja vista a multiplicidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais que as atravessam, bem como as relações de poder que nelas são materializadas. As diversas escalas de poder que se sobrepõem nas regiões transfronteiriças são elementos que por um lado potencializam a cooperação internacional e por outro lado dificultam-na, em virtude das inúmeras instâncias de poder (local, regional e nacional) com arcabouços legais e procedimentos administrativos diferentes (MOURA, 2009).

Transações transfronteiriças baseadas em proximidades e complementaridades geográficas sempre existiram em níveis regionais e sub-regionais, com exceção das situações em que são proibidas pelos Estados em razão de preocupações políticas de segurança ou econômicas. Ao longo do tempo, as regiões transfronteiriças se converteram em objetos específicos de políticas e não somente em territórios econômicos espontâneos e naturais (JESSOP, 2004).

No decorrer da década de 1990, muitos autores europeus defendiam que a cooperação transfronteiriça era um fator importante para o desenvolvimento de regiões de fronteira. Adotando-se os imperativos da eficiência e da racionalização seria possível transferir certos problemas de uma administração puramente estatal e central para a responsabilidade de atores locais que são mais operacionais. Para Courlet (1996), as relações entre fronteiras levariam ao surgimento de um novo tipo de espaço, mais funcional e mais apto a responder aos problemas resultantes do processo de globalização da economia.

Os primeiros anos do século XXI e a crise da União Europeia colocaram em xeque a visão romantizada da cooperação transfronteiriça. Apesar das dificuldades vividas pelo bloco europeu, é inegável a importância das regiões transfronteiriças em suas políticas de integração. Praticamente todas as fronteiras da UE participam de algum tipo de região transfronteiriça, sendo que atualmente existem mais de setenta tipos desses arranjos territoriais na Europa, operando sob nomes como eurorregiões ou comunidades de trabalho (PERKMANN, 2007).

Por sua vez, no MERCOSUL as fronteiras continuam enfrentando obstáculos que dificultam a integração territorial e questões a ela inerentes, como: a circulação do trabalho; a circulação de mercadorias; o acesso a serviços públicos de saúde e educação; o direito a moradia, entre outros.

1.6 O papel das regiões transfronteiriças na unidade dos blocos econômicos

As regiões transfronteiriças passaram a desempenhar um papel importante no âmbito do processo de fortalecimento e/ou criação de blocos econômicos regionais que emergiu a partir dos anos 90. Um processo de integração regional que surgiu de forma compatível e subordinada a outro, mais amplo, de abertura multilateral, que fora impulsionado por organismos como o FMI, o Banco Mundial e negociado por meio do GATT/OMC.

Na década de 1990, diversos autores desenharam um futuro positivo para as regiões transfronteiriças. Foi muito difundida a ideia de que, ao longo do tempo, as regiões de fronteira criam complementaridades independentemente das macrodecisões nacionais, através dos fluxos de pessoas, bens e serviços, onde as vantagens econômicas comparativas – decorrentes das diferenças de câmbio – são aproveitadas (FARRET, 1997). Nesse sentido, sob a ótica otimista do início do MERCOUSL, Schäffer (1993) afirmou a importância do bom relacionamento e da união entre os habitantes dos diferentes lados da fronteira, para que juntos e mais fortes solucionassem problemas comuns e buscassem o crescimento e o desenvolvimento.

> Na perspectiva da integração regional, as áreas de fronteira emergem como espaços que devem receber uma análise diferenciada. Os conceitos tradicionais de fronteira, enquanto recortes da nacionalidade que se tornam visíveis pela presença de símbolos nacionais e, sobretudo, pelos equipamentos militares aí instalados, perdem vigor em face do objetivo de "crescer juntos" e juntos buscar a solução para problemas comuns (SCHÄFFER, 1993, p. 11).

Nos últimos vinte anos, enquanto os mercados se abriam no rastro da globalização, fazendo com que os países fossem cada vez mais interdependentes, o Estado-nação passava a ser visto por numerosos observadores como obsoleto no plano econômico. Era o tempo do surgimento e da consolidação dos blocos econômicos regionais – UE, Nafta, MERCOSUL, etc.

Na América do Sul, o papel das regiões transfronteiriças passou a ganhar maior destaque duas décadas antes da criação do MERCOSUL. No ano de 1969, quando regimes militares que governavam os países da região aventaram a proposição de uma política transnacional que abrangia a fronteira. O Tratado da Bacia do Prata, assinado naquele ano por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e

Uruguai, tinha como objetivo a promoção do desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável. O tratado abrangia temas como navegação, utilização racional da água, preservação ambiental, interconexões viárias, de energia e telecomunicações, complementação econômica em áreas limítrofes.

Em 1988 foi assinado o protocolo 23 do Acordo de Integração e Cooperação Econômica Argentina-Brasil, denominado “Regional Fronteiriço”, que oficializou a participação da região, constituída por estados brasileiros – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – e províncias argentinas – Misiones, Corrientes, Entre Ríos, Santa Fé, Chaco e Formosa (OLIVEIRA, 1994).

Com a implementação do MERCOSUL as relações entre os países membros e as interações transfronteiriças passaram a ser temas em voga no cenário político sul-americano. Hoje em dia, a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai está na pauta de discussões que envolvem projetos e acordos internacionais – IIRSA, PAC 2, UNASUL, etc. No entanto, diferentemente da UE, o MERCOSUL conta com um nível institucional baixo, não possui um órgão como o Comitê das Regiões e assim os problemas e projetos ligados às regiões transfronteiriças são tratados caso a caso pelos poderes executivo e legislativo dos Estados membros. Além da instância federal, prefeituras e governos de estados, departamentos e províncias participam nas políticas para a fronteira.

Essa carência de institucionalidade do bloco foi uma das causas da criação do FOCEM – Fundo para Convergência Econômica do MERCOSUL. Destinado a financiar projetos em benefício das economias menores do MERCOSUL, o FOCEM entrou em operação em 2006 e é composto por desembolsos dos quatro países fundadores do bloco, em diferentes proporções de acordo com a participação no PIB.

O maior beneficiado pelo FOCEM é o Paraguai, que até 2010 contava com 16 projetos aprovados e 73% dos recursos distribuídos (U$ 583 milhões). O segundo maior beneficiado é o Uruguai, que até 2010 recebeu 18% dos recursos distribuídos para oito projetos (U$ 147 milhões). Entre os projetos financiados estão a reabilitação de uma ferrovia no Uruguai, a instalação de saneamento básico em São Borja e o projeto binacional de Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil-Acegua/Uruguai. O FOCEM é o primeiro e mais importante passo para combater as

assimetrias entre as economias mais poderosas e as mais fracas do MERCOSUL, no entanto essa iniciativa é insuficiente para solucionar os problemas socioeconômicos das regiões transfronteiriças do bloco (BRASIL, 2010).

Além disso, ao contrário do que ocorre na União Europeia, as políticas de integração do MERCOSUL pouco levam em conta os interesses dos habitantes dos territórios transfronteiriços onde as obras e leis se materializam. As principais iniciativas de integração em curso são dirigidas desde as capitais econômicas e políticas (Buenos Aires, São Paulo e Brasília) e no entender de Arroyo (1997) são determinadas pelo grande capital, no sentido de garantir a fluidez do território, principalmente através da infraestrutura viária e de comunicações que viabilizam os movimentos de fluxos (mercadorias, capitais, informações) e facilitam a integração entre os diferentes subespaços do território estatal.

As grandes empresas multinacionais, ao mesmo tempo em que usufruem dessa maior fluidez no território, reforçam-na em benefício próprio, ampliando suas atividades além das fronteiras dos Estados e reorganizando sua estrutura interna.

> Os projetos das grandes empresas, impostos pela tirania das finanças e trombeteados pela mídia, acabam, de um jeito ou de outro, guiando a evolução dos países, em acordo ou não com as instâncias públicas frequentemente dóceis e subservientes, deixando de lado o desenho de uma geopolítica própria a cada nação e que leve em conta suas características e interesses (SANTOS, 2000, p.155).

Grimson (2002) defende que é preciso se estabelecer uma diferença entre a integração da região transfronteiriça e a integração do MERCOSUL. Para ele o MERCOSUL é um acordo de metrópoles (São Paulo-Buenos Aires) que contrapõe o grande ao pequeno, o acordo político à convivência histórica. Dessa forma, haveria uma contraposição entre MERCOSUL e integração.

Uma integração que gere benefícios aos habitantes das cidades gêmeas situadas sobre o limite internacional carece de iniciativas como, por exemplo, a criação de regiões transfronteiriças como as que existem na UE. Para tanto, os Estados do MERCOSUL demandariam o uso de outros fundos além do FOCEM. Seria importante também criar dispositivos legais que garantissem a participação dos poderes executivo e legislativo em escalas local e regional nas iniciativas de integração transfronteiriça.

Por sua vez, na União Europeia, as recentes crises econômicas ocorridas em países membros do bloco, bem como as recentes propostas da França para rever o Acordo Schengen[10] deram um enfoque maior e resgataram antigas concepções do tema fronteira. Na academia, artigos escritos há pouco tempo, que defendiam uma possível porosidade das fronteiras acompanhada de uma eventual perda do sentido dos limites internacionais e que pregavam o enfraquecimento do sistema interestatal, precisam hoje ser revistos.

Concomitantemente à crise vivenciada pelo bloco europeu, que faz com que as tradicionais funções da fronteira sejam reforçadas – controle, barreira, etc. – as regiões transfronteiriças mostram-se ferramentas importantes para a manutenção das interações e do bom relacionamento entre os países membros do bloco. Tanto as complementaridades como o histórico de relações entre vizinhos de países limítrofes são importantes instrumentos no desenvolvimento da cooperação transfronteiriça. Elas constituem uma das principais estratégias de coesão econômica e social da UE.

Consideradas no passado como territórios periféricos, as regiões transfronteiriças constituem, no presente, um campo de intervenção particular no sentido de uma Europa próspera, com disparidades socioeconômicas reduzidas (METROBORDER, 2010). O papel da cooperação transfronteiriça é reconhecido pelo Conselho da Europa, que exalta sua importância na promoção da estabilidade democrática e na compreensão mútua entre os Estados e os povos, através do diálogo e de parcerias que vão além dos limites fixados pelas fronteiras.

Na UE, existe uma vontade política de se promover e facilitar a cooperação transfronteiriça, particularmente através de instrumentos como a Convenção Madrid – aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa, em 1980 – e a celebração de acordos intergovernamentais. Apesar da não adoção de normas ou convenções importantes por certos Estados membros da União Europeia (como a adoção do Euro ou a inserção no espaço Schengen, por exemplo), o processo de integração europeu continua. A abertura de fronteiras interiores e o contínuo

[10] Schengen é um acordo criado em 1985 (assinado na cidade luxemburguesa que lhe deu o nome) para possibilitar a existência de um espaço sem controle de fronteiras na Europa. Até dezembro de 2011, 26 países europeus faziam parte do Espaço Schengen. O Acordo Schengen sofreu um primeiro revés quando em 7 de abril de 2011, a França reativou os postos de controle aduaneiros com a Itália em virtude do grande número de imigrantes africanos que estavam entrando em território francês por aquela fronteira (na ocasião o governo Itália concedera vistos temporários a refugiados tunisianos e líbios, o que os permitiu circular no Espaço Schengen).

alargamento da UE conduziram à integração de um número crescente de zonas fronteiriças e aumentaram as fronteiras exteriores do bloco.

No âmbito da política de coesão da União Europeia, em 1989, foi criado o programa INTERREG, que forneceu um suporte importante aos projetos apoiados pelos atores locais. O programa visa promover a cooperação entre regiões europeias e o desenvolvimento de soluções comuns no âmbito do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, do desenvolvimento econômico e da gestão do meio ambiente. O número de regiões transfronteiriças na Europa aumentou a partir da década de 1990 em virtude da entrada em vigor do INTERREG, ainda que, de acordo com Perkmann (2007), elas tenham uma longa tradição na Europa Ocidental – a criação da Região do Reno Superior se deu em 1965, por exemplo.

Órgão mais importante da política europeia para regiões transfronteiriças por ser o foro onde são representadas as autoridades locais e regionais, o Comitê das Regiões (foto 1) tem um peso relevante, pois a legislação da UE reza que sempre que a Comissão Europeia apresentar uma proposta legislativa ela será obrigada a consultar o Comitê das Regiões quando a matéria afetar diretamente as autoridades locais e regionais (EUROPA, 2012).

No Comitê das Regiões os representantes das regiões transfronteiriças dos países da UE propõem e discutem projetos de cooperação transfronteiriça em prol do desenvolvimento e da diminuição de desigualdades entre países e regiões do bloco. A iniciativa é importante, tendo em vista que as fronteiras são áreas de menor desenvolvimento socioeconômico nos países.

Foto 1 – Sede do Comitê das Regiões, em Bruxelas (CARNEIRO Filho, 2012).

Em suma, o presente capítulo teve como objetivo, em um primeiro momento, apresentar os conceitos de fronteira, bem como suas funções clássicas e modernas. Na sequência foram abordadas as múltiplas escalas de transfronteirização e seus atores, a nova ordem geopolítica, com o novo regionalismo e o pensamento neoliberal, que influenciou o surgimento do MERCOSUL e da União Europeia. O capítulo traz ainda uma discussão acerca das regiões transfronteiriças e o papel das mesmas na unidade dos blocos econômicos e, por fim, expõe a importância dos fundos de suporte para projetos de cooperação e faz uma breve introdução do funcionamento dos institutos da UE, que serão detalhados mais adiante.

2. A EXPERIÊNCIA DE CAMPO NA GRANDE RÉGION SARLORLUX

O presente capítulo reflete os trabalhos de investigação do autor na região transfronteiriça europeia conhecida por Grande Région SarLorLux, ou simplesmente Grande Région, que abrange territórios de quatro países – Luxemburgo, França, Alemanha e Bélgica. Com o intuito de compreender a experiência europeia, tanto no âmbito da integração entre países como na formação e institucionalização de regiões transfronteiriças e sua gestão territorial, o autor realizou trabalhos de campo na Grande Région nos meses de fevereiro e abril do ano de 2012.

Inicialmente serão apresentadas as regiões transfronteiriças e seu funcionamento, pautado em uma governança em múltiplos níveis ou escalas. Na sequência, o instrumento da União Europeia intitulado GECT – Grupo Europeu de Cooperação Territorial – será abordado, com destaque para o GECT Grande Région, que terá sua história e sua dinâmica detalhadas no final do capítulo.

2.1 Regiões transfronteiriças europeias: a governança em múltiplos níveis

Geralmente, ao pensarmos nas regiões fronteiriças europeias, onde as barreiras políticas aparentemente foram removidas completamente, temos a expectativa de encontrar uma forte interação econômica, haja vista a livre circulação de pessoas e de trabalho, além da existência de uma moeda comum em grande parte dos países da UE. Uma vez que o problema das fronteiras internas do bloco foi "resolvido" politicamente, no sentido dela não mais atuar como uma barreira política que mantém o 'outro' para fora, podemos esperar uma interação viva.

A realidade, no entanto, é outra. Quando estamos de pé na fronteira aberta entre os Países Baixos e a Alemanha, por exemplo, podemos ver muitos caminhões originários de diferentes países atravessando o limite internacional. Todavia, isso não significa a existência de uma forte interação econômica entre as regiões que se tocam na fronteira. A interação econômica entre muitas regiões fronteiriças europeias tende a ser bastante fraca. Os caminhões, na maioria das vezes apenas atravessam as regiões fronteiriças (ANDERSON; WEVER, 2003).

Com o objetivo de reverter essa situação, em muitas das fronteiras foram estabelecidos arranjos institucionais que resultaram nas chamadas Eurorregiões, em

que cidades de ambos os lados participam. A lógica por trás da criação das Eurorregiões é que a fronteira é uma barreira que deve ser superada a fim de criar possibilidades para as empresas e habitantes de cooperar com empresas da outra parte da Eurorregião.

Nesse sentido, foi criada a convenção europeia sobre cooperação transfronteiriça entre coletividades territoriais, também conhecida com o nome de Convenção de Madrid, assinada pelos Estados membros do Conselho da Europa em 25 de maio de 1980. Seu texto foi aditado por dois protocolos adicionais dedicados à cooperação transfronteiriça (1995) e interterritorial (1998). A implementação dessa convenção conduziu à assinatura de acordos bilaterais e multilaterais que definiram, fronteira por fronteira, as modalidades particulares de cooperação transfronteiriça para as comunidades e atores públicos locais situados de uma parte e de outra das fronteiras envolvidas. Dessa forma, nas fronteiras internas da União Europeia passou a ser desenvolvida uma governança em múltiplos níveis.

A governança em múltiplos níveis pode ser definida como uma alternativa aos modelos predominantes centrados sobre o Estado nacional. Trata-se de um sistema de negociação contínua entre governos de diferentes níveis territoriais – local, regional, nacional –, o que implica uma forte mobilização de atores governamentais e não governamentais em diferentes níveis nas redes políticas (MARKS, 1993).

Consciente dos obstáculos impostos pelas fronteiras e desejosa de responder aos desafios ligados ao alargamento do bloco, a Comissão Europeia propôs, em 2004, a criação de um instrumento de cooperação em nível comunitário com o apoio dos atores locais. Esse instrumento foi destinado inicialmente a reduzir os obstáculos e dificuldades nas diferentes legislações nacionais no decorrer da implementação de projetos de cooperação transfronteiriça, transnacional e interregional. Essa iniciativa foi apoiada e reforçada pelo Parlamento Europeu e pelo Comitê das Regiões.

Finalmente, após numerosos debates entre órgãos europeus – Parlamento e Conselho da União Europeia –, em julho de 2006, foi aprovada a criação do GECT – Grupo Europeu de Cooperação Territorial. Regulado por um dispositivo legal e adotado em todo o território da União Europeia a partir de 1° de janeiro de 2007 (CAHIERS, 2008).

2.2 Grupo Europeu de Cooperação Territorial – GECT

Construir uma cooperação transfronteiriça demanda ultrapassar a fronteira quanto objeto instituidor de uma separação. Com o objetivo de estimular a cooperação transfronteiriça, a UE instituiu o Grupo Europeu de Cooperação Territorial (GECT), um instrumento dotado de personalidade jurídica, dedicado à cooperação.

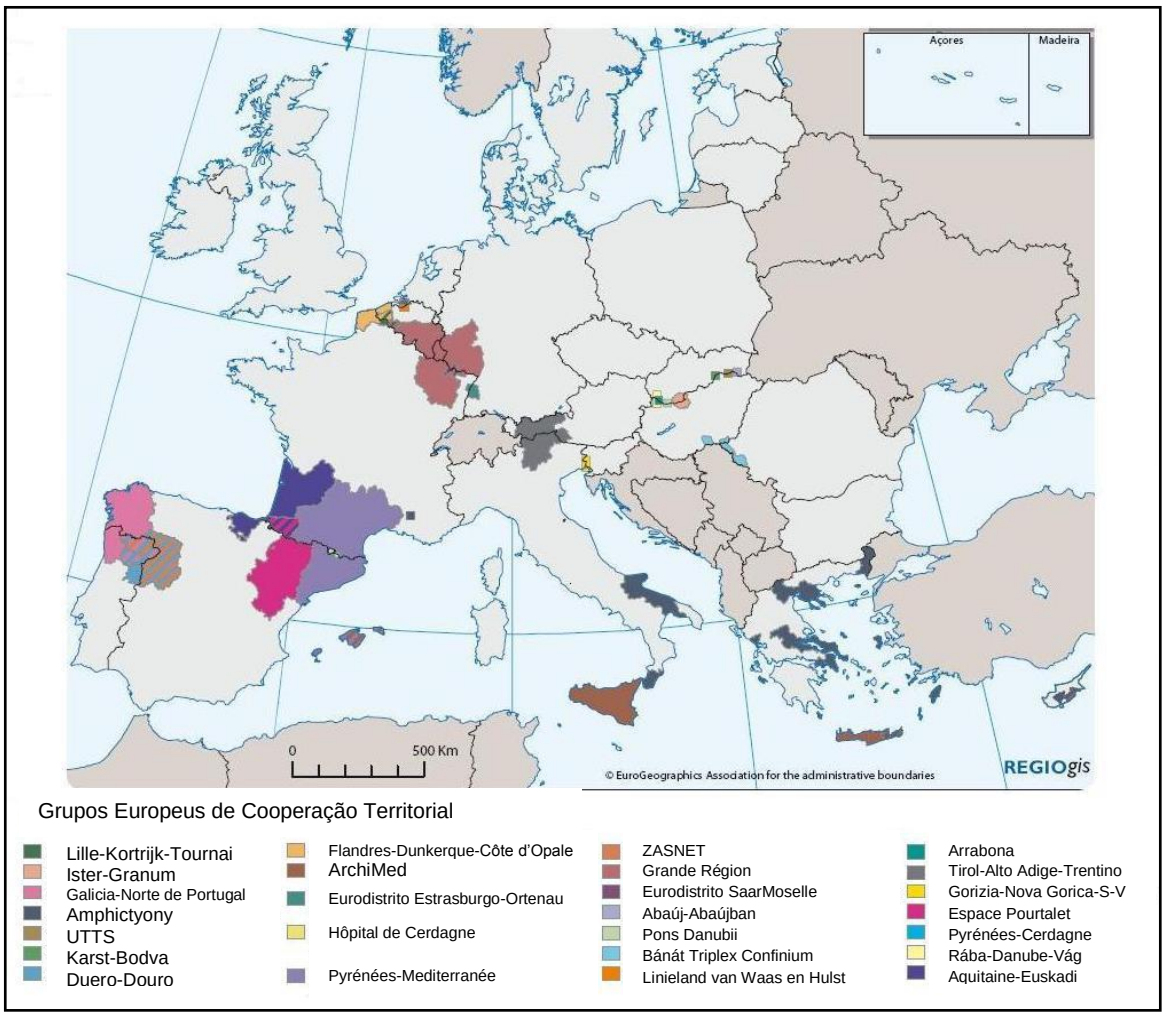


Figura 1 – Os 26 Grupos Europeus de Cooperação Territorial (Adaptado de: MOT, 2013).

O instrumento funciona com apoio do INTERREG[11] e com recursos do FEDER e tem como objetivo estimular a cooperação entre regiões no bloco. Essa ferramenta vem possibilitando a criação de acordos intergovernamentais que têm se

[11] Atualmente em sua quarta edição, o plano 2007-2013 do programa INTERREG possui um orçamento total de € 321 milhões (INTERREG IVC, 2013).

materializado em algumas cidades fronteiriças. A criação de um GECT demanda a delimitação dos territórios (províncias, cidades ou Estados) que dele farão parte, uma vez que é exigida a participação dos representantes (prefeitos, governadores, chefes de Estado, etc.) de cada unidade membro da região transfronteiriça para sua instituição e manutenção.

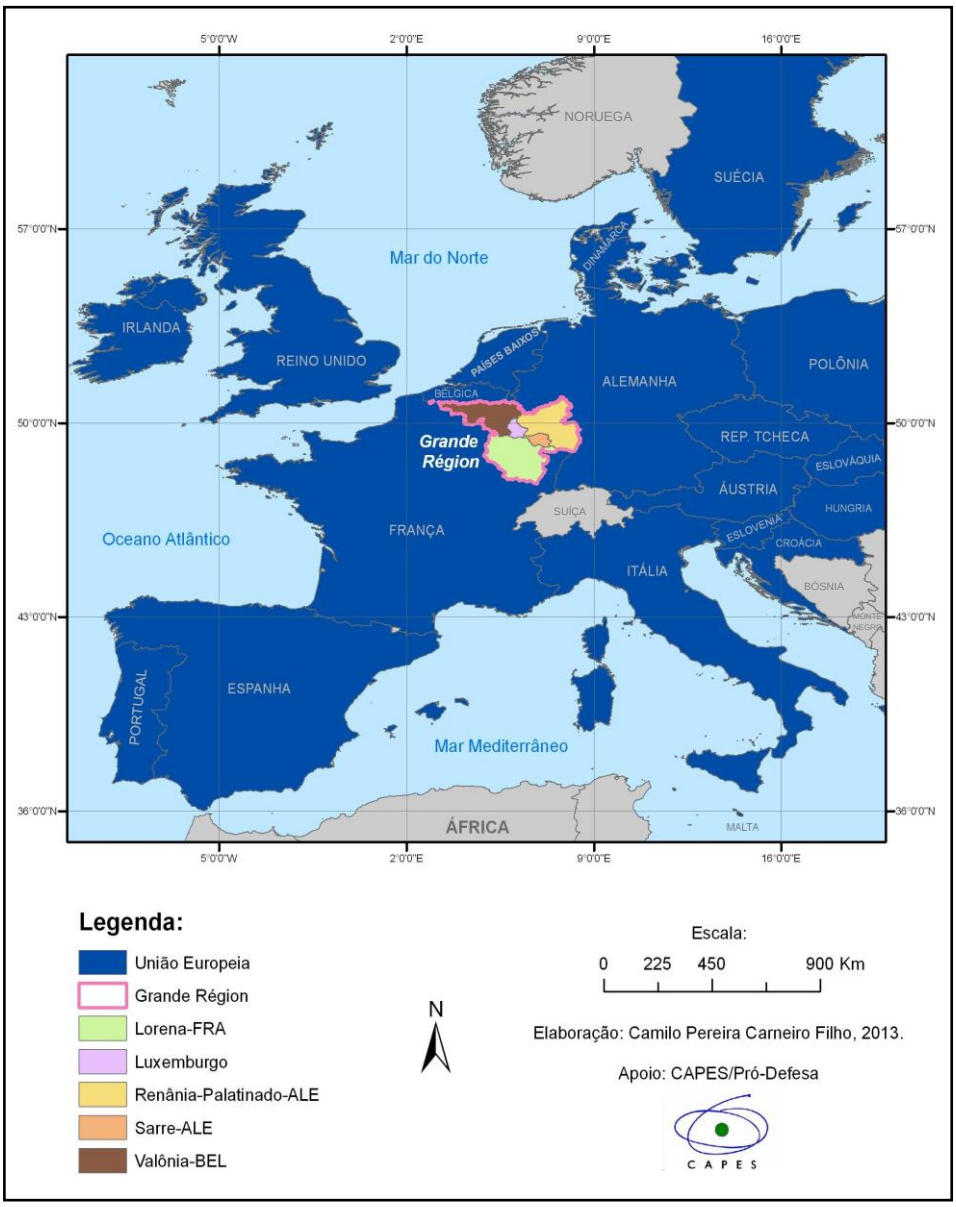
A política de coesão comunitária da União Europeia estabeleceu um objetivo de cooperação territorial, fornecendo assim um verdadeiro valor agregado à redução das disparidades entre territórios do espaço do bloco e fortalecendo a figura do GECT (CAHIERS, 2008). O GECT se distingue de outros instrumentos provenientes da Convenção de Madrid, uma vez que seu campo de aplicação vai além do domínio da cooperação territorial transfronteiriça. Ele beneficia os vinte e oito Estados membros da União Europeia e está aberto a uma ampla gama de parcerias, devendo atender aos desafios da cooperação transfronteiriça e facilitar e promover a cooperação transfronteiriça transnacional e interregional entre seus membros.

Funcionando de acordo com o princípio da subsidiariedade, cada GECT possui um regulamento que define uma base comum e refere-se a muitos pontos de direitos internos de seus membros. Atualmente existem vinte e seis GECTs, que na prática constituem regiões transfronteiriças dotadas de personalidade jurídica, sendo responsáveis pela iniciativa e gestão de diversos projetos de cooperação em áreas como educação, transporte, saúde, energia, cultura, lazer, etc. (figura 1).

Dos vinte e seis GECTs existentes, vinte e três são de duração ilimitada e três de duração limitada, sendo que em todos eles são desenvolvidos diferentes tipos de cooperação. No GECT Eurodistrito Estrasburgo-Ortenau, por exemplo, também conhecido por Região Transfronteiriça do Reno Superior, existe uma cooperação institucional trinacional franco-germano-suíça e são desenvolvidas políticas territoriais dos Estados francês, suíço, alemão e da União Europeia. Entre os resultados da cooperação transfronteiriça estão: o aeroporto binacional Basiléia-Mulhouse; a administração comum franco-alemã do porto fluvial de Kehl; e a construção do parque do Jardim das Duas Margens, ao longo do rio Reno, compartilhado pelas cidades de Estrasburgo-FRA e Kehl-ALE (RÜCKERT, 2012).

Por sua vez, a Grande Région, primeiro GECT criado por um programa europeu para ter uma gestão única, possui mais de duzentos mil trabalhadores transfronteriços e figura no topo do ranking das regiões fronteiriças da UE. O GECT

Grande Région possui um simbolismo muito importante na unidade do bolco, haja vista que foi um dos principais palcos de duas Guerras Mundiais.

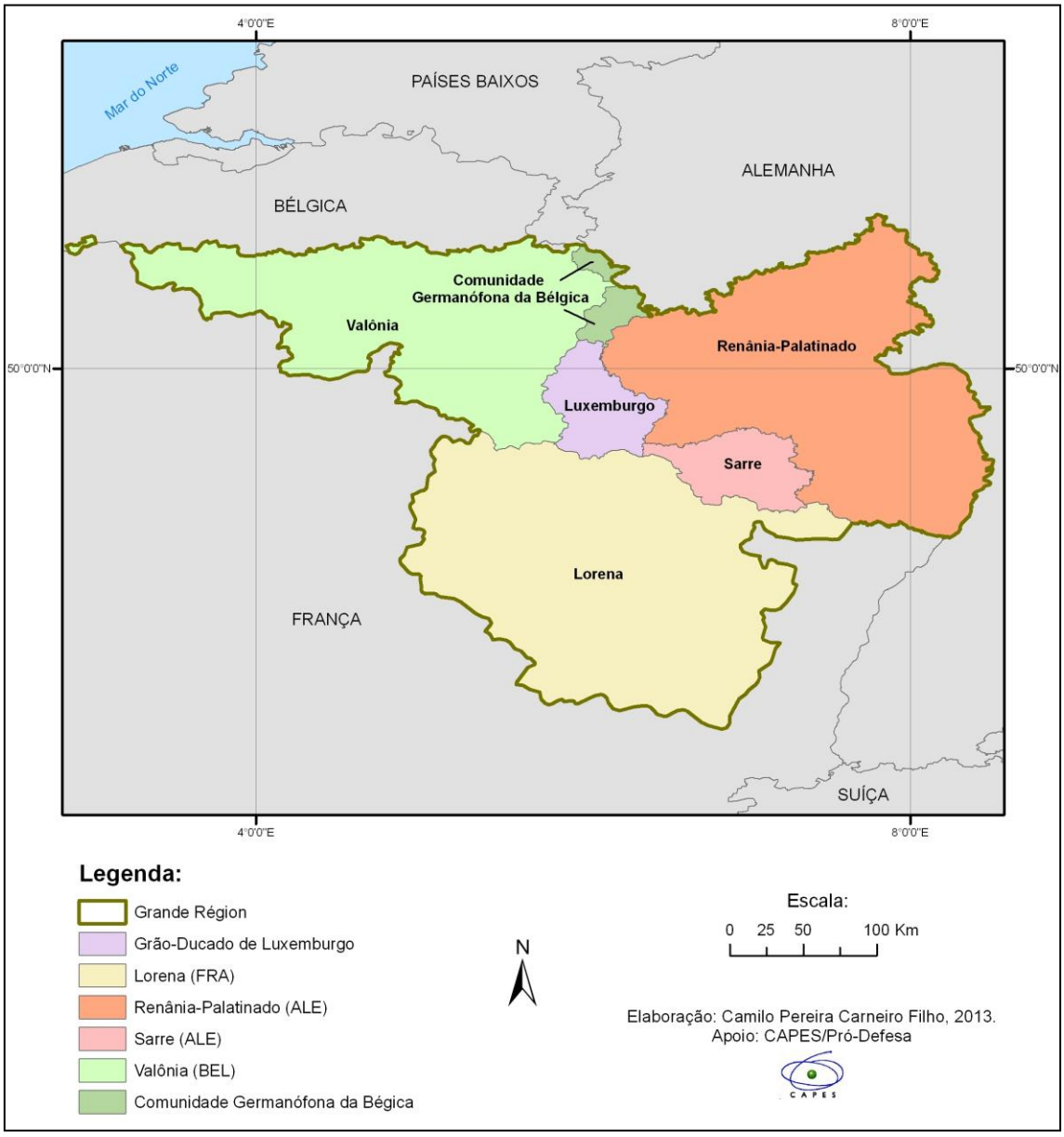


Mapa 4 – Localização do GECT Grande Région na União Europeia.

2.3 A cooperação transfronteiriça na Grande Région

Situada entre os rios Reno e Mosela, o GECT Grande Région ocupa uma superfície total de 65.401 km², que abrange o Grão-Ducado de Luxemburgo, a região francesa da Lorena, a região belga da Valônia (que inclui a comunidade

germanófona da Bélgica) e os estados alemães do Sarre e da Renânia-Palatinado (mapa 5).



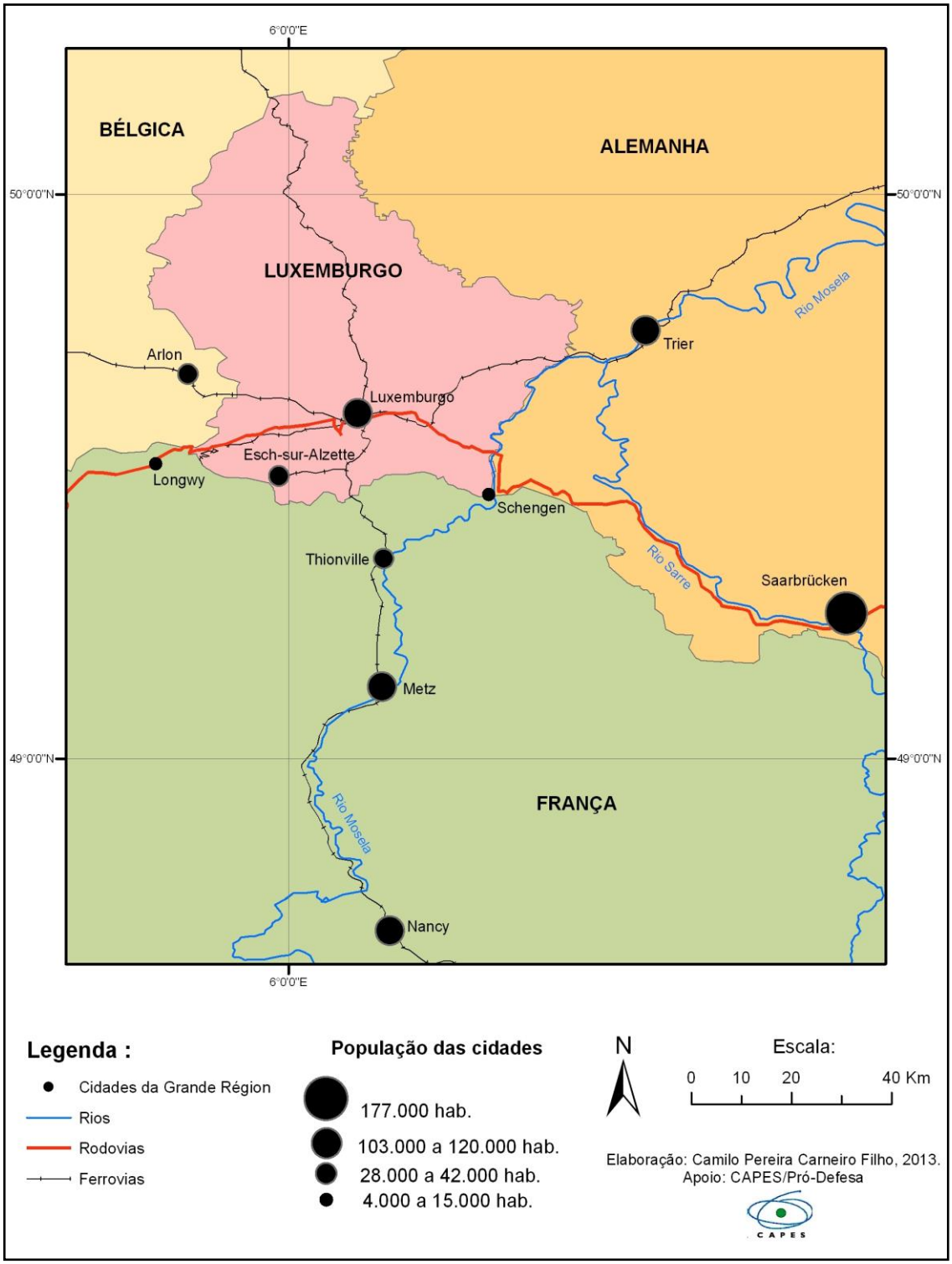
Mapa 5 – Membros do GECT Grande Région.

A história da Grande Région foi moldada pelas indústrias metalúrgica e siderúrgica implantadas no século XIX. No entanto, a concorrência internacional fez com que a partir da segunda metade do século XX a maior parte das indústrias dos setores tradicionais fechasse as portas.

Foto 2 – Antiga siderúrgica nos arredores da cidade de Saarbrücken, Sarre, Alemanha (CARNEIRO Filho, 2012).

Os entusiastas do GECT Grande Région afirmam que ele pode ser considerado um exemplo de cooperação transfronteiriça durável em escala regional, onde a fronteira parece ter perdido sua atribuição de separação para tornar-se uma interface. O espaço transfronteiriço é organizado em torno do Grão-Ducado de Luxemburgo, o polo de empregos mais importante, que atrai um grande número de trabalhadores que residem nas proximidades da fronteira luxemburguesa, nos territórios de França, Bélgica e Alemanha.

O setor de serviços emprega um grande número de trabalhadores fronteiriços, o alto custo da moradia no Grão-Ducado explica as migrações pendulares e o tráfego carregado nas rodovias luxemburguesas. É forte a interação entre a capital do Grão-Ducado e as cidades localizadas nas proximidades da fronteira meridional de Luxemburgo. A rede de cidades compõe uma verdadeira região metropolitana transfronteiriça, que tem como principais cidades: Luxemburgo capital, Arlon, Trier, Longwy, Thionville e Metz (mapa 6).



Mapa 6 – Rede de circulação e população das cidades fronteiriças da Grande Région.

O setor financeiro de Luxemburgo iniciou seu forte desenvolvimento no final da década de 1960, apoiada, em forte medida por capitais alemães. Com a crise da siderurgia nos anos 70 o setor se tornou o carro-chefe da economia do Grão-Ducado. Atualmente Luxemburgo abriga as sedes de 147 bancos de 26 países

diferentes (CSSF, 2013), sendo considerado um paraíso fiscal[12] pela Receita Federal do Brasil.

O mesmo tipo de reconversão econômica (da siderurgia para as finanças) não ocorreu nos países vizinhos. Durante muito tempo especializada na indústria da mineração e na siderurgia, a Grande Région foi gravemente abalada pela crise da siderurgia. Nos anos 90 a maior parte das usinas belgas e francesas já havia sofrido reconversão ou desmantelamento.

Com o intuito de reverter a situação de desemprego e decadência industrial na Grande Région, em 1985 foi criado o Pôle Européen de Dévelopement – Polo Europeu de Desenvolvimento –, também chamado de PED, instalado na cidade de Longwy, próximo da fronteira francesa com Bélgica e Luxemburgo. A ideia do PED surgiu como uma tentativa de reconversão industrial com base em uma política de isenção de impostos para atração de novas indústrias. O polo, que abrange vinte e cinco comunas de três países da Grande Région – dezoito no território francês, quatro no belga e três em Luxemburgo – constitui uma política de gestão do território de inspiração comunitária.

O Pôle Européen de Dévelopement não atingiu plenamente seus objetivos iniciais. Com o fim das vantagens fiscais as principais empresas do polo industrial (as multinacionais JVC, Panasonic e Daewoo) deixaram a região. No entanto, a economia não seria o único campo de cooperação transfronteiriça na Grande Région. Passadas quase três décadas do início da iniciativa uma vontade política se afirma em favor de outros fatores de atratividade ligados ao espaço público: a mobilidade, os serviços públicos, o meio ambiente, o sentimento de pertencimento.

Já em relação ao transporte transfronteiriço, a estação de Luxemburgo configura um *hub* no seio da Grande Région. Para viajar de um país a outro dentro da Grande Région, ainda que não seja a única forma, é mais fácil ir a Luxemburgo e então efetuar a baldeação de trem. A rede ferroviária para o transporte transfronteiriço da Grande Région possui três eixos principais ligando a cidade de Luxemburgo a: Thionville, Metz e Nancy (eixo sul); Trier (eixo oeste); e Arlon (eixo leste). Existe ainda uma linha importante que liga Luxemburgo à fronteira francesa,

[12] A Receita Federal do Brasil considerada paraíso fiscal o Estado nacional ou região autônoma cuja lei facilita a aplicação de capitais estrangeiros, oferecendo vantagens fiscais, com baixa ou nula tributação.

nas próximidades de Longwy (eixo sudoeste), onde há uma rodoviária com ônibus que atende Longwy e a região fronteiriça.

No que tange aos trens, existem preços especiais para os pendulares transfronteiriços (estudantes e trabalhadores). Para atender os cidadãos que residem na França e trabalham ou estudam em Luxemburgo foi criada a linha de trens MetroLor (foto 3), da companhia SNCF. Outro detalhe importante é que a partir da rodoviária de Luxemburgo, situada ao lado da estação ferroviária, é possível ir de ônibus às principais cidades da Grande Région.

Foto 3 – Trem da linha MetroLor na estação ferroviária de Luxemburgo
(CARNEIRO Filho, 2012).

No âmbito da cooperação em educação foi criado o projeto Université Grande Région – financiado pelo programa INTERREG – que consiste na formação de uma rede de sete universidades da Grande Région: universidades do Sarre, Luxemburgo, Liège, Nancy, Metz, Trier e Kaiserslautern. Um total de cento e quinze mil estudantes e seis mil professores pesquisadores, que podem assim usufruir de uma formação doutoral transfronteiriça articulada em torno do reconhecimento mútuo de diplomas, de uma simplificação de demandas administrativas e de cursos transfronteiriços, bem como do acesso a serviços favorecendo a mobilidade. As medidas estruturantes permitem também o desenvolvimento de parcerias por meio

de atividades piloto, reforçando a visibilidade dos trabalhos de pesquisa e dando maior peso à Université Grande Région no cenário europeu e mundial. Na universidade o ensino e a pesquisa são desenvolvidos nos três idiomas da Grande Région – francês, alemão e luxemburguês – e em inglês (GRANDE RÉGION, 2013).

Na Grande Région, um exemplo da cooperação transfronteiriça no âmbito dos serviços de saúde foi o projeto Lux Lor San, implementado de forma conjunta pelo Grão-Ducado de Luxemburgo, pela Lorena e pela Valônia no ano de 2002. O projeto nasceu com o objetivo de produzir um conhecimento minucioso do território transfronteiriço no âmbito da saúde, a fim de possibilitar um melhor atendimento às necessidades da população.

Dirigido por autoridades de saúde dos três países, cofinanciado pelo programa INTERREG 3A e estruturado em um GEIE – Grupo Europeu de Interesse Econômico –, o projeto Lux Lor San nasceu com o objetivo de implementar complementaridades de acesso aos tratamentos e aos serviços, além de promover sinergias entre os estabelecimentos e as equipes de saúde dos três territórios da Grande Région. Com o intuito de responder às múltiplas necessidades de informação sobre os sistemas dos vizinhos, essa estrutura promoveu uma pesquisa baseada no estudo exaustivo das características sanitárias do território, que resultou no relatório sobre a oferta de tratamentos e mobilidade no interior do espaço transfronteiriço Lux Lor San.

Entre as ideias contidas no projeto estava a criação de um painel da saúde, onde as informações captadas seriam disponibilizadas em um site na internet criado com o intuito de se tornar um portal de informações do grande público, com acesso comum aos operadores dos projetos de saúde transfronteiços. Foi idealizada ainda a organização de um colóquio anual de dimensão euroregional.

As ações dirigidas a públicos alvos se concentrariam na prevenção e educação dos pacientes, uma reflexão sobre a mobilidade e o tratamento de pessoas idosas e deficientes. O projeto Lux Lor San também tinha como objetivo gerar ações que promovessem o acesso aos tratamentos, garantindo a mobilidade dos pacientes entre diferentes estabelecimentos de saúde, direcionando-os para as instituições de acordo com suas especialidades. Nesse sentido, o projeto possibilitou uma cooperação operacional transfronteiriça por meio da constituição de uma rede de cuidados de saúde em neurociências. Rede essa composta pela associação

hospitalar da bacia de Longwy, clínicas do sul da Valônia e o Centro Hospitalar de Luxemburgo.

Apesar de ter obtido alguns resultados positivos, atualmente, uma década após ser iniciado, o projeto Lux Lor San não é sequer conhecido pelas autoridades governamentais encarregadas da cooperação transfronteiriça na Grande Région. Na prática, a realidade da cooperação transfronteiriça em saúde é bem diferente, os médicos da Grande Région são atraídos pelos melhores salários do Grão-Ducado de Luxemburgo. Alguns hospitais estão em situação de falência – caso do hospital de Longwy, em 2012 –, levando as prefeituras a buscarem soluções provisórias, com medidas de urgência, como o transporte de pacientes para hospitais de outras cidades, o que não resolve o problema.

No campo da cooperação cultural transfronteiriça, a iniciativa de maior impacto na Grande Région foi o projeto Luxemburgo Capital Europeia da Cultura 2007, que posteriormente foi ampliado para todo o conjunto da Grande Région. O alargamento do projeto com a incorporação da Grande Région foi uma sugestão do primeiro-ministro luxemburguês Jean-Claude Juncker. Essa ideia deu um impulso importante à cooperação cultural na Grande Région (VOGEL, 2010).

A ampliação do projeto se apoiou em duas lógicas diferentes, mas bem conectadas: trabalhar a construção de uma identidade territorial da Grande Région, processo que passa pela reapropriação dessa identidade por cada território nacional; e a reapropriação desse território através da superação das fronteiras. Um grande obstáculo no processo de construção dessa identidade são as fronteiras linguísticas, que reforçam as fronteiras de categorias e práticas profissionais como a jornalística e aquelas das agências de imprensa (TOULLEC, 2010). No âmbito do projeto Luxemburgo e Grande Région Capital Europeia da Cultura 2007, três objetivos foram estabelecidos no intuito de criar uma identidade comum no seio da Grande Région: primeiramente lhe dar uma imagem forte, em seguida chegar a um consenso em relação às línguas utilizadas e por fim coordenar as políticas culturais.

Atribuir uma imagem à Grande Région através de uma identidade coletiva requer elementos simbólicos que tornem possível a comunicação entre as populações de seus entes. Existem elementos simbólicos comuns aos membros da Grande Région tanto de ordem histórica (os conflitos), como de ordem econômica (o passado industrial), que permitem criar um sentimento de pertencimento forte na

população do território. No entanto, esses símbolos fortalecem os clichês ligados à Grande Région.

O projeto Luxemburgo e Grande Région capital europeia da cultura 2007 tinha o objetivo de atribuir um novo valor agregado à região, em um contexto de globalização, como também um elemento simbólico comum de ordem social (que representasse a mobilidade dos trabalhadores, sobretudo em direção ao Grão-Ducado de Luxemburgo, o maior polo de empregos da Grande Région).

Nesse contexto, o cervo azul (figura 11) foi o logotipo escolhido para representar o projeto “Luxemburgo e Grande Région capital europeia da cultura 2007”. Além de ser um elemento simbólico comum, o cervo é um animal que vive e transita no seio da Grande Région, ultrapassando fronteiras e unindo simbolicamente as cinco entidades regionales (GRANDE RÉGION, 2013).

Figura 2 – Logomarca do projeto Luxemburgo e Grande Région Capital Europeia da Cultura 2007 (GRANDE REGION, 2013).

Elaborado com o intuito de criar um embrião de uma identidade comum ao território da Grande Région, o conjunto de decisões tomadas no âmbito do projeto criou, sobretudo, uma legitimação do Grão-Ducado de Luxemburgo em seu papel de porta-bandeira do evento, de zona central do território. Seja na escolha do logotipo do projeto Luxemburgo e Grande Région Capital Europeia da Cultura 2007, como na troca do slogan, as decisões foram tomadas em benefício do Grão-Ducado.

A contribuição orçamentária de cada entidade pode explicar esse fenômeno: a título de comparação, o Grão-Ducado e a cidade de Luxemburgo investiram 37

milhões de euros para a organização do projeto, enquanto os outros membros da Grande Région investiram um total de 13 milhões de euros. (BUZY-CHRISTMANN, 2010). Esse desequilíbrio se materializou no nível de decisão – a campanha publicitária do projeto, resultado de uma competição entre agências de comunicação, foi escolhida por um júri composto unicamente de membros luxemburgueses. Os desafios deste evento para o Grão-Ducado eram tão importantes quanto para o território da Grande Região como um todo.

Os objetivos locais, a saber, mudar a imagem do país perante seus habitantes e criar estruturas de acolhimento de eventos culturais, foram atingidos nessa ocasião. Contudo, para continuar atraente em um contexto de globalização e não ver sua identidade alterada, Luxemburgo deverá se tornar um polo cultural, o que lhe permitirá moldar uma imagem positiva e dinâmica. Para Buzy-Christmann (2010), devido às suas características, o Grão-Ducado deverá ultrapassar seus limites de Estado-nação para forjar parcerias transnacionais e criar uma nova área geocultural onde ele será o ator central.

Em teoria, mobilizar uma estrutura já existente pouparia tempo e poderia facilitar a implementação de um projeto que servisse para ampliar a área de influência de Luxemburgo sobre o conjunto do território da Grande Région. No entanto, as pretensões do Grão-Ducado, parecem problemáticas na medida em que sua influência territorial não alcança muito além do espaço já intergrado que abrange as fronteiras meridionais do Grão-Ducado com Bélgica, França e Alemanha. Em regiões como Renânia-Palatinado, Valônia e em menor medida a Lorena, as parcelas de seus territórios diretamente vinculadas ao processo de integração metropolitana transfronteiriça de Luxemburgo são mínimas.

Apesar das dificuldades, o Grão-Ducado mantém esforços no sentido de garantir sua área de influência. Em Luxemburgo capital está baseado o secretariado comum do programa INTERREG IV a. A cidade também é a sede da Maison de la Grande Région. Aberta ao público em 1999 como um ponto de serviços e de informação a Maison foi criada para constituir um canal de comunicação entre os onze milhões de cidadãos da Grande Région, as administrações nacionais ou regionais e as diferentes instituições interregionais. Essa instituição nasceu com uma dupla função: interna (que consiste em acompanhar os trabalhos das

conferências e da comissão regional) e externa (dar mais visibilidade à cooperação transfronteiriça).

De acordo com o diretor da Maison de la Grande Région, a ideia é que a instituição se consolide no interior para posteriormente se afirmar no exterior. Objetivos que estão longe de serem alcançados, posto que apesar das iniciativas de apelo popular, como a realização de um torneio de futebol da Grande Région, a instituição pena em se afirmar como órgão de referência na promoção do espaço transfronteiriço.

O trabalho de coordenação é prejudicado pela falta de investimentos por parte dos membros da Grande Région – a Lorena e a Valônia declinaram em participar desde o início e o Sarre se retirou em 2002. Hoje, somente Luxemburgo e a Renânia-Palatinado possuem representantes na Maison de la Grande Région. Além disso, apesar dos esforços, como um site na internet que disponibiliza informações acerca da cooperação transfronteiriça, a Maison de la Grande Région sofre da falta de visibilidade no espaço público e principalmente na mídia (DEVAUX, 2010).

De forma sintética, a Grande Región pode ser interpretada como o resultado de um desejo do Grão-Ducado de Luxemburgo de estender sua influência para além de suas fronteiras e exercer certo controle sobre os territórios de residência da maior parte de seus trabalhadores. É possível afirmar que esse território não passa de uma propaganda governamental, uma iniciativa estimulada, sobretudo pelo Grão-Ducado, para criar e reforçar um imaginário coletivo. Uma missão difícil, pois na verdade a identidade da Grande Région não existe, os habitantes de cada entidade territorial se sentem belgas, alemães, luxemburgueses, franceses ou mesmo portugueses – 16,2% dos habitantes de Luxemburgo possuem ascendência lusitana (ATLAS DU LUXEMBOURG, 2009).

Apenas aqueles que vivem na fronteira, sobretudo quando provenientes de outras regiões ou países de fora da Grande Région, sentem-se cidadãos transfronteiriços (como, por exemplo, alguns habitantes do norte da Lorena, que residem nas proximidades da fronteira luxemburguesa).

A ausência de uma identidade regional é certamente um obstáculo no processo de cooperação transfronteiriça. No entanto, a falta de institucionalização é um problema que se mostra ainda maior. Existem diferentes tipos de cooperação transfronteiriça, acordos em diferentes escalas, que em virtude da ausência de

instituições que representem o conjunto da Grande Région demandam muito tempo para serem executados. As competências das entidades que são regiões subordinadas a um poder nacional – Valônia, Lorena, Sarre e Renânia-Palatinado – são muito limitadas.

Entre as soluções pensadas pelas autoridades da Grande Région está a criação de uma Região Metropolitana Policêntrica Transfronteiriça – RMPT. De acordo com a prefeitura de Metz :

> La RMPT serait une possible solution, pour la mise en œuvre des projets et programmes de coopération transfrontaliers. La RMPT répresente une institutionnalisation nécessaire à la gestion du territoire transfrontalier plus important de la Grande Region (REITZ, 2012).[13]

No entender de Reitz (2012), com a criação da RMPT as medidas seriam tomadas mais rapidamente e os resultados da cooperação seriam percebidos pela população. “Cabe dizer que as pessoas não têm um grande conhecimento sobra a Grande Région, mesmo com toda a publicidade patrocinada pelo Grão-Ducado de Luxemburgo” (REITZ, 2012). Os habitantes não enxergam os resultados dos grupos de trabalho da Grande Région em virtude do longo período que os acordos exigem para serem aplicados.

A mais importante região transfronteiriça do bloco regional com processo de integração mais avançado do planeta possui problemas de gestão que servem de alerta a outras regiões transfronteiriças do globo. A imagem da integração harmônica, muito divulgada pela grande mídia, é muito diferente do verdadeiro quotidiano da Grande Région.

Os críticos afirmam que, na realidade, a Grande Région é uma região fictícia que existe apenas no papel e serve aos governos e aos atores privados como um meio de obter financiamento para projetos patrocinados pela União Europeia através do programa INTERREG. Cabe dizer que os interesses contidos em cada projeto de cooperação são diferentes, o que constitui um problema adicional. Sem falar nos inúmeros conflitos de escala e de competências que perpassam tais acordos e projetos de cooperação.

---

[13] Tradução: A RMPT (Região Metropolitana Policêntrica Transfronteiriça) seria uma possível solução para a implementação dos projetos e programas de cooperação transfronteiriça. A RMPT representa uma institucionalização necessária à gestão do território mais importante da Grande Région.

Quanto ao “fim das fronteiras” na UE, viajando pelo território da Grande Région, é possível perceber de forma muito clara os limites e as fronteiras, ainda que o controle de passaporte não seja mais executado regularmente.

Foto 4 – Longwy: monumento em memória ao assassinato “covarde” de um cidadão francês por nazistas durante a Segunda Guerra mundial (CARNEIRO Filho, 2012).

As diferentes línguas, algumas aduanas, como na fronteira França-Luxemburgo, por exemplo, e os inúmeros monumentos em memória da Primeira e da Segunda Guerras – inexistentes no lado alemão – marcam e reforçam a presença das fronteiras e das diferenças.

Não obstante as dificuldades apresentadas, a Grande Région pode ser qualificada como uma região transfronteiriça em razão da importância das interdependências existentes de uma parte e de outra das fronteiras e também em virtude da capacidade de organizar esse conjunto pelos principais polos urbanos. No entanto, sua maior importância é seu simbolismo: a Grande Région é uma região “inventada” em um território com um histórico de guerras, que foi objeto de litígio e de ódio no decorrer de séculos e que hoje pode ser considerada um símbolo de paz entre os povos da Europa.

A valiosa experiência europeia no que tange à cooperação transfronteiriça embasou o presente capítulo. Em um primeiro momento, buscou-se apresentar e analisar as regiões transfronteiriças europeias e a governança em múltiplos níveis. Na sequência foram abordados os intrumentos de cooperação territorial existentes na União Europeia e seu funcionamento. Por fim, foram avaliadas as experiências de cooperação na região transfronteiriça mais importante da Europa – a Grande Région –, com a apresentação dos projetos desenvolvidos, das dificuldades enfrentadas e dos pontos positivos dessa região transfronteiriça.

3. O EMBRIÃO DE UMA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA ?

Ao longo do presente capítulo serão utilizados elementos teóricos e conceituais em conjunto com esquemas gráficos, dados históricos e uma cartografia temática, no sentido de se atestar as seguintes hipóteses da pesquisa: a) a construção de Itaipu pode ser considerada como marco inicial dos processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira; e b) estariam em andamento transformações territoriais que tendem a formar espaços regionais transfronteiriços no coração da Bacia do Prata.

A denominação Região Transfronteiriça do Iguaçu foi escolhida pelo autor com o objetivo de facilitar a identificação da região composta pelas áreas de influência do aglomerado urbano trinacional existente na Tríplice Fronteira, que é resultado de processos de transfronteirização decorrentes de diversos atores que se articulam através de políticas e de gestões territoriais multiescalares e dão origem a um espaço singular na América do Sul.

3.1 A identificação de uma região transfronteiriça no coração da Bacia do Prata

Uma região pode ser definida como um recorte espacial dotado de similaridade – homogeneidade relativa – ou coesão – funcional ou simbólica –, tendo como característica inerente, uma especificidade, o que proporciona sua diferenciação. Uma região é compreendida como uma expressão de tempo-espaço de relações específicas e estruturas da sociedade, sendo formada através do desenvolvimento dessa própria sociedade. Para Knapp (2003), o conceito de região está vinculado a uma abstração percebida na relação entre a ação individual e a estrutura social através do processo de formação da sociedade.

Por sua vez, Paasi (1986) define região como uma categoria com uma dimensão explicitamente coletiva que representa práticas institucionais e históricas. Para o autor a região é moldada na vida quotidiana através de diferentes símbolos que são os mesmos para todos os indivíduos (dessa região), embora os significados a eles associados sejam sempre construídos pessoalmente, em função da situação de vida do indivíduo e de sua biografia.

A fim de compreender o papel da região como um fenômeno natural e social produzido no processo de formação de um sentimento de pertencimento e união, Ipsen (1997 *apud* KNAPP, 2003, p. 6) identifica fenômenos específicos que são processados na percepção individual. Seguindo sua conceituação, três qualidades de uma região são pré-condições de identificação com um lugar que é transformado em um contexto regional: o contorno; a complexidade; e a coerência.

O contorno estabelece uma demarcação entre o interior e o exterior através de características regionais, uma forma típica de vida, uma linguagem compartilhada, etc. Por sua vez, a complexidade descreve o número e a qualidade dos chamados locais especiais – ambiente natural, paisagens, centros históricos, arquitetura espetacular, etc. – e os locais próprios, onde as ações sociais comunicativas de ambientes diferentes acontecem. Por fim, a coerência significa o fundo de base comum que mostra uma região como uma entidade e estabelece tanto uma coesão regional, como uma solidariedade (KNAPP, 2003).

Rosière (2007) descreve dois tipos fundamentais de região: a histórica; e a polarizada. A região histórica é dotada de uma forte relevância em termos de significado ou imagem, configurando representações claras que se impõem a seus habitantes e ao exterior. As regiões polarizadas são construídas ao redor de um polo de comando, dominando sua hinterlândia.

Por sua vez, as regiões transfronteiriças podem ser compreendidas através da explicação de Reitel (2006), que afirma que algumas fronteiras possuem aglomerações urbanas que se espalham sobre o limite internacional ocupando territórios de dois ou mais Estados. Essas aglomerações são denominadas transfronteiriças e possuem um polo urbano, que compreende a principal centralidade. A zona de influência desse polo compreende uma área suburbana no próprio território nacional e áreas suburbanas em territórios estrangeiros. Os arranjos espaciais desse conjunto territorial podem vir a resultar na formação de uma região transfronteiriça.

No entanto, em zonas fronteiriças não são encontradas identidades cristalizadas que permitam construir esquemas simples. É como se o Estado nacional por um lado e os vizinhos estrangeiros por outro constituíssem polos de atração e repulsão (GRIMSON, 2002). Nesse sentido, a existência de uma região transfronteiriça deve estar enraizada na consciência das pessoas (mesmo que o

contorno não seja minuciosamente determinado), sendo considerados elementos de ligação: as raízes culturais comuns e os símbolos da região. Por outro lado, aspectos histórico-culturais podem ser percebidos pela população como fatores de separação.

A cultura e a identidade podem representar entraves mais sérios do que a construção institucional, uma vez que elas vão de encontro às formas tradicionais de se conceituar o território, como a sua caracterização através da homogeneidade, por exemplo (AMILHATY-SZARY; FOURNY, 2006). No que tange à hipótese de uma região transfronteiriça vir a ser constituída na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, as pré-condições de identificação nem sempre estariam presentes. Contudo, os símbolos da Tríplice Fronteira – rio Paraná, Cataratas do Iguaçu, Itaipu, etc. –, a bandeira do MERCOSUL, a UNILA e iniciativas locais, ainda que de pouco alcance na mídia, como o Projeto Iguassu/Aguas Grandes, o Fórum Social da Tríplice Fronteira e o Núcleo de Fronteira do Paraná seriam elementos de apoio à construção de uma identidade transfronteiriça.

3.2 Os processos e os atores da transfronteirização

Os processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai podem ser classificados em dois tipos: dominantes e secundários. Os processos dominantes se desenvolveram inicialmente, ligados ao turismo das Cataratas e, na sequência, por meio das frentes pioneiras e da construção de Itaipu. A partir da década de 1980, somaram-se a esses processos o turismo de compras e o contrabando. Por sua vez, os processos secundários passaram a ser desenvolvidos por atores como os trabalhadores pendulares, os funcionários públicos, o IBAMA, movimentos sociais, etc.

Schweitzer (2000) elaborou um esquema em que demonstra os processos realizados pelos atores da transfronteirização na Tríplice Fronteira. Nele podem ser percebidas as posições, os interesses, os conflitos, as alianças, as dependências e as articulações dos atores das transfronteirizações, que são classificados com base nos processos em que eles participam, segundo sua origem e a escala desses processos.

Em relação aos processos identificados que possuem maior importância para a análise de relações entre atores, Schweitzer (2000) buscou relatar seus componentes principais a intensidade, a frequência e a escala. No quadro 1 é possível notar que, assim como os processos, alguns atores se articulam em diversas escalas. Caso da Itaipu Binacional, do COMTUR e do Fórum CRECENEA/CODESUL, atores importantes, que aparecem envolvidos em processos transfronteiriços em diferentes escalas. Todavia, outros atores não governamentais mostram-se igualmente importantes nos processos de transfronteirização.

Um dos principais atores da transfronteirização na Tríplice Fronteira, a Itaipu Binacional, além de constituir um importante atrativo turístico e uma grande fonte de receita, possui grande peso político e social na região. Em sua sede realizam-se atividades de concepção, planejamento e controle de uma ampla área onde se localizam suas instalações e empresas que com ela mantêm relações. A ação de Itaipu, efetivada a partir da sede, envolve inúmeros aspectos da vida econômica, política e social não apenas de Foz do Iguaçu como de todo o seu espaço de atuação, que abrange toda a Tríplice Fronteira.

Um ponto a ser destacado é que a política da binacional nem sempre é benéfica para a região. No entender de Rafagnin (2013), Itaipu tem supremacia excessiva nos processos decisórios de Foz do Iguaçu e da Tríplice Fronteira, chegando a ter influenciado na nomeação do presidente do CODEFOZ, além de subsidiar inúmeras instituições de Foz do Iguaçu que possuem projetos em andamento em diferentes áreas. Entre os projetos de intervenção urbana para a região está a criação de um parque linear nas áreas que beiram o rio Paraná – projeto desenvolvido pelo Núcleo de Fronteira, que é coordenado pela Itaipu.

Outro ator importante nos processos de transfronteirização da Tríplice Fronteira é o COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu S/A (criado em 2001, em substituição à FOZTUR) uma empresa de economia mista criada pelo município de Foz do Iguaçu para fomentar o turismo na cidade. O COMTUR (regido pela lei municipal n° 2.442/2001) atua em processos transfronteiriços em diversas escalas. Sua atuação durante a década de 2000, ao lado da atuação da Receita Federal do Brasil, foi fundamental para que o turismo de negócios suplantasse em importância o turismo dos sacoleiros na economia do

município de Foz do Iguaçu. Em 2012 o município foi eleito pela ICCA (Associação Internacional de Congressos e Convenções) a quarta cidade brasileira mais procurada para eventos de negócios, ficando atrás de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (FOZ DO IGUAÇU DESTINO DO MUNDO, 2013).

Ainda no âmbito dos atores governamentais, o Fórum CRECENEA/CODESUL[14], que conta com apoio financeiro do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul –, possui atuação em processos transfronteiriços nas escalas regional e nacional, como também em processos em escala binacional e do MERCOSUL. Constitui um foro permanente de governadores estaduais e provinciais e preconiza o desenvolvimento fronteiriço integrado. Entre os projetos discutidos no âmbito do Fórum CRECENEA/CODESUL estão: o Corredor Bioceânico, o Gasoduto do MERCOSUL e a Reserva Natural Tripartite (entre Brasil, Argentina e Paraguai).

Fora da esfera governamental, merece destaque a atuação dos atores associados às dinâmicas de importação e comercialização de produtos de triangulação – que podem ser objeto de uma transformação primária ou diretamente vendidos no comércio de Ciudad del Este. O trabalho desses atores resultou na formação do terceiro polo mundial do turismo de compras. Muitos dos atores responsáveis por essa façanha são de etnia chinesa ou árabe. Na Tríplice Fronteira essas comunidades atuam em processos transfronteiriços de escalas variadas (local, transfronteiriça local, regional e transfronteiriça regional) e ao mesmo tempo constituem nós de redes de distribuição, transformação e comercialização que se prolongam em escala mundial e possuem seus principais nós em países do Sudeste Asiático.

[14] A CRECENEA – Comisión del Comércio Exterior del Noreste de Argentina – é constituída pelas províncias argentinas de Corrientes, Chaco, Entre Ríos, Formosa, Misiones e Santa Fe. O CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – é composto pelos três governos estaduais da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) e por um da região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul).

Quadro 1 – Atores presentes na Tríplice Fronteira segundo origem e escala dos processos.

ORIGEM DOS ATORES	ESCALA DOS PROCESSOS				
	Local e transfronteiriço local	Regional e transfronteiriço regional	Nacional e transfronteiriço nacional	Binacional e MERCOSUL	Extra-regional
LOCAL	- Municipalidades - Partidos políticos e sindicatos - Câmaras de Comércio - COMTUR - CODEFOZ - Transmigrantes (comércio de fronteira, trabalho, serviços) - Com. chinesa e árabe	- CDR/Itaipu - COMTUR - AMOP - Coletividades chinesa e árabe - Fundação Iguassu	- Importadores e Câmaras de Comércio de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu - COMTUR - CDR/Itaipu	- Empresas locais ligadas ao comércio e montagem de produtos de triangulação	- Centros locais das redes de tráfico de drogas
REGIONAL	- Organismos descentralizados e empresas públicas (AP, MI e PR) - Polícias (MI e PR) - Partidos políticos - Sindicatos de trabalhadores - Movimento dos Sem Terra (BR e PY)	- Instituto de Meio Ambiente (PR) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento - CRECENEA / CODESUL - Movimento dos Sem Terra - Brasiguaios	- CRECENEA / CODESUL - Movimento dos Sem Terra	- CRECENEA / CODESUL	
NACIONAL	- Forças de segurança e organismos descentralizados e de controle - APN e IBAMA - PROSOFA / Banco Mundial - Empresas de turismo e cadeias hoteleiras - STN e EMBRATUR - Turistas nacionais (Cataratas, negócios, compras)	- Forças de segurança - APN e IBAMA	- Turistas nacionais de passagem	- Empresas de transporte internacional de mercadorias	
BINACIONAL E MERCOSUL	- Itaipu Binacional - RET/Iguassu	- Itaipu Binacional - RET/Iguassu	- Bacia do Prata	- Bacia do Prata	- Bacia do Prata
EXTRA-REGIONAL	- Redes de comércio de triangulação - Grandes grupos econômicos - Redes de tráfico de drogas - Turistas internacionais	- União Europeia / Polo Iguassu - DEA - Grandes grupos econômicos			

Siglas dos organismos do setor público e de organizações internacionais		
AP – Departamento do Alto Paraná MI – Provincia de Misiones PR – Estado do Paraná AMOP – Associação de Municípios do Oeste Paranaense CODEFOZ - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu	CDR/Itaipu – Conselho de Desenvolvimento Regional dos municípios lindeiros do Lago de Itaipu CRECENEA/CODESUL – Conselho Regional de Comércio Exterior e Conselho de Desenvolvimento da Região Sul APN – Administración de Parques Nacionales RET – Reunião Especializada de Turismo do MERCOSUL COMTUR – Conselho Municipal de Turismo	PROSOFA – Programa de Desarrollo Social de Areas de Frontera IBAMA – Inst. Brasileiro do Meio Ambiente STN – Secretaria de Turismo de la Nación Oeste Paranaense DEA – Drug Enforcement Agency

Fonte: Schweitzer, 2000. Adaptação: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

No âmbito dos processos em escala transfronteiriça local e regional demonstrados no quadro 1 é necessário se destacar a participação de alguns atores:

a) as prefeituras das três cidades gêmeas (no desenvolvimento de projetos conjuntos, de tempos em tempos);

b) os trabalhadores transmigrantes pendulares (taxistas, motoristas, sacoleiros, comerciantes e camelôs – atores das transfronteirizações cotidianas);

c) as empresas de turismo (fundamentais para os deslocamentos de grande número de pessoas – turistas e trabalhadores do turismo –, sendo responsáveis por um trânsito contínuo de indivíduos entre os três países, que confere à Tríplice Fronteira um aspecto de região transfronteiriça);

d) os movimentos sociais, como o MST (que realiza interações com populações de trabalhadores rurais dos diferentes lados da fronteira); e

e) as redes ligadas a atividades criminosas (que mobilizam populações nos três Estados nacionais que compõem a Tríplice Fronteira, fornecendo ocupação e renda a um número expressivo de pessoas).

Com o intuito de facilitar a análise dos processos transfronteiriços que ocorrem nas três díades da Tríplice Fronteira (Brasil-Argentina, Brasil-Paraguai e Argentina-Paraguai), Schweitzer (2000) elaborou representações gráficas denominadas coremas[15], onde procurou definir as diferentes escalas (local, regional, nacional), o tipo de freqüência (constante, anual, variável ou periódica) e a intensidade dos processos transfronteiriços.

No corema 1 é possível perceber, primeiramente, o peso do comércio internacional (produtos para reexportação – triangulação) e em menor medida o peso do turismo de compras nos processos de transfronteiriços mais constantes e de maior intensidade da Tríplice Fronteira, que são aqueles que ocorrem entre Brasil e Paraguai. Essa díade ainda apresenta processos transfronteiriços vinculados ao

[15] Corema é uma representação gráfica espacial, um neologismo criado para designar a estrutura elementar do espaço geográfico (BRUNET, 1986).

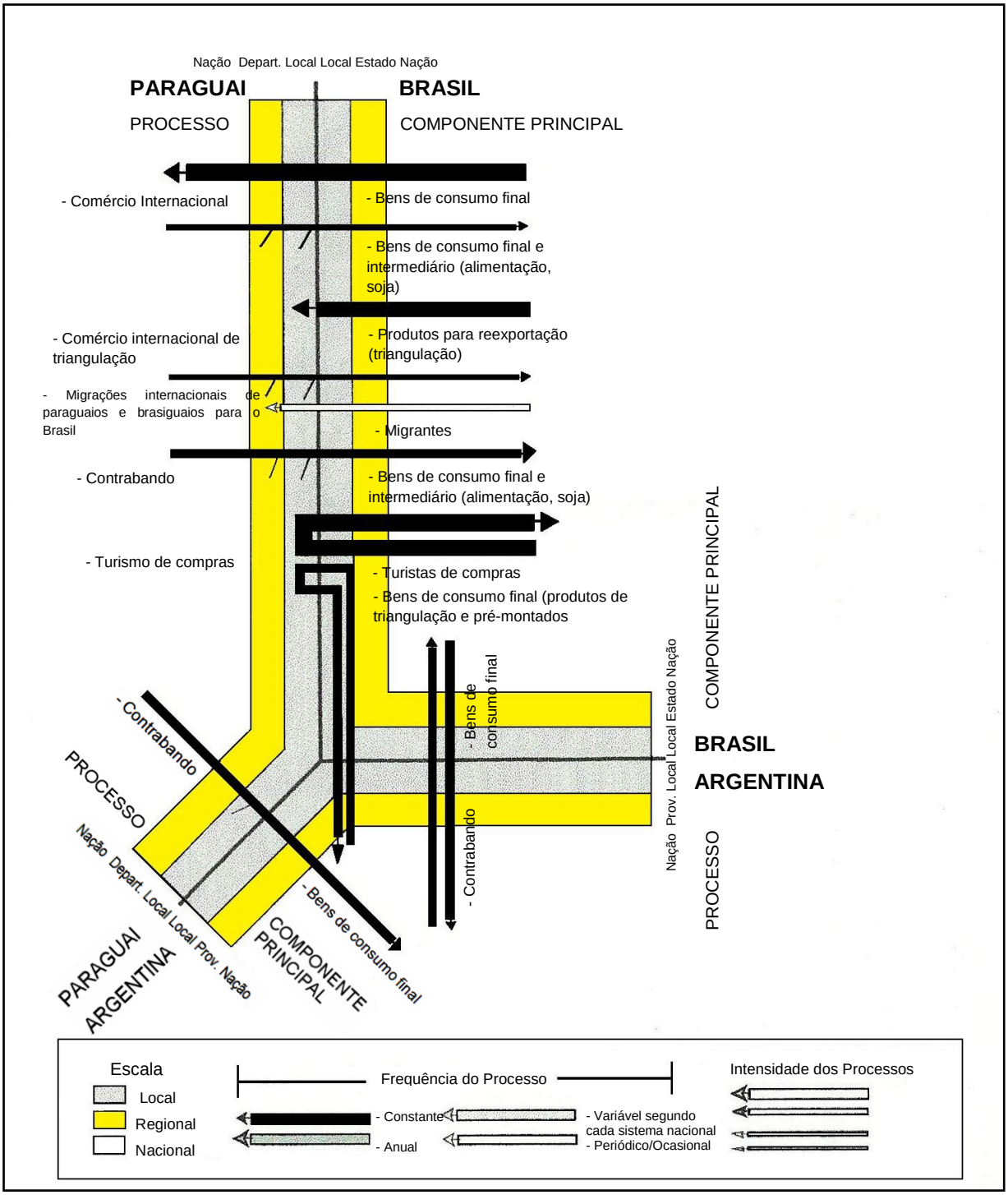
contrabando, à comercialização de bens de consumo final (alimentos e soja) e à migração de paraguaios para o Brasil.

Por sua vez, as díades Brasil-Argentina e Argentina-Paraguai apresentam processos de transfronteirização de frequência constante ligados ao contrabando e à comercialização de bens de consumo final que possuem intensidades menores do que aquelas da díade Brasil-Paraguai.

Para avaliar os processos transfronteiriços em escala local e regional, Schweitzer elaborou o corema 2, onde mais uma vez a fronteira Brasil-Paraguai aparece como a que possui o maior número de processos transfronteiriços da Tríplice Fronteira, sendo os mais intensos e constantes aqueles ligados ao comércio de fronteira, à transmigração de trabalho, ao comércio formiga e aos estudantes fronteiriços. Nessa díade percebe-se que as migrações de brasiguaios configuram processos transfronteiriços de grande intensidade, mas que não possuem uma freqüência constrante, variando de acordo com o momento temporal.

Por sua vez, na díade Brasil-Argentina, os processos transfronteiriços de freqüência constante possuem baixa intensidade e estão ligados ao contrabando formiga, ao comércio de fronteira, à comercialização de bens de consumo final (alimentos e eletrodomésticos) e à transmigração para o trabalho. Já entre Argentina e Paraguai, os principais processos transfronteiriços são de frequência constante e de pequena intensidade, estando ligados ao contrabando formiga e à comercialização de bens de consumo final (alimentos e eletrodomésticos).

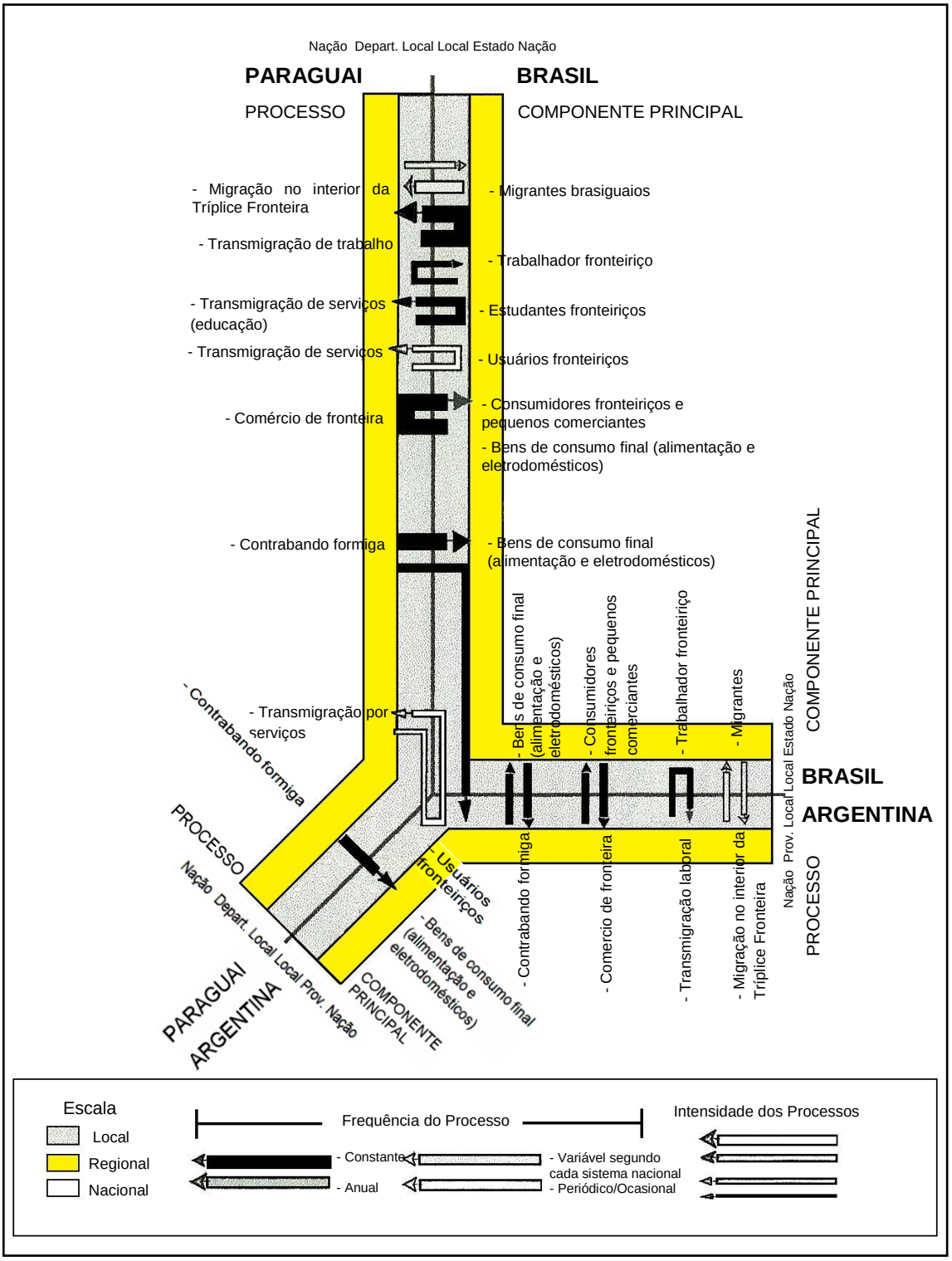
Corema 1 – Dinâmica fronteiriça na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos transfronteiriços em escala nacional - exceto turismo das Cataratas[16].



Fonte: Schweitzer, 2000. Adaptação: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

[16] O turismo relacionado às Cataratas será analisado no Capítulo 6.

Corema 2 – Dinâmica fronteiriça na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos transfronteiriços em escalas regional e local.



Fonte: Schweitzer, 2000. Adaptação: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

3.3 Os aspectos identitários da Tríplice Fronteira

Uma região, mesmo tendo características próprias, faz parte de um todo. Atualmente o planeta está organizado em Estados nacionais, não existindo região que não esteja inserida em um Estado nacional. A reprodução do Estado nacional por meio dos símbolos e emblemas (hino, bandeira, etc.) se dá em um espaço limitado, onde também ocorrem ações, interações e divisões entre grupos e classes sociais (MÉLO, 1997). Na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai símbolos de três Estados coexistem, reforçando as fronteiras no imaginário coletivo da população dos três países. Todavia, as mesmas fronteiras são transpostas quotidianamente há muitos anos, ao longo do processo histórico de construção de uma região transfronteiriça.

Historicamente, a presença de população na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai decorre da própria existência dos limites internacionais. Tais limites foram responsáveis pela fundação das cidades que compõem essa região transfronteiriça, uma região de certo modo jovem, como explica Rabossi: “Ainda que existam localidades relativamente antigas, a ocupação dos três lados – que está por trás da utilização das categorias que designam tais espaços como região – é, em todos os casos, relativamente recente” (RABOSSI, 2011, p. 40).

O primeiro europeu a chegar ao atual território da Tríplice Fronteira foi o espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, em 1542. No entanto, a zona permaneceu povoada únicamente por indígenas até 1880, parte destes reunidos na Missão Jesuítica de Santa Maria do Iguaçu, onde hoje está localizado o município de Foz do Iguaçu.

Do lado brasileiro o povoamento por não indígenas só teve início em 1881, quando os colonos pioneiros passaram a explorar a erva-mate. Em 1889, foi fundada a Colônia Militar do Iguassu, marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros. Em 14 de março de 1914, foi criado o Município de Vila Iguaçu, que passou a denominar-se Foz do Iguaçu, em 1918.

Do lado argentino, o processo de povoamento teve início na década de 1880, mas a cidade de Puerto Iguazú só foi fundada em 1902. Naquele mesmo ano o governo argentino se apropriou das terras que formariam um dos dois primeiros parques nacionais do país: o Parque Nacional Iguazú.

Por sua vez, o povoamento do lado paraguaio iniciou bem mais tarde, na segunda metade do século XX, quando em 1957 foi fundada a cidade de Puerto Flor de Lis, que logo mudaria de nome para Puerto Presidente Stroessner (em homenagem ao ditador que governava o país), para finalmente, em 1989 (após o golpe que derrubou Stroessner) receber o nome atual de Ciudad del Este. Em seus primeiros anos de vida poucas pessoas se aventuraram a se instalar na cidade em razão das matas inóspitas que cubriam a região. Situação que começou a se alterar com o desenvolvimento econômico após a construção da ponte da Amizade, nos anos 60, quando teve início uma rápída urbanização.

A história de ocupação recente da Tríplice Fronteira e sua enorme heterogeneidade étnica são características de uma população que ainda possui uma identidade em construção. Identidades regionais transfronteiriças demandam um processo histórico de construção que leva em conta diversos fatores. Muitas vezes, essse processo é direcionado por políticas de governo, como é o como no caso da Tríplice Fronteira, que tem sua história ligada à geopolítica do governo brasileiro que se baseou nas ideias do marechal Mário Travassos (Projeção Continental do Brasil) e do general Golbery do Couto e Silva.

Da estratégia traçada pelo então governo militar brasileiro (1964-1985) com o objetivo de trazer o Paraguai para dentro de sua órbita de influência fizeram parte: a construção de Itaipu, a Ponte da Amizade, a rodovia Paranaguá-Foz do Iguaçu, a concessão de créditos pelo governo brasileiro ao Paraguai para a realização de obras de infraestrutura viária (asfaltamento de estradas e construção de pontes), o estabelecimento de uma empresa de colonização de origem brasileira no Departamento de Nueva Asunción, entre outras medidas (LAINO, 1979). Essa política do governo brasileiro foi determinante na composição da população da Tríplice Fronteira, tanto em aspectos étnicos como sócio-econômicos, tendo gerado impactos nos três lados da fronteira.

Por sua vez, no que tange aos símbolos da Tríplice Fronteira os rios (Iguaçu e Paraná) surgem em primeiro grau de importância, visto que constituem fronteiras vivas devido ao intenso intercâmbio que produzem entre as populações das cidades gêmeas. Hipótese corroborada por Schweitzer, que afirma: *El espacio transfronterizo definido en torno a la confluencia del rio Iguazú con el Paraná alberga algunas de las*

áreas más dinámicas en lo que concierne la formación de territorios en las fronteras interiores del MERCOUR[17] (SCHWEITZER, 2009, p. 314).

A formação de uma identidade regional da Tríplice Fronteira necessariamente levaria em conta sua exuberante natureza, assim como as atividades econômicas existentes nos seus núcleos urbanos, que apresentam complementaridades e similitudes que servem para identificar os limites de seu território. Além das cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, áreas contíguas com alto grau de interação com a economia local deveriam compor o território de uma eventual região transfronteiriça na hipótese de, no futuro, o MERCOSUL vir a adotar uma política para a fronteira nos moldes da que existe na União Europeia.

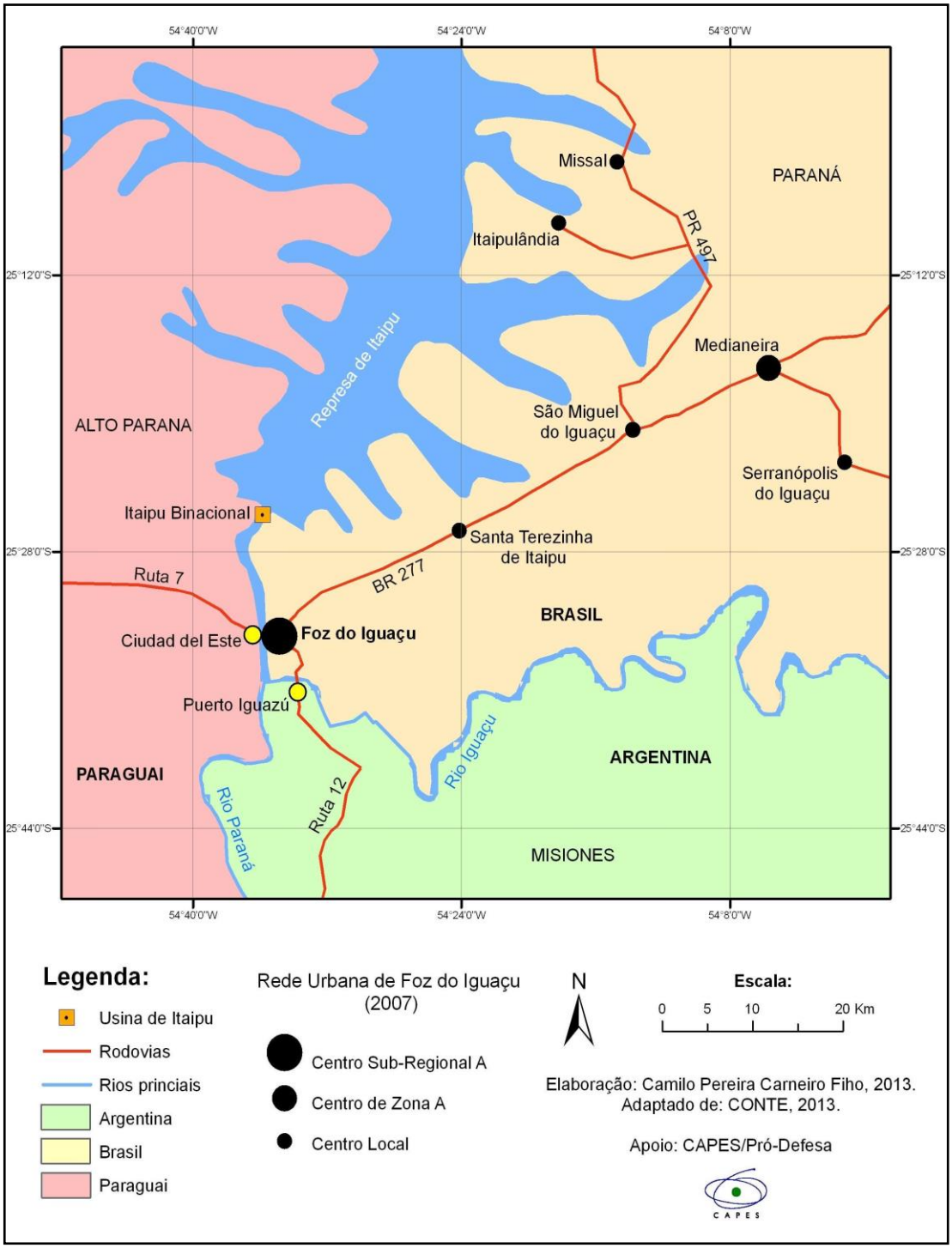
No Brasil, a Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná considera que as aglomerações urbanas podem ser de dois tipos: a “de espaço urbanizado contínuo” – criada através de uma conurbação – e a “sem espaço urbanizado contínuo”. No segundo caso, a integração se dá por meio da complementaridade de funções e não por uma junção da malha urbana de duas ou mais cidades (PARANÁ, 1991).

A instituição de uma região transfronteiriça na Tríplice Fronteira se enquadraria tanto na definição de aglomeração “sem espaço urbanizado contínuo” da Secretaria de Planejamento do Paraná como na definição de aglomeração fronteiriça de Conte (2013), que considera aglomerações fronteiriças mesmo aquelas cujos territórios são cortados por rios – “aglomerações fronteiriças, cujas áreas de ocupação contínua, resultantes da expansão urbana de cidades vizinhas, mesmo que cortadas por rios perpassam e interconectam territórios de mais de um país” (CONTE, 2013, p. 62).

Através da análise das linhas de transporte coletivo que servem o município Foz do Iguaçu é possível perceber os limites de uma rede urbana que constitui uma aglomeração trinacional. As médias diárias de passageiros do transporte metropolitano coletivo atestam uma significativa interação entre os três lados da fronteira.

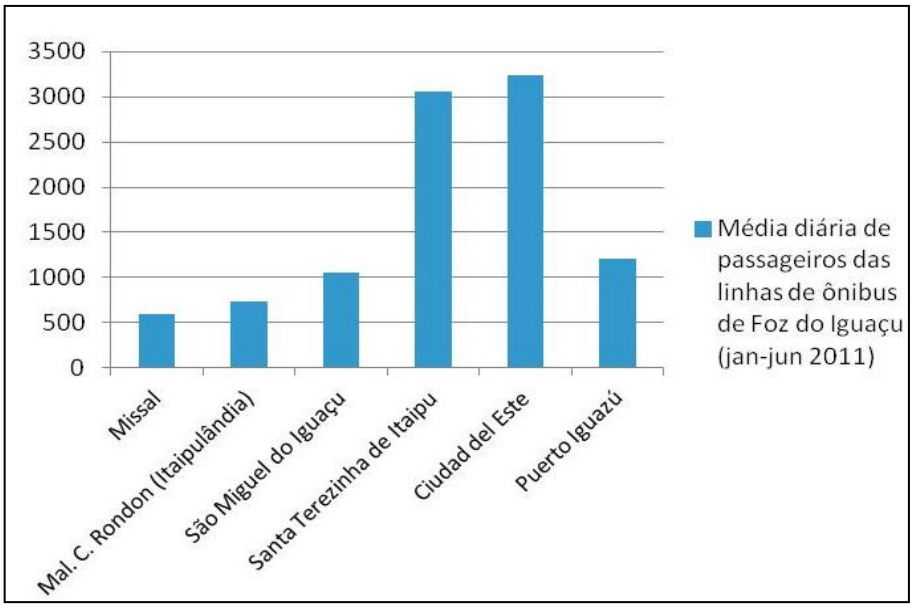
---

[17] Tradução: O espaço transfronteiriço definido em torno da confluência do rio Iguaçu com o rio Paraná alberga algumas das áreas mais dinâmicas no que tange à formação de territórios nas fronteiras interiores do MERCOSUL.



Mapa 7 – Rede urbana de Foz do Iguaçu.

Gráfico 4 – Média diária de passageiros no transporte metropolitano coletivo de Foz do Iguaçu (janeiro-junho de 2011)[18].



Fonte: Conte, 2013. Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

Os movimentos de pendulares (gráfico 4) atestam a existência de uma rede urbana da Tríplice Fronteira, que é um produto social, historicamente contextualizado e que, através de interações sociais espacializadas, articula a população que nela reside, garantindo a sua existência e reprodução. Nesse contexto, o fenômeno da mobilidade urbana é um dos elementos que integram as interações espaciais. O fluxo de trabalhadores, estudantes, consumidores e turistas dinamizam e reproduzem o espaço (CORRÊA, 2005).

Essa rede urbana tem Foz do Iguaçu como núcleo por essa cidade constituir um centro sub-regional dentro da hierarquia *christalleriana* – definida por fatores como economia, população e o conjunto de bens e serviços ofertados. Dela fazem parte ao menos seis cidades brasileiras – Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Missal e Itaipulândia. Esses municípios são apresentados no mapa 7, de acordo com a classificação das regiões de influência das cidades (REGIC), utilizada pelo IBGE.

[18] Em 2011, das seis cidades que se encontravam sob influência direta de Foz do Iguaçu, no entender de Conte (2013), apenas Serranópolis do Iguaçu e Medianeira não possuíam transporte coletivo metropolitano, por isso ficaram de fora da pesquisa.

A área de influência de Foz do Iguaçu pode ser medida através da análise do fluxo de trabalhadores pendulares. No caso de Santa Terezinha de Itaipu, grande parte da população do município, além de trabalhar em Foz do Iguaçu também utiliza cotidianamente os serviços e o comércio dessa cidade. Esse fato pode ser confirmado pelas 1.449 pessoas que fazem uso diariamente da linha de ônibus metropolitano Santa Terezinha de Itaipu-Foz do Iguaçu.

Por outro lado, os deslocamentos entre as cidades de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu são motivados principalmente por estudantes miguelenses que buscam as universidades de Foz do Iguaçu. Além da educação, dos serviços e do comércio, o fator trabalho também faz com que muitas pessoas se desloquem diariamente até Foz do Iguaçu (CONTE, 2013).

Outra linha de ônibus que serve os pendulares é aquela proveniente de Marechal Cândido Rondon. Essa linha atende a cidade de Itaipulândia, onde muitos habitantes realizam o deslocamento pendular para Foz do Iguaçu em virtude de trabalho, estudo ou consumo de bens e serviços. A linha Foz-Missal-Foz também evidencia um grande fluxo – o município de Missal conta com 10.474 habitantes – e os motivos dos deslocamentos são os mesmos de Itaipulândia.

No que tange às cidades do outro lado do limite internacional, os números atestam uma grande interação trinacional. Em média 613 pessoas deslocam-se de Foz do Iguaçu para Puerto Iguazú diariamente, enquanto 589 pessoas fazem o trajeto inverso todos os dias. Esse movimento se deve, em grande parte, aos turistas que se hospedam em Foz do Iguaçu e deslocam-se à cidade argentina com fins de lazer, ou, quando hospedados em Puerto Iguazú, fazem uso do ônibus urbano para visitar Foz do Iguaçu (CONTE, 2013).

Apesar dos números indicados no gráfico 4, o fluxo entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú é bem maior do que a média diária de pendulares que utilizam o transporte coletivo, tendo em vista que esse deslocamento também é realizado por uma grande frota de vans, táxis, ônibus de turismo e automóveis particulares que atravessam diariamente a fronteira Brasil-Argentina pela Ponte Tancredo Neves (foto 5).

Foto 5 – Fila de veículos na aduana de Puerto Iguazú (CARNEIRO Filho, 2013).

Por sua vez, o número de passageiros que utilizam diariamente o transporte coletivo entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este é o maior registrado entre todas as linhas de transporte metropolitano coletivo da região. Esse fluxo de pessoas está vinculado ao trabalho e ao consumo. A pesquisa realizada por Conte (2013) apontou um fluxo diário, de 1.585 pessoas que se deslocam de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este, enquanto 1.657 pessoas realizam o trajeto contrário diariamente. Um deslocamento realizado por trabalhadores do comércio de Ciudad del Este e pelos turistas que efetuam compras naquela cidade.

Mais uma vez os números do transporte coletivo não podem ser a única fonte de informações para a aferição do fluxo de pendulares entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. De acordo com dados das aduanas da Ponte da Amizade, ao longo do ano existem períodos em que até 15 mil pedestres e 20 mil veículos chegam a atravessar a ponte diariamente (BAND, 2010).

Entre maio e junho de 2013, a Receita Federal, em parceria com a Faculdade Dinâmica das Cataratas (UDC) realizou uma pesquisa sobre o movimento de veículos e pedestres nas Aduanas da Ponte Internacional da Amizade (Brasil-Paraguai) e da Ponte Internacional Tancredo Neves (Brasil-Argentina). A pesquisa comprovou que a média de veículos que transitam diariamente pela Ponte da Amizade é cerca de seis vezes maior do que a média de veículos que transitam pela Ponte Tancredo Neves.

Tabela 1 – Fluxo diário de veículos na Ponte de Amizade.

Período de realização da pesquisa: 25/maio a 01/junho de 2013 (8 dias)			
Fluxo de Veículos	Tipo Veículo	Total de veículos no período de 8 dias	Média Diária
Brasil - Paraguai	Mototáxis	50.185	6.273
Brasil - Paraguai	Carros	40.240	5.030
Brasil - Paraguai	Motos	18.622	2.328
Brasil - Paraguai	Vans	18.345	2.293
Brasil - Paraguai	Táxis	15.064	1.883
Brasil - Paraguai	Caminhões	1.989	249
Brasil - Paraguai	Ônibus	1.416	177
Brasil - Paraguai	**Total**	**145.861**	**18.233**
Paraguai - Brasil	Mototáxis	49.419	6.177
Paraguai - Brasil	Carros	36.523	4.565
Paraguai - Brasil	Motos	19.296	2.412
Paraguai - Brasil	Vans	16.792	2.099
Paraguai - Brasil	Táxis	15.248	1.906
Paraguai - Brasil	Caminhões	1.497	187
Paraguai - Brasil	Ônibus	1.385	173
Paraguai - Brasil	**Total**	**140.160**	**17.520**
TOTAL GERAL		**286.021**	**35.753**

Fonte: Receita Federal e UDC, 2013.

Tabela 2 – Fluxo diário de veículos na Ponte Tancredo Neves.

Período de realização da pesquisa: 25/maio a 01/junho de 2013 (8 dias)			
Fluxo de Veículos	Tipo Veículo	Total de veículos no período de 8 dias	Média Diária
Brasil - Argentina	Motos	674	84
Brasil - Argentina	Carros	20.118	2.515
Brasil - Argentina	Vans	2.099	262
Brasil - Argentina	Táxis	1.697	212
Brasil - Argentina	Caminhões	481	60
Brasil - Argentina	Ônibus	756	95
Brasil - Argentina	**Total**	**25.825**	**3.228**
Argentina - Brasil	Motos	604	76
Argentina - Brasil	Carros	15.866	1.983
Argentina - Brasil	Vans	1.769	221
Argentina - Brasil	Táxis	1.470	184
Argentina - Brasil	Caminhões	565	71
Argentina - Brasil	Ônibus	685	86
Argentina - Brasil	**Total**	**20.959**	**2.620**
TOTAL GERAL		**46.784**	**5.848**

Fonte: Receita Federal e UDC, 2013.

É possível notar, ao se observar as tabelas 1 e 2, que a quantidade de pessoas que saem do Brasil tanto pela Ponte da Amizade como pela Ponte

Tancredo Neves é apenas um pouco maior do que o total de pessoas que entra no Brasil por essas pontes. Essa proximidade nos fluxos de entrada e saída indica que grande parcela das pessoas que transitam pelas pontes da Tríplice Fronteira é composta de trabalhadores pendulares e turistas, que vão ao país vizinho e depois retornam, no mesmo dia, para o país onde estão hospedados.

Quanto ao total de pessoas, a pesquisa realizada pela Receita juntamente com a UDC apontou que a média de pessoas que atravessam diariamente (utilizando veículos e a pé) a Ponte da Amizade, do Brasil em direção ao Paraguai, é quatro vezes maior do que a média de pessoas que segue do Brasil para a Argentina pela Ponte Tancredo Neves (tabelas 3 e 4).

Há que se registrar que os números da Aduana argentina são mais precisos, uma vez que todas as pessoas que entram naquele país passam pelo controle de imigração, mesmo os trabalhadores pendulares. O que não ocorre na Ponte da Amizade, onde as pessoas não passam por um controle obrigatório de documentos, havendo uma fiscalização por amostragem apenas no sentido Paraguai-Brasil.

Tabela 3 – Fluxo diário de pessoas na Ponte Tancredo Neves.

Período de realização da pesquisa: 25/maio a 01/junho de 2013 (8 dias)		
Fluxo de Pessoas	Dia	Total
Brasil - Argentina	25/05/2013	9.706
Brasil - Argentina	26/05/2013	7.317
Brasil - Argentina	27/05/2013	6.305
Brasil - Argentina	28/05/2013	5.186
Brasil - Argentina	29/05/2013	13.491
Brasil - Argentina	30/05/2013	12.138
Brasil - Argentina	31/05/2013	11.218
Brasil - Argentina	01/06/2013	12.948
Brasil - Argentina	**Total (período de 8 dias)**	**78.309**
Brasil - Argentina	**Média diária no período**	**9.789**
Argentina - Brasil	25/05/2013	10.418
Argentina - Brasil	26/05/2013	9.255
Argentina - Brasil	27/05/2013	6.605
Argentina - Brasil	28/05/2013	6.583
Argentina - Brasil	29/05/2013	5.358
Argentina - Brasil	30/05/2013	8.183
Argentina - Brasil	31/05/2013	5.091
Argentina - Brasil	01/06/2013	9.986
Argentina - Brasil	**Total (período de 8 dias)**	**61.479**
Argentina - Brasil	**Média diária no período**	**7.685**

Fonte: Receita Federal e UDC, 2013.

Tabela 4 – Fluxo diário de pessoas na Ponte da Amizade.

Período de realização da pesquisa: 25/maio a 01/junho de 2013 (8 dias)		
Fluxo de Pessoas	**Dia**	**Total**
Brasil - Paraguai	25/05/2013	59.298
Brasil - Paraguai	26/05/2013	21.069
Brasil - Paraguai	27/05/2013	21.586
Brasil - Paraguai	28/05/2013	40.578
Brasil - Paraguai	29/05/2013	37.778
Brasil - Paraguai	30/05/2013	47.098
Brasil - Paraguai	31/05/2013	69.151
Brasil - Paraguai	01/06/2013	46.444
Brasil - Paraguai	**Total (peiodo de 8 dias)**	**343.002**
Brasil - Paraguai	**Média diária no período**	**42.875**
Paraguai - Brasil	25/05/2013	53.071
Paraguai - Brasil	26/05/2013	21.191
Paraguai - Brasil	27/05/2013	26.618
Paraguai - Brasil	28/05/2013	41.479
Paraguai - Brasil	29/05/2013	40.655
Paraguai - Brasil	30/05/2013	43.328
Paraguai - Brasil	31/05/2013	71.895
Paraguai - Brasil	01/06/2013	42.660
Paraguai - Brasil	**Total (peiodo de 8 dias)**	**340.897**
Brasil - Paraguai	**Média diária no período**	**42.612**

Fonte: Receita Federal e UDC, 2013.

Foto 6 – Engarrafamento cotidiano na Ponte da Amizade (CARNEIRO Filho, 2013).

Por sua vez, o trânsito de pessoas entre Paraguai e Argentina, além de ocorrer através do território brasileiro, por via terrestres, também acontace por meio

de balsas (entre as cidades de Puerto Iguazú-AR e Puerto Franco-PY). O serviço de transporte (de passageiros e veículos) é prestado das 8h30 às 17h30 e atende, sobretudo, a paraguaios que buscam produtos nos supermercados argentinos para revender no Paraguai. A balsa, que sai com intervalos de uma hora tem capacidade para 28 veículos e 90 passageiros.

Foto 7 – Passageiros paraguaios aguardando a balsa para Puerto Franco no porto de Puerto Iguazú (CARNEIRO Filho, 2013).

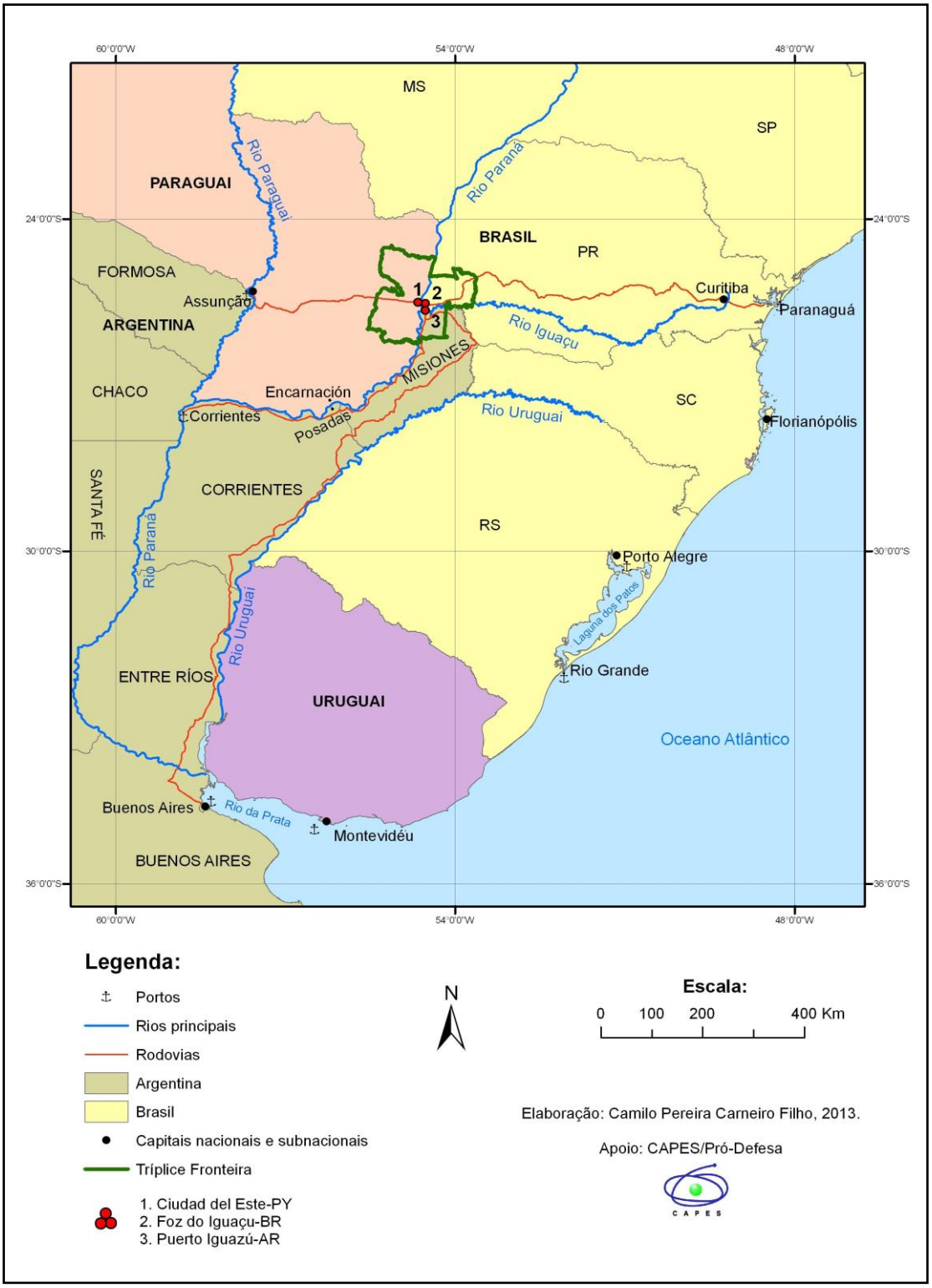
Em que pese os fluxos de pessoas que se deslocam diariamente entre cidades da região, Haesbaert (2001) entende que na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai existem vários recortes territoriais que não permitem o desenho de uma região num sentido contínuo, mais tradicional. Para o autor, a existência de uma conexão anômala, “extrarregional”, se dá no contato entre distintas territorialidades: local-global, local-nacional, e estritamente local, sendo que cada territorialidade privilegia diferentes escalas de relações e diferentes estratos, grupos ou classes sociais. Ainda segundo Haesbaert (2001), a territorialidade local-global se configura no fato de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú serem nós articuladores dentro das redes do turismo internacional, e a zonas franca de Ciudad del Este estar articulada economicamente (e às vezes também culturalmente, através das diásporas de imigrantes do Oriente Médio e Sudeste Asiático) com redes legais e ilegais do sistema financeiro mundial e do tráfico internacional de drogas.

Por sua vez, a territorialidade local-nacional é desenhada através da “rede brasileira” no interior paraguaio, articulada localmente ao mesmo tempo com o Paraguai, via sistema jurídico-político, e com o Brasil, por meio de redes econômicas e culturais. Já as territorialidades mais estritamente locais são mobilizadas por camadas mais baixas da população, como os nativos paraguaios, descedentes de guaranis (HAESBAERT, 2001). Apesar do ponto de vista de Haesbaert, a constituição de uma região transfronteiriça na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai poderia ser possível se fosse pautada na ideia da criação de uma entidade político territorial transnacional com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, nos moldes daquelas que existem na Europa.

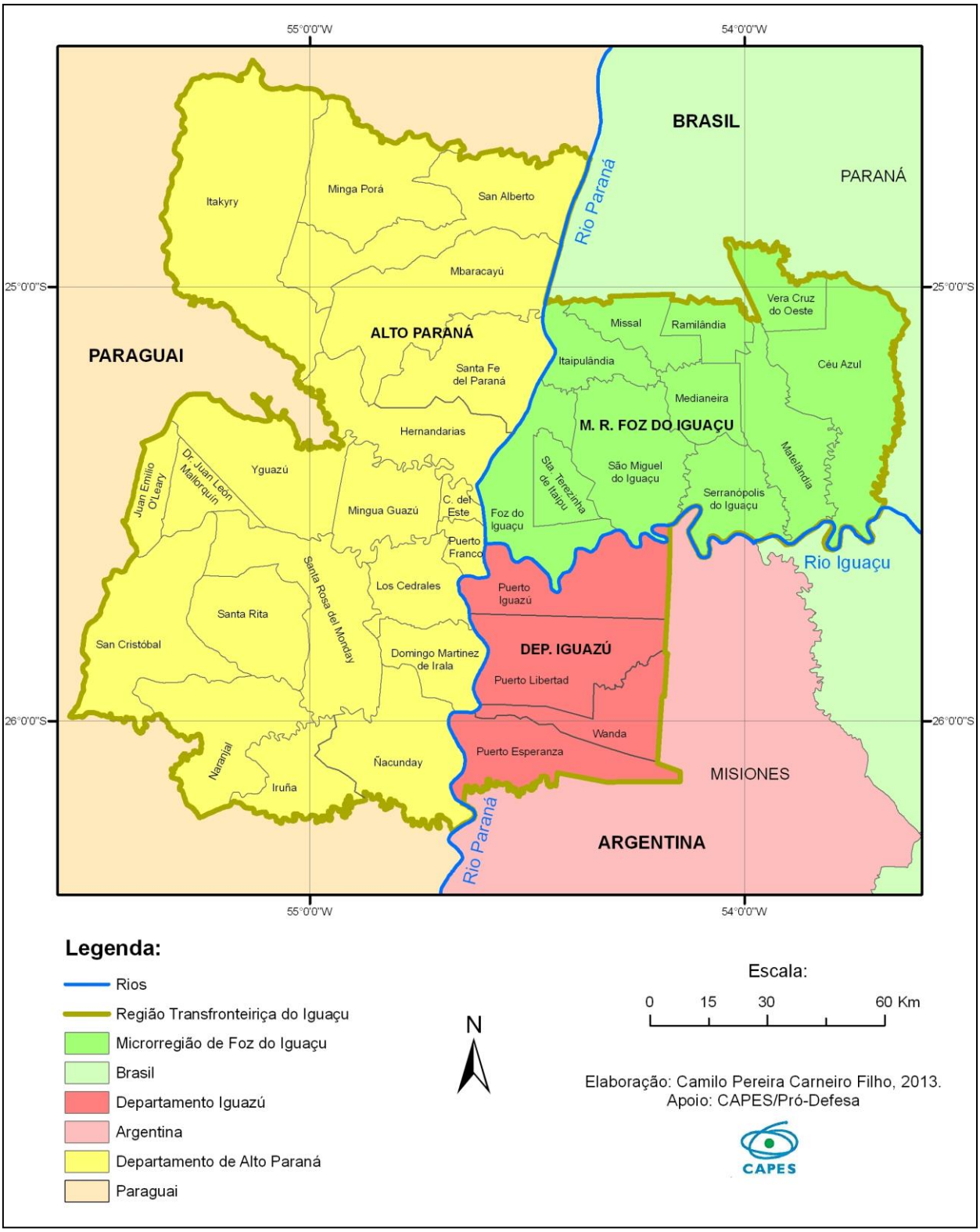
A experiência de cooperação transfronteiriça em curso na União Europeia comprova a importância de certo nível de institucionalidade na implementação e na consolidação de uma região transfronteiriça. Nesse sentido, uma região transfronteiriça institucionalizada poderia ser composta por entes políticos territoriais locais já existentes. Assim como ocorre na Europa, seu conselho gestor poderia ser formado pelos representantes dos poderes legislativo e executivo de cada uma de suas entidades territoriais.

Partindo desse princípio, do lado argentino faria parte da região tranfronteiriça a ser implantada na Tríplice Fronteira – cujo nome poderia ser Região Transfronteiriça do Iguaçu (RTI) – o departamento fronteiriço de Iguazú. Esse departamento possui vínculos econômicos, culturais e sociais com os demais territórios da RTI, sendo suas principais atividades econômicas o turismo (Parque Nacional Iguazú e parques provinciais) e o comércio.

Ainda segundo o modelo europeu de região transfronteiriça, no lado brasileiro deveriam fazer parte da RTI todos os municípios da microrregião de Foz do Iguaçu, uma vez que esse conjunto de cidades possui uma forte conexão com a economia da RTI (em especial o turismo e o setor de serviços). Por fim, do lado paraguaio a inclusão do Departamento do Alto Paraná na RTI se faria com base na articulação que existe entre a economia desse departamento e o Oeste Paranaense, em um contexto onde muitas vezes as economias das cidades mostram-se mais interligadas entre si do que com a economia de seus respectivos países (LIMA, 2007). Os mapas 8 e 9 apresentam um recorte territorial da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai nos moldes das regiões transfronteiriças existentes na UE.



Mapa 8 – Localização da Região Transfronteiriça do Iguaçu.



Mapa 9 – Entes políticos territoriais da Região Transfronteiriça do Iguaçu.

3.4 A população da Tríplice Fronteira

As áreas ocupadas por migrantes brasileiros nas províncias e departamentos da Argentina e do Paraguai que são fronteiriços com o Brasil correspondem a áreas de expansão capitalista da fronteira agrícola em zonas de baixa densidade demográfica. Na província argentina de Misiones essa expansão se deu, sobretudo, em terras devolutas ou áreas de preservação ambiental. O governo argentino se vale ainda hoje da preservação ambiental – como na criação da reserva Yaboti ao longo da fronteira com o Brasil, em 1992 – como estratégia para reter a migração brasileira.

Por sua vez, no Paraguai a expansão se fez em terras ocupadas por descendentes de índios guaranis e resultou na devastação da floresta, tendo atingido imensas áreas, onde foram reproduzidos o mesmo processo agrícola e a mesma devastação ambiental das áreas coloniais do Sul do Brasil (HAESBAERT, 2001).

Atores do verdadeiro processo de integração em escala local e regional, os habitantes da Tríplice Fronteira possuem uma atuação importante na formação desse território internacional. Iniciativas recentes, como comitês de municípios, fóruns sociais, manifestações populares e eventos culturais moldam um sentimento de pertencimento a um território transfronteiriço que ainda engatinha. Um sentimento endêmico, que nasce de manifestações locais muito diferentes do processo induzido de povoamento que deu vida à região – que foi efetuado por meio de políticas de governo autoritárias e imperialistas, tanto do Paraguai como do Brasil.

O processo histórico de povoamento da Tríplice Fronteira foi marcado por uma ocupação direcionada por políticas de governo, sendo a mais importante, a construção de Itaipu, que modificou drasticamente a paisagem local e motivou o crescimento da população em Ciudad del Este (396.091 habitantes em 2011, segundo estimativas do DGEEC) e Foz do Iguaçu (263.508 habitantes em 2012, segundo estimativas do IBGE). Seus impactos foram sentidos até mesmo na cidade de Puerto Iguazú, que não participou do empreendimento, mas cuja população passou de 3.001 habitantes em 1970, para 57.623 em 1991 e atingiu 82.227 no ano de 2010 (INDEC, 2013). No mapa 10 é possível observar a distribuição populacional na Tríplice Fronteira.

Mapa 10 – População da Região Transfronteiriça do Iguaçu[19].

[19] A presente base cartográfica é anterior a 1993, por isso o mapa não mostra o município de Santa Fe del Paraná, desmembrado de Hernandarias em 2003, nem o de Iruña, desmembrado de Ñacunday em 1993. As populações desses municípios foram contabilizadas dentro dos recortes territoriais anteriores aos desmembramentos. No caso argentino, foi utilizada a população total do Departamento Iguazú, uma vez que os dados do Censo referentes aos seus quatro municípios não estavam atualizadas.

Tanto no mapa 10 como na tabela 5 é possível perceber que na Tríplice Fronteira há uma concentração populacional nas cidades tri-gêmeas, o polo de serviços e empregos da região, que se extende sobre as cidades conurbadas a Ciudad del Este – Hernandarias, Puerto Franco e Mingua Guazú.

Tabela 5 – Região Transfronteiriça do Iguaçu: população por unidade territorial.

DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ (DGEE, 2002)		
Distritos		População
1	Ciudad del Este*	387.538
2	Hernandarias	63.248
3	Puerto Franco	52.826
4	Minga Guazú	48.006
5	Itakyry	23.765
6	Tavapy	20.532
7	Santa Rita	16.427
8	Juan Emilio O'Leary	16.367
9	Dr. Juan León Mallorquín	16.243
10	Santa Fe del Parana	14.468
11	Naranjal	11.921
12	San Alberto	11.523
13	Santa Rosa del Monday	11.287
14	Minga Porá	11.180
15	Los Cedrales	9.003
16	Yguazú	8.748
17	Ñacunday	8.403
18	Mbaracayú	8.337
19	San Cristóbal	7.670
20	Domingo Martínez de Irala	6.734
21	Iruña	4.710
Total		758.936

MICRORREGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU (IBGE, 2010)		
Municípios		População
1	Céu Azul	11.032
2	Foz do Iguaçu	256.088
3	Itaipulândia	9.026
4	Matelândia	16.078
5	Medianeira	41.817
6	Missal	10.474
7	Ramilândia	4.134
8	Santa Terezinha de Itaipu	20.841
9	São Miguel do Iguaçu	25.769
10	Serranópolis do Iguaçu	4.568
11	Vera Cruz do Oeste	8.973
Total		408.800

DEPARTAMENTO IGUAZÚ (INDEC, 2010)	
População	82.227

RTI - REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA DO IGUAÇU		
Territórios membros		População
AR	Departamento Iguazú	82.227
BR	Microrregião de Foz do Iguaçu	408.800
PY	Departamento de Alto Paraná	758.936
Total		1.167.736

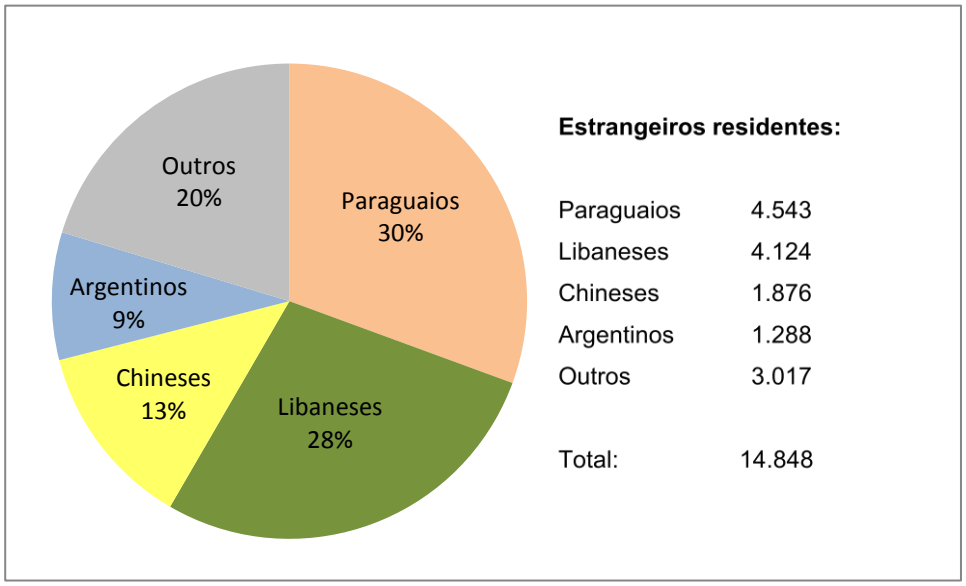
Fontes: IBGE; DGEE; INDEC.

Os investimentos governamentais na Tríplice Fronteira explicam a existência de grandes colônias de estrangeiros, em especial árabes (predominantemente palestinos, libaneses, jordanianos e egípcios) e chineses (taiwaneses e cantoneses),

ainda que o maior grupo de estrangeiros da região seja o dos brasiguaios – população de origem brasileira que reside no Paraguai.

Em que pese a propaganda utilizada por organizações que promovem o turismo de Foz do Iguaçu, que exaltam o fato de a cidade possuir mais de 70 etnias, paraguaios, árabes, chineses e argentinos representam, juntos, 80% dos estrangeiros residentes no município (gráfico 5).

Gráfico 5 – População estrangeira residente em Foz do Iguaçu.



Fonte: Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, 2013.
Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

Os símbolos identitários exibidos pelos imigrantes estrangeiros são numerosos e se expressam na música, nas vestimentas, na comida, em geral, nos sinais materiais de pertencimento cultural e de identidade (HIERNAUX-NICOLAS, 2006). Na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, as diferenças étnicas constituem um fator político concreto, um poder que se apoia no preconceito racial disseminado no imaginário coletivo através do mito da superioridade racial – a superioridade dos brasileiros descendentes de alemães face aos nativos paraguaios, por exemplo.

O fator étnico – aliado ao conhecimento de técnicas de produção pelos agricultores brasileiros – foi um dos componentes da política do General Strossner que levou um grande número de brasileiros a emigrar para o Paraguai a partir dos anos 1960. A esse grupo “selecionado” foram garantidos incentivos fiscais e terras baratas e de boa qualidade (FIRMEZA, 2007).

> Incentivada pelo governo paraguaio, que criou o programa "*Marcha al Este*", em 1961, para colonizar a fronteira com o Brasil, a emigração brasileira para o Paraguai saltou de 34.276 pessoas em 1972 para estimados 460.000 em 1996 (S.M.S. FOZ DO IGUAÇU, 2010).

Além do fator proximidade, os solos do departamento paraguaio do Alto Paraná e da porção oriental do departamento de Canindeyú (ambos fronteiriços com o Brasil), formados em sua maioria por terra roxa (latossolo podzólico), são considerados de excelente qualidade para o cultivo de gêneros como soja, milho e trigo, o que atraíu os brasiguaios (MENEGOTTO, 2004).

Alguns fatores de expulsão também motivaram as levas de brasileiros em direção ao Paraguai, dentre eles a falta de políticas agrárias no Brasil, o alto custo da terra e a construção do lago de Itaipu – que acarretou a expulsão de mais de 40 mil agricultores brasileiros de suas terras (FIRMEZA, 2007).

O departamento paraguaio do Alto Paraná é o que possui o maior número de brasileiros. Eles ocupam predominantemente a área rural do departamento e correspondiam a 13% da população do Alto Paraná no ano de 1992. Nesse mesmo ano, em alguns distritos desse departamento, como Ciudad del Este, os brasileiros (de acordo com o Censo oficial) eram pouco mais de 1%, mas em outros, como Santa Rosa del Monday, eles chegavam a constituir quase a metade da população. Também em 1992, os números do Censo do governo paraguaio apontavam que no Departamento de Canindeyú, 23,5% dos habitantes tinham origem brasileira (MENEGOTTO, 2004).

Os brasileiros no Paraguai se valem do papel de representantes da potência dominante na América do Sul e como grupo dominante, que impõe seu modo de produção, eles acabam por impor também sua língua. Nesse sentido, Laino afirmava já nos anos 70 uma preocupação compartilhada por parte de seus compatriotas em relação à situação da fronteira com o Brasili:

> Em síntese, o regime do Paraguai exerce uma política de dependência do Brasil e de fato o país perdeu o controle de sua soberania na fronteira. Mais do que isto, à dependência econômica deve-se somar a brasileirização cultural que também avança com agressividade, despojando deste grande e rico território até o menor traço do ser paraguaio (LAINO, 1979, p. 246).

Corroborando os temores de Laino, ao longo da fronteira, um dos símbolos do poder relativo de cada país pode ser medido pelo alcance das transmissões de rádio

e televisão, sobretudo para as populações que não possuem acesso a tv a cabo ou via satélite, o que ocorre também com a música. As antenas retransmitem a cultura que vem do outro lado da fronteira, assim, na Tríplice Fronteira essa situação pode ser aferida no conhecimento que os paraguaios e argentinos possuem do português e do próprio Brasil (RABOSSI, 2011).

3.5 Os indígenas

Os povos indígenas que habitavam as terras envolvidas nos projetos de governo para a região da Tríplice Fronteira – Itaipu, expansão da fronteira agrícola, etc. – foram os mais atingidos pelos impactos negativos dos mesmos. Os dois principais grupos que vivem hoje na região são os Guarani e os Kaingang, cujos sobreviventes possuem, hoje, áreas territoriais muito menores do que as que ocupavam há trinta, quarenta ou cinquenta anos atrás.

Quadro 2 – População indígena na Tríplice Fronteira.

UNIDADE SUBNACIONAL	POPULAÇÃO INDÍGENA POR UNIDADE SUBNACIONAL	GRUPOS ÉTNICOS
MISIONES (AR)	4.800	Guarani Mbya
PARANÁ (BR)	9.000	Guarany Mbya Guarany Nhandéva Kaingang
ALTO PARANÁ (PY)	4.765	Guarany Mbya Guarany Nhandéva

Fonte: Mendes da Silva, 2011.

Somente na província de Misiones existem 70 comunidades indígenas que conservam grande parte do legado cultural de seus antepassados e cujas crianças assistem a aulas em escolas bilíngues, contudo, assim como os índios brasileiros e paraguaios, os índios argentinos enfrentam problemas como a pobreza e a marginalização (MISIONES, 2007).

De uma maneira geral, os indígenas da Tríplice Fronteira habitam aldeamentos que ocupam pequenas extensões de terras e muitas vezes constituem verdadeiras “ilhas” cercadas por campos de soja dos quais não são proprietários. A

insuficiência de terras e a superpopulação acarretam condições de vida insalubres a essa população. Muitas crianças indígenas e suas mães tiram o sustento da venda de artesanato e, frequentemente, perambulam pelas ruas pedindo dinheiro e comida aos turistas que visitam as cidades da região. A situação vivenciada pelos indígenas nas ruas é tão difícil quanto aquela que esses indivíduos encaram nos aldeamentos, como atesta Mendes da Silva:

> Quem visita os aldeamentos esperando ver florestas e índios nus portando arco e flecha, sofrerá uma grande decepção. Não há matas, animais selvagens desapareceram e os rios estão contaminados por agrotóxicos usados pelos agricultores nas lavouras de soja. Os índios se vestem no mesmo estilo da população não-índia do entorno (MENDES DA SILVA, 2011, p. 22).

Outra questão a ser destacada é que as tribos que habitam os diferentes países que compõem a Tríplice Fronteira não reconhecem os limites internacionais. Contudo, no caso de Puerto Iguazú, onde o controle de entrada e saída de pessoas é maior, existe uma complascência em relação aos indígenas por parte das autoridades argentinas (REYNOLDI, 2013).

Tal complascência, no entanto, não impede que os indígenas tenham eventualmente problemas relacionados à locomoção entre fronteiras. Por vezes, indígenas são barrados por agentes de imigração em virtude de não terem documentos ou de não possuirem o hábito de carregá-los. Também há relatos de indígenas que são impedidos pela polícia de passar a fronteira com a alegação de que irão pedir dinheiro nas ruas ou incomodar os turistas (MENDES DA SILVA, 2011).

Por fim, a não identificação dos limites internacionais faz com que o acesso aos direitos de cidadania se torne muitas vezes um desafio às populações indígenas. Na Tríplice Fronteira, há diversos relatos de famílias cujos membros possuem nacionalidades diferentes – um filho é argentino, um é paraguaio, outro é brasileiro, por exemplo. Com isso, ainda que residam no Brasil, muitos indígenas são considerados estrangeiros, não tendo acesso a direitos garantidos pelo governo do Brasil, como Bolsa Família e aposentadoria.

3.6 Os brasentinos

A presença de brasileiros na província argentina de Misiones constitui um fator importante, que pode servir como facilitador das políticas de cooperação. A população brasentina habita áreas que se estendem ao longo de eixos rodoviários como o que liga Bernardo de Irigoyen a Eldorado.

Além da função de curral eleitoral em épocas de votação[20], o crédito bancário, os laços de parentesco e o setor de serviços compõem as redes brasileiras. Essas redes a cada dia consolidam uma influência maior na província de Misiones. Influência corroborada pela televisão brasileira, que já semeia traços de português no castelhano falado na fronteira e na província.

Por fim, registra-se também uma relação entre pequenos agricultores argentinos e o movimento dos Sem-Terra no Brasil (HAESBAERT, 1998). Os mencionados fatores constituem traços de uma região transfronteiriça, ideia comungada por Haesbaert:

> pode-se observar traços de uma região transfronteiriça na medida em que começam a se realizar encontros de prefeitos de estados brasileiros e províncias argentinas, os vínculos comerciais se fortalecem com a integração para desenvolvimento do turismo entre Brasil, Argentina e Paraguai, realizam-se iniciativas ainda tímidas de integração do exército e da polícia federal dos dois países, há encontros inter-universitários entre Misiones, o Noroeste do Rio Grande do Sul e o oeste de Santa Catarina (HAESBAERT, 1998, p. 66).

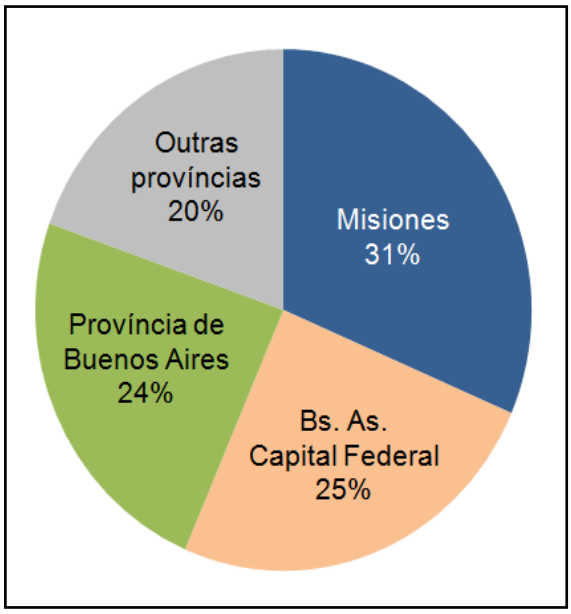
Os dados mais precisos e atuais que o Consulado do Brasil em Buenos Aires dispõe, fornecidos pelo último censo argentino (2011), são que existem 41.330 brasileiros residentes na Argentina, concentrados, sobretudo, na Capital Federal/Ciudad Autónoma de Buenos Aires (10.357 nacionais), na província de Buenos Aires (9.862 pessoas) e na província de Misiones (13.000 nacionais) (CONSULADO BRASILEIRO DE BUENOS AIRES, 2013).

O gráfico 6 apresenta o percentual de brasileiros residentes por unidade territorial na Argentina. É possível notar ao analisar o gráfico que praticamente um terço dos brasileiros residente é de fronteiriços que vivem em Misiones.

---

[20] Muitos dos brasileiros que vivem em Misiones permanecem com toda sua documentação brasileira e nos períodos eleitorais são levados por políticos catarinenses e paranaenses para votar no Brasil.

Gráfico 6 – Distribuição dos brasileiros residentes na Argentina.



Fonte: Consulado do Brasil em Buenos Aires, 2013.
Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

É importante destacar que existem diferenças sócioculturais entre os contingentes de brasileiros residentes na Argentina. O perfil do brasentino que vive em Misiones é o de indivíduos normalmente oriundos de estados do Sul do Brasil, com ocupação laboral no setor primário, em atividades rurais, enquanto os residentes na Província de Buenos Aires e na Capital Federal estão ocupados majoritariamente em atividades laborais urbanas, no setor terciário da economia, sendo provenientes de diversos estados brasileiros.

3.7 Os brasiguaios

O termo *brasiguaios* corresponde à população de origem brasileira residente no Paraguai. A presença de brasileiros naquele país principia no final da década de 1950, intensifica-se na década de 1960 e é reforçada através de novos fluxos nos anos subsequentes. De fato, o maior contingente de brasileiros começou a chegar ao país guarani a partir da década de 1970[21]. Estimativas do Ministério das

[21] Em 1967, o governo do General Strossner aboliu uma lei que proibia a compra de terras por estrangeiros na faixa de 150 km a partir do limite internacional. Um fato que estimulou a vinda de imigrantes brasileiros. Além disso, a mecanização da lavoura de soja e a subsequente concentração de terras empurraram muitos brasileiros para terras paraguaias, mais acessíveis.

Relações Exteriores apontam que em 2002 havia 459.147 brasileiros residentes no Paraguai (ALBUQUERQUE, 2009).

A importância dos brasiguaios na economia formal do Paraguai pode ser atestada pelo fato de que em 2011, aproximadamente 63% da produção de soja do país foram provenientes dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, que registram uma grande população brasiguaia (ROLON, 2011).

A população brasiguaia também possui peso político. No departamento do Alto Paraná os *brasiguaios* superam os 60% do conjunto da população em alguns núcleos urbanos e em Santa Rosa del Monday, que deve seu nome ao município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, os brasileiros somavam em 2004 pouco mais de 41% da população total e cerca de 60% da população urbana (MENEGOTTO, 2004).

Um ponto a se destacar é que diferentemente do que a grande mídia propaga – o estereótipo dos brasileiros que se transferiram para o leste paraguaio a partir dos anos 70, expulsos pela monocultura da soja e pela construção de Itaipu (1975 a 1982), num cenário de disputa geopolítica na América do Sul – a população de brasiguaios é bastante heterogênea.

Na realidade, os brasiguaios são divisíveis em grupos familiares provenientes de diferentes estados brasileiros e de condições econômicas distintas – podem ser pequenos proprietários, arrendatários, posseiros ou assalariados rurais. Essa população heterogênea possui a característica comum no fato de manter laços estreitos com o Brasil. Nesse sentido, Sprandel explica que:

> A opção pelo Paraguai parece ter se configurado antes como possibilidade de acesso a novas áreas de terras agriculturáveis, de melhor qualidade e pelas condições facilitadas. Essas terras situam-se muito próximas ao Brasil, e esse se faz presente nas transmissões de rádio e televisão. Além disso, é permanente o contato social e econômico com cidades paranaenses e sul-mato-grossenses, limítrofes (SPRANDEL, 2006, p. 141).

Outro fato importante a se destacar é que ao longo da segunda metade do século XX, a construção de hidrelétricas no Brasil fez com que muitos agricultores perdessem suas terras. Parte dessa população foi usada na estratégia geopolítica do governo do Brasil, que culminou na transferência de milhares desses brasileiros para o Paraguai (SPRANDEL, 2006).

Ao longo da fronteira do Paraguai com o Brasil, os brasileiros estruturaram um espaço que não é totalmente paraguaio e não chega a ser uma extensão do Brasil, uma vez que esse é um território de contato entre atores locais, nacionais e globais. A presença dos *brasiguaios* favorece a integração econômica do Paraguai, ainda que, ao mesmo tempo, aprofunde sua dependência externa (SOUCHARD, 2001).

Para Roseira (2011), a presença desse contingente populacional foi importante na vivificação da zona de fronteira em favor do Brasil e promoveu uma polarização de áreas tributárias pela concentração de serviços. Com isso, Foz do Iguaçu passou a exercer uma força gravitacional não apenas sobre o oeste paranaense como também sobre o leste do Paraguai.

No âmbito dos aspectos socioculturais, são características de grande parte dos brasiguaios, em especial aqueles com raízes no Sul do Brasil: o aspecto multilíngue/multidialetal – decorrente da vivência na fronteira –; e o processo identitário de alunos brasiguaios no contexto escolar. Muitos filhos de brasileiros que migraram para o Paraguai e retornaram ao Brasil, se fixando em Foz do Iguaçu e cidades vizinhas, têm como primeira língua o português (e/ou outro idioma, como o alemão, o italiano ou o polonês), mas foram alfabetizados no Paraguai em espanhol e guarani. Quando chegam às escolas brasileiras, esses jovens precisam fazer uso da língua portuguesa escrita, que não dominam (SPRANDEL, 2006).

Por fim, outro efeito negativo causado pela intensificação da imigração brasileira foi a transformação das formas de exploração dos recursos naturais no Paraguai e a eliminação da biodiversidade e sua substituição pela monocultura da soja – cuja instalação das fazendas normalmente é precedida da exploração da madeira e faz uso massivo de agrotóxicos – e posteriormente por pastagens para o gado nelore (FOGEL, 1995).

A interferência dos brasiguaios no meio ambiente paraguaio provocou impactos negativos tanto em âmbito social como em âmbito ecológico, uma vez que resultou no aumento da erosão e gerou a expulsão de camponeses paraguaios e comunidades indígenas guaranis de suas terras.

3.8 As colônias árabe[22] e chinesa

Uma das características mais marcantes da Tríplice Fronteira é a sua diversidade étnica. O município de Foz do Iguaçu concentra a segunda maior comunidade de língua árabe do Brasil, com cerca de 22 mil imigrantes e descendentes, sendo menor apenas que a comunidade residente no município de São Paulo (G1, 2013 c). No que tange à religião, uma grande parte dos árabes e descendentes que habitam a Tríplice Fronteira professa o islamismo em suas diferentes correntes (sunita, xiita, etc.).

No tocante à religião, o total de muçulmanos residentes em Foz do Iguaçu varia entre doze e dezoito mil, sendo em sua maioria sunitas e xiitas, com uma minoria de drusos. Na cidade, além dos árabes e seus descendentes alguns brasileiros convertidos também professam o islã. Em Ciudad del Este vivem aproximadamente nove mil muçulmanos, a maioria xiita. Por sua vez, em Puerto Iguazú não há comunidade muçulmana significativa (PINTO, 2011).

A maioria da população de origem árabe da Tríplice Fronteira é de descendentes de imigrantes nascidos nos atuais Líbano, Síria e Palestina. Na década de 1960, um grande contingente de imigrantes árabes, sobretudo libaneses, se instalou em Foz do Iguaçu, atraídos pelas oportunidades de comércio na fronteira. Outro fator de atração foi a construção de Itaipu, que trouxe um grande número de pessoas para trabalhar na usina, fomentando ainda mais o comércio local. Atualmente, esse contingente está concentrado em Foz do Iguaçu e também em Ciudad del Este, sendo que a maior parte se dedica ao comércio nessas duas cidades. Alguns membros da segunda e terceira gerações nascidas no Brasil se dedicam a profissões liberais.

No que tange à religião, em Foz do Iguaçu há uma mesquita sunita – denominada Omar Ibn Al-Khattab (foto 8), a mais antiga da cidade, inaugurada em 1983, a mesquita, que é uma das maiores da América Latina, recebe mensalmente de quatro a cinco mil visitantes nacionais e estrangeiros, sendo um dos principais pontos turísticos da Tríplice Fronteira (NASSER, 2013). Além da mesquita sunita Foz do Iguaçu possui ainda uma mesquita xiita – que funciona na Sociedade Beneficente

---

[22] Os árabes são os integrantes de um povo heterogêneo que tem origens no Oriente Médio e na África setentrional, sendo que a maior parte dos árabes segue a religião islâmica, cujas principais correntes são o xiismo e o sunismo.

Islâmica –, estando ambas localizadas no bairro Jardim Central. Também estão presentes em Foz a Igreja Cristã Árabe e a Igreja Adventista (SILVA, 2011).

Foto 8 – Mesquita Omar Ibn Al-Khattab, localizada em Foz do Iguaçu (CARNEIRO Filho, 2012).

A população de origem árabe construiu uma territorialidade facilmente perceptível na paisagem da Tríplice Fronteira. Em razão da melhor infraestrutura de serviços urbanos, sociais, educacionais e de saúde, a maior parte dessa comunidade habita Foz do Iguaçu. No entanto, de maneira geral, ela possui seus negócios do lado paraguaio da fronteira, devido à condição de zona franca comercial de Ciudad del Este (CURY, 2011).

A comunidade árabe de Foz do Iguaçu conta com duas escolas. Uma escola de ensino fundamental, onde os alunos aprendem a religião sunita e o idioma árabe – essa escola é ligada ao Centro Cultural Beneficente Islâmico, que funciona ao lado da mesquita sunita – e a outra instituição, denominada Escola Árabe Brasileira, inaugurada em 2008, que possui ensino fundamental e médio, tendo como

particularidade o ensino do árabe como língua estrangeira. Algumas crianças da comunidade árabe que moram em Foz do Iguaçu também cruzam a fronteira para estudar no Centro Educacional Libanes del Paraguay. Devido à diversidade de culturas, na Tríplice Fronteira não é raro encontrar crianças poliglotas, capazes de falar idiomas como árabe, espanhol, português, inglês e guarani.

Foto 9: Ônibus de escola libanesa de Ciudad del Este realizando o transporte de alunos em Foz do Iguaçu (CARNEIRO Filho, 2012).

Ainda em relação aos aspectos culturais, Foz do Iguaçu conta com três canais árabes disponíveis na tv fechada, um site de divulgação do islamismo, gerido por um empresário local, três cursos particulares onde se ensina o idioma árabe. Na realidade, a presença dos árabes produz impactos na rotina de toda a cidade, devido a seus costumes diferenciados, haja vista que a grande maioria professa o islamismo. Um fato que comprova tal afirmação é a existência de horários fechados para mulheres muçulmanas em academias de natação e hidroginástica de Foz do Iguaçu.

Em situações corriqueiras do dia-a-dia é possível perceber outras diferenças não apenas entre os muçulmanos e os não-muçulmanos, como também entre os sunitas e os xiitas, como explica Silva (2011):

> São nessas academias, principalmente, que as diferenças entre as mulheres xiitas e sunitas aparecem, tendo como núcleo, além da religião, a participação diferenciada no mercado de trabalho, pois as mulheres xiitas,

> segundo as sunitas, não trabalham, não frequentam escolas e dedicam-se exclusivamente aos filhos e ao marido. Como consequência dessa participação limitada nos assuntos públicos, as mulheres xiitas têm mais dificuldade para aprender o português (SILVA, 2011, p. 76).

O exemplo mencionado ajuda a desconstruir a ideia da existência de uma comunidade árabe homogênea residente em Foz do Iguaçu. Corrobora com essa afirmação o fato de diversos estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida JK – uma das mais importantes de Foz do Iguaçu – ostentarem bandeiras dos países originários de seus proprietários em suas fachadas e vitrines. Além disso, muitos membros da comunidade árabe possuem forte identificação com seus países de origem, referindo-se uns aos outros como libaneses, palestinos e sírios.

Os árabes trazem à fronteira temas como a paz na Palestina e a luta das populações nos territórios ocupados por Israel. Tendo em vista que grande parte dos árabes da tríplice Fronteira tem origem em países que possuem territórios ocupados por Israel – Líbano, Palestina e Síria.

Em algumas ocasiões as diferentes comunidades árabes da Tríplice Fronteira se reúnem e se manifestam de forma conjunta como ocorreu em maio de 2001, quando aproximadamente quinhentas pessoas participaram em Foz do Iguaçu de uma passeata organizada para protestar contra a criação do Estado de Israel – ocorrida em 15 de maio de 1948 –, o dia da *Naqba* (catástrofe) para os árabes. Essa manifestação foi organizada por oito entidades árabes de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. O ato exemplifica como as linhas de classificação e de reconhecimento recíprocos entre os diferentes grupos da comunidade árabe e os grupos locais e nacionais – brasileiros, iguaçuenses – se opõem, se superpõem ou se alinham, de acordo com o contexto (SILVA, 2011).

Outra situação onde os diferentes grupos de muçulmanos da Tríplice Fronteira se manifestam de forma homogênea ou semelhante é durante o período do Ramadã, mês sagrado para os adeptos do islamismo em todo o mundo. Durante o mês sagrado,– com exceção de crianças, idosos, mulheres grávidas e enfermos – todos os muçulmanos devem jejuar, sendo proibidos de manter relações sexuais da alvorada ao pôr do sol. Na Tríplice Fronteira, ao longo desse período, as mesquitas ficam cheias durante o dia todo devido às cinco orações diárias que os muçulmanos devem fazer. Tradicionalmente, no começo e no final do Ramadã, os muçulmanos

se reúnem e fazem um grande café da manhã onde compartilham iguarias da culinária árabe (G1, 2013 c).

Embora em número menor do que a comunidade árabe, a comunidade chinesa da Tríplice Fronteira se faz notar, sendo que o maior contingente reside em Ciudad del Este. O contingente de chineses do Paraguai deriva de recentes ondas de imigração entre os anos 1970 e 1980 e está relacionado, em um primeiro momento, com as relações diplomáticas do Paraguai com Taiwan e, em um segundo momento, com o sucesso econômico do sudeste da China.

Grande parte dessa população vive em Ciudad del Este, trabalhando ou sendo proprietária de lojas de produtos eletrônicos e miudezas trazidas do Oriente a preços muito baixos. A maioria dos imigrantes trabalha como comerciante/importador em redes familiares ou de proteção (as *guanxi*), dentro das quais organizam seus negócios (PINHEIRO-MACHADO, 2011). Essa população é proveniente, sobretudo, de Taiwan[23] e da Província chinesa de Guangdong (IACOMINI, 1998).

As estatísticas sobre o tamanho da população de origem chinesa na Tríplice Fronteira são divergentes. Certo é que essa população já foi bem maior. Cerca de trinta mil chineses e descendentes residiam em Ciudad del Este em 2001 (BARTOLOMÉ, 2003), mas as estimativas acerca da população de origem chinesa da Tríplice Fronteira variam entre quatro e dez mil indivíduos. Para Hsu, em 2005 “a região abriga cerca de quatro mil chineses, entre imigrantes e descendentes – três mil vivem no Paraguai e o restante no lado brasileiro” (HSU, 2005). Por sua vez, Pinheiro-Machado (2006) afirmou que a Tríplice Fronteira abrigava:

> “uma comunidade de aproximadamente 9 a 10 mil imigrantes chineses – quase a metade do que existia no início do anos 90, auge do comércio fronteiriço, dos sacoleiros brasileiros e dos imigrantes que chegavam para abrir lojas e importar mercadorias da China” (PINHEIRO-MACHADO, 2006, p. 2).

Em Ciudad del Este, a presença chinesa não se limita ao setor do comércio. A Associação Los Angeles Paraguay-China possui um importante papel social, tendo sido responsável pela construção, em 2003, do hospital Los Angeles Paraguay-

[23] O Paraguai até hoje não reconhece o governo de Pequim como representante do povo chinês, sendo um dos 23 Estados soberandos que reconhecem a República da China (nome oficial de Taiwan).

China e a Pastoral Social. As estruturas prestam atendimento a adultos e crianças carentes (HSU, 2005).

Situado em Foz do Iguaçu, o templo budista de é um dos principais símbolos da presença chinesa na região. Erguido em 1996 pelas comunidades chinesas da Tríplice Fronteira, o templo atrai atenções não só dos praticantes do budismo, como de adeptos de outras religiões e de turistas. O templo está localizado em uma área de 2,5 mil m² repleta de jardins decorados com dezenas de estátuas de divindades, com destaque para uma estátua de Mi La Pu-san, o Buda sentado (foto 10), com cerca de sete metros de altura.

Foto 10 – Templo budista em Foz do Iguaçu (CARNEIRO Filho, 2011).

A presença chinesa em Foz do Iguaçu também se faz sentir em setores como turismo, hotelaria e gastronomia. Um dos principais hotéis de Foz do Iguaçu, o Bourbon Iguassu Golf and Resort, é um empreendimento sino-estadunidense. A cidade também possui diversos restaurantes de comida chinesa e algumas agências de turismo especializadas no atendimento a chineses.

3.9 RTI: o embrião de uma região transfronteiriça?

A regulação de um espaço transfronteiriço impõe uma questão de natureza política. Considerar uma região transfronteiriça no sentido político requer identificar a existência de relações privilegiadas entre os poderes políticos de uma parte e outra

da fronteira. Afirmar que a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai é uma região política significa que ela oferece um quadro de realizações de projetos cujos impactos saõ transfronteiriços.

A Tríplice Fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina e sua área urbana trinacional, localizada na antiga zona tampão entre os três países também poderia ser considerada uma espécie de *Heartland* sul-americano, uma vez que configura um grande nó estratégico do Cone Sul e do MERCOSUL.

A grande heterogeneidade étnico-cultural e econômica é uma característica marcante da Tríplice Fronteira, além de constituir um fator que dificulta e torna mais demorado o processo de construção de uma identidade transfronteiriça. O conceito tradicional de identidade, desenvolvido na antropologia, reflete a homogeneidade de um grupo social que compartilha uma memória coletiva, produz uma cosmovisão relativamente homogênea e aceita por todos os seus membros, e atua em conjunto frente à vida cotidiana (HIERNAUX-NICOLAS, 2006).

Não obstante a ausência de homogeneidade sociocultural, alguns aspectos elencados no decorrer do capítulo, como as redes de parentesco, a presença dos grupos étnicos nos diferentes lados do limite internacional, as atividades comerciais, religiosas e culturais e os fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações que diariamente atravessam os limites internacionais embasam a hipótese de que estão em andamento transformações territoriais que tendem a formar espaço regional transfronteiriço no coração da Bacia do Prata.

No tocante à cartografia apresentada no capítulo, o território de influência da Região Transfronteiriça do Iguaçu abrange uma área que em alguns momentos pode ir além dos limites estabelecidos nos mapas e em outras situações esses limites podem conter áreas que não estão diretamente sob influência das três cidades gêmeas – núcleo econômico da região.

A cartografia elaborada para a presente pesquisa teve como modelo a tipologia de regiões transfronteiriças europeias, configurando um primeiro esforço na delimitação do que no futuro poderá ser uma região transfronteiriça do MERCOSUL com algum grau de institucionalidade.

Por fim, é importante destacar que a Região Transfronteiriça do Iguaçu não é apenas resultante de ações de diversos atores que se articularam e se articulam em função de políticas de energias e de gestões territoriais específicas devido à sua

posição de fronteira (como é o caso da Associação de Municípios Lindeiros do Lago de Itaipu e da gestão da área de preservação das Cataratas do Iguaçu), mas de um conjunto de ações de diversos tipos de poderes que se fundem e criam um espaço único na América do Sul, um espaço transfronteiriço múltiplo e diverso que articula uma fronteira rede em múltiplas escalas – local, regional, nacional e transnacional (RÜCKERT, 2013).

O presente capítulo, que trouxe de início definições teóricas de região e região transfronteiriça, abordou processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira e o papel de seus principais atores, cujos dados foram analisados através de um quadro temático e de coremas. Na sequência foram apresentados os aspectos identitários da Tríplice Fronteira, sua história de povoamento e o raio de sua área de influência, com base estudos sobre a rede de transporte urbano. Por fim, foi apresentada uma análise acerca da população da região – características étnicas e localização geográfica – com o intuito de facilitar a compreensão da heterogeneidade da população da Tríplice Fronteira.

4. A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

O presente capítulo trará uma abordagem das ações dos Estados Nacionais – atores por excelência geopolítica – no âmbito dos projetos de infraestrutura física que abrangem a região da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Com o objetivo de atestar a hipótese de que o papel dos atores institucionais (Estados nacionais) é determinante na forma-conteúdo dos processos de transfronteirização serão analisadas as obras de infraestutura de transportes e energia já concluídas, bem como aquelas que constam nas cartilhas da IIRSA/COSIPLAN e do PAC 2.

Ao longo do capítulo também serão abordados aspectos relativos à intencionalidade dos eixos da IIRSA/COSIPLAN que atravessam a Tríplice Fronteira, com uma análise do transporte rodoviário na região – movimento de passageiros na rodoviária de Foz do Iguaçu; movimentação de cargas e fluxo de caminhões nas pontes internacionais; e o projeto da segunda ponte sobre o rio Paraná, entre Brasil e Paraguai.

Serão apresentadas análises sobre a infraestrutura aeroportuária e os projetos de geração de energia da região circunvizinha à Tríplice Fronteira. Ao final do capítulo será realizada uma avaliação dos impactos em escala local decorrentes de projetos em escalas maiores – nacional e supranacional.

4.1 A infraestrutura de transportes e energia

A integração física de um bloco de países implica a construção de infraestrutura transfronteiriça de transporte, comunicação e energia, bem como o aproveitamento compartilhado dos recursos naturais disponíveis no território fronteiriço.

No passado, as regiões fronteiriças da América do Sul comumente apresentavam uma duplicidade de infraestruturas – rodovias paralelas, aeroportos e usinas de energia –, resultado de políticas de governo onde as fronteiras eram entendidas como regiões de defesa do território, que deveriam estar orientadas para o interior dos Estados nacionais (PRADEAU, 1994).

Exemplos de duplicidade[24] na fronteira Brasil-Argentina são muitos, como as rodovias BR-472 e *Ruta 14* (que em boa parte de seus trajetos correm paralelas, em margens opostas do Rio Uruguai), ou os três aeroportos internacionais da Tríplice Fronteira Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú-Ciudad del Este, que provavelmente são a maior prova da ausência de um planejamento integrado e da multiplicidade de infraestruturas instaladas na fronteira.

No atual contexto da globalização, a integração regional é um instrumento que viabiliza os ganhos de eficiência e de competitividade através da obtenção de economias de escala e da redução das estratégias rentistas dos produtores domésticos. O novo regionalismo, também chamado de regionalismo aberto, tem por objetivo alcançar uma economia mundial mais aberta e integrada, sendo uma estratégia que busca conciliar a disciplina determinada pela liberalização das economias com o tratamento preferencial dos blocos regionais (SENHORAS, 2008).

O desenvolvimento da IIRSA/COSIPLAN atende a uma lógica de modernização do território necessária à ampliação da circulação. Seus projetos são financiados por instituições como BNDES, FONPLATA, CAF, BID e Banco Mundial. Atualmente, apesar dos entraves no âmbito da circulação de mercadorias e trabalhadores, os projetos que abrangem a Tríplice Fronteira fazem parte de três eixos da IIRSA – Mercosul-Chile, Hidrovia Paraguai-Paraná, e Capricórnio – que promovem conexões territoriais na região (figura 3). Relatórios disponíveis no site da IIRSA/COSIPLAN mostram o avanço dos cronogramas de realização das obras (RÜCKERT; GRASLAND 2012).

Na atual conjuntura internacional, o Estado nacional precisa se adaptar e incorporar novos temas e prioridades globais a sua agenda com o intuito de tornar seus objetivos factíveis. Nesse sentido, a IIRSA/COSIPLAN é uma ferramenta valiosa para a concretização de uma integração regional nas esferas política, econômica e social. Ainda que o Brasil seja nitidamente o líder do processo de integração sul-americano em curso – através, principalmente, da participação do BNDES e das empreiteiras brasileiras encarregadas dos projetos – a

[24] Apesar de tudo, na prática, tal multiplicidade de equipamentos acaba por servir em algumas situações, aos habitantes da fronteira, que às vezes podem escolher o serviço ou infraestrutura em melhores condições. Os habitantes de Uruguaiana e São Borja, por exemplo, podem utilizar as rodovias e companhias de ônibus argentinas para ir a Foz do Iguaçu, uma vez que a qualidade das rodovias do país vizinho é superior e o serviço das empresas argentinas de ônibus é mais barato e mais confortável do que o oferecido no lado brasileiro.

IIRSA/COSIPLAN também tem o potencial de gerar benefícios aos demais países do continente. Na medida em que há uma espécie de hierarquização dos países no cenário mundial e, consequentemente, uma priorização dos interesses de países mais influentes, a integração pode ser uma alternativa de defesa dos interesses dos Estados de economia mais enfraquecida (SCHEIBE, 2013).

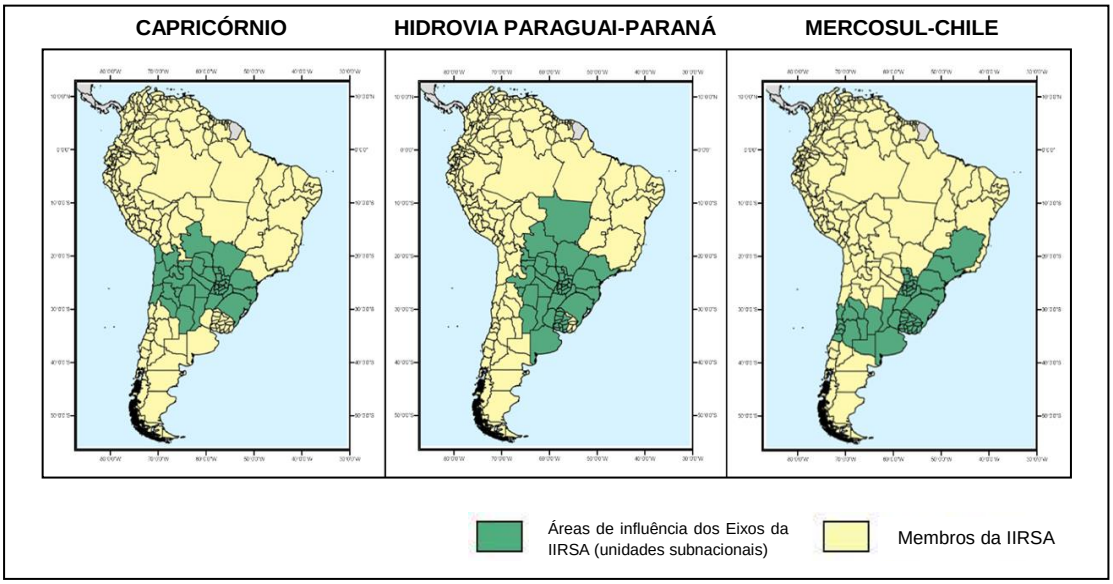


Figura 3 – Eixos da IIRSA (SCHEIBE, 2013).

Quando surgiu, na Cúpula dos presidentes da América do Sul, em 2000, a IIRSA tinha o objetivo de modernizar, desenvolver e integrar as infraestruturas dos doze países sul-americanos tendo como prazo 2010. Posteriormente, no final de 2011, a UNASUL criou o COSIPLAN – Conselho de Infraestrutura e Planejamento – uma tentativa de reeditar a IIRSA. O Programa de Ação Estratégica do COSIPLAN conta com um orçamento de US$ 16 bilhões até 2022. Apesar de ter sido apresentada pelos financiadores (BID, CAF, FONPLATA, BM, BNDES) como “solução” para desenvolver a América do Sul e reduzir a pobreza, a IIRSA/COSIPLAN é baseada em megaprojetos que fazem parte de uma estratégia de controle de recursos naturais e de zonas de importância estratégica. Na área circunvizinha à Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, estão previstos na carteira da IIRSA/COSIPLAN dezesseis projetos (quadro 3) que possuem um orçamento total de mais de dois bilhões e duzentos milhões de dólares.

Quadro 3 – Os projetos da IIRSA/COSIPLAN que abarcam a Tríplice Fronteira.

	PROJETOS POR EIXO	PAÍSES ENVOLVIDOS	INVESTIMENTOS US$ (DÓLARES)
EIXO CAPRICÓRNIO	Melhorias no Centro de Fronteira de Puerto Iguazú	Argentina	2.000.000
	Melhoramento e concessão da *Ruta 6* – Ciudad del Este a Encarnación	Paraguai	136.000.000
	Nova Ponte Puerto Franco-Foz do Iguaçu, com Área de Controle Integrado	Brasil e Paraguai	a definir
	Corredor Ferroviário Bioceânico – Ramal Cascavel-Foz do Iguaçu	Brasil	324.000.000
	Construção da Ferrovia Assunção-Ciudad del Este	Paraguai	297.500.000
	Ferrovia Ciudad del Este-Pilar	Paraguai	438.600.000
	Ponte El Dorado-Mayor Otaño	Argentina e Paraguai	a definir
	Linha de transmissão (500 kw) Itaipu-Assunção	Brasil e Paraguai	555.000.000
	Concessão de melhoramento das *Rutas 2* e *7*, entre Assunção e Ciudad del Este	Paraguai	136.000.000
	Central Hidrelétrica de Iguazú	Paraguai	260.000.000
EIXO HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ	Projeto Binacional de melhoramento da navegabilidade no Lago de Itaipu	Brasil e Paraguai	a definir
	BR-277: Santa Terezinha de Itaipu-Cascavel	Brasil	4.872.500
	Projeto Binacional de Transposição de Itaipu	Brasil e Paraguai	a definir
	Ampliação da área portuária de Puerto Indio	Paraguai	1.200.000
EIXO MERCOSUL-CHILE	Aeropuerto Guaraní – *Hub* de carga regional	Paraguai	50.000.000
	Nova ponte internacional sobre o rio Peperi-Guaçu	Brasil e Argentina	8.000.000
	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		2.213.172.500

Organização: Camilo Pereira Carneiro, 2013. Fonte: IIRSA/COSIPLAN, 2013.

O pensamento desenvolvimentista por trás da IIRSA/COSIPLAN conta com o apoio de Darc Costa, presidente da FEDERASUR[25] – Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul. Segundo Costa, 2/3 da América do Sul – os Andes, o Pantanal e a Amazônia – estariam fora do processo civilizatório, fato que poderia ser revertido com a implementação de obras de infraestrutura, o que ele entende como uma forma do homem apropriar-se da natureza (FARIA, 2004).

É importante lembrar que o processo de integração sul-americano não está definido apenas pelos interesses dos Estados nacionais, em suas múltiplas escalas de atuação. Existem interesses de outros atores e em escalas variadas que estão contemplados nos projetos da IIRSA/COSIPLAN. Interesses que muitas vezes são divergentes dos interesses de populações das áreas onde serão materializados esses projetos.

No caso da Tríplice Fronteira, os projetos da IIRSA/COSIPLAN estão inseridos, em grande maioria, no Eixo Capricórnio. Nesse eixo, no âmbito da cooperação energética, está prevista a construção de uma nova linha de transmissão entre Itaipu e Assunção que tem por objetivos melhorar a qualidade do serviço de transmissão de energia e reduzir as elevadas perdas técnicas, que chegam a 10% durante os horários de pico (IIRSA, 2013 i). Também faz parte do Eixo Capricórnio o projeto de construção da central hidrelétrica de Iguazú, no Departamento de Alto Paraná.

No tocante à infraestrutura aduaneira, existe um projeto de melhorias no Centro de Fronteira de Puerto Iguazú que tem como objetivo adequar as instalações do centro para que este supra suas necessidades atuais, otimizando o uso dos recursos existentes, encurtando o tempo de espera dos veículos e facilitando a operação do posto de fronteira. O projeto permitirá a ampliação do controle de cargas em território argentino, com o acesso fluido de produtos agroindustriais e agrícolas precedentes e destinados ao Brasil (IIRSA, 2013 a).

No âmbito do investimento em infraestrutura de transportes, fazem parte da IIRSA/COSIPLAN os projetos de melhoramento e concessão das *Rutas* 2, 6 e 7, as principais rodovias do Paraguai, que ligam Ciudad del Este a cidades como

[25] A FEDERASUR tem por finalidade dar suporte às Câmaras de Comércio e/ou Indústria da América do Sul e a ela filiadas. Tem o objetivo de promover e incrementar as relações do Brasil com os seus vizinhos sul-americanos no âmbito comercial, econômico, político, financeiro, cultural e turístico. Constitui uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, nos termos da legislação brasileira, com sede no município do Rio de Janeiro.

Assunção e Encarnación. Os projetos prevêem o alargamento das rodovias e a manutenção da camada asfáltica (IIRSA, 2013 b).

Estão previstas melhorias na infraestrutura rodoviária do trecho da BR-277, entre Santa Terezinha do Itaipu e Cascavel, com vistas a dar mais mobilidade ao escoamento da produção agrícola paranaense. A IIRSA/COSIPLAN prevê a execução de serviços de conservação e melhorias nas estradas de acesso a Santa Terezinha do Itaipu e a duplicação do segmento entre Medianeira e Matelândia (IIRSA, 2013 c). Por sua vez, o projeto de segunda ponte sobre o rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Puerto Franco, inserido no eixo Capricórnio, encontra-se parado devido a irregularidades no processo de licitação.

Na fronteira Brasil-Argentina está prevista a construção de uma nova ponte internacional sobre o rio Peperi-Guaçu, que promoverá a interconecção da BR-282, no estado de Santa Catarina, com a *Ruta* 27 e a *Ruta* 14, em Misiones, com vistas a incrementar o turismo e o fluxo de transporte de mercadorias na região (IIRSA, 2013 f). Devido à proximidade de Foz do Iguaçu, a obra irá impactar diretamente o fluxo de veículos que utiliza a ponte Tancredo Neves.

No âmbito do transporte ferroviário, entre os projetos da IIRSA/COSIPLAN existe o do Corredor Ferroviário Bioceânico, que tem o objetivo de criar uma conexão ferroviária entre o litoral sul/sudeste do Brasil e o Oceano Pacífico, passando por regiões com potencial de transporte em larga escala, abrangendo Argentina, Chile, Brasil e Paraguai, ligando os portos de Paranaguá e São Francisco de Sul, no Brasil, a Antofagasta, no Chile. Nesse contexto, dividiram-se as intervenções previstas no Brasil em três grupos: a Ponte Foz do Iguaçu/Ciudad del Este, o trecho Paranaguá/Cascavel e o Cascavel-Foz do Iguaçu, que seria um trecho a ser construído em sua integralidade sendo indispensável para a integração regional (IIRSA, 2013 g).

A construção de infraestrutura ferroviária também está prevista para o Paraguai. Um dos projetos é a instalação de uma linha férrea que irá de Ciudad del Este até as cidades de Assunção e Villeta. O objetivo da obra é criar uma alternativa de transporte tanto de carga como de passageiros, tendo em vista o fluxo e a atividade comercial existente entre essas cidades. No âmbito do MERCOSUL, a ferrovia encurtará distâncias e irá se interconectar com ramais ferroviários do Brasil e da Argentina. Existe ainda o projeto de construção de um ramal ferroviário entre

Puerto Franco e a cidade de Pilar – uma alternativa para o escoamento de cereais (IIRSA, 2013 h).

No que tange ao lago de Itaipu, alguns projetos da IIRSA/COSIPLAN visam seu melhor aproveitamento. Um deles prevê a construção de um sistema de transporte multimodal que permita a transposição do lago para cargas que transitam em transporte fluvial. Há outro projeto que pretende ampliar as instalações portuárias de Puerto Indio – localidade situada às margens do lago de Itaipu –, para aumentar a capacidade de mobilização de carga de granel sólida – embarque e desembarque de caminhões sobre balsas –, com vistas ao aumento de carga a ser gerada com a pavimentação da rodovia de acesso *Troncal II* (IIRSA, 2013 d).

No âmbito dos investimentos na infraestrutura aeroportuária da Tríplice Fronteira, há um projeto que visa a ampliação e reequipagem do aeroporto Internacional Guaraní, com o objetivo de convertê-lo em um *hub* regional de carga. Está prevista a ampliação da pista, construção de depósitos de carga, instalação de sistemas de *tracking*, modernização de sistemas de controle de voos e de telecomunicações (IIRSA, 2013 e).

Alguns críticos da IIRSA/COSIPLAN apontam que a adoção de eixos de integração e desenvolvimento reforça a polarização regional segundo as vocações distribuídas e construídas em torno de recursos naturais. A iniciativa também é identificada com o receituário neoliberal, uma vez que promove a constituição de espaços privilegiados da economia internacional.

Por fim, a ausência de consulta social – movimentos sociais ausentes do debate –, a baixa divulgação e a participação seletiva de determinadas universidades, ministérios, institutos de pesquisa, bancos e empresas privadas do país dão sinais de que a IIRSA/COSIPLAN pode estar atrelada a interesses do grande capital nacional e internacional.

Corroborando com essa análise, é importante lembrar que a iniciativa segue um modelo de desenvolvimento para fora baseado na concepção espacial de eixos de integração e desenvolvimento e no conceito de sustentabilidade econômica, ambiental e social em escala continental, mencionados pelo ex-presidente da Cia. Vale do Rio Doce, Eliezer Batista da Silva em um trabalho, de 1995, intitulado Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentado e Integração da América do Sul (SENHORAS, 2008).

Para Fuser (2008), as intensionalidades dos eixos da IIRSA/COSIPLAN expostas no quadro 4 estão ligadas a ações de exploração intensivas em território – processos intolerantes com entes não mercantis. A implementação da iniciativa corrobora a ideia de que a territorialidade do capitalismo engendra a mercantilização até as últimas consequências. A iniciativa vem sendo materializada em obras construídas de forma autoritária, estradas, barragens, hidrelétricas e linhas de transmissão que já geraram indivíduos sem terra e sem teto.

Quadro 4 – Intencionalidade dos eixos da IIRSA/COSIPLAN que atravessam a Tríplice Fronteira.

EIXO	ABRANGÊNCIA	INTENSIONALIDADE
CAPRICÓRNIO	Norte do Chile e da Argentina, Paraguai e sul do Brasil	Integração energética, incorporação de novas terras à agricultura de exportação e biocombustíveis.
HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ	Sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai	Integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidrelétrica.
MERCOSUL-CHILE	Brasil, Argentina, Uruguai e Chile	Integração energética, com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas.

Fonte: Fuser, 2008.

A IIRSA/COSIPLAN e a crescente demanda por *commodities* na Ásia (China em particular) impulsionam a integração física da América do Sul e acabam promovendo o desencadeamento de conflitos no continente. Com a iniciativa a lógica exploratória intensiva em território e as formas patrimonialistas e rentistas de apropriação do território, ganharam novo fôlego (PORTO GONÇALVEZ; QUENTAL, 2012). Está cada vez mais claro que os megaprojetos em curso geram benefícios, sobretudo, para empresas transnacionais, cujas obras são responsáveis por impactos socio-ambientais de grandes proporções.

4.2 Transporte rodoviário e projetos de pontes internacionais

Uma parte da infraestrutura de circulação territorial no Cone Sul foi instalada em um momento histórico de tensão geopolítica entre Brasil e Argentina. Ao longo da segunda metade do século XX o Brasil promoveu obras de conexão terrestre com Paraguai, Uruguai e Bolívia. Esses países tinham a função de “áreas de

amortecimento” entre Brasil e Argentina e realizavam um papel importante no equilíbrio de poder na América do Sul.

No caso do Paraguai, sua condição mediterrânea o conduziu a desempenhar a estratégia do pêndulo, alternando de tempos em tempos entre as áreas de influência de Brasil e Argentina. A dependência do país em relação aos portos marítimos dos países vizinhos foi percebida pelo governo brasileiro que promoveu a construção da Ponte da Amizade (foto 11), em 1965, e da rodovia BR 277, em 1969, a fim de conectar o Paraguai ao porto de Paranaguá, no litoral paranaense (ROSEIRA, 2011).

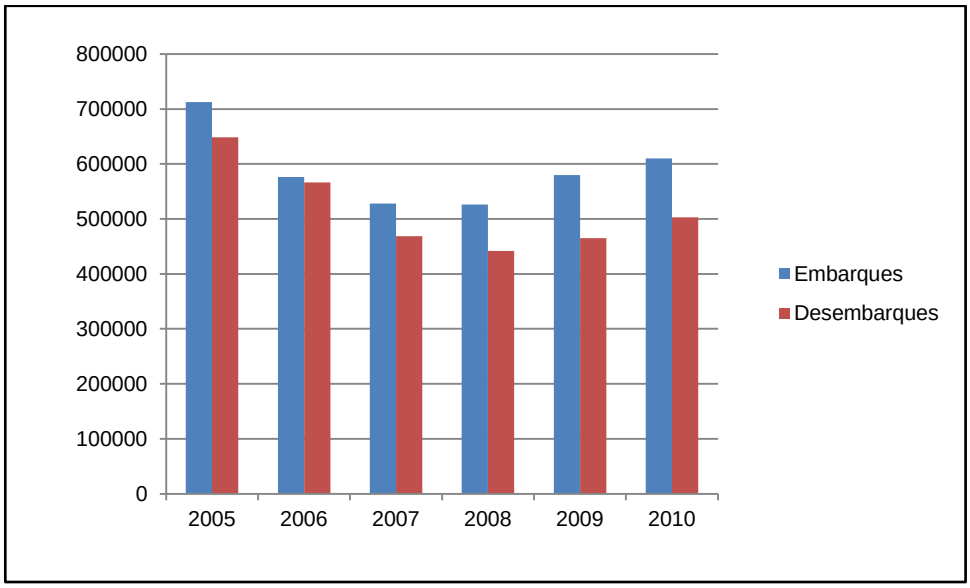
Foto 11 – Ponte da Amizade (CARNEIRO Filho, 2013).

Na década de 1980, com a aproximação dos governos de Brasil e Argentina surge uma nova concepção de planejamento territorial que adota tendências integracionistas para o ordenamento de novas articulações produtivas na América do Sul. O regionalismo que emergiu entre as décadas de 1980 e 1990 incentivou a integração física de uma infraestrutura compartilhada e transnacional, que culminou na construção da ponte Tancredo Neves (SENHORAS, 2008).

Além de promover a integração entre os países do MERCOSUL, a implantação da conexão viária de Foz do Iguaçu com Puerto Iguazú contribuiu para

o aumento do fluxo de passageiros da rodoviária de Foz do Iguaçu, a maior da Tríplice Fronteira e a que oferece o maior número de destinos. Em 2010 a rodoviária registrou um movimento 609.793 embarques e 502.805 desembarques (gráfico 7).

Gráfico 7 – Movimento de embarques e desembarques na rodoviária de Foz do Iguaçu (2005 a 2010).



Fonte: P. M. de Foz do Iguaçu, 2011. Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

No que tange ao transporte de cargas, os fluxos de mercadorias que atravessam a fronteira Brasil-Argentina têm como destino os maiores centros produtores e consumidores de seus respectivos territórios (DIETZ, 2008). Tais fluxos utilizam, sobretudo, as rodovias das províncias argentinas de Corrientes e Misiones e dos estados do Sul do Brasil. Os principais pontos de passagem são as pontes localizadas nas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, Uruguaiana-Paso de los Libres e São Borja-Santo Tomé (quadro 5).

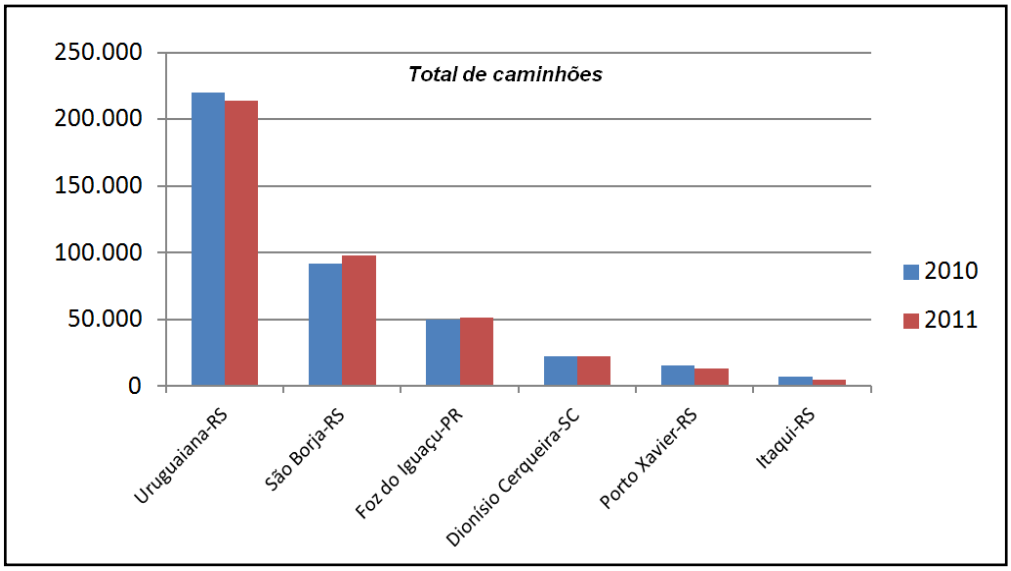
Quadro 5 – Inauguração das principais[26] pontes entre Brasil e Argentina.

PONTES	ESTADO/PROVÍNCIA	ANO
Ponte Internacional Uruguaiana-Paso de los Libres	Rio Grande do Sul/Corrientes (sobre o rio Uruguai)	1945
Ponte Tancredo Neves Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú	Paraná/Misiones sobre o rio Iguaçu)	1986
Ponte Internacional da Integração São Borja-Santo Tomé	Rio Grande do Sul/ Corrientes (sobre o rio Uruguai)	1997

Elaboração: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

No que tange ao transporte de cargas, as principais portas de entrada e saída de mercadorias entre Brasil e Argentina, após Uruguaiana, São Borja e Foz do Iguaçu, são os municípios gaúchos de Itaqui e Porto Xavier – que possuem ligação com a Argentina através de balsas – e o município catarinense de Dionísio Cerqueira, onde está o único terminal aduaneiro na fronteira seca entre Brasil e Argentina (gráfico 8).

Gráfico 8 – Movimentação nos terminais aduaneiros de fronteira
(Operações de transporte rodoviário internacional na fronteira BR-AR).



Fonte: ABTI, 2013.

O transporte rodoviário de cargas se conforma em normas estabelecidas em acordos internacionais sobre transporte e trânsito. Historicamente, o Brasil mantém

[26] Existem outras três pequenas pontes ao longo da fronteira Brasil-Argentina: entre Paraíso-SC e San Pedro-MI, entre Capanema-PR e Andresito-MI e entre Santo Antonio do Sudoeste-PR e San Antonio-MI.

acordos internacionais de transporte terrestre com quase todos os países da América do Sul. Em relação à Argentina e Paraguai, adota-se o Acordo Sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT), firmado entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Peru, Paraguai e Uruguai, que contempla tanto o transporte rodoviário, quanto o ferroviário (ABTI, 2013).

Desde o surgimento do MERCOSUL vem ocorrendo um aumento do movimento comercial entre os países do bloco que toma concretude no aumento do fluxo de caminhões nos postos de fronteira. Se por um lado, no contexto da integração regional os transportes de carga são um elemento decisivo para a exportação, na expansão dos fluxos comerciais buscados pelo MERCOSUL as fronteiras são vitais. Equipadas para controle, elas configuram um dos pontos do território em que a articulação dos sindicatos pode vir a estabelecer um obstáculo para a circulação de mercadorias e a reprodução do capital (SCHÄFFER, 1995).

Nesse sentido, as reduzidas opções de ligação viária entre os territórios de Brasil e Argentina impõem um grande peso a cidades gêmeas como Uruguaiana-Libres, São Borja-Santo Tomé e Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, representando um ônus pesado qualquer paralisação ou entrave de transporte.

A construção de uma nova ponte na fronteira Brasil-Argentina promoveria uma maior mobilidade de pessoas, estimularia o comércio e o turismo na região. Atualmente, quatro pares de cidades localizados na fronteira Brasil-Argentina – Itaqui-Alvear, Porto Xavier-San Javier, Porto Mauá-Alba Posse e Paraíso-San Pedro – possuem projetos para a construção de nova ponte entre os dois países. Existe ainda o projeto da segunda ponte entre Brasil e Paraguai, que faz parte da IIRSA/COSIPLAN e do PAC 2. O objetivo da obra é ligar as cidades de Foz do Iguaçu e Porto Franco (figura 4), o que e impactará toda a região da Tríplice Fronteira.

O projeto destinado à Tríplice Fronteira que prevê a ligação de Foz do Iguaçu à cidade paraguaia de Presidente Franco (a obra da segunda ponte entre Brasil e Paraguai) tem como objetivo desafogar o tráfego e impulsionar a economia e o turismo na região. Em dezembro de 2012 o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – lançou o edital para contratação da obra (ITAIPU, 2013 c).

Por sua vez, a construção da ponte entre Puerto Iguazú e Puerto Franco está descartada, por hora, pelo governo argentino, que alega que o custo da obra é alto e a região onde a ponte seria construída é afastada de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu (MARTINEZ, 2013).

Figura 4 – Projeção da segunda ponte Brasil-Paraguai (BRASIL, 2013 c).

Os defensores da nova ligação sobre o rio Paraná alegam que a obra reduzirá o fluxo de caminhões que passam pela Ponte Internacional da Amizade e possibilitará que os mais de 30 mil carros de passeio e motocicletas que cruzam a fronteira diariamente possam atravessar com mais comodidade e rapidez. Por outro lado, os caminhões, que frequentemente são obrigados a esperar o tráfego de pedestres para poder cruzar os países, poderão utilizar a nova ponte a qualquer hora.

Em relação ao custo da obra, a previsão inicial de investimento é de R$ 180 milhões, a ser financiado pelo Brasil através do PAC 2. Segundo o edital, a nova ponte será do tipo estaiada e terá 760 metros de extensão, duas pistas, dois acostamentos e duas faixas de pedestre. O projeto inicial prevê também a ligação rodoviária de acesso à ponte com 14,4 km de extensão, três obras de arte, três

rotatórias e dois centros de fronteira que servirão para operações aduaneiras e para o controle de entrada e saída (ITAIPU, 2013 c).

Apesar de contar com o apoio do governo federal, o projeto da segunda ponte possui opositores que contestam os trâmites da licitação da obra. Nilso Rafagnin, presidente da Fundação Iguassu, afirmou, na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, em 16 de abril de 2013, que sua entidade havia denunciado irregularidades referentes à obra junto ao TCU – Tribunal de Contas da União em Brasília. Entre as 21 irregularidades comprovadas pelo TCU estavam: a inexistência de justificativa técnica para a escolha do local da ponte nas proximidades do marco fronteiriço do Brasil; inconsistência dos estudos de impacto ambiental; descumprimento da exigência da realização de estudos de proteção ao patrimônio cultural e histórico; descumprimento da exigência de avaliação prévia de impactos de vizinhança; desconsideração da vocação turística do local em que está prevista a construção da ponte; incertezas quanto à responsabilidade pela obtenção de licenças ambientais; entre outras (CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2013).

O TCU reconheceu a existência de defeitos gravíssimos no Edital 889/2012, que justificou o despacho da medida cautelar pleiteada. O DNIT, então, teve de revogar a licitação, haja vista ter elaborado o edital com inúmeras ilegalidades reconhecidas pelo Ministro Raimundo Carreiro no TCU em 8 de abril de 2013.

Rafagnin vinha denunciando há anos as diversas inadequações, especialmente quanto ao critério de localização, tendo em vista que se pretendia situar uma ponte de carga e caminhões junto a um dos mais importantes atrativos turísticos da Tríplice Fronteira, o que prejudicaria o pleno desenvolvimento do potencial turístico da região. Além desses fatores, Rafagnin afirma que a localização da ponte prevista no PAC 2 traria prejuízos ao Paraguai.

> O orçamento estimado é de no mínimo R$ 120 milhões para a construção dos acessos à *Ruta* 7, que vai para Assunção. A outra localização (prevista no Projeto Iguassu, que será apresentado mais adiante, no item 6.3) sairia 100 a 120 milhões de reais mais barato para o Paraguai (RAFAGNIN, 2013).

A possibilidade de construção de uma nova ponte internacional envolve disputas entre grupos de atores locais e regionais que defendem e argumentam que a obra seja implementada em seus respectivos territórios. A ligação viária com o

país vizinho é vista pelos atores locais como um motor para o desenvolvimento das cidades candidatas.

As regiões em disputa pela nova ponte possuem características econômicas distintas. No caso do oeste do Rio Grande do Sul e do centro da província de Corrientes as regiões que desejam a construção da ponte entre Itaqui e Alvear possuem a economia atrelada à pecuária e à rizicultura.

No que tange ao noroeste gaúcho e centro-sul da província de Misiones, onde se localizam as cidades gêmeas de Porto Mauá-Alba Pose e Porto Xavier-San Javier, a economia também tem sua base no setor primário, ainda que haja alguma diversificação em algumas cidades. Do lado argentino o fumo e a erva-mate são os principais produtos, já do lado brasileiro a soja, o trigo e a pecuária leiteira se destacam ao lado do setor metal-mecânico (fábricas de tratores e implementos agrícolas) de municípios como Santa Rosa, Panambi e Horizontina (DIETZ, 2008).

Por sua vez, o Oeste Catarinense, cuja economia está fortemente atrelada aos frigoríficos de Chapecó e Concórdia (grandes exportadores de carnes), conta com um projeto de ponte internacional sobre o rio Peperi-Guaçu, entre os municípios de Paraíso (Santa Catarina) e San Pedro (Misiones). Atualmente, a proposta de construção dessa ponte internacional tramita em regime de prioridade e aguarda ser analisada pelas comissões de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça e de Cidadania, para depois, será votada no Congresso brasileiro.

É possível afirmar que dentre todos os projetos, o que contempla a ponte Brasil-Paraguai possui mais força política, tendo em vista a maior visibilidade e importância econômica da região da Tríplice Fronteira face às demais regiões fronteiriças que também demandam a construção de pontes internacionais. Todavia, uma região transfronteiriça realmente integrada deve contar com o maior número possível de conexões viárias.

4.3 Os aeroportos na Tríplice Fronteira

Na Tríplice Fronteira a duplicidade/multiplicidade da oferta de serviços públicos ou de infraestruturas que poderiam ser utilizadas em conjunto configuram um desperdício de recursos que poderiam ser aplicados em outras áreas caso o

território transfronteiriço fosse gerido de forma racional e coordenada. Um dos maiores exemplos de desperdício causado pela ausência de gestão conjunta do território é a existência de três aeroportos internacionais que distam poucos quilômetros um do outro.

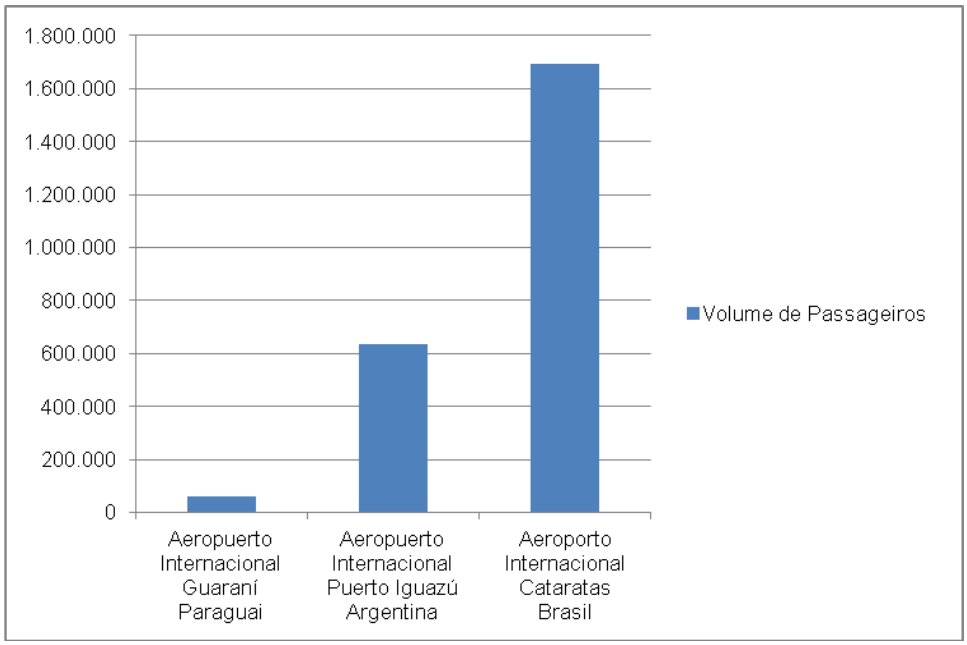
Os três aeroportos, que possuem um raio médio de 30 km de distância, possuem administrações independentes. O aeroporto de Foz do Iguaçu está a 10 km do aeroporto de Puerto Iguazú e a 25 km do aeroporto que serve Ciudad del Este – situado na vizinha Mingua Guazú. Inaugurado em 1993, o Aeropuerto Internacional Guaraní teve suas obras financiadas pelos comerciantes de Ciudad del Este, que pagaram a reforma e ampliação da pista (GAUTO, 2013).

Por sua vez, localizado a uma distância de 10 km da Ponte Tancredo Neves (Argentina) e distando 20 km da Ponte da Amizade (Paraguai), o Aeroporto Internacional das Cataratas, em Foz do Iguaçu, conta com cerca de nove voos regulares diários e recebeu uma média de 600 mil passageiros ao ano nos últimos cinco anos. No entanto, o movimento do aeroporto vem aumentando, em 2011, 1.691.392 passageiros passaram pelo aeroporto de Foz do Iguaçu (INFRAERO, 2013).

Do lado argentino, o Aeropuerto Internacional de Puerto Iguazú recebeu 633.686 passageiros no ano de 2011 (AEROPUERTOS ARGENTINA 2000 S.A., 2013). Já no lado paraguaio o contingente de viajantes foi bem menor, no ano de 2011, apenas 59.158 passageiros passaram pelo aeroporto internacional Guaraní (ABC COLOR, 2013).

Os três aeroportos acabam concorrendo entre si. No aeroporto de Foz do Iguaçu – 17° em volume de passageiros no *ranking* dos aeroportos brasileiros de 2012 – atualmente 60% dos passageiros são estrangeiros e 40% são brasileiros. Puerto Iguazú também recebe majoritariamente turistas estrangeiros – da Europa e dos EUA, sobretudo. Por fim o aeroporto Internacional Guaraní funciona principalmente para cargas, tendo apenas dois voos comerciais regulares – Assunção e São Paulo. Enquanto brasileiros e argentinos utilizam os aeroportos de seus respectivos países, os habitantes de Ciudad del Este e arredores também fazem uso dos aeroportos de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, que possuem uma maior oferta de voos (GAUTO, 2013).

Gráfico 9 – Movimento nos aeroportos da Tríplice Fronteira em 2011.



Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.
Fontes: ABC Color; Aeropuertos Argentina 2000; Infraero, 2013.

Diferentemente da realidade sul-americana, na União Europeia há uma política transfronteiriça que contempla a gestão integrada do território. Exemplo disso é o EuroAirport Basiléia-Mulhouse-Freiburg. Instalado no GECT do Reno Superior, o aeroporto foi construído a partir da assinatura da *déclaration tripartite* de 15 de fevereiro de 1989 pelos chefes de Estado de Suíça, Alemanha e França, sendo utilizado por habitantes dos três países (SCHNEIDER, 1993).

Por sua vez, na Bacia do Prata inexiste um planejamento integrado e coordenado acerca da instalação de aeroportos e a operacionalização do sistema. Ao longo da fronteira do Brasil com a Argentina, por exemplo, existem oito aeroportos principais operando com voos comerciais regulares (quadro 6), no entanto, com exceção dos aeroportos de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Chapecó, os demais possuem uma pequena oferta de destinos, além de terem seu funcionamento periodicamente interrompido devido à demanda oscilante de passageiros e às más condições de infraestrutura e manutenção de pistas e equipamentos. Caso dos aeroportos de Santa Rosa-RS, Ijuí-RS, Concórdia-SC e Francisco Beltrão-PR, que têm enfrentado constantes períodos de fechamento e suspensão dos voos comerciais regulares.

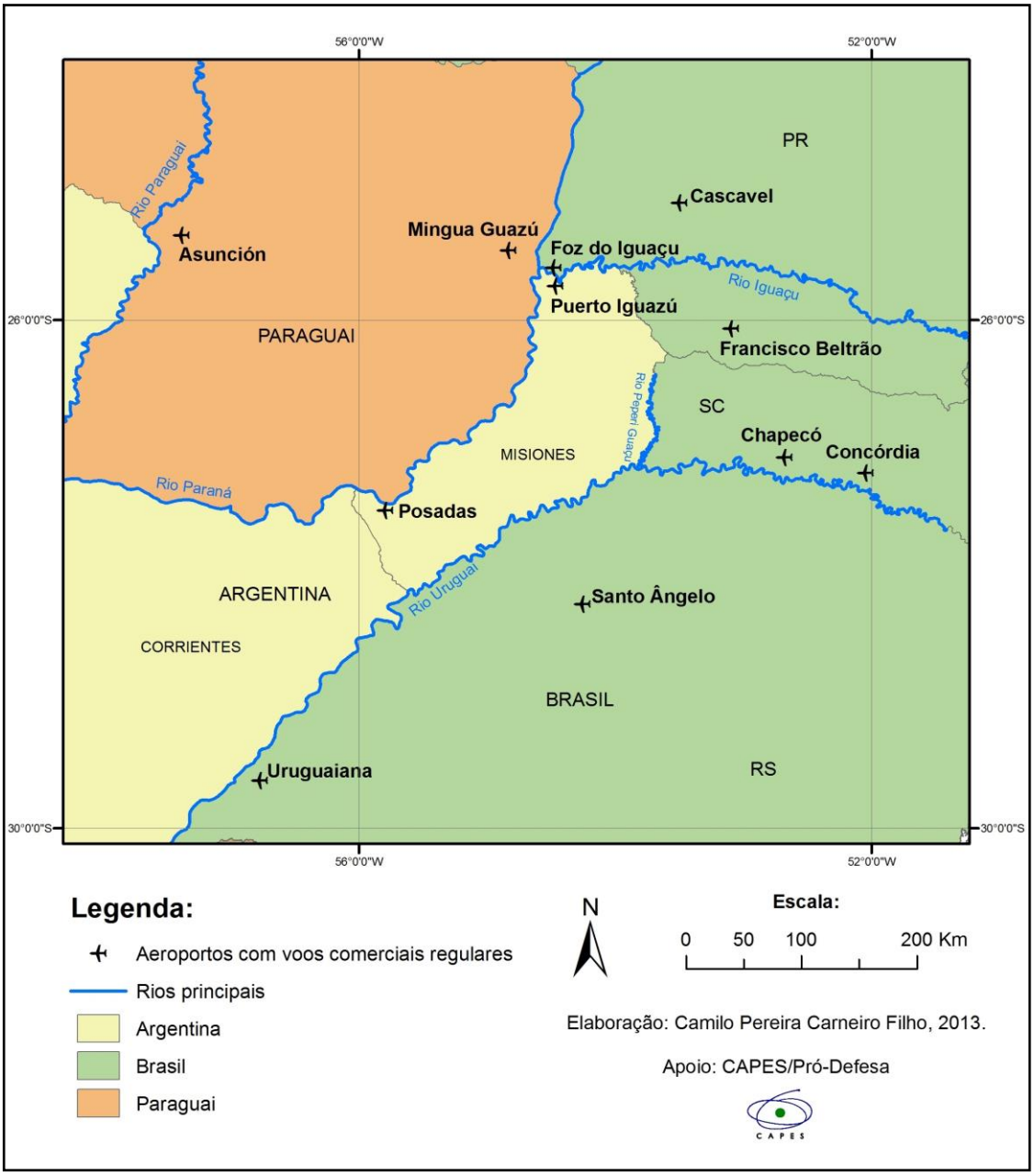
Quadro 6 – Aeroportos com voos comerciais regulares: fronteira MesoMercosul.

AEROPORTO	CIDADE	COMPANHIAS EM OPERAÇÃO (2013)
Aeroporto Adalberto Mendes da Silva	Cascavel-PR	TRIP/Azul
Aeroporto Serafin Enoss Bertaso	Chapecó-SC	TRIP/Azul, Avianca e Gol
Aeropuerto Internacional Guaraní	Mingua Guazú-PY	TAM e TAM Paraguay
Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu/Cataratas	Foz do Iguaçu-PR	BQB, TRIP/Azul, LAN, Gol e TAM
Aeropuerto Internacional Libertador General José de San Martín	Posadas-MI	Aerolíneas Argentinas-Austral
Aeropuerto Internacional de Puerto Iguazú	Puerto Iguazú-MI	LAN e Aerolíneas Argentinas-Austral
Aeroporto Sepé Tiaraju	Santo Ângelo-RS	NHT
Aeroporto Internacional Rubem Berta	Uruguaiana-RS	NHT

Fontes: BQB, LAN, TAM, NHT, Gol, TRIP/Azul, Aerolíneas Argentinas-Austral, 2013.

Não apenas na Bacia do Prata, mas em todo o Brasil, a aviação regional possui dificuldades de expansão em pontos mais distantes dos grandes centros. A inexistência de voos comerciais regulares é um entrave ao desenvolvimento do setor produtivo e do turismo em cidades da fronteira que possuem aeroportos em precárias condições ou desativados.

Autoridades desses municípios, no entanto, vêm demonstrando preocupação com a reativação do transporte aéreo. Nesse sentido, foi realizada na cidade de Ijuí, em novembro de 2012, uma audiência pública na Câmara de Vereadores para debater os problemas do aeroporto da cidade. Durante a audiência, o vereador César Busnello afirmou que as melhorias no aeroporto são necessárias, pois muitas empresas deixam de se instalar em Ijuí devido à inexistência de transporte aéreo regular (IJUÍ, 2013).



Mapa 11 – Localização dos aeroportos com voos comerciais regulares.

Por sua vez, recursos para a reativação do aeroporto de São Borja foram requisitados pelo prefeito do município, em maio de 2012, junto ao Secretário de Infraestrutura e Logística do Rio Grande do Sul. O prefeito afirmou que o aeroporto é importante para o desenvolvimento da economia da região Fronteira Oeste gaúcha (PREFEITURA DE SÃO BORJA, 2012).

As dificuldades de manutenção de voos e aeroportos são uma constante no interior gaúcho. Em Santa Rosa, a única companhia aérea com voos regulares que atendia o município, a NHT, deixou de operar devido à insuficiência de manutenção

e à falta de aparelhos no início de 2012 (NHT, 2013). Em fevereiro de 2013 a prefeitura do município propôs ao SENAI uma parceria em um projeto de recuperação da estrutura do espaço do aeroporto com a implantação de aulas de cursos de pintura predial e instalação hidráulica. A reforma do aeroporto é uma exigência para a retomada dos voos comerciais regulares (PREFEITURA DE SANTA ROSA, 2013).

4.4 A geração de energia: iniciativas binacionais Brasil-Argentina

As regiões fronteiriças dos países da Bacia do Prata possuem como denominador comum o estabelecimento de limites sobre os principais rios da bacia: Paraná, Uruguai, Paraguai, Pilcomayo e Rio da Prata. Nos dois primeiros, sob forma de iniciativas binacionais ou nacionais, nos cursos interiores e em afluentes principais, foram realizados numerosos projetos que visavam a exploração do potencial hídrico para geração de energia (SCHWEITZER, 2000).

Atualmente, a Eletrobras, em parceria com a empresa argentina Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A. (Ebisa), vem desenvolvendo estudos e projetos para a instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil (estado do Rio Grande do Sul) e a Argentina (províncias de Misiones e Corrientes). O projeto prevê a construção das usinas hidrelétricas de Panambi e Garabi, que deverão ser instaladas em Alecrim-RS e Garruchos-RS respectivamente.

Em janeiro de 2011 as presidentes do Brasil e da Argentina firmaram vários acordos de cooperação na área energética. Dilma Rousseff e Cristina Kirchner se comprometeram a acelerar a construção das usinas de Garabi e Panambi, projetadas para gerar 2.200 megawatts, um investimento de cerca de 5,2 bilhões de dólares. As duas presidentes também acertaram a construção de uma ponte na fronteira, entre outros acordos (CASTILLA, 2011).

Se todos os projetos de novas hidrelétricas forem concretizados, o rio Uruguai possuirá nove usinas (quadro 7) ao longo de seu curso, sem contar com aquelas que estão instaladas em seus afluentes. Atualmente existem três hidrelétricas no rio Uruguai, a primeira delas foi inaugurada em 1979. A previsão da Eletrobras é de que a quarta e a quinta (Panambi e Garabi) sejam inauguradas em 2017.

Quadro 7 – Hidrelétricas no Rio Uruguai.

USINA	LOCALIZAÇÃO	POTÊNCIA	INAUGURAÇÃO/SITUAÇÃO
Itá	RS-SC	1.450 MW	2000
Foz do Chapecó	RS-SC	855 MW	2010
Itapiranga	RS-SC	724 MW	Prevista para 2017
Roncador	RS-MI	2.800 MW	Em inventário
Complexo de Garabi	RS-MI-CO	2.700 MW	Em estudos técnicos
San Pedro/ Monte Caseros	RS-CO	745 MW	Em inventário
Salto Grande	AR-UY	1.890 MW	1979
Fray Bentos	AR-UY	-	Em debate pelas comunidades de UR e AR

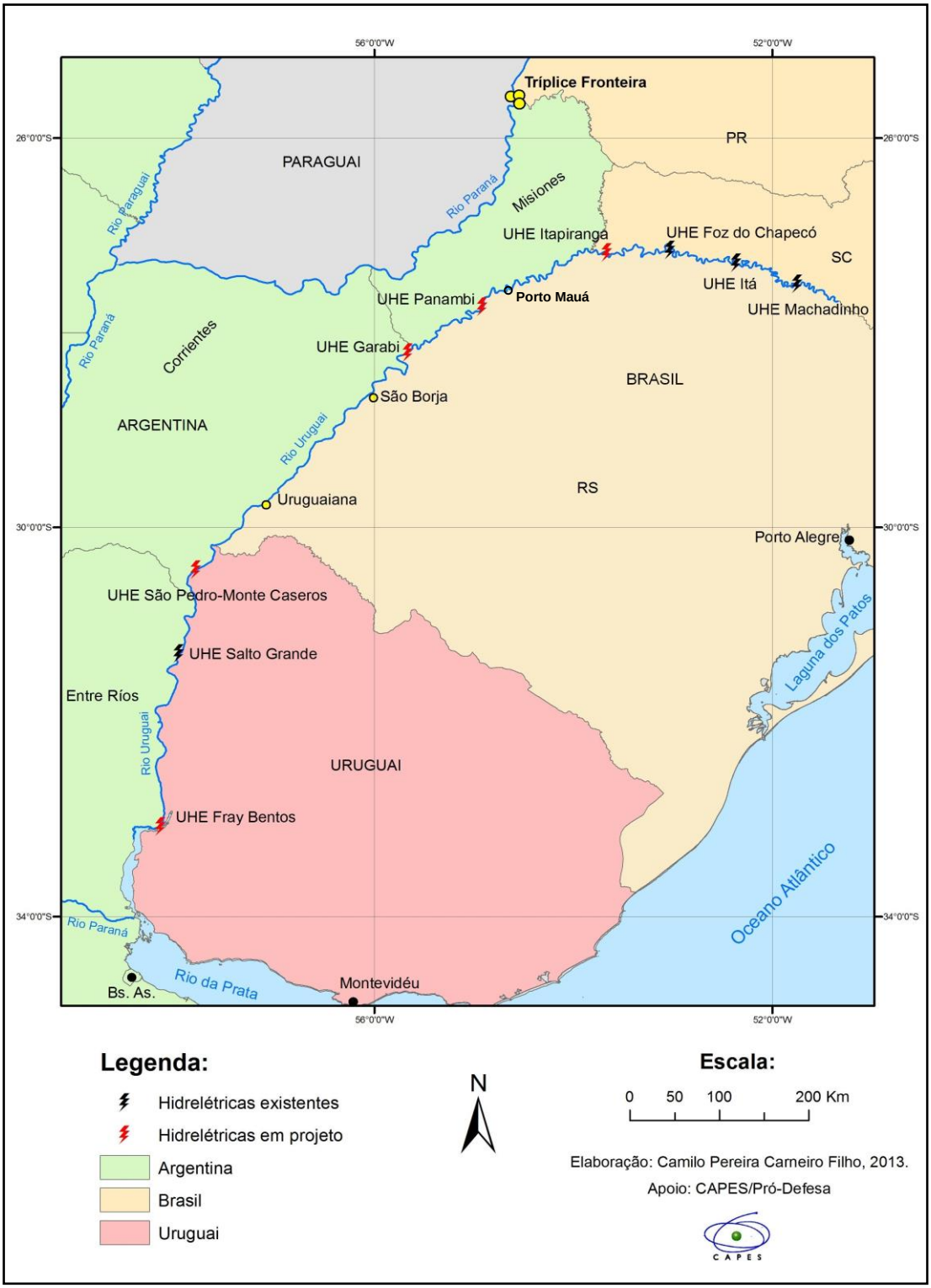
Fonte: NATBRASIL, 2011.

Os projetos de novas hidrelétricas são um exemplo claro da ausência de sincronia das políticas do governo federal com os atores locais. O caso de Porto Mauá (mapa 12) comprova essa afirmação. Nesse município gaúcho a prefeitura luta pela construção de uma ponte sobre o rio Uruguai (foto 12) ao mesmo tempo em que o governo federal, por meio do PAC 2, traça planos para a instalação de uma hidrelétrica que deixará mais da metade da cidade submersa. Os habitantes de Porto Mauá, juntamente com a vizinha argentina, Alba Posse, vêm se manifestando contrários à obra da hidrelétrica (foto 13).

Atualmente ainda não existem estudos técnicos prontos sobre a potencial ameaça à beleza natural da região, nem sobre os danos causados pelos projetos de novas hidrelétricas no rio Uruguai. Todavia, as usinas de Itá e de Foz do Chapecó – ambas localizadas no rio Uruguai – já teriam provocado impactos ambientais, como a diminuição da visibilidade do Salto do Yucumã. Em resposta à construção das novas hidrelétricas, os habitantes das cidades gêmeas de Porto Mauá e Alba Posse vêm organizando manifestações onde mensagens contra a construção da usina são pintadas em ruas e faixas de repúdio à hidrelétrica são penduradas pelos muros das duas cidades.

Foto 12 – Cartaz em Porto Mauá: “Uma ponte para o MERCOSUL”? (CARNEIRO Filho, 2012).

Foto 13 – Faixa em Porto Mauá contra a construção de hidrelétricas no rio Uruguai (CARNEIRO Filho, 2012).



Mapa 12 – Hidrelétricas do Rio Uruguai (CARNEIRO Filho, 2012).

As políticas adotadas pelos governos – de cima para baixo – muitas vezes agravam a situação das populações locais. Os últimos anos têm testemunhado diversas manifestações em cidades que serão atingidas pelas futuras hidrelétricas do Rio Uruguai. As críticas às hidrelétricas são fortes e dentre os argumentos estão

denúncias relacionadas aos interesses das grandes empreiteiras, que lucrarão muito dinheiro durante e depois das obras. Gerhardt (2011) descreve o quanto algumas transnacionais lucrarão com a construção das usinas:

> se as duas barragens juntas produzirem, em média, 1.100 MWh de energia, terão uma receita de 1,23 bilhões de reais por ano. Isso sem contar os lucros das empreiteiras na construção, a apropriação privada do dinheiro público através do financiamento do BNDES, a apropriação de quase cem mil hectares de terras e o controle da água na região. Nesta região já foram construídas sete grandes hidrelétricas que estão nas mãos de quatro transnacionais – Alcoa (EUA), GDF Suez Tractebel (França), Votorantim e Camargo Correa (brasileiras): são as usinas de Passo Fundo, Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Monjolinho e Foz do Chapecó. Juntas, as hidrelétricas (5.357 MW de potência) geram por ano 3,2 bilhões de reais. Durante 30 anos que detém a concessão, vão gerar aos seus 'donos' nada menos que 95 bilhões de reais (GERHARDT, 2011, p.1).

Ainda no campo da geração de eletricidade, uma tentativa (ainda que frustrada) de integração e complementaridade energética na fronteira Brasil-Argentina foi a construção do gasoduto Paraná-Uruguaiana, criado para transportar 2,8 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural da Argentina para o Brasil e abastecer a usina termoelétrica AES Uruguaiana, que tem 639,9 MW de capacidade instalada. O suprimento de gás da usina, no entanto, foi cortado pela YPF argentina, que alegou "motivos de força maior", e com isso a AES Uruguaiana parou de operar em abril de 2009.

No ano de 2013, devido ao baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas brasileiras, a AES Uruguaiana foi autorizada a retomar suas atividades por dois meses (fevereiro e março) com gás que era importado de Trinidad e Tobago, sendo posteriormente enviado pela Petrobras ao terminal de regaseificação de Bahía Blanca, na Argentina.

Atualmente, o reativamento efetivo da AES Uruguaiana depende da assinatura de um tratado definitivo entre os governos brasileiro e argentino. Uma das propostas sugeridas no âmbito das negociações em curso prevê que a usina abasteça, futuramente, por sete meses a Argentina (abril a outubro) e por cinco meses (novembro a março) o Brasil (KLEIN, 2013). A usina de Uruguaiana é o retrato da integração deficiente do MERCOSUL e da necessidade de uma política eficaz e integrada para a fronteira.

Há tempos os governos de Brasil e Argentina vêm ignorando a vontade dos habitantes das cidades que serão atingidas por grande projetos. Não obstante o

plebiscito realizado na província de Misiones, em abril de 1996, que contou com mais de 60% do eleitorado que votou contra a construção da hidrelétrica de Corpus[27] (88% votaram não), a usina ainda é vista como uma possibilidade pelo governo argentino (OVIEDO; GORTARI, 1997).

O discurso do desenvolvimentismo continua sendo utilizado pelos governos de Brasil e Argentina para justificar obras de infraestrutura que possuem custos elevados e que muitas vezes, ao invés de gerarem benefícios aos habitantes dos locais onde são instaladas, causam remoção de populações e danos ao meio ambiente.

Em síntese, o presente capítulo tratou dos projetos de infraestrutura, abordando seus objetivos e intencionalidades. Também foram analisados os fluxos de transporte, as pontes em projeto e já construídas, a localização e funcionamento dos aeroportos e os projetos de geração de energia tanto na Tríplice Fronteira como nas fronteiras do Brasil com seus vizinhos austrais. Por fim, foi apresentada uma avaliação dos projetos governamentais de Brasil e Argentina destinados à zona de fronteira onde se atestou a carência de uma política integrada de desenvolvimento para a fronteira.

[27] A hidrelétrica de Corpus seria construída no rio Paraná, na fronteira entre a Argentina e o Paraguai, nos arredores da cidade de Corpus, cidade da província argentina de Misiones.

5. COOPERAÇÃO E INTERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

O presente capítulo trará uma abordagem acerca das iniciativas de cooperação e integração no Cone Sul que repercutem na região da Tríplice Fronteira. Serão analisadas algumas experiências de cooperação entre municípios de fronteira, com destaque para iniciativas no âmbito da cidadania, da educação e da saúde.

O capítulo tem por objetivo trazer elementos que possam atestar a hipótese de que o papel dos atores institucionais é determinante na forma-conteúdo da transfronteirização na Tríplice Fronteira. Nesse sentido, serão apresentados o Acordo sobre Localidades Fronteiriças – ALF –, o Consórcio Intermunicipal de Fronteira – CIF –, o programa de escolas bilíngues de fronteira – PEIBF – e o SIS Fronteiras. Por fim, no último tópico serão analisados os obstáculos ao processo de integração na Tríplice Fronteira.

5.1 Iniciativas de cooperação e integração no Cone Sul

Em 1986 foi criada uma associação regional, a primeira desse tipo e a única até hoje, entre seis províncias argentinas (Corrientes, Chaco, Entre Ríos, Formosa, Misiones e Santa Fé) agrupadas em torno da Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino Litoral – CRECENEA/LITORAL – e três estados do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), aos quais se uniria posteriormente o Mato Grosso do Sul, representados no Comitê de Desenvolvimento e o Fórum da Região Sul – CODESUL/FÓRUM SUL.

Já em 1988, através do Protocolo 23 de Integração Regional Fronteiriça, foram criados os Comitês de Fronteira de Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú e Uruguaiana-Paso de los Libres. A ideia era integrar e desenvolver essas zonas, facilitando a circulação de pessoas, mercadorias e veículos, e promover acordos na área econômica, comercial, cultural, educativa e desportiva. Outras iniciativas importantes que figuravam no âmbito desse protocolo foram o projeto de construção da ponte São Borja-Santo Tomé e o gasoduto Uruguaiana-Libres (OLIVEIRA, 1994).

No ano de 1990, o Programa Argentino-Brasileiro de Integração e Complementação Econômica, precedente ao MERCOSUL, incorporou as proposições da associação no Protocolo 23. Entre os objetivos propostos, os mais importantes eram: a busca pelo desenvolvimento integrado e equilibrado da região fronteiriça e de sua área de influência; a criação de um grupo de trabalho permanente com a participação de Estados nacionais, províncias e estados federados fronteiriços para estudar a viabilidade dos projetos de integração física e de transporte fluvial, terrestre e aéreo, de telecomunicações; e a reforma do papel dos comitês de fronteira (SCHWEITZER, 2000).

Essas iniciativas em escalas nacional e regional foram acompanhadas em seguida pela constituição de organismos de nível local, entre as municipalidades dos países em questão e do Uruguai. Ao longo dos anos a cooperação em níveis misto e local vem se desenvolvendo mais nas iniciativas brasileiras e argentinas com o Uruguai.

Em 1998, a cooperação local entre Brasil e Argentina recebeu um impulso importante por parte dos governos nacionais com a aprovação, na Reunião Especializada em Turismo do MERCOSUL, do projeto Polo Turístico Internacional Iguaçu, entre Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú, Ciudad del Este e outras três cidades paraguaias.

A estrutura socioeconômica das cidades trigêmeas de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este caracteriza-se pela complementaridade e pela interdependência, ainda que as três cidades estejam submetidas a decisões externas a elas, como aquelas provenientes de órgãos nacionais, como a Receita Federal e o Ministério da Fazenda do Brasil, que causam impactos na vida dos habitantes da fronteira.

> No lado brasileiro, o setor de serviços de apoio ao comércio e às importações abre ou fecha portas, dependendo do volume comercializado. A imposição de limites nas cotas de importação para compras na fronteira paraguaia influencia diretamente, nesse mesmo setor, diversos segmentos de trabalho de ambos os países. (KLEINKE, 1997, p. 159).

Desde o surgimento do MERCOSUL, na década de 1990, o ritmo de abertura das fronteiras vem sendo regulado com o intuito de se controlar o impacto sobre o mercado de trabalho, o nível e a qualidade do emprego e a seguridade social nos países membros. Na prática, a implementação do bloco não contemplou a realidade

transfronteiriça, que não foi reconhecida e nem incorporada nas ações programáticas próprias do que deveria ser uma fronteira institucional de integração (FIRMEZA, 2007).

Diferentemente da experiência europeia, os processos de integração regional do Cone Sul não convergem, até o momento, para a criação de instâncias de decisão supranacionais. No caso do MERCOSUL e da UNASUL, ou mesmo em experiências anteriores, como o Tratado da Bacia do Prata, as decisões tomadas por meio de acordos entre os países membros e posteriormente submetidas à aprovação dos parlamentos nacionais são a regra.

No que tange aos trabalhadores fronteiriços a política do Brasil vem se caracterizando pela preferência por acordos bilaterais com os países vizinhos ao invés da adoção de normas e regras aplicáveis a todas as cidades-gêmeas, como explica Machado (2005):

> No caso do Brasil, não existe um marco regulatório único para tratar fluxos de trabalhadores transfronteira, em geral adotando-se uma política diferente segundo o lugar geográfico, os interesses brasileiros e a relação com o país vizinho (MACHADO, 2005, p. 265).

No ano de 2005 um acordo bilateral foi selado entre Brasil e Argentina com o intuito de facilitar a vida da população de dez conjuntos de cidades fronteiriças (quadro 8) situadas no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, através da redução de algumas barreiras burocráticas do MERCOSUL. O acordo prevê a emissão de uma Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço, com a qual cidadãos brasileiros e argentinos poderão frequentar escolas, ocupar postos de trabalho e utilizar o serviço público de saúde nos dois países com mais facilidade.

O Congresso da Argentina, através da lei n° 26.523, de 2009, aprovou o texto do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas – ALF. Em 2011 o Congresso brasileiro, por meio do Decreto Legislativo n° 145, também aprovou o acordo que desde então aguarda a promulgação presidencial para passar a vigorar nas legislações dos dois países. O texto do documento garante os seguintes direitos aos cidadãos residentes nas cidades vinculadas:

a) Exercício de trabalho de acordo com as leis destinadas aos nacionais da Parte onde é desenvolvida a atividade, gozando de iguais direitos trabalhistas e previdenciários e cumprindo as mesmas obrigações que delas emanam;
b) Acesso ao ensino público em condições de gratuidade e reciprocidade;
c) Atendimento médico nos serviços públicos de saúde em condições de gratuidade e reciprocidade;
d) Acesso ao regime de comércio fronteiriço de mercadorias ou produtos de subsistência, segundo normas específicas.

Quadro 8 – Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas: ALF (2005).

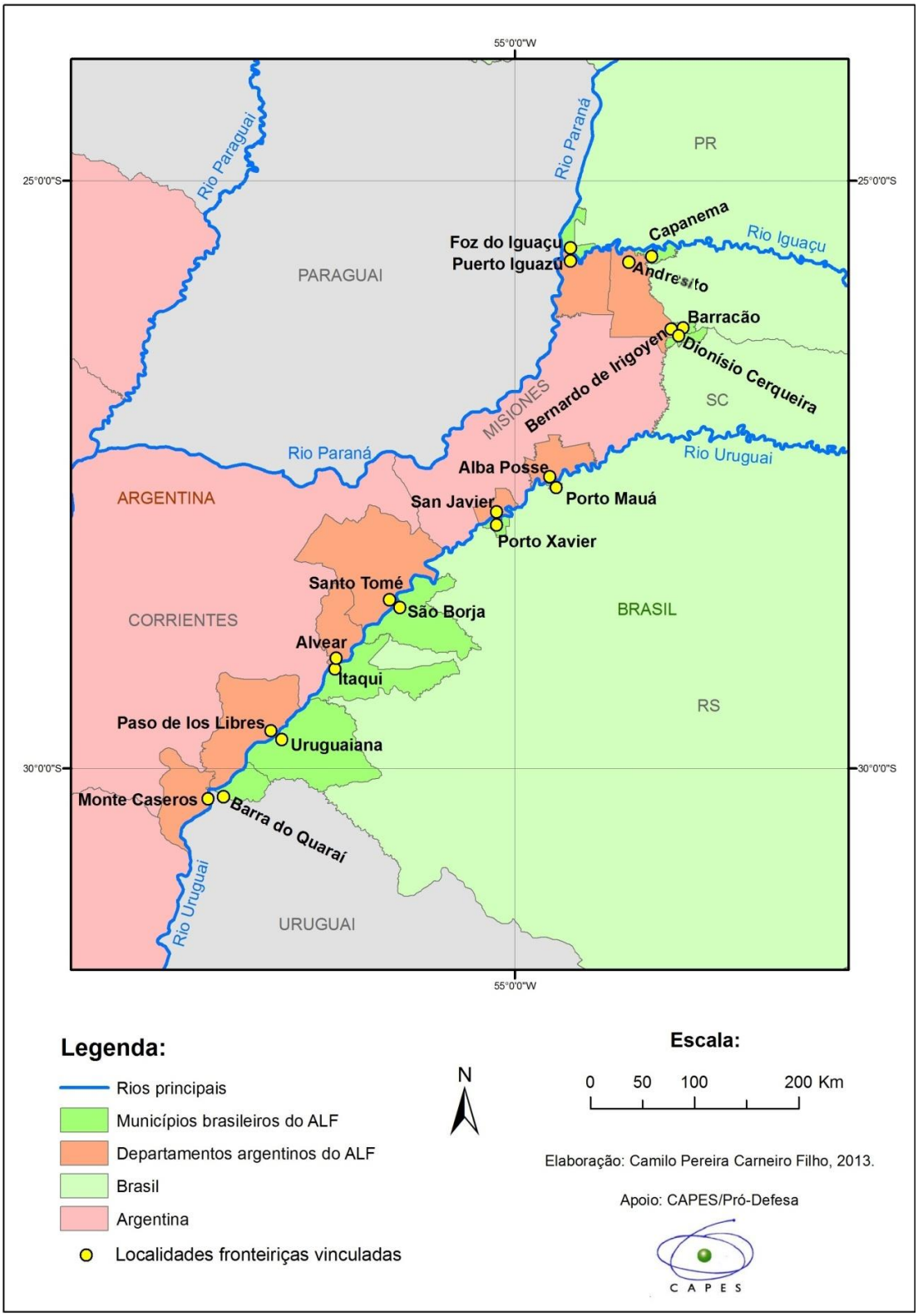
CIDADES VINCULADAS
Foz do Iguaçu-PR – Puerto Iguazú-MI
Capanema-PR – Andresito-MI
Barracão-PR/Dionísio Cerqueira-SC – Bernardo de Irigoyen-MI
Porto Mauá-RS – Alba Posse-MI
Porto Xavier-RS – San Javier-MI
São Borja-RS – Santo Tomé-CO
Itaqui-RS – Alvear-CO
Uruguaiana-RS – Paso de los Libres-CO
Barra do Quaraí-RS – Monte Caseros-CO

Fonte: Paro, 2011.

Na carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço constará o domicílio e as localidades onde o titular estará autorizado a exercer os direitos contemplados no ALF. O documento terá validade de cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período, ao final do qual poderá ser concedida por tempo indeterminado. Há restrições ao cidadão que tiver sofrido condenação criminal ou estiver respondendo processo penal ou inquérito (ALF, 2005).

Não obstante o acordo que criou a Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço, a falta de representação dos atores locais nas políticas de Estado traçadas para a fronteira, bem como a ausência de instituições para instrumentalizar a cooperação entre os cidadãos dos diferentes lados da fronteira fazem com que essa cooperação

acabe se dando informalmente e por meio de acordos tácitos entre autoridades locais dos países fronteiriços.



Mapa 13 – Cidades participantes do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas: ALF.

Desde a implementação do MERCOSUL, a vida da população fronteiriça vem sendo impactada por medidas tomadas nas capitais federais. Os impactos são mais visíveis na vida de determinados contingentes, como o dos passadores (conhecidos na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina como *chibangos*), pessoas que tiram o sustento do chamado “contrabando formiga”, atuando exatamente nas cidades listadas no acordo de 2005.

As frequentes normas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil e pela AFIP (sua correspondente argentina), com o intuito de limitar as compras de mercadorias no país vizinho, fizeram com que cidades como Paso de los Libres e Uruguaiana passassem a conviver com manifestações populares e frequentes bloqueios da ponte internacional.

Por sua vez, nas cidades gêmeas de São Borja e Santo Tomé, o comércio formiga praticamente acabou e o bairro do Passo foi um dos que mais sofreu. Nesse bairro, de população de baixa renda, existia um grande mercado popular de produtos trazidos por meio do contrabando formiga, onde as barracas se espalhavam ao longo das ruas próximas ao porto. A inauguração da ponte, em 1997, e o aumento da repressão da Receita Federal acabaram com o mercado e resultaram no desemprego e na migração de alguns moradores do bairro (CARNEIRO Filho, 2008).

Desde os primeiros anos do MERCOSUL, as medidas protecionistas criadas por Brasília e Buenos Aires vêm repercutindo de forma negativa na fronteira. Em 1998 o prefeito de Barra do Quaraí mostrou indignação em relação à resolução 262/98 da Senasa argentina que reduzia de 150 dólares diários para 100 dólares mensais o valor máximo que os habitantes de zonas fronteiriças poderiam comprar em produtos comestíveis nos países vizinhos, afirmando: “Quanto mais se fala do MERCOSUL, mais nos distanciamos e mais problemas se geram na fronteira. O MERCOSUL favorece aos grandes e pretende acabar com o comércio da fronteira” (GRIMSON, 2005, p. 41).

Medida semelhante à da Argentina foi tomada pelo Brasil, onde, atualmente, a Receita Federal impõe quotas de produtos específicos e o limite de US$ 300 mensais de mercadorias por pessoa que voltar de viagem internacional por via terrestre ou marítima e US$ 500 para viagem for por via aérea (BRASIL, 2013 a).

5.2 A cooperação entre municípios de fronteira

Exemplo da importância dos atores locais da fronteira Brasil-Argentina no âmbito da cooperação transfronteiriça, o CIF (Consórcio Intermunicipal da Fronteira[28]) possui atuação sobre um território de 750 km² – área total de seus respectivos membros. Em pouco tempo o consórcio acabou por se constituir em um importante ator da cooperação transfronteiriça, servindo de interlocutor com o lado argentino, em especial a cidade de Bernardo de Irigoyen.

O CIF foi criado tendo como metas o gerenciamento e a execução de serviços de construção, conservação e manutenção de vias públicas municipais e de obras públicas; a elaboração de projetos técnicos de engenharia; e a prestação de assessoria na elaboração e execução de planos, projetos e/ou serviços relacionados com os setores sociais, econômico, de infraestrutura e institucionais (notadamente: educação, saúde, trabalho, ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação, meio ambiente aterro sanitário, emprego e renda, qualificação de mão de obra, artesanato, esportes, cultura e segurança).

Também é objetivo do CIF articular os municípios consorciados na defesa dos seus interesses face às esferas estaduais e federal, além de conceber e gerenciar uma central para os municípios consorciados adquirirem bens e serviços comuns. Em 26 de maio de 2011, ocorreu um encontro entre os prefeitos integrantes do CIF e representantes da Caixa Econômica Federal, do Ministro da Integração Nacional, do Sebrae/PR, da Policia Rodoviária Federal, parlamentares de Santa Catarina e outras autoridades estaduais e regionais. No âmbito do encontro as autoridades conferiram de perto as ações realizadas de forma integrada entre os municípios de Barracão-PR, Bom Jesus do Sul-PR, Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen (ARG), como o Parque Turístico Ambiental, a Patrulha Mecanizada e o transporte de pacientes etc. (CIF, 2012).

---

[28] Criado em 2009, o CIF foi constituído sob a forma de associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, regendo-se pelos dispositivos da Constituição de 1988. Seus membros são os municípios de Barracão-PR, Bom Jesus do Sul-PR e Dionísio Cerqueira-SC.

5.3 A educação como fator de aproximação dos povos

Os projetos no campo da educação são em muitos casos um fator facilitador da cooperação transfronteiriça. Ao longo da fronteira brasileira há diversos exemplos de interação e cooperação promovidos através do intercâmbio de professores e alunos. Nesse sentido, a localização geográfica da fronteira é uma vantagem a aproveitada por universidades de Ciudad de Leste, onde há grande número de alunos brasileiros. Caso da UPAP, que em 2013 possuía 1.341 brasileiros em seus cursos de graduação e pós-graduação.

Um grande número de alunos brasileiros também busca universidades na fronteira Brasil-Argentina. Na faculdade de medicina de Santo Tomé, cidade gêmea de São Borja, cerca de 20% dos alunos eram brasileiros no ano de 2007 (CARNEIRO Filho, 2008). Por sua vez, o governo brasileiro, através da lei 12.189/2010, criou a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Foz do Iguaçu. A nova universidade nasceu com o objetivo de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina.

Foto 14 – Obras do futuro campus da UNILA, dentro da área de Itaipu. Fonte: UNILA, 2013.

Na UNILA são oferecidos, atualmente, dezesseis cursos em áreas de interesse mútuo dos países latino-americanos e em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais. Até o momento as atividades da UNILA vêm sendo desenvolvidas provisoriamente em edifícios localizados no centro de Foz do Iguaçu e em prédios cedidos pela Itaipu Binacional. A sede definitiva da instituição está sendo erguida em um terreno dentro da Itaipu Binacional (foto 14).

Em maio de 2013, o percentual de alunos estrangeiros se aproximava de 50% do total de alunos da universidade. Um ponto em prol da integração, que merece ser destacado, é que todos os alunos estrangeiros que comprovam necessidade – situação de baixa renda familiar – recebem bolsa de estudos. Em relação ao corpo docente, de 2010 a 211 o número de professores estrangeiros era bem próximo ao de brasileiros. Contudo, devido às restrições da legislação trabalhista brasileira – os estrangeiros são contratados como professores visitantes, com contratos de dois anos, renovados por mais dois anos – muitos dos professores estrangeiros deixaram os quadros da UNILA antes do início da renovação de contrato. Hoje, cerca de 30% dos professores da universidade são estrangeiros (LOURENÇO, 2013).

Um problema a ser resolvido é a validação dos diplomas dos alunos estrangeiros. Atualmente a questão vem sendo negociada entre a reitoria da universidade e as instâncias competentes dos ministérios da Educação dos países de origem desses alunos. O problema precisa ser resolvido rapidamente, uma vez que em 2014 quatro cursos da UNILA terão suas primeiras turmas de formandos (LOURENÇO, 2013).

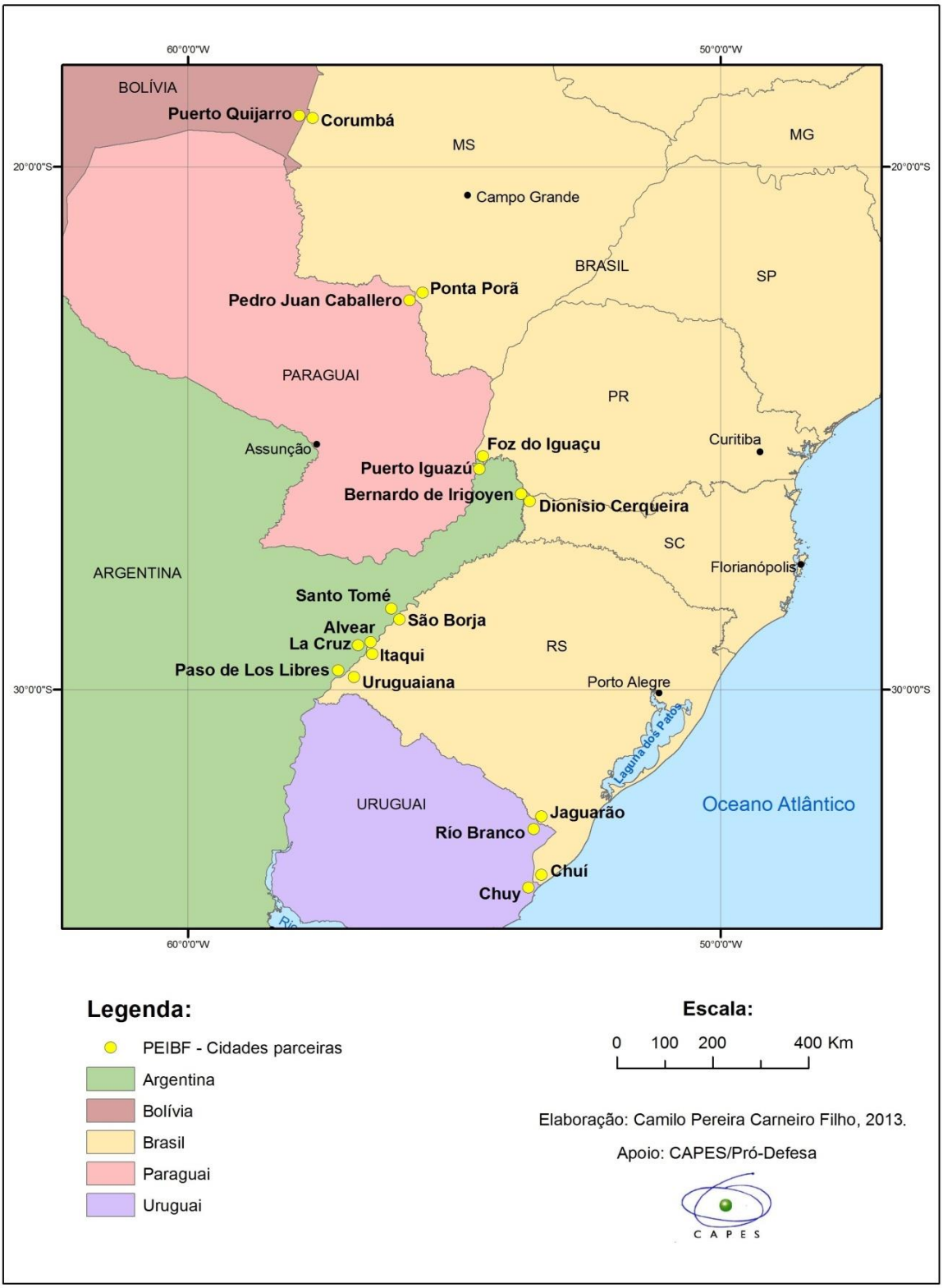
A UNILA também possui uma parceria com o CIF no âmbito da promoção de cursos superiores e atividades acadêmicas de pesquisa e extensão, além de oferecer assessoria técnica aos municípios (UNILA, 2012).

Outra iniciativa importante no âmbito da cooperação transfronteiriça, da qual a UNILA faz parte é o projeto Escola Intercultural Bilíngüe de Fronteira – PEIBF. Criado em 2005, através de um acordo entre Brasil e Argentina, o projeto foi ampliado e hoje promove o intercâmbio entre professores dos países do MERCOSUL. Suas metas são a integração de estudantes e professores com seus pares estrangeiros e a promoção do aprendizado da segunda língua aos alunos.

Quadro 9 – Escolas parceiras do PEIBF nos Arcos Sul e Central da fronteira do Brasil.

	ESCOLA PARCEIRAS	CIDADES
BRASIL-URUGUAI	EMEF General Artigas	Chuí-RS
	Escuela N. 28 República Federativa del Brasil	Chuy (Rocha)
	EMEF Dr. Fernando Corrêa Ribas	Jaguarão-RS
	EMEF Dr. Marcílio Dias	Jaguarão-RS
	Escuela N. 5	Río Branco (Cerro Largo)
	Escuela N. 12	Río Branco (Cerro Largo)
BRASIL-ARGENTINA	EMEF Elvira Ceratti-CAIC	Uruguaiana-RS
	Escuela (n. 667) Vicente Eladio Véron	Paso de los Libres-CO
	EMEF Otávio Silveira	Itaqui-RS
	Escuela (n. 123) Jose Carmelo Bemont (del Montes)	Alvear (Corrientes)
	EM Vicente Soles	Itaqui-RS
	Escuela (n. 478) Gobierno de Tierra del Fuego	La Cruz (Corrientes)
	EMEF Vicente Goulart	São Borja-RS
	EMEF Ubaldo Sorrilha da Costa	São Borja-RS
	Escuela (n. 484) República dos Estados Unidos do Brasil	Santo Tomé (Corrientes)
	Escuela (n. 554) Josefa Fernández dos Santos	Santo Tomé (Corrientes)
	E. E. B. Dr. Theodureto de Faria Souto	Dionísio Cerqueira-SC
	Escuela Intercultural Bilingüe N. 1	Bernardo de Irigoyen-MI
	Escola Municipal Adele Zanotto Scalco	Foz do Iguaçu-PR
	Escuela Intercultural Bilingüe N. 2	Puerto Iguazú (Misiones)
BRASIL-PARAGUAI	Escola João Brembatti Calvoso	Ponta Porã-MS
	Escuela NQ 290 Defensores del Chaco	Pedro Juan Caballero (Amambay)
BRASIL-BOLÍVIA	Escola Municipal Eutrópia	Corumbá-MS
	Unidad Educativa Frontera	Puerto Quijarro (Santa Cruz)

Fonte: BRASIL, 2013 b.



Mapa 14 – Cidades parceiras no PEIBF (Arcos Sul e Central da fronteira do Brasil).

Em 2009, o projeto funcionava em cinco países e contava com vinte e seis escolas, sendo que mais da metade delas se encontrava na fronteira Brasil-Argentina (BRASIL, 2013 b). O município de Foz do Iguaçu participa do PEIBF

através da escola municipal Adele Zanotto Scalco[29], de educação infantil e ensino fundamental. No início de 2006 a escola foi selecionada pela Secretaria Municipal de Educação para a implantação do Projeto Escolas Bilíngues.

O projeto começou a funcionar em 2010, apenas com os alunos de 1ª série, passando a ser ampliado gradativamente para as séries seguintes. O funcionamento do projeto se dá na forma de intercâmbio. Um dia por semana, professores da escola ministram aulas em língua portuguesa aos alunos da Escuela Intercultural Bilingüe nº 2 (foto 15), em Puerto Iguazú, instituição parceira no projeto. Por outro lado, professores argentinos, atravessam semanalmente a fronteira para ministrar aulas em espanhol na escola Adele Zanotto Scalco (foto 16).

A Secretaria Municipal da Educação, por meio da equipe de ensino do MEC – Ministério da Educação e Cultura – e da UNILA, acompanha o desenvolvimento do projeto. Periodicamente são realizados encontros bilaterais e planejamentos conjuntos visando o bom andamento do projeto. No último ano a universidade suspendeu a parceria com a escola Adele Zanotto, mas apesar disso, o intercâmbio de professores com a escola argentina foi mantido (BATISTA, 2013).

Não são apenas os professores de línguas (português e espanhol) que participam do desenvolvimento do projeto. Todo o corpo docente da escola, de forma indireta, também se envolve com o projeto, uma vez que o mesmo não se limita ao conhecimento da língua estrangeira, mas também da cultura de cada país (E.M. ADELE ZANOTTO, 2013).

Por sua vez, nas cidades de Bernardo Irigoyen (Misiones) e Dionísio Cerqueira-SC o Programa Bilíngue da Fronteira é realizado através da parceria entre a Escola de Educação Básica Theodureto Carlos de Faria Souto e a Escuela de Frontera de Jornada Completa. Participam do projeto alunos das séries iniciais, de 1º ao 5º ano. Em Santa Catarina, o Programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira. No âmbito do projeto, professores argentinos vêm ao Brasil semanalmente e repassam conhecimentos em espanhol. Da mesma forma, professores brasileiros vão à cidade argentina onde lecionam aulas de português (S. D. R. DIONÍSIO CERQUEIRA, 2012).

[29] O nome da escola, que foi criada por decreto municipal em 1997, foi uma homenagem à mãe do então presidente da Itaipu, Sr. Euclides Girolamo Scalco.

Fotos 15 e 16 – Escolas parceiras, integrantes do PEIBF nos municípios de Puerto Iguazú e Foz do Iguaçu (CARNEIRO Filho, 2013).

No lado brasileiro, o PEIBF enfrenta problemas de tempos em tempos, dependendo do quadro administrativo em vigor, que já levaram à suspensão temporária dos recursos do projeto para a escola de Foz do Iguaçu. Na ocasião o PEIBF foi mantido com o esforço dos próprios professores, que arcavam com os custos do deslocamento. Não obstante os problemas ocasionais, o PEIBF é visto com bons olhos nas escolas participantes.

5.4 Cooperação em saúde

A saúde pública é um campo que suscita profundas questões de geografia política. Dentre elas podem ser destacadas: a definição de quem exerce o poder e disputa a agenda da política de saúde pública; a compreensão dos projetos políticos dos atores sociais que atuam na saúde pública; e a delimitação de espaços de poder. Em resumo, as questões de saúde pública chamam a atenção para a discussão das relações entre o Estado, o poder e a democracia, considerando-se os movimentos sociais e suas escalas de ação (GUIMARÃES, 2006).

Muitos brasileiros que residem no Paraguai, apesar de terem filhos nascidos naquele país, continuam mantendo vínculos afetivos e familiares com o Brasil, especialmente com os municípios do oeste do Paraná. Compõem uma população que participa de eleições e visita os familiares cotidianamente. No âmbito da saúde, os brasileiros que vivem do lado paraguaio da fronteira recorrem de forma rotineira ao SUS e fazem uso de serviços médicos em hospitais e postos de saúde no Brasil. “Geralmente, os usuários residentes no Paraguai procuram atendimento de saúde

quando a situação já é de um quadro sintomático e/ou com agravos e, ainda em situações de trauma” (S. M. DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, 2010).

A precariedade do serviço público de saúde no Paraguai faz com que os brasiguaios e parte da população paraguaia (que reside em cidades próximas da fronteira brasileira) busquem atendimento nos serviços de saúde no Brasil. No Hospital Costa Cavalcanti, em Foz do Iguaçu (foto 17), são realizados muitos partos de grávidas que residem no Paraguai, tanto brasiguaias como paraguaias.

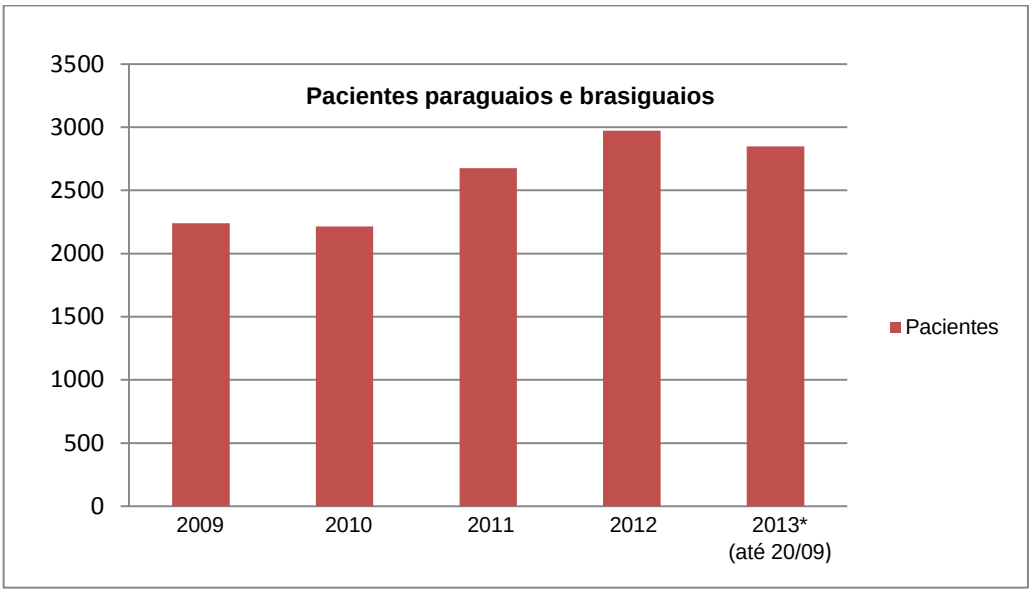
Foto 17 – Hospital Costa Cavalcanti (CARNEIRO Filho, 2013).

No passado, muitas mulheres chegavam para dar a luz no hospital estando desprovidas de qualquer exame. Ainda hoje há relatos de paraguaios que ganham a vida transportando conterrâneas grávidas e deixando-as prestes a dar a luz na porta de hospitais de Foz do Iguaçu. Tendo em vista essa situação, o pré-natal e demais exames de muitas gestantes residentes no Paraguai passaram a ser feitos no Centro de Atendimento à Gestante – CAGE –, implantado com o apoio da Itaipu Binacional.

> Com o objetivo de melhorar a qualidade da assistência prestada à população e organizar o atendimento para as gestantes brasileiras residentes no Paraguai, a Secretaria Municipal da Saúde, com o apoio da Itaipu Binacional, implantou o Centro de Atendimento à Gestante – CAGE (CMS FOZ DO IGUAÇU, 2006, p. 8).

A população flutuante de pacientes sobrecarrega os serviços de saúde do município de Foz do Iguaçu. Prova disso é o número de atendimentos prestados no Hospital Costa Cavalcanti a pacientes oriundos do Paraguai cuja média vem subindo nos últimos três anos (gráfico 10). Em 2012, um total de 2.971 pacientes paraguaios e brasiguaios recebeu atendimento no hospital, enquanto nos nove primeiros meses de 2013 o hospital já havia atendido 2.848 pacientes oriundos do Paraguai.

Gráfico 10 – Pacientes oriundos do Paraguai atendidos
no Hospital Costa Cavalcanti entre 2009 e setembro de 2013.



Fonte: Hospital Costa Cavalcanti, 2013.

O problema da prestação de serviços de saúde à população residente no país vizinho é antigo nas cidades de fronteira do Brasil. Para amenizar o problema, em 2005, o governo federal implantou o programa SIS Fronteiras. O objetivo do programa é fornecer apoio financeiro às regiões de fronteira, por meio de um levantamento diagnóstico realizado pela Universidade Nacional de Brasília, que comprova o atendimento prestado no SUS à população de brasileiros residentes nos países fronteiriços – em especial no Paraguai –, como também a estrangeiros residentes ou não em cidades brasileiras de fronteira (S. M. DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, 2010).

O primeiro município do Brasil a ter o projeto aprovado no âmbito do SIS Fronteiras, com ações voltadas à equidade da atenção, foi Foz do Iguaçu. Esse projeto já teve duas fases contempladas, que incluem investimentos em unidades

básicas de saúde, como a construção da Unidade Básica de Saúde Jardim América – bairro periférico de Foz do Iguaçu – e a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde Vila Yolanda, além de cursos de aperfeiçoamento da gestão e custeio parcial do Centro Materno Infantil (S. M. DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, 2010).

O Centro Materno Infantil foi criado em 2006 com o apoio da Itaipu Binacional. No local são atendidas mulheres e crianças brasileiras residentes no Paraguai e na Argentina. As ações de prevenção e assistência curativa prestadas no centro colaboram para a melhoria dos indicadores de saúde de Foz do Iguaçu, uma vez que estendem o acesso à saúde para as parcelas mais carentes população.

A Unidade Básica de Saúde da Família do bairro Jardim América é um modelo de cooperação transfronteiriça. A unidade, que presta atendimento à população de 20 bairros da região oeste de Foz do Iguaçu, também atende a comunidade brasiguaia, que chega a vir de cidades distantes, como Santa Rosa del Monday (71 km), Santa Rita (78 km) e Naranjal (105 km). Além dos brasiguaios, a unidade recebe pacientes argentinos e paraguaios que vivem nas proximidades de Foz do Iguaçu (JUSTOS, 2013). Por fim, outros exemplos de iniciativa de cooperação transfronteiriça na área da saúde são a Casa do Migrante (sob coordenação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais) e o Grupo de Trabalho Itaipu Saúde na Fronteira – GT Saúde.

5.5 Obstáculos ao processo de integração

O estudo de uma região transfronteiriça como a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai pressupõe a análise dos efeitos de uma fronteira na interação econômica entre Estados vizinhos. Tais efeitos dependem da natureza dessa fronteira no que diz respeito: ao seu nível de abertura; às diferenças linguísticas, culturais e raciais; à intensidade das relações políticas entre as respectivas zonas fronteiriças; e ao nível de disparidade econômica (ANDERSON; WEVER, 2003).

Os problemas econômicos que cada lado da fronteira encara estão ligados às dificuldades de se prover as estruturas administrativa, política e legal para organizar a cooperação transfronteiriça. Isso porque não existe uma forma legal ou institucional comum para essa cooperação (PINHEIRO, 2009).

A Constituição Federal brasileira concentra grande parte da competência acerca dos temas de fronteira à União. Assim, as esferas local e regional possuem pouca margem de manobra para articular políticas de desenvolvimento locais e transfronteiriças. E ainda, existem outros entraves ao processo de integração.

Machado entende que o trabalho é um dos fatores que apresentam efeitos mais concentrados nas comunidades fronteiriças em zona de fronteira.

> As oportunidades que oferece o Estado mais desenvolvido, sobretudo para a realização de tarefas pesadas descartadas pelos profissionais qualificados desse mesmo Estado, acarretam ao longo do tempo um fluxo de trabalhadores do lado mais pobre para o lado mais rico do limite internacional (MACHADO, 2005, p. 265).

A Tríplice Fronteira também sofre com o problema de não ter sido contemplada de forma efetiva nos acordos do MERCOSUL. A circulação de trabalhadores é um dos principais entraves ao processo de integração do bloco e de suas regiões transfronteiriças. A falta de uma Carta Social do MERCOSUL e a limitada circulação de pessoas demonstram que os governos e o patronato não possuem interesse em implementar as condições institucionais e econômicas que possibilitem a circulação do trabalho entre os Estados membros (FREITAS, 2009).

Para Firmeza (2007), desde o surgimento do MERCOSUL, o ritmo de abertura das fronteiras vem sendo regulado com o intuito de se controlar o impacto sobre o mercado de trabalho, o nível e a qualidade do emprego e a seguridade social nos países membros. A implementação do bloco não contemplou a realidade transfronteiriça, que não foi reconhecida e nem incorporada nas ações programáticas próprias de fronteira institucional de integração.

No caso do Brasil, os trabalhadores de outros países do bloco que vêm ingressando seu território de forma ilegal nos últimos anos têm levado ao surgimento de relações de trabalho degradantes a esses, situação que ocorre, sobretudo, com bolivianos e paraguaios (FREITAS, 2009).

Outro problema que dificulta o desenvolvimento dos municípios em área de fronteira é a proibição (em vigor na legislação brasileira) de instalação na faixa de fronteira do país de empresas industriais cujo controle acionário esteja majoritariamente em mãos de estrangeiros. Isto não inibe a instalação de unidades industriais do outro lado da fronteira do Brasil por parte de investidores brasileiros,

atraídos por mão de obra barata e desorganizada, além de padrões ambientais poucos rigorosos (MACHADO, 2005).

Em que pese a falta de institucionalidade do MERCOSUL, que dificulta a atividade laboral e consequentemente o desenvolvimento de uma “sociedade transfronteiriça”, algumas iniciativas recentes ajudam a reforçar a conscientização e a afirmação dos habitantes da Tríplice Fronteira, ainda que enfrentem algumas limitações orçamentárias e dificuldades de divulgação.

Entre essas iniciativas está o Fórum Social da Tríplice Fronteira – FSTF –, cujo objetivo é estimular o processo de integração transfronteiriça. Se obtivesse maior divulgação, o FSTF poderia ajudar a moldar uma identidade transfronteiriça. As atividades desse encontro, que já teve três edições, giram em torno de três grandes eixos temáticos: soberania, integração dos povos e direitos humanos.

No entender dos organizadores paraguaios, o FSTF é um fracasso no que diz respeito à integração devido ao desdém de argentinos e brasileiros para com os paraguaios. Isso por que Ciudad del Este tem sua imagem associada ao terrorismo, à falsificação de mercadorias e ao crime, o que gera um desinteresse e uma repulsa dos outros países em relação ao que se passa na cidade (SETTÓN, 2011).

Por sua vez, a imagem dos brasileiros como imperialistas também é forte no imaginário coletivo dos vizinhos, sobretudo no da população paraguaia. Já no final dos anos 1970, quando a população brasileira nos três departamentos paraguaios limítrofes com o Brasil chegava a 300 mil habitantes, equivalendo a 10% do total da população paraguaia, os bancos brasileiros se expandiam e levavam novas filiais para as zonas fronteiriças. Capitais e investimentos chegavam do Brasil e as terras paraguaias passaram a ser inseridas em um processo de brasileirização que marginalizava cada vez mais os paraguaios (LAINO, 1979).

No país guarani, essa imagem carregada de adjetivos pejorativos recai sobre os brasileiros que adquiriram terras paraguaias e é disseminada, sobretudo, em períodos eleitorais. Diversos discursos políticos se aproveitam do estereótipo dos brasileiros oportunistas, invasores e imperialistas e incentivam atos contra os agricultores brasileiros (mesmo aqueles que pagam impostos e respeitam as leis paraguaias), que constantemente são ameaçados pelo movimento dos *campesinos*, que dentre outras práticas, costumam queimar a bandeira do Brasil em suas manifestações (PINTO, 2009).

Outro problema latente da região é o da gestão dos equipamentos urbanos públicos e privados, que são usados indistintamente pelas populações dos diferentes lados da fronteira. Setores como educação, saúde, comércio e lazer constituem mercados que variam de tamanho dependendo do custo e qualidade do bem ou do serviço ofertado. Nesse sentido, uma verdadeira política de cooperação em prol do desenvolvimento da região transfronteiriça deve levar em consideração: o tamanho da demanda, os limites da propriedade imobiliária, homogeneização das normas, a tarifação e remuneração dos serviços prestados por um país e/ou cidade ao outro e um plano diretor para o espaço urbano transfronteiriço (FARRET, 1997).

Em suma, a iniciativa que poderia significar a solução para os problemas da região – uma política de desenvolvimento pautada na promoção da integração e da cooperação entre empresas da Tríplice Fronteira – apresenta um sério entrave. O desenvolvimento econômico da região transfronteiriça – força motriz do desenvolvimento regional e elemento importante para a agenda política – é impossibilitado de atingir sua plenitude pelo fato de que grande parte das empresas da Tríplice Fronteira possui parceiros de fora da região.

Para agravar o quadro, no que tange ao comércio entre os países do MERCOSUL, as medidas protecionistas unilaterais são constantes. A Argentina, por exemplo, desde o início da implementação do bloco, vem impondo restrições aos produtos brasileiros para proteger sua indústria. O Brasil, por sua vez, responde com represálias ao país vizinho.

Em junho de 2012 houve uma crise no MERCOSUL decorrente da entrada em vigor de um sistema de controle criado pelo governo argentino para dificultar as compras no exterior – a Declaração Jurada Antecipada de Importação (DJAI). Com a medida, diversos produtos brasileiros passaram a ser barrados na fronteira. Os principais setores atingidos foram: calçados, enlatados, autopeças e doces (BORGES, 2012).

Em represália, o governo brasileiro colocou dez produtos perecíveis argentinos sob o sistema de licença prévia de importação: maçã, queijo, azeitona, vinho, farinha de trigo, uva passa, chocolates, azeite, doces e batata pré-cozida. No caso das maçãs[30], muitas empresas importadoras brasileiras já haviam feito pedidos e os caminhões já se encontravam na estrada. Ao chegarem à fronteira, os

[30] Em 2012, 63% das maçãs importadas consumidas no Brasil eram provenientes da Argentina (BORGES, 2012).

motoristas foram surpreendidos com a exigência de uma autorização para entrar no país – o que ninguém possuía. Os jornais da época noticiavam os relatos do prejuízo gerado pela batalha comercial entre Brasil e Argentina:

> Diversas empresas têm toneladas de maçãs paradas na fronteira há um mês. As perdas chegam a US$ 2 milhões por dia, dizem os produtores. Nos galpões de embalagem, que dependem dos pedidos de compra para que as maçãs saiam da refrigeração e possam ser colocadas nas caixas, há pouca gente trabalhando. Segundo um membro de uma das cooperativas locais, a falta de emprego e as incertezas para os próximos meses geram pânico entre os trabalhadores (BORGES, 2012, p.1).

As batalhas comerciais entre Argentina e Brasil, frequentes desde o início do MERCOSUL constituem apenas uma das inúmeras barreiras no caminho da integração do bloco. No âmbito da Tríplice Fronteira, diversas outras questões precisam ser trabalhadas na direção de uma integração de fato.

Uma integração que é dificultada por obstáculos gerados pelas diferenças de legislação dos países, pela falta de regulação sobre a gestão dos equipamentos urbanos e públicos, pelos impedimentos na circulação do trabalho, pela imagem estereotipada e negativa do país vizinho, pelo pouco alcance de projetos importantes como o Fórum Social da Tríplice Fronteira, solapado por problemas de divulgação e insuficiência orçamentária e também pela falta de institucionalidade do MERCOSUL.

Ao longo do presente capítulo foram apresentadas as iniciativas de cooperação transfronteiça e os principais acordos entre os países do Cone Sul. Foram abordadas experiências de cooperação entre municípios fronteiriços no âmibito da educação (PEIBF e UNILA) e mesmo da gestão integrada do território (CIF). Também foi analisado o impacto sobre os serviços públicos, causado pela população residente do outro lado da fronteira – o SIS Fronteiras e o problema da saúde em Foz do Iguaçu. Por fim foram apresentados alguns obstáculos ao processo de integração, como a questão do trabalho, as restrições impostas pela legislação brasileira para a fronteira, a pouca visibilidade de projetos de escala local e os estereótipos negativos da fronteira. Todos esses elementos foram elencados para atestar a hipótese de que o papel dos atores institucionais é determinante na forma-conteúdo da transfronteirização na Tríplice Fronteira

6. O TURISMO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

O turismo é um dos principais setores em termos de geração de emprego para a população da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. O presente capítulo apresentará uma análise sobre o potencial turístico da Tríplice Fronteira, com um enfoque para seus principais atrativos: as Cataratas, a Itaipu Binacional, o turismo de compras em Ciudad del Este e o turismo de negócios, que surgiu com força nos últimos anos.

Ao longo do capítulo serão trazidos elementos com o objetivo de comprovar a hipótese de que os processos de transfronteirização sofrem influência dos atores econômicos do capital privado, que são determinantes na estruturação do território transfronteiriço.

Também serão analisados alguns dados estatísticos para atestar a hipótese de que o papel dos atores institucionais (Estados nacionais) é determinante na forma-conteúdo da transfronteirização na Tríplice Fronteira. Nesse sentido, serão apresentadas abordagens acerca do turismo cultural das Missões Jesuíticas e dos projetos de novos parques e novas infraestruturas de conexão física para a região.

6.1 O potencial turístico da Tríplice Fronteira

A indústria do turismo é uma atividade geradora de empregos e fonte de recursos. Essa receita é trazida pelos turistas, tratando-se, portanto, de recursos exteriores à zona. Assim, em termos de macroeconomia, as atividades turísticas são assimiladas às exportações. Grande parte dos benefícios ligados ao turismo é reinvestida na zona, para onde retornam sob a forma de consumo e impostos.

A economia da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai se caracteriza pelo peso de um conjunto de atividades ligadas ao turismo tradicional, baseada sobre a exploração de recursos naturais, representada pelas Cataratas do Iguaçu, a qual se soma desde o final do século XX a barragem de Itaipu. Além desses dois atrativos a Tríplice Fronteira conta ainda com o turismo de compras e o turismo de negócios.

Principal atração turística da Tríplice Fronteira, as Cataratas do Iguaçu são formadas por um complexo de 275 quedas d’água que se estendem por quase cinco

quilômetros do rio Iguaçu. As quedas d'água estão localizadas no limite de dois parques: o Parque Nacional do Iguaçu, do lado brasileiro, que abriga 20% das quedas, e o Parque Nacional Iguazú, do lado argentino, que possui 80%. Em 2012, os dois parques juntos receberam aproximadamente dois milhões e novecentos mil visitantes.

A segunda maior atração da Tríplice Fronteira, a usina binacional de Itaipu está localizada entre Foz do Iguaçu e a cidade paraguaia de Hernandarias. Com 14.000 MW de potência instalada é a maior hidrelétrica do mundo em sua categoria, além de ter sido eleita, em 1995[31], uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno. Atualmente, Itaipu fornece 17,3% da energia consumida no Brasil e atende 72,5% do consumo paraguaio. A usina é o segundo maior atrativo turístico da região, tendo recebido quase um milhão de visitantes no ano de 2012 (ITAIPU, 2013 b).

Outro atrativo da região, o turismo de compras em Ciudad del Este está fortemente ligado ao comércio fronteiriço, com a ressalva de que ele não representa um atrativo turístico por si só. As duas atividades dependem das assimetrias de preços entre as duas margens, além disso, a estabilidade e a capacidade de atrair turistas consumidores não são garantidas.

Na última década o turismo compras foi ultrapassado pelo turismo de negócios no *ranking* de atrativos turísticos da Tríplice Fronteira. Essa mudança no perfil do turismo na Tríplice Fronteira, especialmente em Foz do Iguaçu, se explica pelo aumento do controle e da fiscalização por parte da Receita Federal nos últimos anos, o que freou o fluxo de sacoleiros à Ciudad del Este. Aliado a esse fato, cabe destacar a reconversão do ramo de serviços (especialmente o setor hoteleiro), que tiveram que se adaptar a um mercado de turismo com um novo perfil.

Ao longo da década de 2000 a região de Tríplice Fronteira testemunhou o confronto entre a Receita Federal (aliada a outros órgãos que faziam o combate ao contrabando e descaminho, como Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal) e setores empresariais ligados ao turismo, como proprietários de hotéis, transportadores, comerciantes, uma vez que a atividade ilícita também trazia dinheiro para a cidade e movimentava a economia local. Hoffmann (2013) afirma que esse cenário ganhava evidência em períodos eleitorais:

---

[31] A lista foi elaborada Associação Norte-Americana de Engenheiros Civis, entre engenheiros dos mais diversos países, tendo sido publicada pela revista estadunidense *Popular Mechanics.*

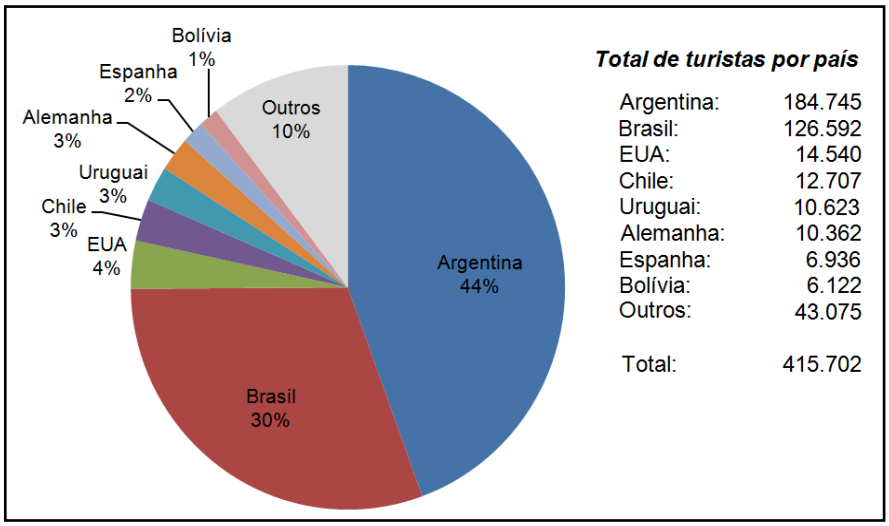
> diversos candidatos atacavam o trabalho realizado pela Receita Federal para agradar seus eleitores. Faziam desse discurso a sua plataforma eleitoral, já que o número de eleitores que atuavam em atividades informais e ilegais era muito grande (HOFFMANN, 2013).

A partir de 2007, época em que o contrabando e o descaminho já estavam mais controlados devido à atuação dos órgãos de fiscalização federal, uma parcela dos empresários de Foz do Iguaçu se deu conta de que o turismo de negócios e lazer estava em ascenção (um crescimento alavacado pelo quadro econômico do país).

Nos últimos três anos, a entidade que congrega a classe empresarial de Foz do Iguaçu passou a ser mais atuante, trabalhando inclusive na proposição e desenvolvimento de um projeto para a revitalização e embelezamento de áreas até então ocupadas pelo crime organizado, como os arredores da Ponte da Amizade e as margens do Rio Paraná (HOFFMANN, 2013). A mudança de perfil do turista que visita a Tríplice Fronteira impactou principalmente Ciudad del Este, ainda que não existam dados oficiais que comprovem esse fato. A quantidade de sacoleiros reduziu drasticamente em comparação com a década de 1990, por exemplo.

Os turistas brasileiros possuem um peso significativo na economia paraguaia. Os números referentes à entrada de turistas estrangeiros no Paraguai, com base na planilha de passageiros da Policía Nacional e da Secretaria de Turismo do Paraguai – SENATUR – indicam que, em 2007, 30% dos turistas estrangeiros que visitaram o país eram brasileiros (gráfico 11). Em 2010 o Paraguai recebeu aproximadamente 400 mil turistas estrangeiros, destes, 100 mil eram brasileiros, isso sem contar com aqueles que cruzaram a fronteira para compras em Ciudad del Leste (CRAMER, 2011).

Gráfico 11 – Países de origem dos turistas que visitam o Paraguai (2007).



Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013. Fonte: DGEEC, 2007.

Nos últimos anos, o governo paraguaio vem mostrando preocupação com o desenvolvimento do turismo no país. Nesse sentido, a Polícia Turística, criada em 2008 vem atuando preventivamente em Ciudad del Este para evitar que os visitantes sejam vítimas de crimes como o “assalto por falsos parceiros” (quando os estrangeiros contratam conduções alternativas, que não possuem autorização para transportar turistas do Brasil para o Paraguai), a cobrança indevida por um comerciante e a não entrega do produto comprado. Os agentes da Polícia Turística distribuem uma cartilha com dicas de segurança aos turistas e orientam como eles devem proceder, caso sejam lesados.

6.2 As Cataratas do Iguaçu

As Cataratas do Iguaçu foram formadas há cerca de cem mil anos, na confluência dos rios Iguaçu e Paraná. Sua origem remonta o surgimento de uma falha sobre o atual leito do rio Paraná que gerou uma diferença de 30 metros entre a margem ocidental, permanecendo elevada, e a margem oriental, sem afetar diretamente o rio Iguaçu. A erosão provocada pelo rio Paraná sobre seu próprio leito rebaixou seu nível, levando à diferença de altura dos valores atuais, que é de 80 metros. A erosão progressiva do turbilhão de quedas d’água gerou, por sua vez, um lento recuo das Cataratas e atualmente a Garganta do Diabo – a principal queda

d'água – se situa a 23 quilômetros da embocadura do Paraná (SCHWEITZER, 2000).

Foto 18 – Cataratas do Iguaçu (CARNEIRO Filho, 2011).

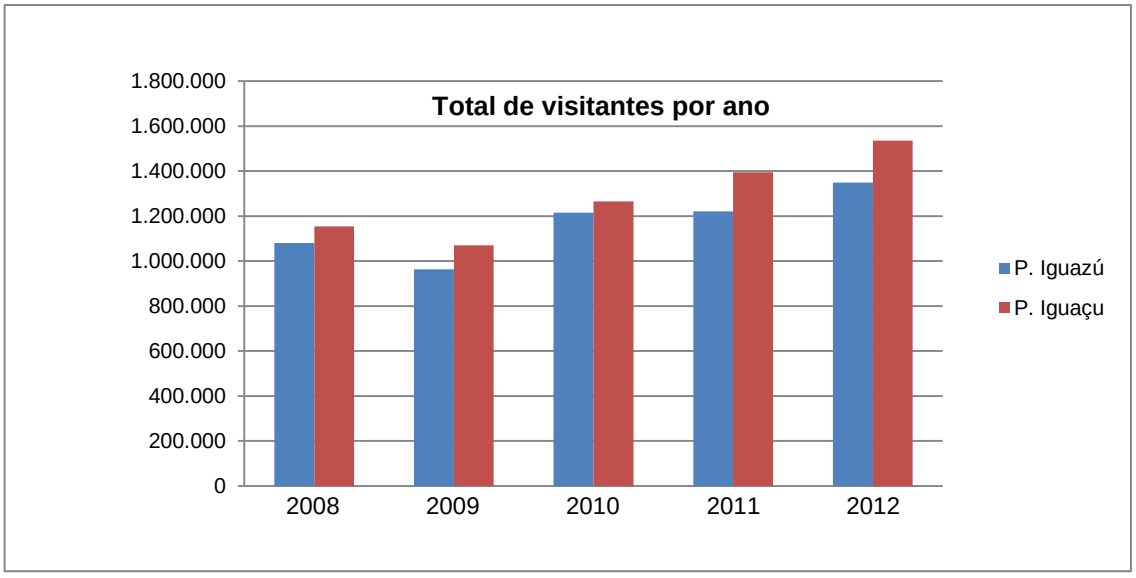
Apesar de terem sido descobertas pelos europeus no século XVI, as quedas permaneceram despercebidas até o final do século XIX, quando foram redescobertas por Carlos Bosetti e Jordan Hummel. Este último organizou a primeira viagem turística às Cataratas.

Do lado argentino das Cataratas, o Parque Nacional Iguazú foi fundado em 1934. Do lado brasileiro o Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 1939, através do Decreto n° 1.035. A criação dos parques, resultado da vontade individual de cada país em preservar a floresta do Paranane, bem como as Cataratas do Iguaçu, teve como inspiração as experiências conservacionistas realizadas nos Estados Unidos no fim do século XIX, com a criação do parque de Yellowstone (SCHWEITZER, 2000).

Os parques argentino e brasileiro, que são cortados pelo rio Iguaçu, compõem juntos um conjunto de mais de 600 mil hectares de áreas protegidas e outros 400 mil em florestas ainda primitivas. Os parques abrigam uma rica biodiversidade, constituída por algumas espécies ameaçadas de extinção, como onça-pintada (Pantheraonca), puma (Puma concolor), jacaré-de-papo-amarelo (Caimanlatirostris), gavião-real (Harpia harpyja), peroba-rosa (Aspidospermapolyneutron), araucária (Araucariaaugustifolia), entre outras espécies de interesse científico (CATARATAS S.A., 2013).

No final do século XX, os dois parques receberam o título de Patrimônio da Humanidade: o parque argentino no ano de 1984 e o brasileiro em 1986. Além disso, em 2002 o Parque Nacional do Iguaçu passou a ser considerado um dos sítios geológicos brasileiros. Os dois parques são geridos de forma independente, mas os dados fornecidos por suas administrações apontam um crescimento do movimento de turistas nos últimos anos. O número anual de visitantes do Parque Nacional do Iguaçu (Brasil) passou de 764.709, em 2003, para 1.535.382 em 2012 (PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, 2013). O Parque Nacional Iguazú (Argentina) vem apresentado números um pouco menores, mas bem parecidos aos do parque brasileiro. Em 2012 o parque argentino recebeu 1.349.801 visitantes (gráfico 12).

Gráfico 12 – Total de visitantes por ano no Parque Nacional do Iguaçu e no Parque Nacional Iguazú (2008 a 2012).

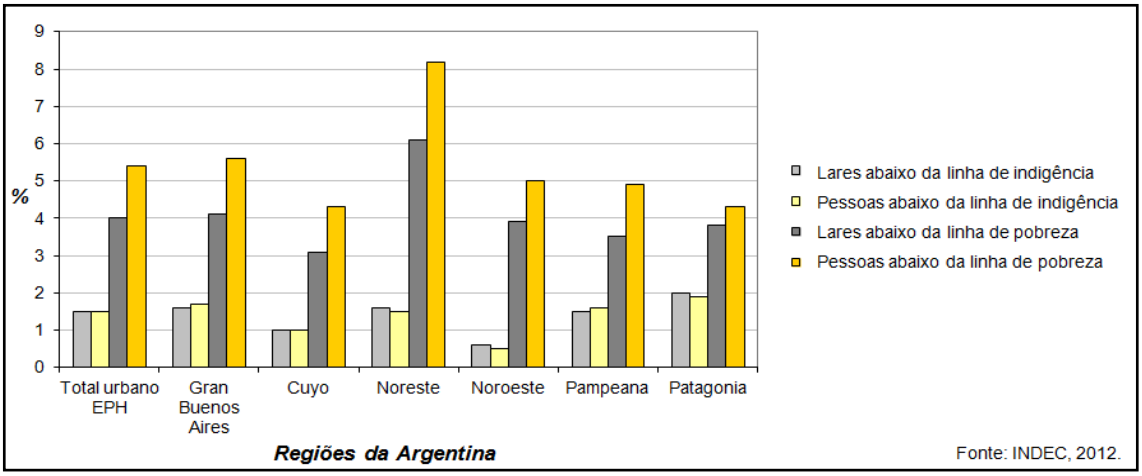


Fontes: Parque Nacional do Iguaçu e Parque Nacional Iguazú, 2013.

No início do século XXI, novos projetos começaram a ser formulados pelas administrações dos dois parques, juntamente com os governos locais, todavia essa parceria não teve uma efetiva continuidade. Os dois parques chegaram a ter patrulhas conjutas uma vez por ano, algo que não ocorre desde 2010. A pouca cooperação gera dificuldades de fiscalização, os guardas argentinos denunciam a presença de caçadores e pescadores brasileiros dentro dos parques. Além disso, muito animais são atropelados na Ruta 101, que corta o parque argentino e é utilizada por brasileiros para ir de Capanema a Foz do Iguaçu (BELLONI, 2013).

No que tange ao parque argentino, a participação do turismo das Cataratas do Iguaçu na economia de Misiones é crescente desde o ano 2000, sendo uma das principais fontes de receita da província, ao lado da silvicultura, da produção de celulose e do cultivo e manufatura de erva-mate e chá. O crescimento do turismo impulsiona a geração de empregos no setor de serviços, vital para a província de Misiones, que faz parte da região Noreste (Nordeste), a que possui os maiores percentuais de pessoas abaixo da linha da pobreza na Argentina – com mais de 8% dos habitantes nessa situação.

Gráfico 13 – Incidência da pobreza e da indigência
nas regiões da Argentina: segundo semestre de 2012.



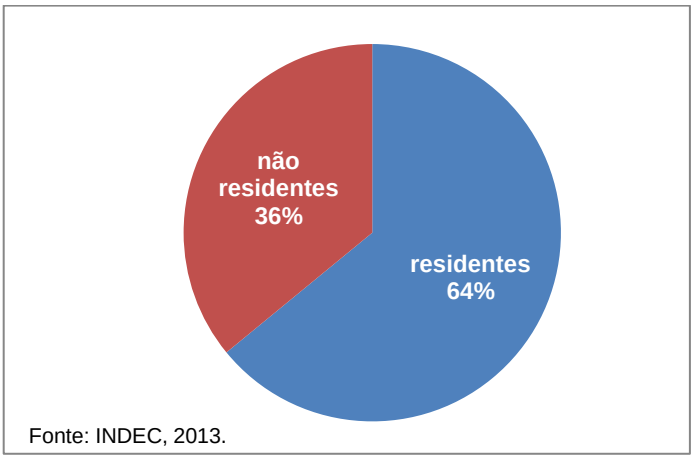
O Parque Nacional do Iguazú é o mais visitado de todos os parques nacionais argentinos. De acordo com a APN – Administración de Parques Nacionales – em 2012 o número de visitantes cresceu 10,52% em relação a 2011. Um crescimento que se explica pelo fato das Cataratas do Iguaçu terem sido consideradas, em fevereiro de 2012, uma das Sete Novas Maravilhas da Natureza no concurso

organizado pela Fundação *New 7 Wonders*. Naquele ano, do total de visitas aos 31 parques administrados pela APN, 41% ocorreram no Parque Nacional do Iguazú.

O parque argentino faz de Puerto Iguazú o principal destino turístico de Misiones. A cidade contava, em dezembro de 2009, com 82 estabelecimentos hoteleiros (24 hotéis e 54 pousadas ou albergues) e uma oferta de 63.643 quartos. Números pouco menores que os de Foz do Iguaçu, que conta com 112 hotéis e em 44 estabelecimentos do ramo hoteleiro – pousadas, albergues, campings e motéis (P. M. FOZ DO IGUAÇU, 2009).

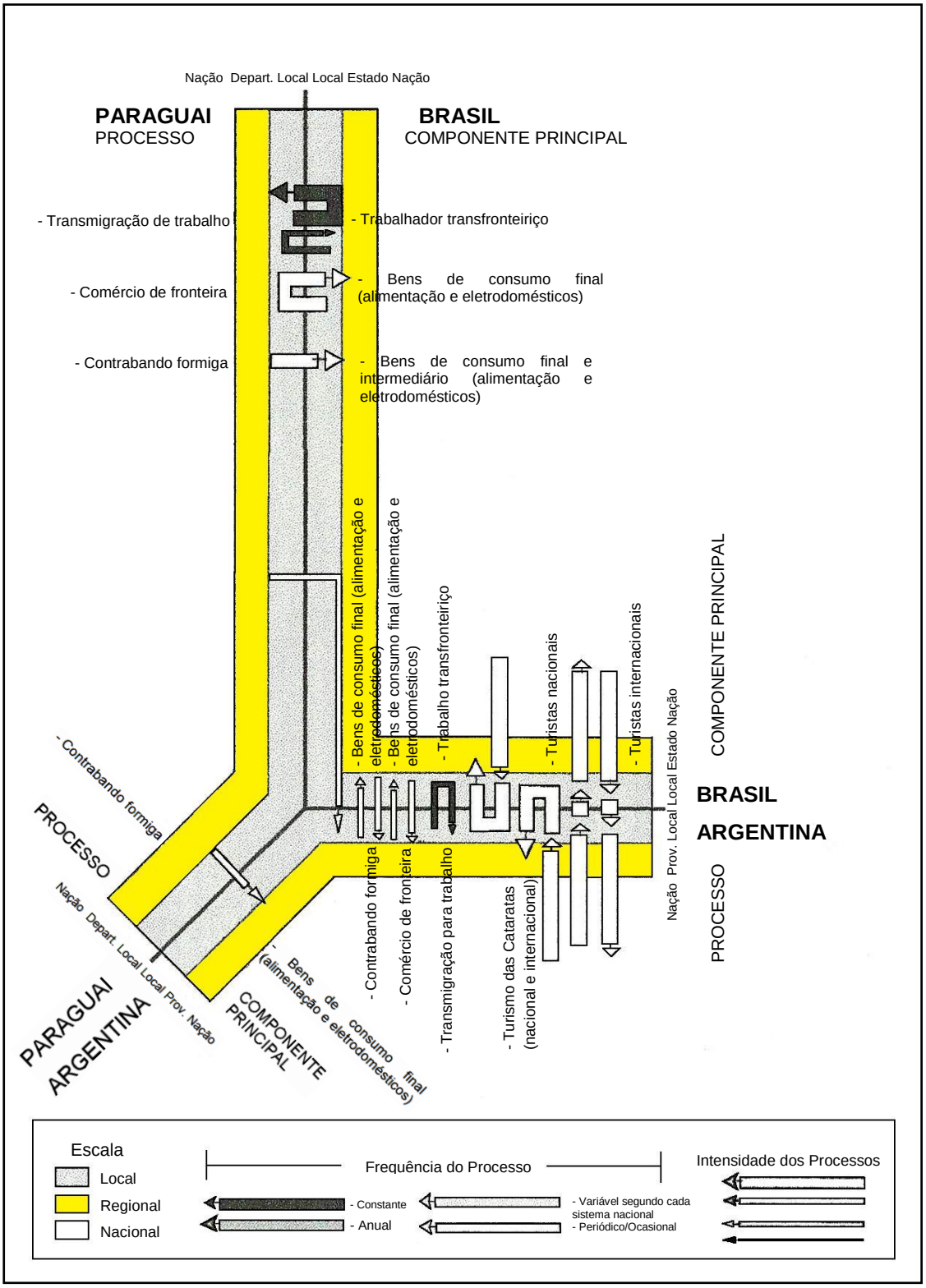
Na rede hoteleira de Puerto Iguazú o mês com maior procura é janeiro, que registrou em 2009 uma taxa de ocupação de 52,28 % (INDEC, 2009). Em janeiro de 2013, a média de permanência dos turistas estrangeiros na cidade era de 2,09 dias, um pouco menor do que a média de permanência dos turistas residentes na Argentina, que era de 2,56 dias. Dos 47.707 turistas hospedados na rede hoteleira de Puerto Iguazú em janeiro de 2013, 30.562 eram residentes na Argentina e 17.146 eram não residentes (gráfico 14), os estrangeiros correspondem 36% do total de turistas (INDEC, 2013).

Gráfico 14 – Puerto Iguazú: condição de residência dos turistas (jan. 2013).



O grande fluxo turístico em virtude das Cataratas é responsável por dinâmicas transfronteiriças que Schweitzer (2000) analisou no corema 3.

Corema 3 – Dinâmicas transfronteiriças na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos ligados ao turismo das Cataratas.



Fonte: Schweitzer, 2000. Adaptação: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

O corema 3 expõe os atores da transfronteirização e seus movimentos dentro da Tríplice Fronteira. Nesse esquema, estão em destaque a transmigração de trabalho e os trabalhadores transfronteiriços, que são responsáveis por processos constantes de transfronteirização. Uma mão de obra que está localizada, sobretudo, no setor de serviços – vendedores, garçons, seguranças, porteiros, camareiras, taxistas, guias turísticos, motoristas de ônibus e vans –, que atravessa o limite internacional diariamente.

É possível notar que esse movimento de pessoas em função do trabalho ocorre entre Brasil e Argentina com uma intensidade pequena e entre Brasil e Paraguai com uma intensidade grande. Nota-se também que o fluxo de trabalhadores pendulares entre Paraguai e Argentina é inexpressivo. Fato que pode ser explicado por fatores como o maior peso da economia brasileira e a inexistência de ponte entre esses dois países na área da Tríplice Fronteira.

Nota-se também que os fluxos de turistas nacionais e internacionais entre Brasil e Argentina constituem processos de transfronteirização de grande intensidade, mas que são periódicos e ocasionais, uma vez que acontecem de forma mais intensa em determinadas épocas do ano.

A sazonalidade apresentada pelos fluxos de turistas nacionais e internacionais entre Brasil e Argentina também caracteriza o comércio de fronteira (movimentado por bens de consumo final, sobretudo alimentação e eletrodomésticos). Todavia, o comércio de fronteira ocorre não apenas entre Brasil e Argentina, mas também entre Brasil e Paraguai, sendo que a intensidade do processo é muito maior entre esses últimos.

Por fim o corema expõe a dinâmica do contrabando formiga na Tríplice Fronteira. Um processo de transfronteirização de frequência periódica ou ocasional (influenciado pelas operações da Receita Federal) e que, apesar de ocorrer nas três díades, apresenta uma intensidade muito maior na fronteira entre Brasil e Paraguai.

6.3 Itaipu Binacional

A atividade produtiva mais importante da Tríplice Fronteira é a geração de energia a partir da barragem de Itaipu – uma empresa binacional entre Brasil e

Paraguai, situada no rio Paraná, a 20 quilômetros a montante da embocadura do rio Iguaçu.

Foto 19 – Itaipu Binacional (CARNEIRO Filho, 2011).

Na primeira metade do século XX, a descoberta do potencial hidrelétrico do rio Paraná fez os governos de Brasil e Paraguai unirem forças na construção da usina de Itaipu Binacional[32]. O empreendimento também pôs fim a um impasse diplomático que envolvia os dois países desde o século XVIII – a posse de terras na região do Salto de Sete Quedas, que ficaram submersas pelo lago da usina.

A construção de Itaipu Binacional estremeceu as relações dos dois países com a Argentina. Os argentinos temiam que a usina prejudicasse seus direitos e interesses sobre as águas do rio Paraná. A questão chegou a ser discutida em uma sessão da Assembléia Geral da ONU, em 1972.

O imbróglio diplomático[33] teve fim com a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina, em 19 de outubro de 1979, que passou a regular

[32] No que tange aos documentos que possibilitaram o empreendimento, a Ata do Iguaçu foi assinada em 22 de junho de 1966 e em 1967 foi criada a Comissão Mista. Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná pelos dois países. Finalmente, em maio de 1974 foi criada a entidade binacional Itaipu.

[33] À época, os dois países eram governados por ditaduras militares e havia o temor – não comprovado – que o Brasil, em um eventual conflito com a Argentina, abrisse completamente as

o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do Rio da Prata. As obras da barragem tiveram início em 1975 e chegam ao fim em outubro de 1982. Ao todo, mais de 40 mil pessoas foram empregadas no período de construção da usina, muitos dos quais chegaram de fora, trazendo suas famílias.

A migração para a região foi intensa, um ano após o início das obras a população do lado brasileiro ultrapassava 100 mil pessoas, enquanto do lado paraguaio batia 70 mil. A população de Puerto Iguazú, que não estava diretamente envolvida com o empreendimento alcançava 10 mil habitantes (SCHWEITZER, 2000).

O estabelecimento de uma população de tamanho considerável se realizou de forma planificada, com a criação de novos bairros residenciais ao sul e a leste de Ciudad del Este – à época denominada Puerto Strossner – em direção à Puerto Franco, além do desenvolvimento de Hernandarias, às margens do Lago de Itaipu. Do lado brasileiro, nova áreas ao norte de Foz do Iguaçu foram incorporadas.

Durante os anos de construção de Itaipu, a instalação de população e novas atividades ligadas direta ou indiretamente às obras, a concretização da integração do transporte terrestre e a criação de novos fluxos entre as fronteiras marcaram profundamente a organização do espaço na Tríplice Fronteira. Os polos brasileiro e paraguaio ao redor da Ponte da Amizade foram consolidados e as dinâmicas do comércio transfronteiriço e do turismo de compras começaram a ultrapassar amplamente aquelas dinâmicas ligadas à atração das Cataratas (SCHWEITZER, 2000).

Em maio de 1984, quando a primeira turbina de Itaipu entrou em atividade, a Tríplice Fronteira passava a ter não apenas uma gigantesca usina hidrelétrica, mas também uma nova atração turística. Os números justificam o interesse turístico despertado por Itaipu. Na obra foram utilizados 50 milhões de toneladas de terra e rocha; concreto em quantidade para construir 210 estádios do tamanho do Maracanã; ferro e aço suficientes para erguer 380 torres Eiffel (ITAIPU, 2013 b).

Apesar da usina de Itaipu ser considerada uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, o maior atrativo turístico da usina binacional é o fato de Itaipu ser, atualmente, a maior geradora de enregia entre todas as hidrelétricas do planeta. Em

---

comportas de Itaipu, aumentando o nível das águas do rio da Prata e inundando a cidade de Buenos Aires.

2012, a usina alcançou seu recorde operativo, com a produção de 98.287.128 megawatts-hora no decorrer daquele ano. No *ranking* mundial das hidrelétricas, a segunda colocação ficou com a usina chinesa de Três Gargantas, enquanto a usina venezuelana Guri ficou com a terceira posição (tabela 6).

Tabela 6 – *Ranking* mundial das hidrelétricas.

POSIÇÃO	USINA	PAÍS	RECORDE DE PRODUÇÃO (MI DE MWH)	ANO RECORDE	MÉDIA DOS 5 MELHORES ANOS (MI DE MWH)
1ª	Itaipu	Brasil-Paraguai	98,29	2012	94,27
2ª	Três Gargantas	China	98,11	2012	84,21
3ª	Guri	Venezuela	53,41	2008	51,1
4ª	Tucuruí	Brasil	41,43	2009	39,52

Fonte: ITAIPU, 2013 b.

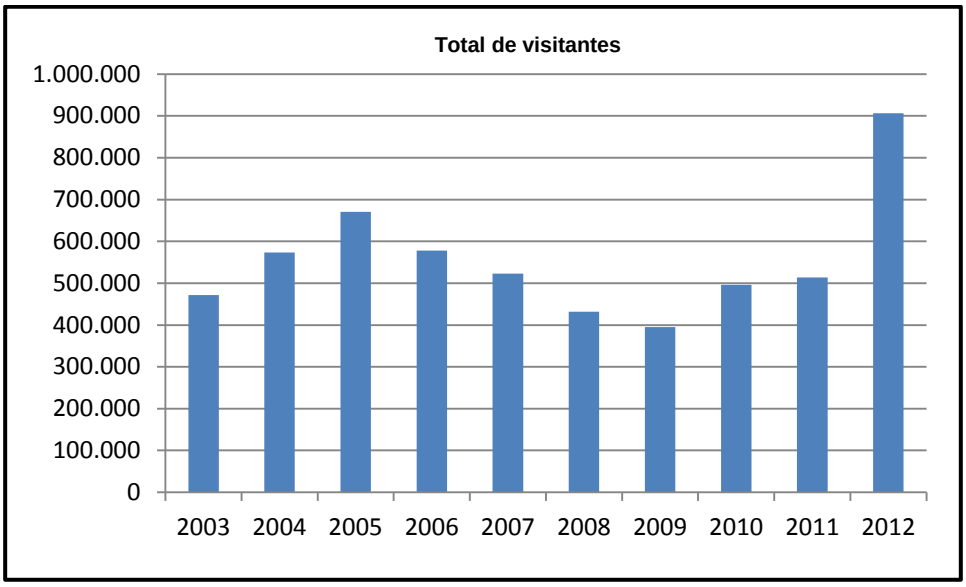
As estatísticas dos visitantes da Usina de Itaipu começaram a ser elaboradas em 1977. Desse ano até dezembro de 2012, mais de 17 milhões de pessoas procedentes de 197 países e/ou territórios, visitaram as instalações de Itaipu. Os maiores contingentes foram de brasileiros (8.010.615), argentinos (3.679.800) e paraguaios (2.128.657). A Alemanha, quarto país em número de visitantes, aparece bem atrás dos três primeiros no *ranking*, contabilizando 354.881 visitantes (ITAIPU, 2013 a).

Gráfico 15 – Nacionalidade dos turistas que visitaram Itaipu entre 1977 e 2012.

Fonte: Itaipu, 2013 a.

No ano de 2012, o número de turistas que Itaipu recebeu foi recorde, contabilizando um total de 906.644 visitantes, ultrapassando o recorde anterior que datava do ano de 1986, quando 788.275 turistas visitaram a usina (ITAIPU, 2013 a).

Gráfico 16 – Fluxo de visitantes em Itaipu entre 2003 e 2012.



Fonte: Itaipu, 2013 a.

O grande contingente de turistas de lazer é responsável por processos de transfronteirização periódicos, mas de grande intensidade, que geram benefícios para a Tríplice Fronteira, sobretudo no âmbito da geração de empregos e renda.

6.4 O turismo de compras de Ciudad del Este

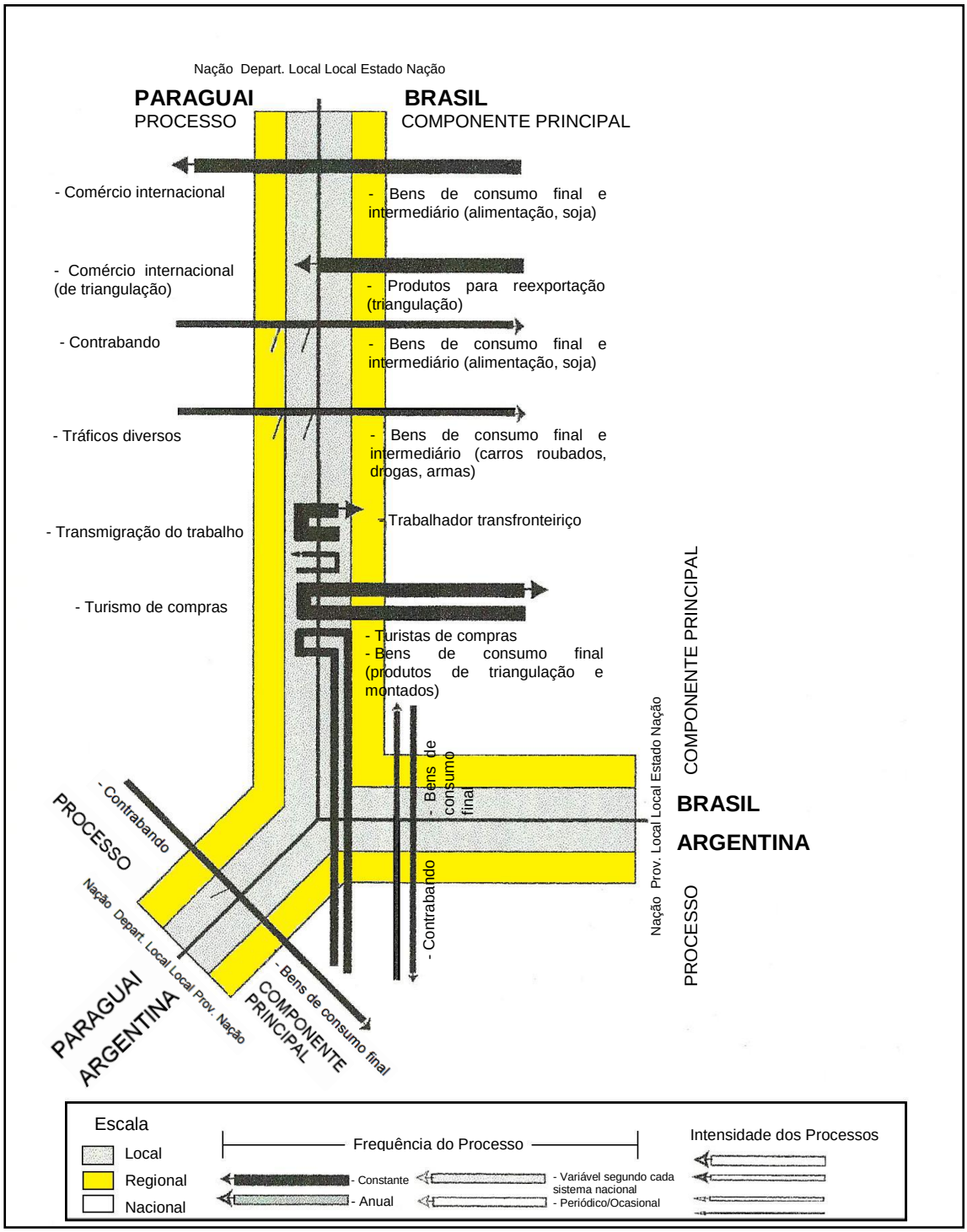
Tirando proveito das vantagens concedidas à importação de mercadorias isentas de taxas aduaneiras, provenientes na maioria das vezes do Sudeste Asiático, a base econômica de Ciudad del Este é a triangulação do comércio. A partir da década de 1990 as atividades ligadas ao turismo de compras foram progressivamente ganhando magnitude. Ao final daquela década o fluxo de turistas em Ciudad del Este chegou a 4 milhões de pessoas por ano, dos quais 80% eram brasileiros, 15% argentinos e os 5% restantes paraguaios. Em 1997 o volume de comércio realisado por Ciudad del Este foi estimado em cerca de 3,5 bilhões de dólares (SCHWEITZER, 2000). De acordo com Rafagnin (2013), o comércio paraguaio estimulou muitos brasileiros a irem diversas vezes ao país vizinho atrás das vantagens competitivas – previstas a terminar em 2019, com o nivelamento das TEC's – Tarifas Externas do MERCOSUL.

O comércio internacional muito desenvolvido fez de Ciudad del Este a terceira maior zona franca comercial do mundo depois de Miami e Hong Kong (CURY, 2011). Em 2011 a cidade possuía aproximadamente dez mil estabelecimentos formais, além de milhares de vendedores de rua, conhecidos como *meseteros* (PINHEIRO-MACHADO, 2011). Apesar do grande crescimento do turismo de compras registrado a partir dos anos 90, a origem do polo comercial de Ciudad del Este remonta a década de 1960, quando teve início o crescimento econômico e demográfico da cidade, marcado pela construção da Ponte Internacional da Amizade, que ao mesmo tempo em que ligava o Paraguai ao Brasil criava expectativas para o comércio.

O ramo de mercado mais importante da cidade está relacionado à importação e revenda de produtos baratos, especialmente *made in China* (eletrônicos, brinquedos, cosméticos, pirataria, etc). Essas mercadorias são trazidas e comercializadas, em grande parte, por intermédio da comunidade chinesa da Tríplice Fronteira.

As atividades vinculadas ao turismo de compras e ao contrabando são responsáveis pela criação de postos de trabalho que atraem uma população de imigrantes provenientes de fora da Tríplice Fronteira e de inúmeros processos transfronteiriços que foram analisados por Schweitzer (2000) no corema 4.

Corema 4 – Dinâmicas fronteiriças na Tríplice Fronteira BRA-ARG-PAR: processos transfronteiriços ligados ao turismo de compras e ao contrabando.



Fonte: Schweitzer, 2000. Organização: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2013.

Grande parte do lucro gerado pelas atividades mencionadas é apropriada pelos comerciantes estabelecidos nas áreas próximas da Ponte da Amizade. Esse lucro está na origem da elevada concentração e da verticalidade dos comerciantes, bem como da profusão de ambulantes e da intensa utilização de equipamentos e de infraestrutura (SCHWEITZER, 2000).

O corema 4 expõe os processos de transfronteirização ligados ao turismo de compras e ao contrabando. Nesse esquema, os turistas de compras, que são atraídos por bens de consumo final (produtos montados ou provenientes da triangulação), possuem um papel de destaque em processos de transfronteirização intensos e constantes entre Brasil e Paraguai.

Na fronteira Brasil-Paraguai também ocorrem processos de transfronteirização intensos e constantes (em escala local) decorrentes dos trabalhadores transfronteiriços e da migração para o trabalho, mas com um nível de importância menor em relação aos turistas de compras (escala nacional). Por sua vez, o contrabando ocorre com uma frequência constante e uma intensidade semelhante nas três díades. No entanto a intensidade desse processo é bem menor do que aquela referente ao comércio de compras entre Brasil e Paraguai.

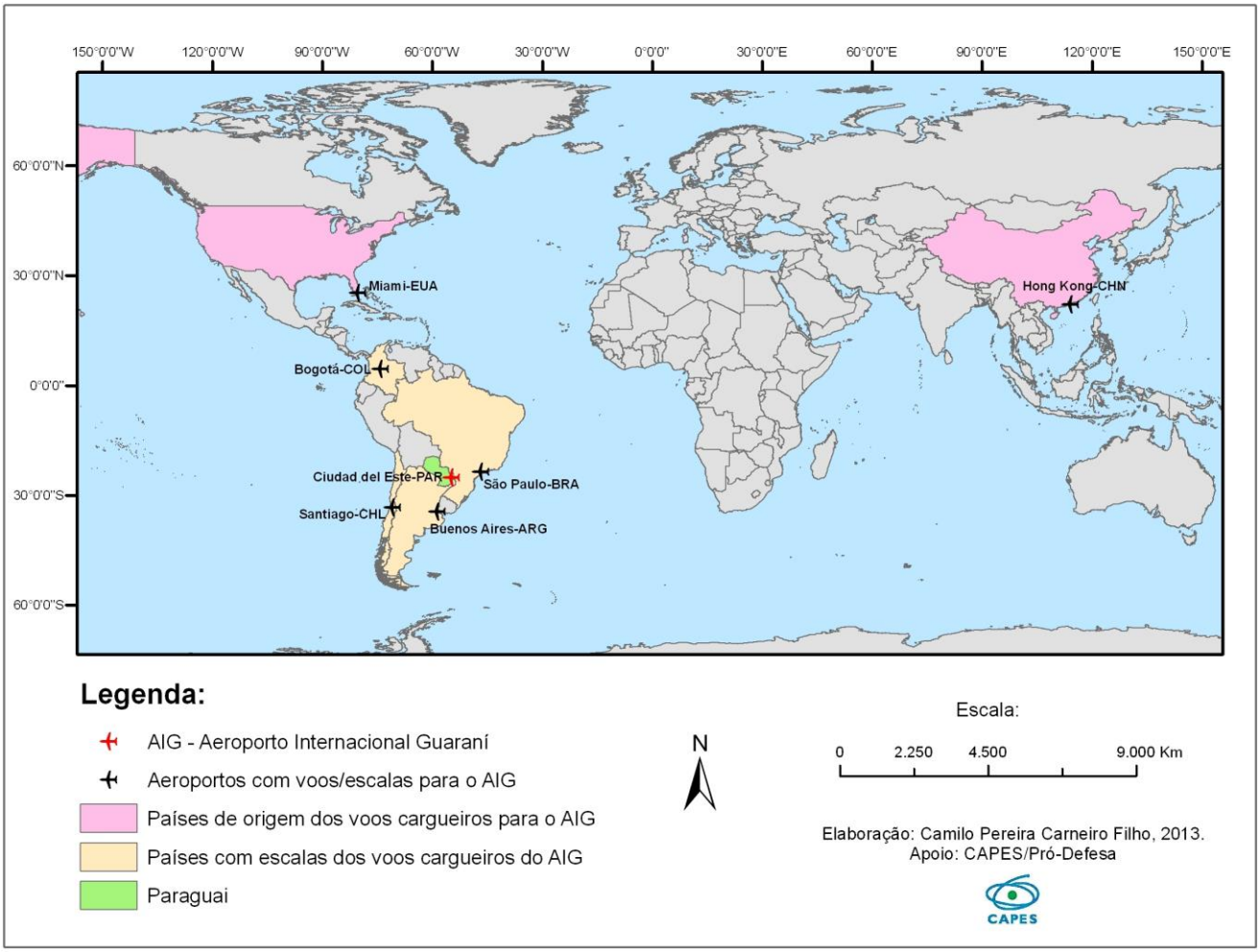
Foto 20 – Centro comercial de Ciudad del Este (CARNEIRO Filho, 2013).

O turismo de compras em Ciudad del Este foi estimulado por décadas de “políticas de promoção” por parte do governo paraguaio, destinadas à atração desse tipo de atividade. Medidas que permitiram a entrada no Paraguai de mercadorias – produtos da triangulação – por meio da zona cedida pelo Brasil ao Paraguai no porto de Paranaguá, que são objeto de uma transformação primária ou que são diretamente vendidos no comércio de Ciudad del Este (SCHWEITZER, 2000).

Além da utilização do porto de Paranaguá, as cargas com destino ao Paraguai também entram através dos portos de Santos, Buenos Aires, Rosário e portos chilenos, que recebem principalmente produtos provenientes do Sudeste Asiático. A diversificação das rotas de entrada dos produtos importados foi influenciada pelo aumento da fiscalização da Receita Federal do Brasil sobre os containers com destino ao Paraguai (GAUTO, 2013).

Outros pontos na América do Sul já serviram, no passado, de entreposto para mercadorias com destino ao Paraguai. O aeroporto de Foz do Iguaçu, por exemplo, entre 1989 e 1992, destinou uma área no TECA – Terminal de Cargas – para produtos com destino aquele país. No que tange à Tríplice Fronteira, a principal porta de entrada das mercadorias vendidas em Ciudad del Este é o Aeroporto Internacional Guaraní (mapa 15), que recebe voos cargueiros com mercadorias provenientes de Miami e Hong Kong (alguns desses voos fazem escalas ou transbordo de mercadorias em Bogotá, São Paulo, Santiago ou Buenos Aires).

De acordo com a Administração de Aduanas do Aeropuerto Internacional Guaraní, principal porta de entrada das mercadorias vendidas no centro comercial de Ciudad del Este, o movimento de cargas diminuiu em 70 toneladas nos últimos meses. Com isso, o aeroporto, que registra desembarques aéreos domingos, quartas e sextas de aviões cargueiros provenientes dos EUA (Miami) e da China (Hong Kong), deixou de arrecadar 1.500 milhões de guaranis por semana.

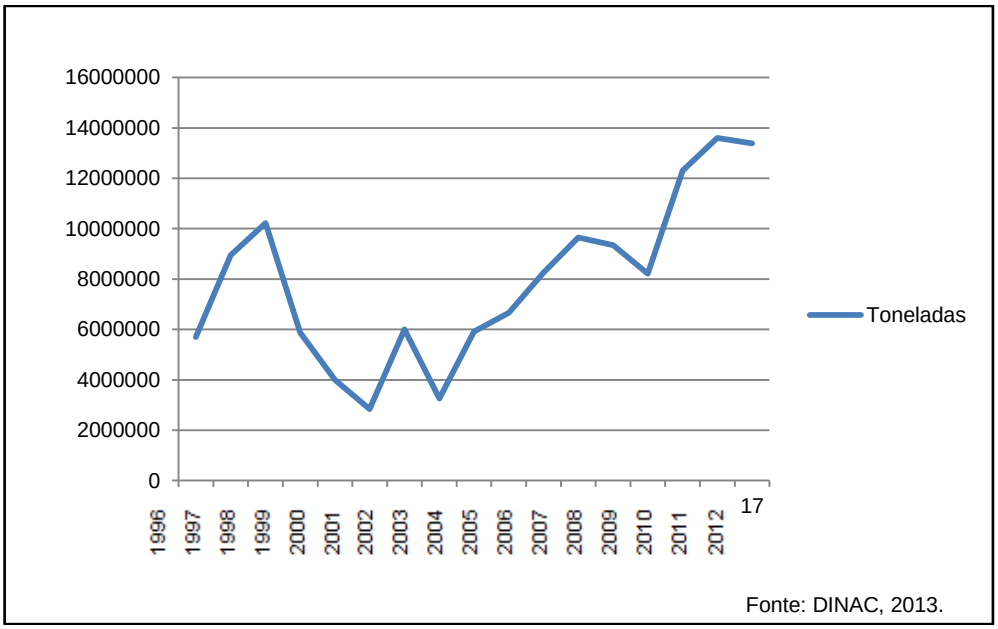


Mapa 15 – Aeroportos com voos cargueiros destinados a Ciudad del Este.

A drástica baixa no comércio fronteiriço ocorreu em virtude da intensificação dos controles militares do Brasil com a implementação das operações Blindada e Ágata 7, cujo objetivo era atacar o contrabando e o tráfico de armas e drogas. O forte contingente militar intimida a presença dos sacoleiros e pequenos comerciantes brasileiros mesmo para as importações legalizadas.

O gráfico 17 demonstra a variação no tráfego de cargas do Aeropuerto Internacional Guaraní entre 1996 e 2012. Apesar de ter havido um crescimento ao final dos 17 anos analisados, o fluxo de mercadorias, apresentou seguidos intervalos de baixa e de ascensão ao longo desse período, que foram motivados em grande parte por políticas do governo brasileiro que impuseram barreiras, em alguns momentos, às compras dos produtos importados vendidos em Ciudad del Este.

Gráfico 17 – Tráfego de cargas do Aeropuerto Internacional Guaraní.



O histórico do tráfego de cargas aéreas destinadas ao comércio de Ciudad del Este, que apresenta variações ao longo dos anos, mas possui uma média crescente entre 1996 e 2012, comprova que o estabelecimento de políticas de fiscalização mais rígidas por parte do governo brasileiro não elimina a atratividade do mercado paraguaio perante milhares de brasileiros que o enxergam como fonte de renda e de sobrevivência. Enquanto existirem discrepâncias tributárias entre as mercadorias negociadas no Brasil e no Paraguai[34] continuarão a existir sujeitos sociais dispostos a organizar estratégias para se beneficiarem das vantagens existentes no contrabando, ainda que para tanto seja necessário correr alguns riscos.

[34] De acordo com as decisões n° 31/03 (art. 3°), n° 38/05, n° 59/07 e n° 57/10 do Conselho Mercado Comum, o Paraguai poderá manter vigente até 2019 as 399 exceções à TEC (Tarifa Externa Comum) que constam em sua Lista Básica de Exceções. Pela decisão n° 57/2010 o Paraguai poderá aplicar, até 31 de dezembro de 2019, uma alíquota de 0% sobre as importações de bens de informática e telecomunicações de extrazona, no caso de produtos contidos em listas apresentadas no âmbito da Comissão de Comércio do MERCOSUL, e de 2% no caso dos demais bens de informática e telecomunicações (ALADI, 2013).

6.5 As Missões Jesuíticas

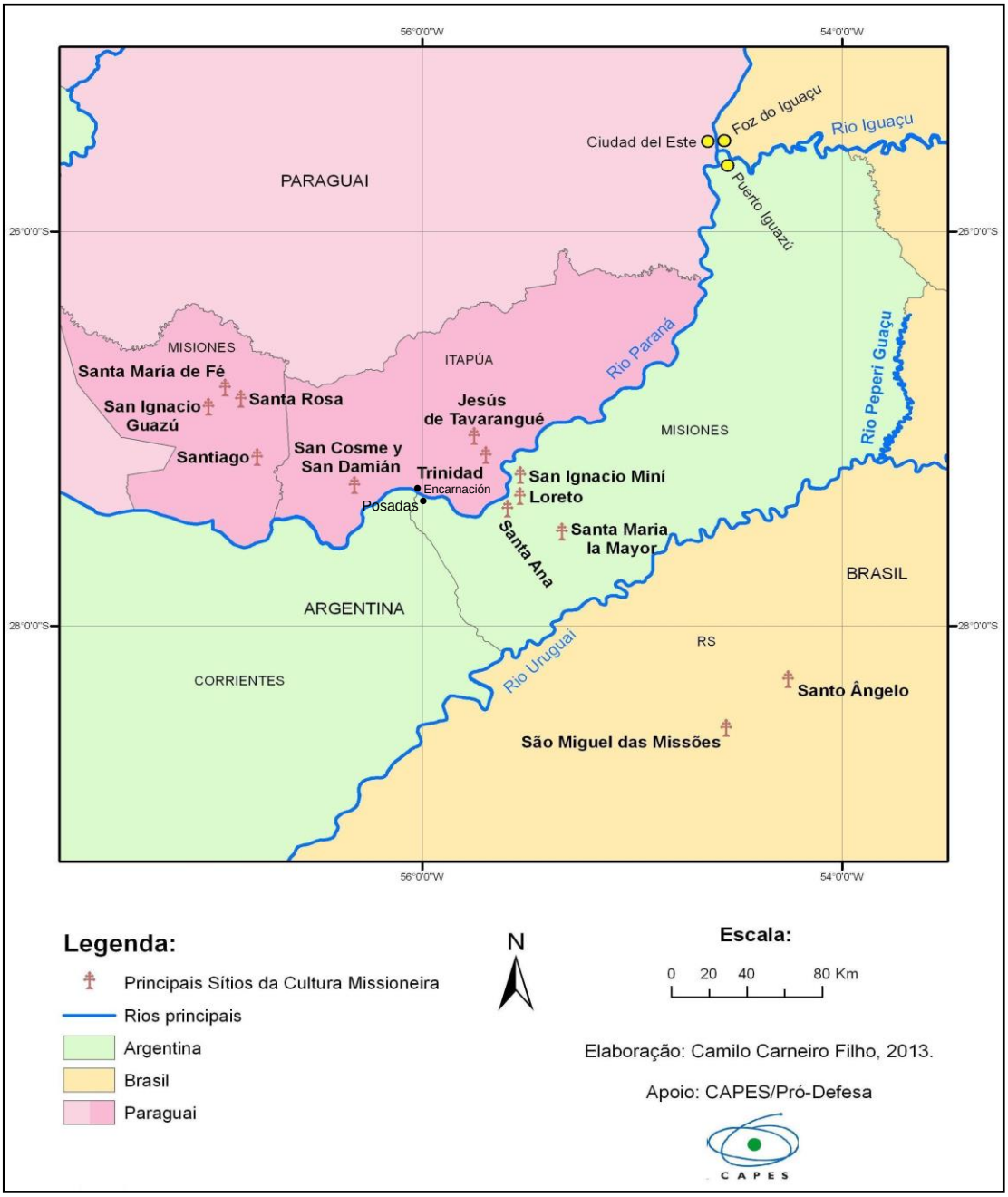
O território da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai foi um lugar de passagem entre as missões jesuíticas do Guaíra, na montante do rio Paraná, e os estabelecimentos missioneiros ao sul do rio Paraná. Por sua vez, a bacia do Iguaçu foi uma das rotas indígenas mais importantes para o Atlântico. Durante o período colonial a confluência dos dois rios (Paraná e Iguaçu) serviu para demarcar os limites das províncias jesuíticas do Guaíra, do Paraná e do Tape (SCHWEITZER, 2000). Dessa maneira, as Missões Jesuíticas constituem uma região transfronteiriça por excelência, além de constituir um palco da fusão de patrimônios culturais e naturais. Tais fatos fizeram com que a UNESCO classificasse as ruínas missioneiras como Patrimônio da Humanidade.

A particularidade do espaço missioneiro é dada pelo conjunto de remanescentes materiais dos “Trinta Povos das Missões” implantados durante os séculos XVII e XVIII. Atrativo turístico do MERCOSUL, o Roteiro Iguassu Misiones foi o primeiro roteiro turístico do bloco. Além de constituir um espaço onde a integração do MERCOSUL pode ser demonstrada, o roteiro constitui uma oportunidade para o fortalecimento das relações entre os países e a interação entre seus povos.

No que tange ao turismo no espaço missioneiro, a proposta de unificar os territórios através da atividade turística poderia ser organizada sob a forma de roteiros turísticos ligados às etnias locais e à caracterização do meio em que essas estão inseridas, podendo conter uma diversidade de atrativos que se expressam sob a forma material desses espaços (SANTOS; CARNEIRO Filho, 2012). De acordo com Bahl (2004), um roteiro turístico resume todo um processo de ordenação para desencadear a posterior circulação turística, seguindo trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar.

Na contramão do ideal de integração incutido no MERCOSUL, o potencial turístico da região de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai não é explorado de forma conjunta pelos Estados nacionais. Os projetos para o fomento do turismo nas Missões são feitos por autoridades de Brasil, Argentina e Paraguai visando separadamente os territórios de cada país. Um exemplo disso é o projeto paraguaio que visa o melhor aproveitamento do potencial turístico das Missões. A falta de

diálogo gera duplicidade de investimentos em cidades fronteiriças que acarretam desperdício de recursos.



Mapa 16 – Principais sítios da cultura missioneira.

Foto 21 – Ruínas de São Miguel das Missões (CARNEIRO Filho, 2012).

Um exemplo da dificuldade de diálogo entre brasileiros e seus vizinhos ocorreu em 2012, quando o governo gaúcho lançou o PDIF-RS (Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul), iniciativa que visa promover o desenvolvimento da faixa de fronteira e que busca uma maior aproximação com parceiros uruguaios e argentinos.

Apesar da boa vontade e cooperação demonstradas pelas autoridades do Uruguai, o mesmo não ocorreu do lado argentino. Além dos entraves impostos pelas legislações nacionais, que centralizam o poder de decisão em Brasília e Buenos Aires, as autoridades argentinas não se mostraram dispostas a dialogar, tendo deixado de comparecer às reuniões do PDIF-RS promovidas pelo governo do Rio Grande do Sul.

O setor turístico carece de iniciativas para ser impulsionado, tal como a elaboração de um guia contendo suas atrações e as datas em que elas ocorrem ao longo do ano, por exemplo. Existe uma necessidade urgente de se fazer uma publicação que reúna o conjunto das ruínas e dos roteiros existentes em Brasil, Argentina e Paraguai. Hoje, os países promovem o turismo de suas respectivas regiões missioneiras de forma desconectada, o que gera dificuldades ao turista que deseja conhecer as ruínas históricas dos três países. No caso argentino, o turismo

missioneiro possui uma forte interação com o turismo das Cataratas, o principal atrativo da província de Misiones. Nesse sentido, os turistas que chegam à Tríplice Fronteira via Puerto Iguazú possuem a opção de pacotes turísticos que também contemplam as ruínas jesuíticas localizadas em território argentino.

Além da falta de integração entre os países no âmbito do turismo missioneiro, a falta de investimento em infraestrutura configura um empecilho ainda maior ao desenvolvimento turístico nas fronteiras do MERCOSUL. A região missioneira é carente de pontes, rodovias e aeroportos, equipamentos fundamentais para o crescimento da atividade turística. A boa pavimentação e conservação das rodovias que levam às rotas missioneiras são fundamentais para o fortalecimento do turismo missioneiro. Em São Borja, por exemplo, não há acesso asfáltico para o interior do município, sendo necessária a conclusão da pavimentação da BR 472 até Garruchos (FECOMÉRCIO, 2011).

Outro entrave aos motoristas que cruzam a fronteira é a documentação exigida para que um automóvel de passeio de determinado país possa circular em outro (a Carta Verde). O documento é caro (35 reais por um período de 3 dias – a tarifa mínima) e não garante que o turista tenha uma viagem tranquila. São comuns os relatos de brasileiros e argentinos que, mesmo estando com a documentação em dia, foram abordados por policiais corruptos nas rodovias mercosulinas. A falta de confiança nas polícias dos países estrangeiros, sobretudo nos guardas paraguaios inibe a viagem de muitos turistas.

Além disso, o alto valor cobrado nas praças de pedágio gaúchas também constitui um fator inibidor do turismo estrangeiro. Na Ponte Internacional da Integração, entre São Borja e Santo Tomé-ARG, a tarifa do pedágio é fixada em dólar e custava US$ 11,69 em agosto de 2012, para automóveis de passeio. Contudo, o motorista brasileiro que cruza o rio Uruguai e adentra a Argentina nota prontamente que as rodovias do Rio Grande do Sul possuem pedágios muito mais caros do que os cobrados no país vizinho.

O transporte hidroviário também é um empecilho não apenas para o turismo, como para outros setores da economia da faixa de fronteira gaúcha, em especial para a fronteira com a Argentina, onde no estado só existem pontes em São Borja e Uruguaiana. O restrito horário de funcionamento das balsas que fazem o transporte entre Brasil e Argentina é um obstáculo que limita a atividade turística na fronteira

gaúcha. Um exemplo do gargalo é o horário de funcionamento das balsas no Porto Internacional de Porto Vera Cruz, onde elas operam de segunda a sexta-feira em travessias que ocorrem em apenas quatro horários ao longo do dia (CLIC RBS, 2011).

Nas demais cidades gêmeas situadas à margem do rio Uruguai, como Porto Mauá, onde a travessia de veículos e pessoas também é realizada por balsas os usuários apontam alguns problemas frequentes, como o impedimento do tráfego nos dias em que o nível das águas do rio Uruguai está elevado e os atrasos para o início do tráfego nas manhãs com neblina, sobretudo no inverno (DIETZ, 2008).

Nas aduanas de Porto Mauá e Alba Posse-ARG, cidades situadas na rota turística das Missões e ponto de fronteira com grande fluxo de pessoas e veículos devido às distâncias de Encarnación (160 quilômetros) e de Ciudad del Este (265 quilômetros), a deficiência do serviço de balsas acarreta congestionamentos e perda de tempo – na aduana de Porto Mauá os agentes relatam que ocorrem atrasos de até duas horas no início do funcionamento das balsas em virtude da neblina –, o que muitas vezes significa prejuízo aos motoristas.

Em relação ao transporte aéreo, a falta de aeroportos funcionando com rotas regulares é um entrave para setores como o turismo. Algumas demandas pela recuperação de pistas e abertura de aeroportos são antigas. Do lado brasileiro o único aeroporto da região das Missões com voos comerciais regulares é o do município de Santo Ângelo, todavia, as passagens são muito caras. Além do transporte aéreo, outras questões foram analisadas por Nogueira (2000), que elaborou um quadro com temas importantes que precisam ser trabalhados em prol do desenvolvimento do potencial turístico missioneiro.

Quadro 10 – Principais dificuldades no desenvolvimento do potencial turístico da região transfronteiriça das Missões.

a)	Carência de profissionais qualificados (apesar de existirem vários guias regionais, poucos são os que atuam efetivamente e têm plenas condições de dar bom atendimento aos turistas).
b)	Desconhecimento da história por parte da comunidade regional, o que gera a desvalorização do patrimônio e descrédito no turismo como propulsor do desenvolvimento.
c)	Distanciamento da região quanto a outros pontos turísticos e a ausência de uma maior diversidade de atrativos ou opções de lazer.
d)	Desconhecimento da Língua Portuguesa (na Argentina, no Paraguai e no Uruguai) e da Língua Espanhola (no Brasil).
e)	Precariedade de sinalização e pontos de informações turísticas.
f)	Falta de marketing turístico.
g)	Rivalidades políticas-partidárias, as vaidades pessoais e a competição entre os setores público e privado.
h)	Inexistência de um plano de desenvolvimento turístico integrado entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Fonte: Nogueira, 2000.

6.6 Novas pontes para articulação transfronteiriça e um parque trinacional

A área circunvizinha ao encontro dos rios Paraná e Iguaçu está abrangida em um projeto intitulado Projeto Iguassu-Aguas Grandes[35], que possui duas vertentes. A primeira consiste na construção de duas grandes pontes internacionais para unir de forma mais eficiente o território trinacional de Brasil, Argentina e Paraguai, de tal maneira que seus acessos conformem um Anel Viário Trinacional de caráter rodoferroviário (figura 5). A segunda vertente prevê a construção de um parque trinacional (figura 6) que conectará as regiões circunvizinhas aos marcos de fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai localizados no encontro dos rios Paraná e Iguaçu (RAFAGNIN, 2013).

O mencionado projeto foi encaminhado pelo governo do Paraguai e aprovado no Parlamento do MERCOSUL em março de 2010. Além disso, a Resolução 41/97 do Grupo Mercado Comum instituiu o “Polo Turístico Internacional do Iguassu”,

[35] O nome do Projeto Iguassu/Aguas Grandes é derivado do idioma guarani – “y” significa água e “guazu” significa grande. Buscou-se uma grafia neutra para o nome do projeto, que não remetesse ao português ou ao espanhol, por isso a ausência de acentos e os “ss” na palavra Iguassu.

reconhecendo a região trinacional entre os rios Iguaçu e Paraná como polo turístico do MERCOSUL.

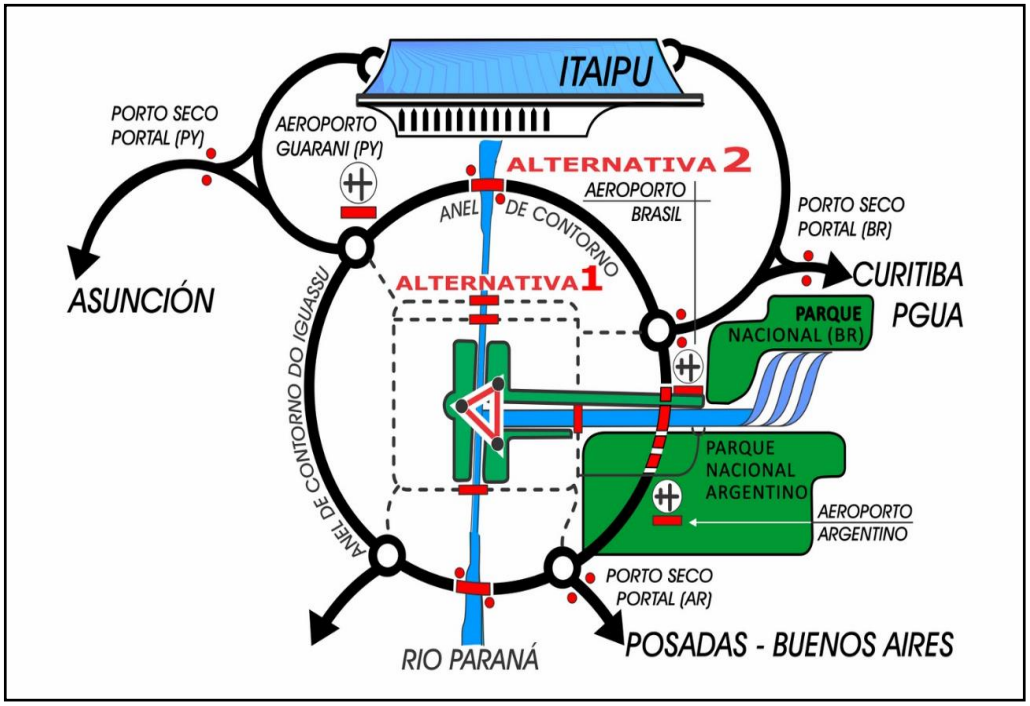


Figura 5 – Projeto do Anel Viário Trinacional. Fonte: PROJETO IGUASSU/AGUAS GRANDES, 2012.

Rafagnin (2013), um dos autores do Iguassu-Aguas Grandes, defende que o projeto pode ser realizado pelo poder público ou através de uma parceria público-privada. Para tanto, um tratado internacional entre os três países precisaria ser assinado. Segundo Rafagnin, zonas de fronteira como a Tríplice Fronteira BR-AR-PY devem ter o potencial melhor aproveitado, sendo necessária a criação de um marco lógico para a integração e desenvolvimento sustentável da região. É importante frisar que existe uma incompatibilidade entre o Projeto Iguassu-Aguas Grandes e a proposta de construção de uma nova ponte entre Brasil e Paraguai, que está inserida no PAC 2.

O Anel Viário Trinacional é um projeto de conexão rodoviária, que prevê a interligação dos aeroportos internacionais da Tríplice Fronteira Brasil- Argentina-Paraguai. Com um raio médio que irá de 15 a 30 quilômetros, a obra pretende cumprir ainda um importante papel na transposição do desnível da barragem de Itaipu e possibilitará uma conexão harmônica com a hidrovia Tietê-Paraná, ligando a região da Tríplice Fronteira por via fluvial com São Paulo e com a Hidrovia Paraná-

Paraguai, facilitando as comunicações entre a região e os países da Bacia do Prata (PROJETO IGUASSU/AGUAS GRANDES, 2012).

De acordo com Rafagnin (2013), entre os principais objetivos por trás do projeto está a transformação da Tríplice Fronteira em um grande entreposto aduaneiro intermodal do MERCOSUL e um dos principais centros de processamento de importação e exportação da América do Sul. O Anel Viário Trinacional, uma vez construído, simbolizará a aliança entre os Estados parte do MERCOSUL, na direção de uma integração regional de fato. Os recursos dos três países serão otimizados com a realização da obra, que constituirá um marco na política de integração fronteiriça do bloco (PROJETO IGUASSU/AGUAS GRANDES, 2012).

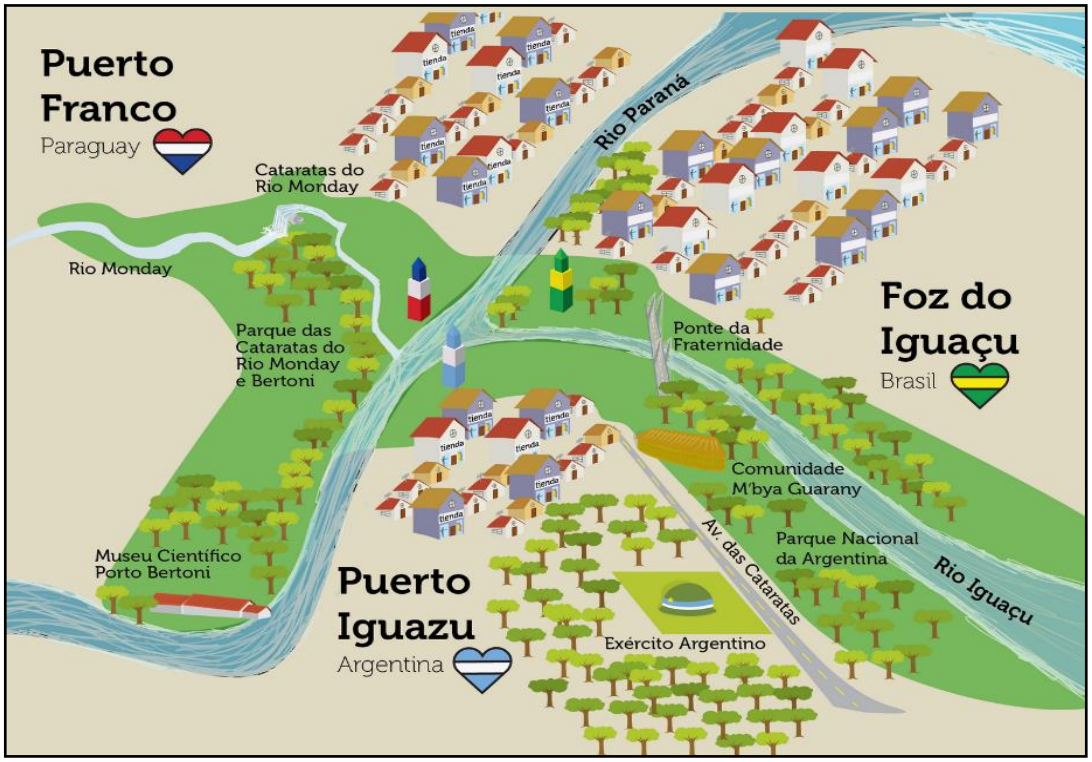


Figura 6 – Projeto do Grande Parque Iguassu Trinacional
Fonte: PROJETO IGUASSU/AGUAS GRANDES, 2012.

O Projeto Iguassu/Aguas Grandes prevê a constituição de três áreas de proteção ambiental, integradas por meio de um sistema de teleféricos que realizará o transporte dos visitantes. De acordo com o projeto, o novo parque será composto pelas áreas circunvizinhas aos três marcos de fronteira na confluência dos rios Iguaçu e Paraná e receberá o nome de “Grande Parque Iguassu Trinacional” (PROJETO IGUASSU/AGUAS GRANDES, 2012).

O parque dos três marcos também terá interligação com o Parque das Cataratas do Rio Monday e com o Museu Científico Moisés Bertoni, ambos localizados em território paraguaio. Dessa forma, o Paraguai estará inserido ao Circuito do MERCOSUL. A realização do projeto contribuirá ainda para a conservação de importantes remanescentes da Mata Atlântica localizados nos futuros parques paraguaios. A ideia central do projeto Iguassu/Aguas Grandes é transformar a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai em um “Grande Centro Cultural, Logístico e Turístico da América do Sul”, através da conservação da biodiversidade e da cultura autóctone, riquezas endógenas que podem potencializar o potencial turístico da região.

No decorrer do presente capítulo foi apresentada uma abordagem sobre o turismo na Tríplice Fronteira, onde foram analisadas as dinâmicas transfronteiriças e o potencial da região através de gráficos, tabelas, coremas e mapas. Também foram tratados os problemas decorrentes da ausência de uma política de desenvolvimento integrada, bem como dos projetos direcionados ao turismo na região. Em síntese, o conjunto de dados apresentados teve o intuito de atestar a hipótese de que os processos de transfronteirização sofrem influência dos atores econômicos do capital privado, que são determinantes na estruturação do território transfronteiriço. Procurou-se ainda comprovar que o papel dos atores institucionais (Estados nacionais) é determinante na forma-conteúdo da transfronteirização na Tríplice Fronteira.

7. OS EFEITOS *NEGATIVOS* DA TRANSFRONTEIRIZAÇÃO

O espaço fronteiriço se destaca pelo grau de permeabilidade que permite o fluxo constante tanto legal como ilegal de mercadorias e pessoas. Essa permeabilidade faz com que o habitante da fronteira conceba a organização de seu espaço em função de dois (ou três, no caso de uma tríplice fronteira) sistemas políticos-legais diferentes. O sistema legal, limitado pelo interesse coletivo, é pouco lucrativo, ao passo que o sistema ilegal é mais rentável, sendo invisível, mais flexível e adaptável às soluções individuais. Dessa situação decorre o contrabando, que é uma consequência da condição de fronteira econômica e uma forma de transfronteirização materializada por atores não governamentais de diferentes escalas.

O contrabando na Tríplice Fronteira, que vem sendo combatido pelas autoridades desde o período colonial, vem se firmando como um tipo especial de intercâmbio. Apesar de sempre ter sido considerado uma sonegação fiscal passível de punição, a atividade possui, para muitos habitantes da fronteira, um papel fundamental e indispensável nos negócios e no dia a dia desse espaço.

No decorrer do capítulo serão apresentados elementos no intuito de atestar a hipótese de que as diversas organizações criminosas que atuam na Tríplice Fronteira produzem efeitos negativos que são materializados nos diversos tipos de tráfico (armas, drogas e pessoas), na corrupção e no aumento da repressão estatal.

7.1 A transfronteirização através do crime (transfronteirização “viva”, cotidiana)

O espaço físico da fronteira está compreendido por uma superposição de elementos socioculturais e de intercâmbio econômico legal e ilegal (BETANCOR, 1995). A Tríplice Fronteira movimenta bilhões de dólares por ano legalmente, mas ao mesmo tempo é a principal porta de entrada de drogas no Brasil, constituindo ainda um foco de exploração sexual de crianças e adolescentes.

No que tange às atividades criminosas, outra realidade que também diz respeito à Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai é a da atividade financeira que se vale da condição de paraíso fiscal que possui o Paraguai. O que explica o fato de Ciudad del Este abrigar mais de uma dezena de bancos paraguaios e

estrangeiros que são usados por cidadãos brasileiros e argentinos para operações legais e ilegais como evasão fiscal e lavagem de dinheiro (MACHADO, 2005). A cidade é ainda sede de grupos de contrabandistas e traficantes.

O comércio e o consumo de drogas abrangem questões de ordem interna e externa. No âmbito do processo de integração sul-americano, o tráfico de entorpecentes se transforma em um mecanismo de integração paralela do continente. O crescimento da economia paralela nos espaços transfronteiriços se atrela à negligência dos poderes judiciário e executivo (PROCÓPIO, 2005).

Na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai as comunidades residentes, migrantes ou não, convivem em meio a uma situação de ambiguidade de duas lógicas territoriais. De um lado se deparam com um controle rígido das barreiras nas fronteiras internacionais, de outro fazem parte de múltiplas redes de solidariedade, trocas comerciais, políticas e culturais que possuem caráter transfronteiriço (SOUZA, 2009). Os habitantes de ambos os lados transcendem a fronteira e a incorporam em suas estratégias de vida (LIGRONE, 2006).

Na Tríplice Fronteira, como em muitas cidades e espaços fronteiriços existem pessoas que trabalham passando mercadorias para o outro lado, evitando os controles aduaneiros. Essas pessoas vivem de cruzar a fronteira. A estratégia histórica consiste em passar poucas mercadorias em cada viagem, distribuindo eventualmente a mercadoria com outro passador.

Para Grimson (2005) esses “passadores” são a peça chave de uma rede transfronteiriça de grande complexidade que em seus extremos, começa e termina nas grandes cidades dos países fronteiriços e em algumas cidades globais. Essa rede envolve vendedores ambulantes, comércios importantes e funcionários do Estado que possuem interesses sobre a fronteira que se contrapõem aos interesses dos comerciantes comuns, na medida em que necessitam de uma fronteira flexível e pouco controlada.

Paralelamente aos mercados informais e baseado sobre as mesmas áreas – centros comerciais de Ciudad del Este e de Foz do Iguaçu, em menor medida – as redes de contrabando de material eletrônico e do tráfico de drogas se desenvolvem. O nível de atividade desses circuitos econômicos é difícil de definir. A grande atividade imobiliária destinada às atividades comerciais em Ciudad del Este pode dar uma ideia da importância do setor.

A questão econômica é um elemento fundamental que explica o estabelecimento ou criação de uma organização criminosa em uma determinada região. Na qualidade de integrante mais vulnerável da Tríplice Fronteira, a estrutura de poder das organizações criminosas tenderia a se expandir para o lado paraguaio (COSTA, 2012).

As redes de organizações criminosas que operam na Tríplice Fronteira são compostas por membros de diferentes grupos étnicos. Em Ciudad del Este um grupo — entre cinquenta e sessenta indivíduos (dados de 1998), jovens e truculentos, originários da província de Kwang-tung, no sul da China — criou um novo foco de banditismo na região. Identificado com a alcunha de “máfia chinesa”, o grupo loteou determinados tipos de importação e passou a coordenar a distribuição de produtos falsificados. Fatos que, apesar do conhecimento público, não são comentados pelas autoridades policiais paraguaias.

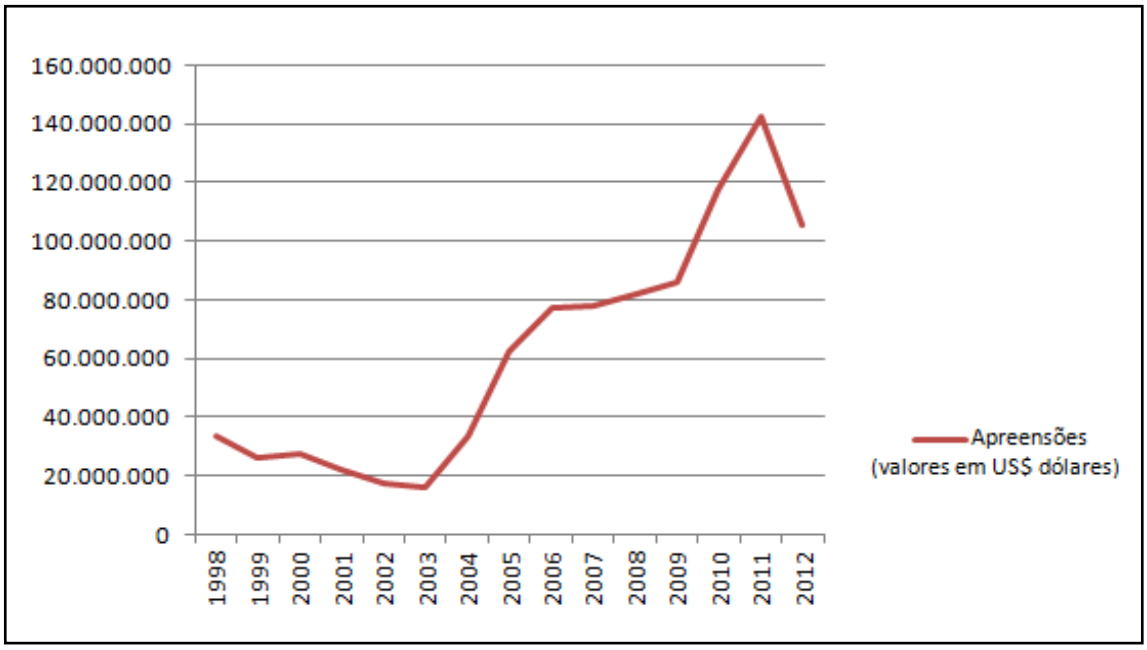
> [...] só as autoridades paraguaias insistem em negar a existência da organização. "Aqui há criminosos como em toda parte", ameniza Carlos Barreto Sarubbi, governador do Departamento de Alto Paraná. A polícia paraguaia tem a mesma visão rasa do lugar. "O maior problema é o trânsito caótico em Ciudad del Este", desconversa o chefe de polícia, comissário Abrahán Acuña Lugo (IACOMINI, 1998, p.1).

O histórico de apreensões da Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu dá a dimensão do enorme volume de contrabando que atravessa a Tríplice Fronteira (gráfico 18). Os criminosos contam com diversas estratégias para burlar o controle da Receita Federal e da Polícia Federal do Brasil. Na Ponte da Amizade é comum os contrabandistas atirarem mercadorias ou descê-las até a margem do rio Paraná fazendo o uso de cordas. Para tanto, durante a noite, os contrabandistas fazem buracos nas grades de ferro que cercam a ponte com a utilização de maçaricos.

O controle na Ponte da Amizade é dificultado em virtude do intenso movimento. Além disso, ainda existem rotas paralelas que cruzam o rio Paraná e seguem pela mata por caminhos abertos por pessoas ligadas ao contrabando. Por essas trilhas clandestinas transita uma grande quantidade de pessoas que trabalham no carregamento das mercadorias contrabandeadas. Em maio de 2010, a Polícia Federal havia identificado quatorze portos clandestinos em Foz do Iguaçu, por onde entrava o contrabando proveniente do Paraguai. Os portos mais próximos da Ponte da Amizade chegavam a ter até duzentas pessoas trabalhando como carregadores. Os contrabandistas também contam com a colaboração de moradores

de casas nas margens do rio Paraná, que cobram pela passagem das mercadorias contrabandeadas por dentro de seus terrenos (BAND, 2010).

Gráfico 18 – Histórico das apreensões da DRF de Foz do Iguaçu.



Fonte: Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu, 2013.

A atividade dos passadores é prevista pela legislação brasileira e enquadrada como crime (conduta típica, ilícita e culpável). O Código Penal Brasileiro estipula como contrabando: Art. 334 - Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Código Penal Brasileiro).

A pena prevista para o crime é de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. No entanto, a atividade dos passadores também pode ser qualificada como crime de descaminho, que é o ato de importar ou exportar mercadorias permitidas sem o devido respeito à legislação tributária, com o intuito de lesar o fisco. O descaminho possui característica eminentemente tributária, pela falta do recolhimento, enquanto o contrabando possui fulcro penal.

Na Tríplice Fronteira, o contrabando e o descaminho fazem parte do cenário cotidiano de um território marcado por processos de transfronteirização. Além de possuir fortes vínculos com redes internacionais de comércio (legais e ilegais) a região tem a economia aquecida com o fluxo turístico em uma região onde circulam cinco moedas – o real, o peso, o guarani, o dólar e o euro.

O dinheiro movimentado por Ciudad del Este é vital para a economia do Paraguai. Pinheiro-Machado (2011), com base em dados da Receita Federal do Brasil, revela a dimensão do contrabando na economia paraguaia. Assim, “somente o que sai do Paraguai e entra no Brasil em mercadorias corresponde a um valor que pode alcançar até 50% do PIB paraguaio” (PINHEIRO-MACHADO, 2011, p. 128). De acordo com o FMI, em 2012 o PIB paraguaio era de 40,7 bilhões de dólares, o que significa que o fluxo de mercadorias importadas do Paraguai para o Brasil movimenta mais de U$ 20 bilhões.

Na maioria dos países diretamente afetados pelo narcotráfico, a vinculação entre o tráfico de drogas e atividades ilegais – roubo de carros, tráfico de armas, contrabando, desvio de cargas, lavagem de dinheiro e corrupção – são uma realidade. (PROCÓPIO, 2005). Na Tríplice Fronteira, a facilidade de obtenção de armas e drogas potencializa o contrabando. As redes aeroportuária, portuária e viária são utilizadas por organizações criminosas que executam os três tipos de tráfico que mais geram lucratividade no mundo: armas, drogas e pessoas. O dinheiro obtido através de atividades criminosas é “lavado” pelas quadrilhas que atuam na Tríplice Fronteira no comércio de Ciudad del Este.

No esquema de lavagem de dinheiro as organizações criminosas também efetuam o contrabando de soja brasileira para o Paraguai, sem pagar o imposto no Brasil. De lá, a soja é maquilada como soja estrangeira e embarcada de volta para os portos brasileiros, com uma grande margem de lucro. Além da soja, caminhões a serviço de organizações criminosas, provenientes do Paraguai, transportam drogas e armas para dentro do território brasileiro em um esquema explicado por Machado:

> “Os caminhões atravessam a fronteira, pegam drogas e voltam. Se a Polícia Federal checar as fazendas compradas por brasileiros no Paraguai e na Bolívia, verá que boa parte delas faz lavagem de dinheiro. Os caminhões entram no Brasil trazendo cocaína, com notas que dizem que aquilo é soja” (MACHADO, 2001).

Na última década, as apreensões da Polícia Federal de Foz do Iguaçu têm demonstrado o crescimento do tráfico de drogas como a cocaína e o crack e mais recentemente, de drogas sintéticas na Tríplice Fronteira (tabela 7). Por sua vez, a maconha passou a ter uma menor importância no *ranking* das drogas que entram no território brasileiro via Foz do Iguaçu.

Tabela 7 – Histórico de apreensões da Polícia Federal de Foz do Iguaçu.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU - PR

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
APREENSÕES DE ENTORPECENTES											
Maconha (g)	12.766.762	11.959.409	9.030.665	27.692.437	27.353.975	21.253.573	25.108.815	15.299.368	56.611.472	33.179.900	13.729
Cocaína (g)	30.235	43.929	14.758	12.346	80.640	84.907	37.348	158.483	290.472	205.604	429.530
Crack (g)	85	5.575	25.774	3.815	17.936	29.025	60.820	109.130	203.247	598.471	539.787
Haxixe (g)						0	0	23.127	14.418	69.707	59.210
Ecstasy (un)						0	0	0	0	4.900	5.622
LSD (pontos)						0	0	0	0	0	3.835
Pasta base (g)						0	0	8.900	7.000	0	0
Lança Perfume (un)	3.747	1.471	7.728	3.573	102	1.355	567	3.067	4.350	6.632	1.902
APREENSÕES DE ARMAS E MUNIÇÕES											
Pistolas						19	42	21	48	16	50
Revólver						19	12	16	26	17	17
Fuzis						1	1	3	9	2	4
Espingardas/Garruchas						3	14	9	15	9	13
Munições						14.007	9.638	14.111	33.346	15.251	7.007

Obs: Os campos vazios representam os dados que nós não possuímos.

Fonte: Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, 2013.

Além da atuação do tráfico internacional na Tríplice Fronteira, a paisagem da região é marcada pelo contrabando formiga. Muitos brasileiros que vivem em Foz do Iguaçu tiram seu sustento e mantém suas famílias atuando como “sacoleiros” e “laranjas”. Eles são tratados como contraventores pelas autoridades policiais do Brasil e constantemente são alvos da fiscalização da prefeitura de Foz do Iguaçu no que tange aos espaços por eles ocupados. São ainda freqüentemente impedidos de exercer o comércio ambulante e muitas vezes têm suas mercadorias apreendidas pela Receita Federal e pela Polícia Federal (PONTES, 2009).

Todavia, a repressão efetuada pelas autoridades brasileiras resulta na desestabilização de um sistema que, apesar de ser baseado em práticas ilegais, funcionou por muitos anos de forma coerente e estruturada. As cidades fronteiriças da região da Tríplice Fronteira dependeram por muitos anos do comércio de Ciudad del Este. Esse comércio sustentou uma gigantesca cadeia de trabalhadores não apenas informais como formais. Grande parte dos postos de trabalho em hotéis, restaurantes, lojas, salões de beleza e empresas de transporte da região foi criada pelo enorme fluxo de sacoleiros de outros tempos. Fluxo que começou a sofrer restrições por medidas do governo brasileiro de combate ao contrabando, como o decreto de 2003.

> No final de 2003, o governo federal decretou que todos os ônibus que fossem pegos com contrabando seriam apreendidos e multados. Isso se constituiu um golpe quase fatal para os sacoleiros... As excursões para o Paraguai começaram a reduzir consideravelmente desde então (PINHEIRO-MACHADO, 2011).

O aumento da fiscalização por parte dos agentes da Receita Federal e da Polícia Federal do Brasil, desacompanhado de uma política de geração de empregos, é responsável por problemas como o desemprego e o aumento da violência. São frequentes os assaltos a ônibus com destino ou provenientes de Foz do Iguaçu, alguns dos quais são efetuados por ex-sacoleiros que perderam o trabalho por conta da repressão oficial.

A quantidade de pessoas que ganha a vida com o turismo dos sacoleiros em Ciudad del Este é muito expressiva. De acordo com informações do Congresso Nacional brasileiro, em 2005, cerca de 10 mil brasileiros atravessavam diariamente a fronteira para trabalhar no comércio paraguaio. Além disso, milhares de brasileiros desprovidos de documentos trabalham em Ciudad del Este (BRASIL, 2005 g).

Ciente da situação o governo brasileiro abriu uma exceção e criasse uma lei para minorar o problema do desemprego gerado em decorrência do combate ao contrabando. A lei 11.898/09, mais conhecida por “lei dos sacoleiros” criou o Regime Tributário Único (RTU), em que a mercadoria entra no país pagando alíquota única de 25%, percentual correspondente aos tributos federais, além do ICMS do estado onde o comerciante está registrado. As importações têm o limite máximo anual de R$ 110 mil, com limites trimestrais de R$ 18 mil para o primeiro e o segundo trimestres, e de R$ 37 mil para os dois últimos trimestres.

Os limites e cotas estipulados pelas autoridades brasileiras dão vida a outro tipo de crime muito comum na área da Ponte da Amizade é a falsificação de documentos. Tendo em vista o limite de compras de 300 dólares a cada 30 dias, por pessoa[36], muitos atravessadores de mercadorias (conhecidos como laranjas) se valem dessa estratégia, como atesta Pinheiro-Machado (2011): “alguns (laranjas) que eu conhecia chegavam a ter cerca de 10 carteiras de identidade para mostrar na Receita Federal”.

De acordo com o secretário da Receita Federal, Otacílio Cartaxo, nas semanas que antecedem o réveillon há um aumento do contrabando de mercadorias

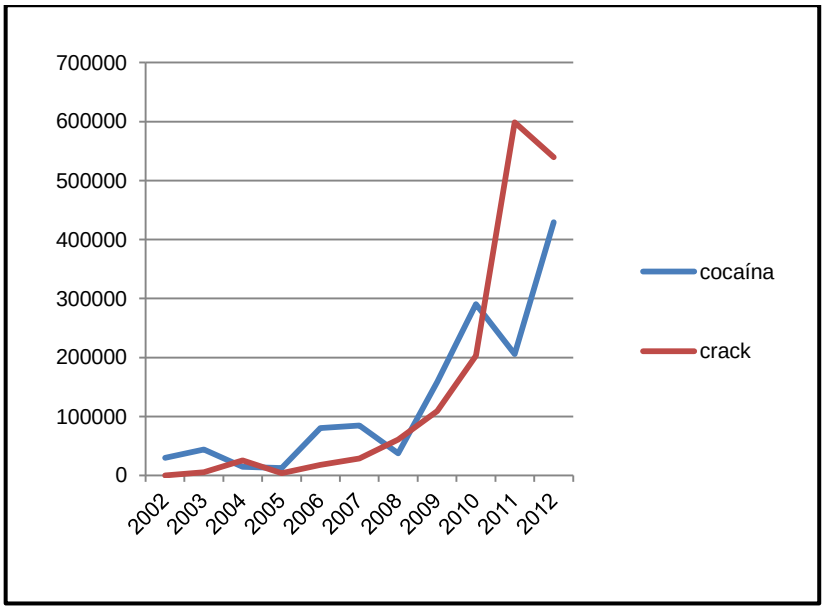
[36] De acordo com determinação da Receita Federal brasileira, caso o turista compre mais do que o limite de isenção, ele vai pagar 50% do valor excedente em imposto.

para o Brasil, inclusive de armamentos e drogas. Em 2009, segundo as autoridades da Receita Federal brasileira 40% do total de mercadorias contrabandeadas entravam no país via Foz do Iguaçu (JORNAL DO COMÉRCIO, 2009).

Não obstante, o trânsito de mercadorias que atravessa diariamente a Ponte da Amizade acaba encobrindo o tráfico de pessoas e o livre trânsito de menores entre os três países, com maior freqüência entre Brasil e Paraguai. A situação dos menores é muito vulnerável, como exposto nas palavras da promotora do Ministério Público do Paraguai, Teresa Martinez Acosta: “Expostas a todo tipo de crime, as crianças começam vendendo produtos no trânsito, então passam a transportar muamba e logo são levadas ao tráfico de drogas” (FIRMEZA, 2007).

Nos últimos anos, o comércio da região vem atravessando uma crise que acarretou a demissão de 1.900 pessoas entre junho de 2012 e junho de 2013 no comércio de Ciudad del Este (PORTAL GUAÍRA, 2013). O momento ruim do comércio faz com que não apenas as crianças, como toda a população local, encontre uma maior dificuldade para ganhar o sustento e passe a buscar outras atividades econômicas como meio de sobrevivência. Um cenário que favorece o aumento da criminalidade, em especial o tráfico de drogas (sobretudo o crack e a cocaína – gráfico 19) e armas, o roubo e o furto de veículos, a exploração de seres humanos, etc.

Gráfico 19 – Apreensões de cocaína e crack pela PF Foz do Iguaçu: 2002-2012.



Fonte: Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, 2013.

Tabelas 8 e 9 – Histórico das apreensões da DRF Foz do Iguaçu.

Tabela 8	Quantidade											
Veículo/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Automóvel	92	47	34	27	48	612	2318	2.580	1.991	1.817	2.307	1.070
Caminhão	10	3	0	0	1	36	89	130	96	130	158	60
Ônibus	12	7	7	46	386	641	516	288	229	197	224	93
Motocicleta	10	4	4	17	18	23	62	119	123	102	257	49
Caminhonete	79	32	9	0	3	29	111	67	168	206	245	113
Cavalo Mecânico	0	3	0	2	31	7	30	35	51	64	72	18
Carreta (s.reboque)	0	3	0	3	32	16	28	42	53	76	76	19
Kombi						65	100	153	145	130	123	38
Microonibus e Vans							57	79	73	61	57	21
Furgão							19	35	45	63	160	83
Utilitário							9	14	34	19	28	11
Barco								69	61	110	77	38
Outros	0	1	0	41	26	37	43	3	6	9	17	4
TOTAL	***203***	***100***	***54***	***136***	***545***	***1466***	***3382***	***3614***	***3075***	***2984***	***3801***	***1617***

Tabela 9	Quantidade											
Merc./Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Lança Perfume (frasco)	3.834	1.720	631	611	2.030	2.038	24	85	311	1.497	3.127	8.846
Maconha (kg)	1.209,43	1.044	997,56	314,04	2.171,68	4.195,65	2.971,65	1.622,91	1.263,14	2.720,24	2.576,20	451,77
Cocaína (kg)	17,45	0,00	20,05	19,93	19,47	0,00	4,34	18,41	4,76	12,29	47,54	3,40
Haxixe (kg)	0,22	0,78	0,67	0,00	0,01	0,18	0,00	0,03	6,84	5,23	5,20	0,00
Crack (kg)	3,91	0,00	0,65	0,00	23,02	3,90	4,67	29,03	25,73	52,09	95,14	13,97
Anestésico (kg)										180,70	188,79	705,10
Psta Base Cocaína (kg)										8,78	70,00	0,00
Armas	0	2	0	0	0	3	3	0	4	3	24	7
Munições (un)	0	13	1.172	2.777	1.664	3.785	9.086	11.903	5.891	1.792	18.494	17.399

Fonte: DRF – Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu, 2013.

Os números de apreensões de *crack* e cocaína pela Polícia Federal de Foz do Iguaçu comprovam o aumento do tráfico de drogas na fronteira do Brasil com o Paraguai, uma das principais portas de entrada de entorpecentes no país. O aumento das apreensões (gráfico 19) está diretamente relacionado ao crescimento do consumo de cocaína e *crack*, previstos por Procópio (2005):

> No país campeão mundial da má distribuição de renda, o narcotráfico prosperou e avança devido à falta de estratégias adequadas para fazer face à agilidade e à destreza dos contraventores. O número dos usuários de cocaína (e crack) é tamanho no Brasil que, dentro de pouco tempo, do segundo lugar ocuparemos o primeiro no consumo mundial (PROCÓPIO, 2005, p. 300).

O tráfico de drogas e o roubo de automóveis estão entre as principais atividades de organizações criminosas que atuam na Tríplice Fronteira (tabelas 8 e 9). O pequeno número de apreensões de armas pela Receita Federal em Foz do Iguaçu demonstra que essas adentram o país por outros itinerários.

7.2 A corrupção além fronteiras

O grande volume de dinheiro gerado pelo crime organizado em todo o mundo precisa ser legitimado nos sistemas bancários e empresariais internacionais. A fronteira, na ótica das organizações criminosas não é considerada como delimitador de suas atividades.

Na Tríplice Fronteira, a atividade de organizações criminosas conta com a conivência do Estado paraguaio que acaba por reduzir sua força de atuação, proporcionando mais poder às mencionadas organizações (COSTA, 2012). Além do mau funcionamento das instituições e órgãos da sociedade civil, o aparelho estatal paraguaio sofre enormemente com as mazelas causadas pela corrupção. De acordo com Béliveau (2011), assim como o próprio Brasil, o Paraguai padece da falta de confiança e credibilidade para com a classe política. As representações sobre a corrupção são atribuídas a porções estendidas da sociedade, embora se manifestem com particular força na esfera da política.

Ao longo de seu governo o ditador Alfredo Stroessner elevou a corrupção à categoria de “preço da paz” (compra de lealdades), chegando a repercutir negativamente a nefasta prática na institucionalidade da República, assim como na

cultura de uma sociedade permissiva, capaz de renunciar a seus princípios em troca de vantagens ilegais. A saída do ditador do poder e a entrada em vigor de um sistema de liberdades públicas não significaram o fim da corrupção. Ela permaneceu instalada na burocracia estatal e se multiplicou durante a transição através dos canais reconstruídos pela "partidocracia" (BRITEZ; CABALLERO, 2010).

Escândalos de corrupção foram colecionados pelos governos que sucederam Stroessner – Wasmosy, Cubas Grau, Macchi e Frutos –, tendo sido amplamente divulgados pelos meios de comunicação. Escândalos como o BMW roubado em São Paulo, que era usado pelo então presidente Macchi (WAGNER, 2003).

Até mesmo o ex-bispo Fernando Lugo enquanto foi presidente também sucumbiu à corrupção, com diversos membros de seu governo tendo sido denunciados pela imprensa por envolvimento em escândalos de superfaturamento na compra de propriedades (BRITEZ; CABALLERO, 2010).

> El slogan "este gobierno no roba" tropezó muy pronto con la realidad, cuando Petropar trató de ser diferente a las administraciones coloradas y a los pocos meses descubrió que era peor, o cuando la prensa descubrió que varios organismos del estado estaban tratando de comprar propiedades, eludiendo los sistemas de control para buscar sobrefacturaciones […] (BRITEZ; CABALLERO, 2010, p. 73)[37].

A falta de credibilidade das autoridades paraguaias constitui um entrave no combate às atividades criminosas da Tríplice Fronteira. Um documento confidencial da Embaixada dos Estados Unidos em Assunção publicado pelo site *WikiLeaks* revela que, apesar de trabalharem em conjunto, brasileiros não confiam nas autoridades paraguaias na hora de repassar dados sigilosos sobre o combate à criminalidade na Tríplice Fronteira. De acordo com o documento[38]: "O Brasil já compartilhou informações com o Paraguai em alguns casos, e as informações foram comprometidas" (AGÊNCIA PÚBLICA, 2011).

O texto foi escrito por diplomatas estadunidenses após uma reunião com conselheiros políticos da Embaixada do Brasil no Paraguai, em 2005, sobre os

---

[37] Tradução: O slogan "esse governo não rouba" tropeçou muito rápido na realidade, quando a Petropar afirmava ser diferente das administrações coloradas e em poucos meses descobriu-se que era pior, ou quando a imprensa descobriu que vários membros do governo estavam comprando propriedades e iludindo os sistemas de controle para conseguir superfaturamentos.

[38] Documento traduzido e publicado, disponível em http://apublica.org/2011/06/wikileaks-brasileiros-reclamam-da-atuacao-do-paraguai-no-combate-ao-crime-internacional/.

esforços de Brasil e Estados Unidos no combate às atividades criminosas transnacionais que acontecem na região da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai (AGÊNCIA PÚBLICA, 2011). A corrupção facilita as atividades de organizações criminosas que ainda se valem do grande percentual de população pobre do país, que é utilizada por elas como mão de obra.

Apesar do programa de ajuda aos mais pobres implantado pelo ex-presidente Fernando Lugo, as fortes desigualdades sociais do país persistem. Os 40% mais pobres recebem 12% da renda, enquanto os 10% mais ricos recebem 40%. Um fenômeno agravado pelo êxodo rural causado pela cultura extensiva da soja e pela concentração fundiária. Hoje 2,6% dos proprietários controlam 85% das terras do país. Aproximadamente 60% dos camponeses são condenados a viver nas periferias das cidades em condição de extrema pobreza (LE MONDE, 2011).

Projeções acerca dos próximos anos do Paraguai apontam que a situação social do país não deverá a mudar. De acordo com os últimos dados do PNUD de 2008, 41,7% da população do país é infantil e adolescente (0 a 17 anos), sendo que grande parte desse contingente é trabalhadora (tabela 10).

Tabela 10 – População paraguaia infantil e adolescente trabalhadora.

POPULAÇÃO DE 5 A 17 ANOS (POR SEXO)	PERCENTUAL QUE TRABALHA
Feminina	60,30%
Masculina	46,20%
Feminina e Masculina (média)	53%

Fonte: PNUD, 2008.

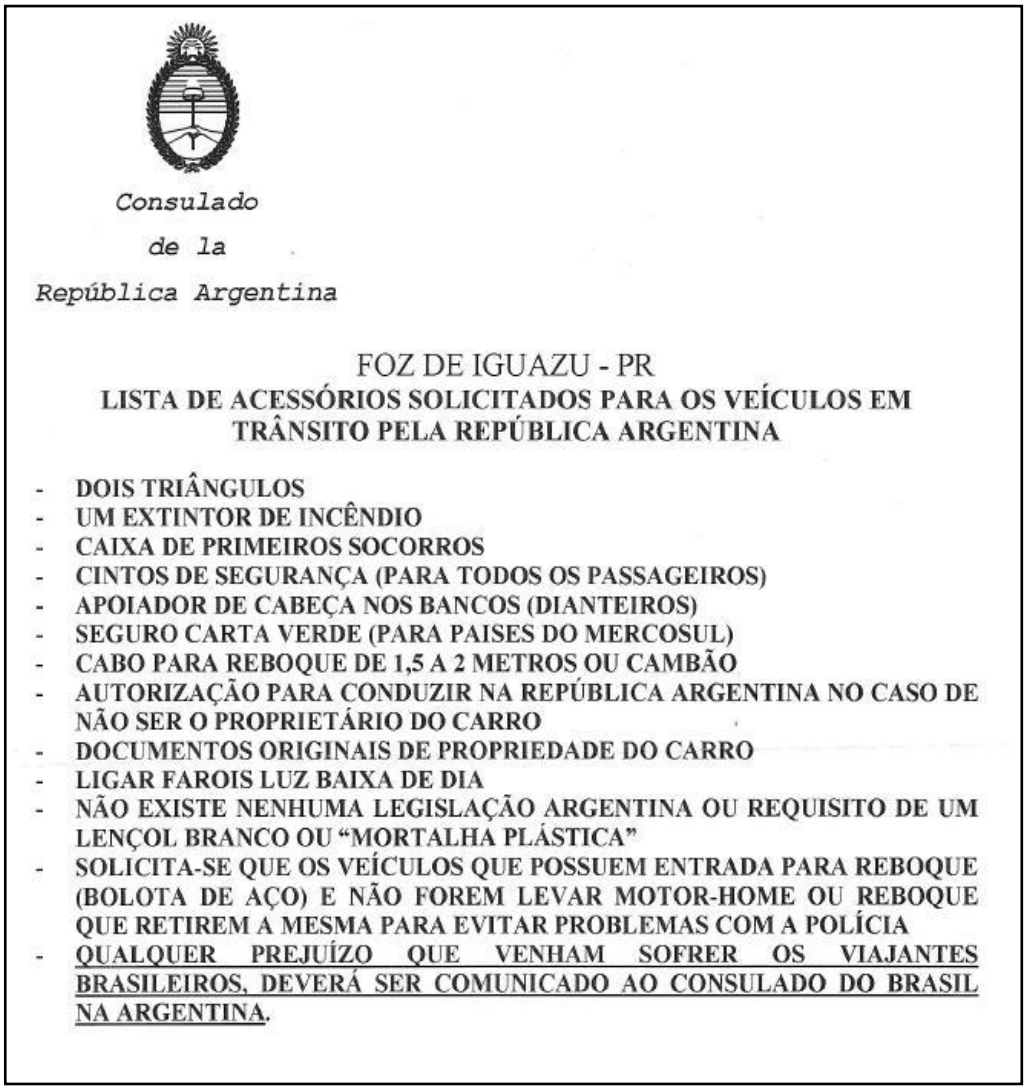
Fechando o círculo vicioso, 50,3% dos meninos e meninas trabalhadores afirmam não frequentar a escola, restando em xeque seu desenvolvimento pessoal e suas oportunidades futuras, reproduzindo assim a realidade adulta que os levou a trabalhar (BRITES; CABALLERO, 2010).

7.3 A polícia de trânsito

Um tema muito em voga na região da Tríplice Fronteira e que influencia negativamente o setor turístico da região é o comportamento de alguns membros das polícias dos três países, que mancham a imagem de suas corporações e disseminam e reforçam o estereótipo do policial corrupto que se vale de sua

autoridade para tomar dinheiro dos estrangeiros que transitam pela região, em especial os que viajam em carros particulares.

O problema chegou a tal ponto que um cartaz foi elaborado pela chancelaria argentina (figura 7) no sentido de alertar os turistas brasileiros que adentrarem aquele país em veículos particulares sobre algumas peculiaridades da legislação de trânsito da Argentina.



Consulado
de la
República Argentina

FOZ DE IGUAZU - PR

LISTA DE ACESSÓRIOS SOLICITADOS PARA OS VEÍCULOS EM TRÂNSITO PELA REPÚBLICA ARGENTINA

- DOIS TRIÂNGULOS
- UM EXTINTOR DE INCÊNDIO
- CAIXA DE PRIMEIROS SOCORROS
- CINTOS DE SEGURANÇA (PARA TODOS OS PASSAGEIROS)
- APOIADOR DE CABEÇA NOS BANCOS (DIANTEIROS)
- SEGURO CARTA VERDE (PARA PAISES DO MERCOSUL)
- CABO PARA REBOQUE DE 1,5 A 2 METROS OU CAMBÃO
- AUTORIZAÇÃO PARA CONDUZIR NA REPÚBLICA ARGENTINA NO CASO DE NÃO SER O PROPRIETÁRIO DO CARRO
- DOCUMENTOS ORIGINAIS DE PROPRIEDADE DO CARRO
- LIGAR FAROIS LUZ BAIXA DE DIA
- NÃO EXISTE NENHUMA LEGISLAÇÃO ARGENTINA OU REQUISITO DE UM LENÇOL BRANCO OU "MORTALHA PLÁSTICA"
- SOLICITA-SE QUE OS VEÍCULOS QUE POSSUEM ENTRADA PARA REBOQUE (BOLOTA DE AÇO) E NÃO FOREM LEVAR MOTOR-HOME OU REBOQUE QUE RETIREM A MESMA PARA EVITAR PROBLEMAS COM A POLÍCIA
- QUALQUER PREJUÍZO QUE VENHAM SOFRER OS VIAJANTES BRASILEIROS, DEVERÁ SER COMUNICADO AO CONSULADO DO BRASIL NA ARGENTINA.

Figura 7 – Informe aos motoristas brasileiros

Fonte: Consulado Argentino em Foz do Iguaçu, 2013.

A atitude foi tomada em virtude dos recorrentes relatos de motoristas brasileiros que são parados na *Ruta* 14, sobretudo na província de Entre Ríos, – não se sabe ao certo se por maus policiais ou por bandidos que se passam por policiais – e têm seus documentos e veículos retidos até que efetuem o pagamento de

propina aos guardas (MARTINEZ, 2013). Esses últimos, ao aborarem os motoristas alegam que seus veículos não estão de acordo com a legislação de trânsito argentina, que exigiria uma “mortalha plástica” para cobrir corpos em eventuais acidentes – uma alegação absolutamente falsa, haja vista que essa exigência não consta no código de trânsito argentino (figura 7).

A polícia paraguaia possui uma reputação ainda pior do que a argentina. Na Tríplice Fronteira são inúmeros os relatos de motoristas brasileiros que são parados pela polícia paraguaia e têm seus documentos apreendidos até que paguem propina. Corroborando com essa afirmação, no ano de 2005, em uma pesquisa realizada pela Transparência Paraguai (TP) e pela empresa First de Análise e Estudos, a Direção Nacional de Aduanas e a Polícia Nacional foram apontadas pela população paraguaia como as instituições mais corruptas do país (ADITAL, 2005).

7.4 O contrabando de cigarros

O contrabando de cigarros provenientes do Paraguai é uma atividade que movimenta muito dinheiro na Tríplice Fronteira. O país produz 65 bilhões de cigarros ao ano. Desse total, mais de 90% (cerca de 60 bilhões de unidades) são destinadas ao mercado negro brasileiro através do contrabando. Só com impostos o Brasil perde aproximadamente 4 bilhões de reais por ano (G1, 2011).

Todavia, a atividade é altamente lucrativa aos contrabandistas, tendo em vista que o imposto do cigarro no Brasil gira entre 70% e 80%, enquanto no Paraguai não há imposto. O fato explica as constantes apreensões de carros e mesmo ônibus inteiros carregados de cigarros, que são realizadas pela Polícia Federal do Brasil.

A indústria de cigarros do Departamento do Alto Paraná encontra-se em uma zona cinzenta entre o legal e o ilegal. A matéria prima (papel, tabaco picado e filtro) usada nas fábricas paraguaias vem do Brasil, é processada em território paraguaio e de lá segue para o mercado brasileiro (BÉLIVEAU, 2011).

> [...] de Hernandarias, cidade vizinha a Ciudad del Este, que sai a maior parte do cigarro que abastece o mercado clandestino brasileiro. Só no local foram construídas, nos últimos anos, 15 fábricas de cigarro. Para ter uma noção do tamanho só mesmo de helicóptero. O que já foi fábrica de fundo de quintal, hoje ocupa quarteirões inteiros (G1, 2011).

A maior parte do contrabando é atravessada por barcas que cruzam o rio Paraná. As quadrilhas atuam em parceria dos dois lados do rio. O cigarro é carregado de um lado e descarregado do outro, seguindo do estado do Paraná para todos os cantos do Brasil, tanto em automóveis como em ônibus e caminhões.

É possível dizer que o contrabando vem aumentado a cada ano, uma vez que as apreensões têm batido recordes, de acordo com o subsecretário de Aduanas da Receita Federal Ernani Checcucci: “só de cigarro foram recolhidos 52 milhões de maços de janeiro a abril de 2011 e tudo vai para o triturador, mas a oferta livre e solta mostra que o contrabando virou um câncer nas fronteiras brasileiras” (G1, 2011).

As autoridades brasileiras já têm conhecimento das “feiras do cigarro” em Pedro Juan Caballero e em Ciudad del Leste, onde transportadoras atuam camuflando caixas do produto para o contrabando. A maior ou menor facilidade para atravessar o produto para o Brasil regula o preço do cigarro contrabandeado no “atacado do crime”. Um ponto importante a salientar é que por onde passa o cigarro também pode passar outro tipo de mercadoria, inclusive armas e drogas. Ilícitos como o contrabando de cigarros geram o aumento da criminalidade.

7.5 O comércio de carros roubados

No final da década de 1970, o governo argentino efetuou um censo na província de Misiones e descobriu que havia dez brasileiros para cada três argentinos. A reação de Buenos Aires foi a expulsão de centenas de agricultores brasileiros. Muitos destes passaram a adotar como estratégia morar do lado brasileiro e plantar do lado argentino. Com o passar do tempo uma parcela dos brasentinos passou a diversificar suas atividades na Argentina, como explica Wagner: “[...] uma parte deles acabou se incorporando às quadrilhas que fazem a conexão entre os bandidos paraguaios de Ciudad del Este e os quadrilheiros brasileiros, principalmente gaúchos” (WAGNER, 2003, p. 30).

Os brasentinos possuem um importante papel no crime organizado do sul do Brasil, pois além de efetuar o contrabando de produtos de informática, fazem o transporte de carros roubados ou furtados do Brasil para o Paraguai através de rodovias da província de Misiones (WAGNER, 2003).

O contrabando de veículos há tempos faz parte do quotidiano dos habitantes da Tríplice Fronteira. É grande o fluxo de veículos furtados e roubados fora e dentro da região de Foz do Iguaçu que têm como destino o território paraguaio.

Segundo a polícia paraguaia, 70% dos carros que circulavam no país em 2005 haviam sido roubados ou furtados em países vizinhos (DREYFUS, 2005). De acordo com Marcos Pierre, chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização (NPF) de Foz do Iguaçu, os veículos são levados para o Paraguai porque lá é feita a transferência de automóveis usados sem problemas. Segundo Pierre, grande parte das apreensões de veículos furtados e roubados feitas pela polícia ocorre na Ponte da Amizade (G1, 2010). O policial alerta para o uso de menores na prática dos crimes: “Normalmente, são menores do Paraguai que tentam passar (os carros) pela ponte. Isso acontece porque sabem que, se forem pegos pela polícia, não há muito que se fazer” (G1, 2010).

Nos seis primeiros meses de 2012, apenas na cidade de Foz do Iguaçu foram registrados mais de 400 veículos furtados e roubados. A maioria dos veículos subtraídos (tabela 11) teve como destino o território paraguaio. A situação é tão grave que ultimamente os furtos e roubos vêm ocorrendo em qualquer local e a qualquer hora do dia (GLOBO, 2012).

Tendo em vista essa situação, os representantes do sindicato das seguradoras do Paraná afirmaram que a perda do setor aumentou muito desde o início de 2012 e que por isso os preços dos seguros de veículos tiveram uma alta de 25% a 30% (GLOBO, 2012).

Tabela 11 – Veículos roubados e furtados em Foz do Iguaçu.

ANO	ROUBADOS	FURTADOS	TOTAL
2011	376	379	755
2012 (até 15 jul.)	221	190	411

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Paraná/REDE GLOBO, 2012.

Em que pese o grande número de automóveis roubados e furtados em Foz do Iguaçu entre 2011 e 2012 – só em 2011 a média foi de mais de dois veículos roubados ou furtados por dia – a Polícia Civil do município não considera que o volume desses crimes esteja fora da normalidade.

Como grande parte dos veículos subtraídos é posteriormente levada ao Paraguai fazendo parte de processos de fronteirização realizados por organizações criminosas, o grande número de roubos e furtos indica consequentemente que a dimensão e a intensidade desses processos de transfronteirização também são expressivas.

7.6 Conexões árabes: ameaça terrorista na visão de Washington

Organizações criminosas e organizações terroristas se confraternizam perante um cenário de instabilidade como o da Tríplice Fronteira, uma vez que podem fazer uso da mesma estrutura construída por meio de violência e corrupção para atingir seus objetivos (COSTA, 2012). Entre os diversos grupos criminosos que atuam na região um grupo étnico em especial tem um destaque maior no cenário midiático internacional: a comunidade árabe.

Há tempos, a população árabe da Tríplice Fronteira é alvo de denúncias feitas por autoridades dos Estados Unidos. De acordo com Washington, alguns membros da comunidade árabe da Tríplice Fronteira fazem parte da rede internacional que financia o terrorismo no Oriente Médio. Em virtude da grande maioria dos árabes ser muçulmana, a grande mídia internacional frequentemente vincula de forma leviana, irresponsável e pejorativa as palavras árabe, muçulmano e terrorismo.

Para Nasser (2013), é preciso esclarecer que o Islã (a religião muçulmana) é uma religião universal, a continuação das religiões monoteístas que receberam revelação divina (judaísmo e cristianismo). O Islã combina com a natureza do ser humano, ele prega a justiça e a paz entre todos que o abraçam. Por isso, em um curto período de tempo o Islã chegou da Península Arábica até a China, no oriente, e até a Espanha, no ocidente, tendo sido a religião de grandes e pioneiros cientistas.

> O islã é religião da sabedoria e conhecimento, pois os maiores cientistas na Medicina, Química, Matemática e Astronomia, as bases de todas as ciências, foram muçulmanos que trouxeram para a humanidade (NASSER, 2013).

Desprovido de preocupações acerca dos pressupostos do Islã e se respaldando no fato de cidadãos árabes (sauditas em sua quase totalidade) terem sido responsabilizados pelos atentados de 11 de setembro de 2001, o Departamento de Estado dos Estados Unidos passou a distribuir informes (a maioria sem

fundamento) à imprensa estadunidense e europeia alegando que os árabes da Tríplice Fronteira colaboravam com redes terroristas.

O governo George W. Bush chegou a criar um mecanismo chamado Diálogo 3+1 sobre Contra-Terrorismo, que consiste em encontros periódicos entre os Estados Unidos, Brasil, Paraguai e Argentina para discutir a segurança e o controle das movimentações financeiras na Tríplice Fronteira (AGÊNCIA PÚBLICA, 2011).

Ao reproduzir informações pautadas em estereótipos que eram sustentadas pelo governo estadunidense, os grandes meios de comunicação disseminaram a imagem da Tríplice Fronteira como uma região que abrigaria supostas redes terroristas. Exemplo disso foi a notícia publicada pelo jornal *The Economist*, em 1° de novembro de 2001:

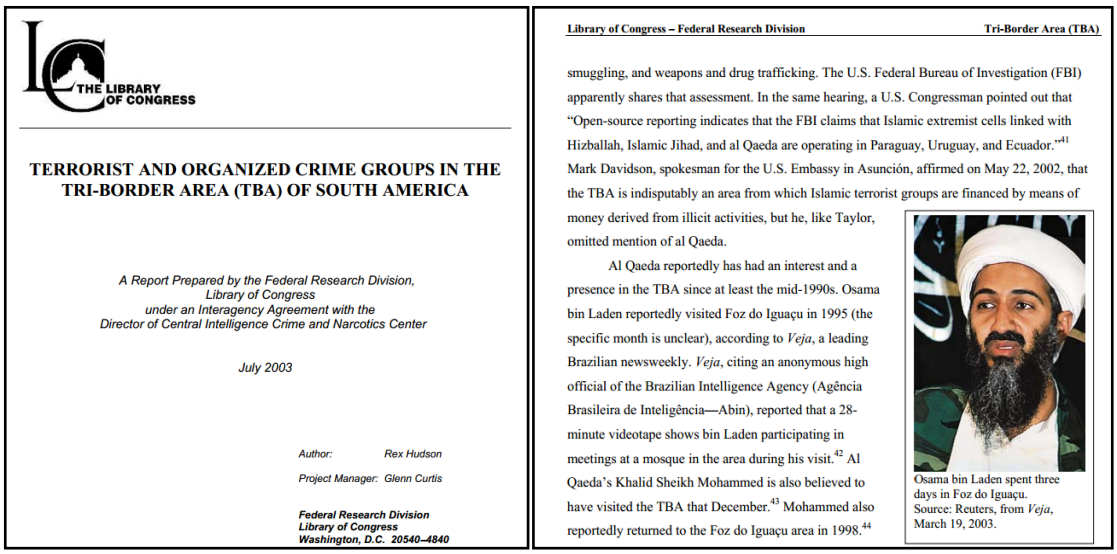
> Mohamed Mokhles, who is accused of involvement in attacks on foreign tourists in Egypt (and is an alleged associate of Osama bin Laden), lived with his family in Foz in 1998. Arrested after entering Uruguay from Brazil, he is fighting extradition to Egypt. The mayor of Chuí, Mohamad Kassem Jomaa, who helped Mr Mokhles's family after his arrest, has been questioned by the Uruguayan secret service. He denies terrorist links (and says he is not a Muslim). A Paraguayan prosecutor claims that a shop in Ciudad del Este is collecting money for Hizbullah. American officials say they have evidence of the presence of graduates of Middle Eastern terrorist-training camps, but decline to give details (THE ECONOMIST, 2001)[39].

A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos possui em seu sistema um relatório elaborado pela *Federal Research Division* – Divisão Federal de Pesquisas –, em 2003, sobre terrorismo e organizações criminosas na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai (figura 8). Um dos argumentos inseridos no documento para comprovar a presença de terroristas na região é uma visita que Osama Bin Laden teria feito à Foz do Iguaçu no ano de 1995 – informação que tem como fonte uma matéria da revista Veja.

O relatório da *FRD* foi uma das fontes utilizadas no estudo sobre a ameaça terrorista na América Latina, produzido por Roger Noriega, ex-secretário-adjunto de

[39] Tradução: Mohamed Mokles, que é acusado de envolvimento em ataques a turistas estrangeiros no Egito (e é um suposto associado de Osama bin Laden), viveu com sua família em Foz em 1998. Preso depois de entrar no Uruguai proveniente do Brasil, ele luta para ser extraditado para o Egito. O prefeito de Chuí, Mohamad Kassem Jomaa, que ajudou a família de Mokhles depois de sua prisão, foi interrogado pelo serviço secreto uruguaio. Ele nega ligações terroristas (e diz que ele não é muçulmano). Um promotor paraguaio afirma que uma loja em Ciudad del Este está angariando dinheiro para o Hezbollah. As autoridades americanas dizem ter evidências da presença na Tríplice Fronteira de instrutores de campos de treinamento de terroristas no Oriente-Médio, mas recusam-se a dar detalhes.

Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental (Canadá, América Latina e Caribe) e ex-embaixador dos EUA junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). De acordo com Noriega, o Hezbolah está presente na América Latina desde a década de 1980, quando começou a enviar agentes para a região “notoriamente sem lei” da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Em meados dos anos 2000 haveriam cerca de 460 agentes do Hezbolah na Tríplice Fronteira (NORIEGA; CARDENAS, 2011).



THE LIBRARY OF CONGRESS

TERRORIST AND ORGANIZED CRIME GROUPS IN THE TRI-BORDER AREA (TBA) OF SOUTH AMERICA

A Report Prepared by the Federal Research Division, Library of Congress under an Interagency Agreement with the Director of Central Intelligence Crime and Narcotics Center

July 2003

Author: Rex Hudson

Project Manager: Glenn Curtis

Federal Research Division Library of Congress Washington, D.C. 20540–4840

Library of Congress – Federal Research Division **Tri-Border Area (TBA)**

smuggling, and weapons and drug trafficking. The U.S. Federal Bureau of Investigation (FBI) apparently shares that assessment. In the same hearing, a U.S. Congressman pointed out that “Open-source reporting indicates that the FBI claims that Islamic extremist cells linked with Hizballah, Islamic Jihad, and al Qaeda are operating in Paraguay, Uruguay, and Ecuador.”[41] Mark Davidson, spokesman for the U.S. Embassy in Asunción, affirmed on May 22, 2002, that the TBA is indisputably an area from which Islamic terrorist groups are financed by means of money derived from illicit activities, but he, like Taylor, omitted mention of al Qaeda.

Al Qaeda reportedly has had an interest and a presence in the TBA since at least the mid-1990s. Osama bin Laden reportedly visited Foz do Iguaçu in 1995 (the specific month is unclear), according to *Veja*, a leading Brazilian newsweekly. *Veja*, citing an anonymous high official of the Brazilian Intelligence Agency (Agência Brasileira de Inteligência—Abin), reported that a 28-minute videotape shows bin Laden participating in meetings at a mosque in the area during his visit.[42] Al Qaeda’s Khalid Sheikh Mohammed is also believed to have visited the TBA that December.[43] Mohammed also reportedly returned to the Foz do Iguaçu area in 1998.[44]

Osama bin Laden spent three days in Foz do Iguaçu. Source: Reuters, from *Veja*, March 19, 2003.

Figura 8 – Relatório da *FRD* sobre o terrorismo na Tríplice Fronteira. Fonte: Hudson, 2003.

Noriega (2011) afirmou ainda que o Hezbolah usa a Tríplice Fronteira como um refúgio seguro para a captação de recursos, lavagem de dinheiro, recrutamento, treinamento, planejando e outras atividades relacionadas com o terrorismo. As atividades do grupo incluem o tráfico de drogas e armas, falsificação de documentos, além da pirataria de softwares e CDs de música.

Autoridades dos Estados Unidos estimam que grupos extremistas islâmicos que atuam na Tríplice Fronteira e em outras áreas suspeitas na América Latina remetam de US$ 300 a $ 500 milhões por ano em lucros ilícitos para grupos radicais islâmicos no Oriente Médio (NORIEGA; CARDENAS, 2011)

A insistência em criar tal estereótipo da Tríplice Fronteira esconde interesses de alguns grupos econômicos nos recursos destinados aos programas de segurança do governo estadunidense. Para se ter uma ideia das cifras em jogo e do volume de dinheiro movimentado pela indústria bélica no mundo, no ano de 2010 os dez maiores fabricantes de armamentos (responsáveis por 56% das vendas) faturaram

230 bilhões de dólares. Dos dez grupos sete são estadunidenses – Lockheed Martin, Boeing, Northrop Grumman, General Dynamics, Raytheon, L-3 Communications e United Technologies (SIPRI, 2012). O maior cliente dessas empresas é o governo dos Estados Unidos.

Esse fato explica a insistência de órgãos civis e militares dos EUA em mesclar a Guerra ao Terror com a Guerra às Drogas, unificando a política para a Colômbia com a política para a Tríplice Fronteira.

O cientista político Artur Bernardes do Amaral defende que relacionar drogas e terrorismo produz sinergias políticas e práticas benéficas a alguns grupos econômicos estadunidenses, trazendo vantagens em forma de recursos para as agências envolvidas (AMARAL, 2010).

> Os discursos de securitização promovidos pelo Comando Sul nas audiências perante o Congresso norte-americano, por exemplo, podem ser entendidos como uma maneira utilizada pelo órgão para justificar seu papel na Guerra ao Terror e requisitar ou garantir mais recursos para suas atividades no continente sul-americano (AMARAL, 2010, p. 254).

Como forma de contestar essa visão da Guerra ao Terror e defender a imagem da região, as forças governamentais, midiáticas e cívicas da Tríplice Fronteira se mobilizaram e realizaram, em 11 de novembro de 2001, o movimento “Paz sem fronteiras” – ato ecumênico e cultural. O ato reuniu 45 mil pessoas (estimou-se que 15 mil vieram do Paraguai e 10 mil da Argentina) de 60 etnias diferentes que habitam a região da Tríplice Fronteira, no Gramadão da Itaipu Binacional. O evento foi uma demonstração de que a população da Tríplice Fronteira condenava os atos de terrorismo ocorridos em solo estadunidense e repudiava as especulações de que a região foi utilizada no planejamento dos ataques (KARAM, 2011).

Houve um grande apoio da população transfronteiriça e da mídia local às manifestações em prol da imagem da região – dentre as quais, uma campanha que satirizou a suposta visita de Osama Bin Laden à Foz do Iguaçu em 1995. Todavia, os grandes veículos da mídia nacional e internacional deram pouco destaque às manifestações (mesmo a “Paz sem fronteiras”) e continuaram dando ênfase às reportagens acerca das suspeitas de terrorismo na região.

Na defesa da imagem da região, em 2002 a prefeitura de Foz do Iguaçu impetrou uma ação judicial de danos morais[40] contra a filial brasileira da rede de televisão CNN. Após os atentados de 11 de Setembro, a CNN passou a difamar a imagem da Tríplice Fronteira com a divulgação de matérias como a intitulada "Terroristas encontram abrigo na América do Sul" (KARAM, 2011).

No encontro dos países do Diálogo 3+1 sobre Contra-Terrorismo, ocorrido em 2005, os diplomatas brasileiros negaram que a Tríplice Fronteira fosse uma região dedicada ao financiamento do terrorismo e condenaram as acusações dos Estados Unidos. Os brasileiros disseram ainda que o país estaria disposto a fazer mais pressão sobre o Paraguai, tanto através do Comitê da ONU sobre Contra-Terrorismo como do Diálogo 3+1 sobre Contra-Terrorismo (AGÊNCIA PÚBLICA, 2011).

A posição oficial do governo brasileiro sempre foi de que a região é motivo de atenção em função das atividades transnacionais do crime organizado e não dos supostos vínculos com o terrorismo internacional (AMARAL, 2010).

Apesar das declarações das autoridades brasileiras, as autoridades estadunidenses seguem afirmando que existem indícios de que algumas organizações terroristas de orientação islâmica atuam no território brasileiro. Em abril de 2010, foram reveladas as conexões de cinco grupos extremistas no Brasil. A análise de processos judiciais e de relatórios do Departamento de Justiça, do Exército e do Congresso estadunidenses apontou laços de extremistas com a Fundação Holy Land[41], uma entidade com sede em Dallas que durante treze anos financiou e aparelhou o Hamas, o grupo radical palestino que desde 2007 controla a Faixa de Gaza.

---

[40] Em maior de 2004 foi realizada a audiência conciliação entre a Turner International do Brasil (razão social da CNN no Brasil) e a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Todavia, o juiz da ação entendeu que a matriz da empresa (e não a filial) era a responsável pelo conteúdo jornalístico produzido e que o fórum competente para julgar a ação seria o de Atlanta, nos EUA, onde fica a sede da CNN. Com isso o processo foi arquivado.

[41] A Holy Land era registrada como instituição filantrópica. Foi acusada pela justiça dos EUA de ter enviado pelo menos 12,4 milhões de dólares ao Hamas. Em 2001, entrou para a lista de organizações consideradas terroristas pela ONU e, em 2008, seus diretores foram condenados na Justiça americana por 108 crimes, entre os quais financiamento de ações terroristas, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Documentos da Holy Land[42], que foi fechada em 2001 acusada de recrutar terroristas nos EUA e na América do Sul, revelam que seu ex-chefe é brasileiro e que seus agentes atuaram no país. Atualmente, o brasileiro Shukri Abu Baker cumpre pena nos EUA após ter sido condenado por financiar entidade terrorista. Seu irmão Jamal, também brasileiro, foi dirigente do Hamas no Sudão e no Iêmen, e hoje se encontra na Síria (VEJA, 2012).

7.7 A violência sexual na Tríplice Fronteira

Além da existência de crimes transnacionais como o contrabando e o tráfico de armas e drogas, a Tríplice Fronteira sofre ainda com o tráfico internacional de seres humanos. O Brasil figura entre os maiores exportadores do mundo de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual (MARTUSCELLI, 2013). Na Tríplice Fronteira existe uma especial vulnerabilidade ao recrutamento de crianças e adolescentes, que têm como destino a Argentina, o Paraguai, a Europa e outras regiões do Brasil.

Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho, em torno de 20 vítimas de tráfico humano (incluindo jovens e crianças para a exploração sexual comercial) atravessam diariamente a Tríplice Fronteira.

> Além da exploração sexual comercial, há o tráfico de crianças e adolescentes relacionados a outros fins como trabalho escravo e tráfico de órgãos e o uso desses como transporte para armas, drogas e mercadorias contrabandeadas (MARTUSCELLI, 2013).

A situação das vítimas de tráfico de pessoas recebe pouca atenção da mídia, da sociedade civil e das diferentes escalas de governo. Apesar do fenômeno possuir grandes dimensões ele possui pouca visibilidade e é difícil de ser quantificado por ser ilegal e clandestino. De acordo com a Pesquisa Nacional de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF), em 2002 mais de quatro mil crianças e adolescentes viviam em situação de exploração sexual comercial na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. Um negócio cada

[42] De acordo com o ex-embaixador dos Estados Unidos na OEA, Roger Noriega, ao Congresso dos EUA, em julho de 2011, as operações da Holy Land na Tríplice Fronteira eram comandadas pelo xeque Khaled Rezk El Sayed Taky El-Din (DEFESANET, 2011).

vez mais ligado às redes de crime organizado, que envolvem tráfico de drogas e de armas.

De maneira geral, os menores aliciados são oriundos de famílias pobres e desestruturadas e a maior parte das vítimas de exploração sexual é do sexo feminino. Meninas entre 8 e 17 anos que são ludibriadas pelos aliciadores com promessas de dinheiro e melhores condições de vida.

Segundo Suely Regina Firman Ruiz, coordenadora nacional do Programa de Eliminação e Prevenção da Exploração Sexual da OIT na região da Tríplice Fronteira, cerca de 70% residem com a família e, para 100% delas, o envolvimento com o comércio do sexo é uma forma de gerar renda (REPÓRTER BRASIL, 2004).

A pobreza e a indigência são condições que propiciam a exploração sexual de crianças e adolescentes. Para muitas meninas a prostituição significa sobrevivência. Nas imediações da Ponte da Amizade algumas meninas se vendem por um lanche ou por um passe de ônibus, segundo Suely Ruiz:

> A área da Ponte da Amizade é um local onde há a presença de adolescentes na rua e há uma situação de informalidade no trabalho, que leva ao trabalho infantil e, por consequência, à exploração sexual. As crianças ali estão vulneráveis à ação dos aliciadores (REPÓRTER BRASIL, 2004).

A maior parte dos atos de exploração sexual de crianças e adolescentes que ocorrem na Tríplice Fronteira se dá em prostíbulos fechados e se apresenta sob formas violentas, como cárcere privado, tráfico de menores e leilões de virgens. Logo após aparece a violência sofrida por crianças de rua, que usam o corpo como mercadoria na obtenção de afeto e subsistência. Por fim, há o turismo sexual, que está presente na região e é organizado por uma rede de aliciamento da qual agências de turismo, hotéis e taxistas fazem parte (REPÓRTER BRASIL, 2004).

Não obstante a situação de vulnerabilidade de muitos menores na Tríplice Fronteira, os dispositivos legais que visam a proteção da criança e do adolescente são numerosos. Nas últimas décadas, Argentina, Brasil e Paraguai assinaram diversos acordos internacionais que incitam os Estados signatários a impedirem situações de risco para suas crianças e adolescentes.

Em 1989 foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que determina que o Estado deve garantir a proteção de suas crianças contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Os três países também são

signatários da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre as piores formas de trabalho infantil, que inclui a exploração sexual comercial. Também firmaram o Protocolo Facultativo para Convenção sobre os Direitos da Criança, relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis (MARTUSCELLI, 2013).

Perante a grave situação de crianças e adolescentes, vigente na Tríplice Fronteira, a OIT empreendeu o Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai entre setembro de 2001 e o ano de 2005. O programa foi implantado em Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este e teve como objetivos identificar as lacunas legais e propor harmonizações entre os três Estados, a fim de: fortalecer as instituições públicas e privadas na formulação e implementação de ações; proporcionar atenção nas áreas de saúde, educação, apoio psicossocial e jurídico a crianças e adolescentes sexualmente exploradas; e contribuir na formulação de políticas e mecanismos de prevenção à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

A atuação da OIT deu maior visibilidade ao problema e serviu para estimular o diálogo entre Brasil, Argentina e Paraguai na direção de possíveis soluções. O programa dava especial atenção a ações de prevenção da exploração, tendo em vista as dificuldades de se lidar com as vítimas dessa prática. Uma vez que além dessas pessoas precisarem de apoio jurídico, psicológico e de saúde, suas famílias também necessitam de assistência (MARTUSCELLI, 2013).

Com o programa da OIT ocorreu uma melhora na colaboração entre Brasil, Argentina e Paraguai, todavia muito trabalho resta a ser feito para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes na Tríplice Fronteira. Os três países não possuem um sistema penal eficiente para combater a exploração sexual e o tráfico de menores. Existem empecilhos para se investigar os crimes, não há juízes e promotores especializados na problemática e os culpados geralmente ficam impunes.

É necessário que sejam criadas leis específicas contra a exploração humana, que propiciem meios eficientes de se punir os responsáveis por esses crimes, especialmente aliciadores e “clientes”. Enquanto as soluções não chegam, medidas paliativas são tomadas.

Nesse sentido, em julho de 2010, autoridades brasileiras, paraguaias e argentinas lançaram a Campanha de Comunicação Trinacional de Combate ao Tráfico e à Exploração de Crianças e Adolescentes. O lançamento foi feito na aduana do Paraguai, em Ciudad del Este, e no lado argentino da Ponte Tancredo Neves, em Puerto Iguazú. Após a cerimônia, os participantes distribuíram panfletos com textos pedindo o fim do tráfico de pessoas e incentivando as denúncias. O material foi produzido em espanhol, português e guarani. A campanha foi um dos resultados da 5ª Jornada Contra o Tráfico e a Exploração de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira, em Puerto Iguazú (JIE, 2010 a).

A jornada nasceu com a meta de sensibilizar a comunidade e agentes públicos para o combate à violência contra meninos e meninas. Uma das demandas do documento foi a revisão das legislações de Brasil, Paraguai e Argentina no que diz respeito aos jovens, tendo em vista que nem sempre a conduta considerada como crime em um país também o é no outro. Exemplo disso é que no Brasil e na Argentina o tráfico de pessoas entre municípios e estados é considerado crime, enquanto no Paraguai não é.

Na ocasião da 5ª Jornada Contra o Tráfico e a Exploração de Crianças e Adolescentes, o ministro de Direitos Humanos da província de Misiones, Edmundo Soria, defendeu a paridade entre as leis como forma de combate a estes crimes. O ministro lembrou o acordo assinado entre o Paraguai e a Argentina em 2008, que possibilitou que mais de 250 jovens paraguaias que trabalhavam na Argentina fossem devolvidas ao país de origem.

O Diagnóstico Rápido e Participativo no MERCOSUL[43] (2009-2010) identificou problemas de infraestrutura, tais como carência de profissionais e de transporte para o atendimento das denúncias de maus-tratos. Outra dificuldade levantada foi a ausência de informações: não há registros sobre as atuações dessas instituições em anos anteriores. O CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social –, por exemplo, que atende cerca de 800 famílias de Foz, relatou a carência de pessoal e a rotatividade dos funcionários que atuam na entidade como os principais problemas. No ano de 2009, o CREAS prestou 8.129 atendimentos,

[43] Foram aplicados questionários em 42 instituições de Foz do Iguaçu, entre as quais a Polícia Federal, o Conselho Tutelar, o Creas, o Albergue Noturno, o Instituto Elos, a Guarda Mirim e o Instituto RPC, além de postos de saúde.

dentre os quais 425 estavam ligados à exploração do trabalho infantil; 317 dos casos referiam-se a exploração sexual e 25 a abusos sexuais (JIE, 2010 b).

7.8 O papel dos jornalistas na cobertura dos crimes

O trabalho dos jornalistas na cobertura de crimes na região da Tríplice Fronteira é muito arriscado e precisa se valer de certas estratégias para ser realizado. Muitos jornalistas que trabalham na fronteira do Brasil com o Paraguai têm escolta policial vinte e quatro horas por dia, de acordo com o jornalista Candido Figueiredo, do diário ABC Color, maior jornal do Paraguai.

É comum os jornalistas receberem ameaças de morte por parte de traficantes paraguaios ou brasileiros (o PCC e o Comando Vermelho atuam em território paraguaio, onde possuem enormes plantações de maconha destinada ao mercado brasileiro).

Candido Figueiredo, correspondente do ABC em Pedro Juan Caballero, relatou que muitas vezes os criminosos oferecerem dinheiro pela “compra da consciência” (silêncio) dos jornalistas. O repórter disse que é preciso ter coragem para seguir na profissão. Além das constantes ameaças sofridas, a redação onde trabalha já foi alvo de dois atentados, em que bandidos desferiram tiros com metralhadoras (SIP, 2010).

Em 2010, o Sindicato de Jornalistas do Paraguai denunciou que em Ciudad del Este jornalistas sofriam perseguição, censura, demissões e ameaças por parte da prefeita da cidade e seus partidários. Citaram o caso de Osvaldo Brítez, que denunciou irregularidades no governo municipal em um programa na rádio Corpus. O jornalista foi censurado e recebeu uma oferta de suborno para “autocensurar-se”. Outro exemplo é o de Florinda Vega, que teve seu programa na rádio Magnífica FM encerrado depois de se recusar a participar de uma campanha política. Já o canal Tierra Roja teria sido censurado por emitir opiniões contrárias a um grupo político (KNIGHT CENTER, 2010).

No sentido de se encontrar soluções para viabilizar o trabalho dos jornalistas, em novembro de 2010 ocorreu o primeiro “Encontro Internacional de Jornalistas na Tríplice Fronteira”, realizado em Ciudad del Este. O evento, promovido pelo Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, teve como objetivo aperfeiçoar a cobertura

jornalística na região, além de propor medidas de proteção para comunicadores em locais onde a cobertura jornalística inclui diferentes atividades de crime organizado. Além dos jornalistas, também participaram do evento acadêmicos e autoridades federais de Argentina, Brasil e Paraguai. Temas como tráfico de drogas, tráfico de pessoas e contrabando foram abordados, houve também capacitação aos profissionais para a investigação do crime organizado na Tríplice Fronteira (AMAMBAÍ, 2010).

Apesar da iniciativa, o exercício da profissão segue sendo um desafio para os jornalistas. Em 2011 o jornalista Carlos Bottino entrou com uma ação judicial contra o governador Nelson Aguinagalde, do Departamento do Alto Paraná, que o ameaçou de morte em um programa de rádio em Ciudad del Este. Referindo-se a Bottino e aos jornalistas críticos a seu governo, o governador disse: “Quero ter uma metralhadora para cobrir de bala esses infelizes e vigaristas” (KNIGHT CENTER, 2011).

7.9 O combate ao crime na Tríplice Fronteira

A Tríplice Fronteira está inserida em um circuito comercial que engloba áreas adjacentes a região até bairros ou áreas de comércio popular em pequenas, médias e grandes cidades do Brasil e cidades globais no exterior. Em relação às atividades criminosas, os diferentes tráficos (drogas, armas, pessoas), o contrabando de mercadorias e o contrabando de carros roubados são canalizados pela Tríplice Fronteira, afetando todas as regiões da América do Sul, em especial as técno-industriais (ROSEIRA, 2011).

Ciente da localização estratégica da região, a Receita Federal do Brasil vem travando, há tempos, uma luta contra o contrabando na Tríplice Fronteira. Nesse sentido, em outubro de 2009 foi iniciada a Operação Advento, que contou com o apoio dos órgãos de segurança pública que atuam na divisa entre Paraná e Paraguai. Os números dos 26 primeiros dias da operação (que foi até o fim de dezembro de 2009) impressionam. Nesse período foram apreendidos pelos fiscais: 221 automóveis, 9 ônibus, 2 micro-ônibus, 6 caminhões, 8 carretas semi-reboque, 3 cavalos mecânicos, 4 motocicletas, 4 barcos e 1,9 mil volumes de mercadorias contrabandeadas. Na operação também foram retirados de circulação 2,3 mil

ampolas de anabolizantes, 7,1 mil cartelas de medicamentos (abortivos e estimulantes sexuais em sua maioria), 7,9 kg de maconha, 31,1 kg de *crack* e 937 gramas de cocaína (SOPA BRASIGUAIA, 2009).

No sentido de reforçar o combate ao crime na Tríplice Fronteira o governo brasileiro equipou a Polícia Federal com um Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT –, fabricado em Israel e orçado em cinquenta milhões de dólares. O equipamento, no entanto, necessita de autorizações periódicas da FAB para ser utilizado, o que algumas vezes é um problema para a Polícia Federal.

> [...] o VANT começou a ser testado na fronteira em setembro do ano passado com resultados satisfatórios. Porém, para prosseguir o trabalho, a PF depende de autorizações periódicas da Força Aérea Brasileira (FAB). A última liberação expirou em dezembro. A PF aguarda um novo aval para retomar as operações (DEFESANET, 2012).

Apesar dos esforços da Receita Federal e da Polícia Federal do Brasil em operações como a Advento, o contrabando e o descaminho de mercadorias e veículos roubados, além das mercadorias pirateadas são facilitados ou mesmo incentivados pela falta de fiscalização e de policiamento na região. Em diversas cidades e áreas rurais a fronteira pode ser atravessada sem qualquer tipo de fiscalização.

Além da deficiência na fiscalização, a corrupção, por vezes de policiais, é um problema latente na Tríplice Fronteira. Em 31 de maio de 2012, seis homens da Polícia Rodoviária do Paraná forma presos na Operação Carro Forte – uma operação conjunta entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público Federal –, que desarticulou uma quadrilha que trazia mercadorias contrabandeadas e cigarros do Paraguai para o Brasil. As investigações desvendaram uma quadrilha formada por oito policiais rodoviários federais. Eles são suspeitos de receber dinheiro para facilitar a entrada de contrabando no país. A operação foi desarticulada em três postos da PRF, ao longo da BR-277, que é a principal rodovia do Paraná (G1, 2012 a).

Outro entrave no combate ao crime na Tríplice Fronteira é a legislação referente à soberania (poder de polícia) na fronteira. Em 12 de junho de 2012, dois policiais federais brasileiros foram detidos pela polícia paraguaia ao atirarem em um homem suspeito de passar mercadorias contrabandeadas na Ponte da Amizade para o lado brasileiro. A versão da polícia paraguaia é de que a ação aconteceu no

território do Paraguai, onde os policiais brasileiros não possuem jurisdição. Os brasileiros detidos foram encaminhados à sede da Marinha do Paraguai, onde permaneceram por dias até a decisão judicial que os colocou em liberdade (G1, 2012 b).

Em resposta à situação de descontrole da fronteira (estabelecida no imaginário coletivo dos brasileiros), em 6 de agosto de 2012, o Governo Federal enviou uma força com cerca de nove mil militares – equipados com helicópteros de combate, navios-patrulha, aviões de caça e blindados – para a fronteira do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. O deslocamento de tropas para a "Operação Ágata 5" foi previsto para durar de vinte a trinta dias. O ministro da Defesa Celso Amorim afirmou que a operação teria como objetivo a repressão à criminalidade.

A Ágata 5 contou ainda com o apoio de trinta agências governamentais – dentre as quais a Polícia Federal –, fazendo o efetivo total passar para aproximadamente dez mil homens.

O general Carlos Bolivar Goellner, Comandante Militar do Sul, afirmou que a ação teve o objetivo de reforçar a presença do Estado na fronteira com os países da bacia do Prata. A área de maior patrulhamento foi delimitada entre Foz do Iguaçu e Corumbá-MS – onde ocorre a maior incidência de tráfico de drogas e contrabando. O militar acredita que com as fronteiras fortemente guarnecidas o tráfico de drogas e o contrabando deverão ser sufocados (BBC BRASIL, 2012).

A presença das forças armadas brasileiras na fronteira com o Paraguai, em especial, é importante para garantir a paz em um território marcado por situações difíceis de serem gerenciadas pelas diplomacias dos dois países. Situações como os confrontos armados entre a Polícia Federal do Brasil e as forças armadas do Paraguai, há anos noticiados pela mídia.

> Na divisa entre as cidades de Foz do Iguaçu (PR), no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai, o rio Paraná é cenário de recorrentes trocas de tiros há pelo menos dois meses. Postados em margens opostas do rio e equipados com arsenal pesado, militares da Marinha paraguaia e agentes da Polícia Federal brasileira disparam uns contra os outros desde março (FOLHA DE SÃO PAULO, 3 mai. 2010).

> Às 17h14 da sexta-feira, 18 de março, um agente da Polícia Federal que atua na cidade paranaense de Guaíra, fronteira com o Paraguai, enviou um e-mail pedindo socorro à Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) em Brasília. Ele informou que, em pelo menos três ocasiões

> recentes, oficiais da Marinha paraguaia trocaram tiros com policiais brasileiros – segundo ele, para acobertar traficantes e contrabandistas no rio Paraná (VEJA, 25 mar. 2011).

A questão da invasão do território do país vizinho, tanto por parte da Polícia Federal, na perseguição a criminosos, como por parte da Marinha do Paraguai, acusada de dar respaldo a contrabandistas de cigarros e outros criminosos foi exposta em uma audiência que ocorreu em 19 de abril de 2013, na 3ª Vara Criminal do Tribunal Federal de Curitiba (TRINDADE, 2013). Nessa audiência, o delegado da Polícia Federal, Rodrigo Rodrigues de Freitas declarou:

> A Marinha do Paraguai dá cobertura e apoio a contrabandistas, chegando a invadir o território brasileiro, até 200 metros das margens do Rio Guairá, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, em território brasileiro. E o que é mais grave: atiram contra os policiais federais brasileiros que combatem o crime organizado, financiado por contrabandistas internacionais (TRINDADE, 2013, p. 1).

Episódios semelhantes ao ocorrido em Guaíra também ocorreram envolvendo policiais federais das Delegacias de Naviraí-MS, Ponta Porá-MS e Corumbá-MS (POLÍCIA FEDERAL, 2013 a). Apesar dos confrontos divulgados pela imprensa de tempos em tempos, o Departamento de Comunicação Social da Polícia Federal de Foz do Iguaçu afirmou que esses episódios não são comuns na Tríplice Fronteira.

7.9.1 O exemplo europeu de cooperação transfronteiriça no combate ao crime

Ao contrário do que ocorre em algumas fronteiras europeias, a Tríplice Fronteira carece de acordos de cooperação entre as polícias dos três países que a compõem para combater atividades criminosas que não se retêm nos limites internacionais. Recentes acontecimentos noticiados na mídia local atestam a necessidade de acordos de cooperação nesse sentido:

> Una poderosa gavilla trinacional perpetró en la tarde de ayer un asalto tipo comando a un transportador de caudales en Foz de Yguazú y huyó hacia territorio paraguayo. La banda que estaría integrada por brasileños, paraguayos y argentinos, cuenta con potentes armas y una poderosa logística, ya habría perpetrado otro atraco similar en el mes de diciembre. Según informaciones, cuatro personas fuertemente armadas llegaron en un vehículo en el momento exacto en que uno de los ocupantes del transportador de caudales retiraba del banco Bradesco la bolsa de dinero que contenía 329.000 reales. En ese momento comenzó el intercambio de disparos que afectó a la agencia bancaria y el vehículo transportador. Para

> lograr huir, con botín en mano, los asaltantes arrojaron al pavimento clavos "miguelito" para detener la persecusión, varias patrulleras quedaron con las ruedas reventadas. Con el camino libre, los sujetos huyeron hasta un puerto clandestino, para luego fugarse en una lancha hasta Paraguay (VANGUARDIA, 2014)[44].

Na União Europeia, já existem acordos entre países membros onde a polícia de um país é autorizada, em caso de perseguição a um suspeito, a adentrar o território do país vizinho e exercer as prerrogativas que possui em seu país de origem para a captura do indivíduo. Em geral, esses acordos são bilaterais, firmados de país a país. Atualmente, por exemplo, as polícias de Bélgica e Alemanha possuem a competência estendida ao território do Estado vizinho em caso de perseguição policial a um criminoso.

Esse tipo de acordo é inexistente na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, que na qualidade de aglomeração transfronteiriça, padece dos diferentes problemas quotidianos resultantes da incoerência entre os sistemas políticos vigentes de cada lado da fronteira. Uma incoerência que potencializa a atuação de organizações criminosas e facilita a ocorrência de atividades ilícitas.

No caso da Tríplice Fronteira, as autoridades policiais em perseguição a criminosos têm suas ações limitadas ao que dispõe o Acordo Marco sobre cooperação em matéria de Segurança Regional entre Estados Partes do MERCOSUL (RMI/P. DEC. n° 01/04) que, em seu Capítulo III, sob o título Perseguição de Criminosos, dispõe no artigo 12: "os funcionários das Forças de Segurança e/ou Policiais das Partes que, em seu próprio território, persigam uma ou mais pessoas que para iludir a ação da autoridade transpassem o limite fronteiriço, poderão entrar ao território da outra parte somente para informar e solicitar à autoridade policial mais próxima, ou quem exerça dita função, o auxílio imediato do caso".

---

[44] Tradução: Uma poderosa gangue trinacional cometeu na tarde de ontem um assalto tipo comando a uma transportadora de valores em Foz do Iguaçu e fugiu para o território paraguaio. O grupo, que estaria integrado por brasileiros, paraguaios e argentinos, conta com potentes armas e uma poderosa logística, já havia efetuado outro assalto similar no mês de dezembro. Segundo relatos, quatro homens fortemente armados chegaram em um carro no exato momento em que um dos ocupantes da transportadora retirava do banco Bradesco a bolsa de dinheiro que continha 329 mil reais. Nesse momento começou a troca de tiros que atingiu a agência bancária e o veículo transportador. Para conseguir fugir com o dinheiro roubado na mão, os assaltantes atiraram pregos na rua para impedir a perseguição. Várias viaturas tiveram os pneus estourados. Com o caminho livre, os indivíduos fugiram para um porto clandestino e, em seguida, escaparam em um barco para o Paraguai.

No sentido de superar os problemas decorrentes da legislação, as diferentes instâncias governamentais da Tríplice Fronteira poderiam procurar conhecer as soluções que vem dando certo e que estão em vigor hoje em outras regiões transfronteiriças do planeta. De acordo com a experiência europeia da MOT (Mission Opérationelle Transfrontalière), somente a implantação de uma estrutura de governança política perene sobre o espaço transfronteiriço permitiria a definição de um projeto de território com o qual seria possível se combater o crime de forma eficaz (CAHIERS, 2003). No âmbito desse projeto seria estabelecida uma cooperação entre os diferentes níveis de coletividades públicas competentes presentes na região transfronteiriça, em que os níveis superiores (estadual, regional, nacional) viriam ao apoio do nível local.

No decorrer do presente capítulo, foram apresentadas transfronteirizações cotidianas na Tríplice Fronteira geradas por atividades criminosas. Foram analisadas tabelas e gráficos contendo os números das apreensões de drogas, veículos e armas. Tais dados indicaram a dimensão e a importância das atividades criminosas para a economia da Tríplice Fronteira. Foram abordadas ainda a corrupção policial, o tráfico e exploração de pessoas, o estereótipo negativo da fronteira “núcleo de terrorismo”, e por fim foram tratados os problemas referentes ao combate ao crime e a as dificuldades do trabalho dos jornalistas.

Os elementos citados foram elencados para atestar a hipótese de que as diversas organizações criminosas que atuam na Tríplice Fronteira produzem efeitos negativos que são materializados nos diversos tipos de tráfico (armas, drogas e pessoas), na corrupção e no aumento da repressão estatal. Um cenário complexo, que fica ainda mais difícil de ser gerido em virtude da débil cooperação transfronteiriça para o combate ao crime. As autoridades não conhecem ou procuram não aplicar medidas bem sucedidas em outras fronteiras, como as da União Europeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nova ordem geopolítica internacional, o regionalismo transnacional tem ganhado destaque, ao passo que as regiões transfronteiriças vêm assumindo um importante papel na unidade dos blocos regionais de comércio. Ao longo da presente pesquisa foram analisados os cenários da integração na América do Sul e na Europa.

Uma diferença marcante entre o MERCOSUL e a União Europeia é o nível de institucionalidade. No bloco sul-americano, em que pese algumas iniciativas como o FOCEM, ou os impactos de iniciativas como a IIRSA e o PAC 2, que visam interconexões entre os países do continente, não existe uma política direcionada à fronteira. Por outro lado, no caso da União Europeia foi possível observar que as regiões transfronteiriças estão presentes em políticas públicas direcionadas a um desenvolvimento integrado do território, fazendo parte, assim, de estratégias de reestruturação territorial.

Nesse sentido, a experiência europeia de implementação e gestão de regiões transfronteiriças constitui um importante acúmulo de conhecimento que pode ser utilizado em políticas de desenvolvimento para as fronteiras sul-americanas. No âmbito da União Europeia as regiões transfronteiriças possuem duas funções primordiais: uma simbólica e outra socioeconômica. Por um lado, esses novos recortes territoriais simbolizam a paz em um continente cujos países estiveram envolvidos em conflitos armados em um passado não tão distante. Por outro, funciona como ferramenta de política de desenvolvimento econômico e de integração de povos e instituições.

Os instrumentos da União Europeia, criados no âmbito das políticas de desenvolvimento de regiões deprimidas como as zonas de fronteira – o Comitê das Regiões e o Grupo Europeu de Cooperação Territorial –, são fundamentais no sentido de assegurar e até exigir a participação dos atores locais envolvidos nos projetos de desenvolvimento para a fronteira. Uma garantia que inexiste na realidade sul-americana.

Ainda com base na experiência europeia, é possível afirmar que a implementação de políticas para a fronteira deve levar em conta os processos de transfronteirização já existentes que sejam benéficos (para a fronteira), no sentido

de favorecer o intercâmbio cultural, a geração de renda, a fixação da população e a preservação do meio ambiente.

Cabe destacar que regiões transfronteiriças surgem através de processos de transfronteirização que são protagonizados não apenas pelo Estado – na maioria das vezes o ator de maior visibilidade –, mas também por uma diversidade de outros atores provenientes de múltiplas escalas. Na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, a dinâmica transfronteiriça que se realiza através de processos multiescalares explica o estabelecimento corriqueiro de elos contraditórios ao processo globalizador em curso. Esse território transfronteiriço participa de diferentes lógicas sócio-espaciais que conformam um verdadeiro laboratório para a análise da geografia planetária, baseada em conexões materiais e simbólicas de âmbito multiescalar e multiterritorial.

Aos atores multiescalares responsáveis pelos processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira – Itaipu, prefeituras, IBAMA, movimentos sociais, comerciantes, sacoleiros, contrabandistas, guias de turismo, grande cadeias hoteleiras, redes criminosas, etc. – soma-se uma característica bastante peculiar, que é a heterogeneidade da população que reside na região. Um contingente composto não apenas por cidadãos argentinos, brasileiros e paraguaios, como também por indígenas, brasiguaios, e indivíduos das comunidades árabes e chinesas, entre outros, que potencializam imensamente a intensidade e a frequência dos fluxos transfronteiriços.

Essa diversidade étnica, que potencializa os mais diversos fluxos também pode propiciar conflitos de interesses no seio da Tríplice Fronteira em decorrência das divergências de ordem cultural e religiosa. O caso das populações indígenas é um exemplo claro. Consideradas racialmente inferiores pelas demais etnias – ainda que de forma velada –, essas populações vêm tendo seus direitos negados e o acesso à terra dificultado ao longo do tempo.

Nas últimas décadas, a Tríplice Fronteira vem experimentando, um profundo processo de integração transfronteiriça, repetindo os padrões de domínio de mercado, tecnologias, capitais e estratégia dos centros de poder do MERCOSUL e, no caso paraguaio, com forte liderança de investidores brasileiros. Nos centros de decisão do bloco tiveram origem iniciativas como a IIRSA/COSIPLAN e o PAC 2, que vieram acompanhadas por um discurso desenvolvimentista, em apoio às obras

de conexão viária, energética e de telecomunicações que esconde interesses de grandes grupos financeiros e empreiteiras. Os idealizadores da IIRSA/COSIPLAN, em especial, comungam de uma estratégia neoliberal, pautada na maximização dos lucros derivados do escoamento de *commodities* da América do Sul para regiões de poder do hemisfério Norte.

Os discursos desenvolvimentistas, tanto em defesa da IIRSA/COSIPLAN como do PAC 2, esbarram, muitas vezes, em situações contraditórias, os projetos frequentemente são executados sem consulta à população local que será atingida, e em muitos casos não levam em conta fatores como os danos que serão causados ao meio ambiente, a duplicidade e a própria utilidade das infraestruturas que serão instaladas.

No entanto, a Tríplice Fronteira conta com iniciativas no âmbito da integração e cooperação transfronteiriça que vão além dos projetos governamentais para desenvolvimento de infraestrutura. Existem importantes projetos no âmbito da educação – PEIBF e UNILA –, da saúde – SIS Fronteiras –, da cidadania – AFL –, que se somam a inúmeras conexões existentes que ocorrem através de numerosas redes – de trabalhadores, comerciais, financeiras, culturais, político-eleitorais, relacionadas à saúde e à educação.

Os processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira perpassam uma integração cotidiana, materializada no vai-e-vem de pessoas nas pontes da Amizade e Tancredo Neves, na festa, no matrimônio, no contrabando, construída à revelia de comportamentos de afastamento territorial, imposto pela fronteira do Estado nacional.

Na Tríplice Fronteira, atores de múltiplas escalas são responsáveis pelos efeitos negativos dos processos de transfronteirização. Alguns atores pertencem a redes cujos nós estão situados em pontos muito distantes do globo – caso dos grupos criminosos ligados ao comércio internacional que abastece os contrabandistas e aos tráficos de drogas, armas e pessoas –, outros atuam em escalas local e regional, como nos casos do contrabando formiga e o comércio de carros roubados.

O enfoque nos aspectos negativos da transfronteirização se mostra relevante para a compreensão da região transfronteiriça como uma ferramenta capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico em regiões deprimidas, como também

de potencializar o combate às organizações criminosas e garantir uma maior proteção aos territórios fronteiriços dos Estados envolvidos.

Apesar de o MERCOSUL e a UNASUL não possuírem políticas específicas para regiões transfronteiriças, e as políticas governamentais muitas vezes terem o intuito de mascarar a necessidade de integração de territórios para o aumento da fluidez num espaço regional que atende aos interesses de grandes empresas, a criação dos mesmos gerou alguns impactos positivos para as populações residentes em áreas de fronteiras.

Por um lado possibilitou uma série de acordos bilaterais entre os países membros no âmbito da educação, circulação de pessoas, acesso à saúde. Por outro, abriu caminho para projetos no âmbito de iniciativas como o PAC 2 e a IIRSA, que privilegiam o grande capital – sobretudo as grandes empreiteiras – e pouco ouvem as populações fronteiriças.

Os resultados da análise dos processos de transfronteirização, nas diferentes escalas espaciais e de atores que participam com seus interesses e relações, a configuração dos territórios e as estruturas urbanas da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, as condições para a implementação de ações de desenvolvimento local e os projetos contemplados até o presente permitem identificar os elementos de expressão sobre o território dos fenômenos de disputa por espaço de poder local e regional.

Os processos de integração regional podem ter início através de uma integração comercial e econômica, todavia, devem avançar na direção de uma maior integração social. Para tanto é necessária a participação da sociedade em suas diferentes expressões.

É importante destacar que uma integração regional se realiza de forma mais fácil em sociedades abertas, mais justas, mais igualitárias, com participação popular e predispostas a aceitar a diversidade cultural. Uma realidade que hoje está muito distante dos habitantes da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai.

Na presente tese, foram trabalhados os conceitos de fronteira e suas funções clássicas e modernas. Inicialmente foram analisadas as múltiplas formas de transfronteirização, seus atores e o papel das regiões transfronteiriças dentro dos blocos econômicos.

No capítulo 2, foram analisadas as regiões transfronteiriças europeias e a governança em múltiplos níveis. Os instrumentos de cooperação territorial da UE e os projetos de cooperação na região transfronteiriça mais importante do continente – a Grande Région Sar Lor Lux – também foram tratados nesse capítulo.

Ao longo do capítulo 3, foram elencados elementos com o objetivo de aferir se a construção de Itaipu pode ser considerada como marco inicial dos processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira. O fato é que a usina foi um fator dinamizador de um processo que tem início um pouco antes, com a construção da Ponte da Amizade. Ao longo do capítulo buscou-se também averiguar se estariam em andamento transformações territoriais que tendem a formar espaços regionais transfronteiriços no coração da Bacia do Prata. Para tanto foram apresentados os fluxos de pessoas, e veículos que cruzam a Tríplice Fronteira, seus aspectos identitários, a história de povoamento e a rede urbana, com gráficos, mapas e tabelas que deram a dimensão da área de influência do que no futuro poderá constituir uma região transfronteiriça nos moldes das existentes na UE.

O capítulo 4 traz uma abordagem das ações dos Estados Nacionais no âmbito dos projetos de infraestrutura física que abrangem a Tríplice Fronteira, tendo o objetivo de atestar a hipótese de que o papel dos atores institucionais (Estados nacionais) é determinante na forma-conteúdo dos processos de transfronteirização, o que se comprova através das interações entre os diferentes lados da fronteira, que são impactadas pelas polítcas governamentais.

As iniciativas de cooperação e interação que são trabalhadas no capítulo 5 também têm por objetivo trazer elementos que possam atestar a hipótese de que o papel dos atores institucionais é determinante na forma-conteúdo da transfronteirização na Tríplice Fronteira. Nesse sentido, são apresentadas iniciativas como o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças, o Consórcio Intermunicipal de Fronteira, o Programa de Escolas Bilíngues de Fronteira e o SIS Fronteiras.

O capítulo 6 apresenta uma abordagem sobre o potencial turístico da Tríplice Fronteira, com um enfoque para seus principais atrativos: as Cataratas, a Itaipu Binacional, o turismo de compras em Ciudad del Este e o turismo de negócios. Os elementos elencados no capítulo têm o objetivo de comprovar a hipótese de que os processos de transfronteirização sofrem influência dos atores econômicos do capital privado, que são determinantes na estruturação do território transfronteiriço.

Hipótese que se comprova, tendo em vista a importância econômica do comércio de Ciudad del Este e das empresas privadas que atuam no turismo das Cataratas e no turismo de negócios em Foz do Iguaçu.

O capítulo 7 trata das transfronteirizações cotidianas na Tríplice Fronteira, decorrentes de atividades criminosas, que geram impactos negativos para a região. Os elementos apresentados no capítulo tiveram o intuito de atestar a hipótese de que as diversas organizações criminosas que atuam na Tríplice Fronteira produzem efeitos negativos que são materializados nos diversos tipos de tráfico (armas, drogas e pessoas), na corrupção e no aumento da repressão estatal. Hipótese que se comprovou através da análise dos dados sobre apreensões de ilícitos, corrupção policial, exploração de pessoas, contrabando, etc, que atestaram o peso das atividades criminosas na economia da Tríplice Fronteira, que culminou na lei dos sacoleiros – uma lei que evidencia a impotência do Estado no combate ao crime de contrabando na região.

É importante destacar que o presente trabalho mostrou-se inovador ao trazer pesquisas de campo nos continentes europeu e sul-americano, com apoio e recursos brasileiros (CAPES). Ressalta-se a importância de trabalhos de campo internacionais visto que o Brasil não tem tradição de pesquisa de campo em outros países.

Finalizando, cabe lembrar que a discussão teórica sobre processos de transfronteirização ainda é embrionária, circunstanciada a diferentes experiências e estudos de caso. Atualmente, inexiste teoria suficiente para cobrir casos distintos. A presente pesquisa visou contribuir, via método indutivo, para a construção de um arcabouço teórico. Ainda que não tenha o alcance suficiente para uma construção mais acabada do referencial teórico, ela trouxe várias explorações em torno do caso da RTI na Bacia do Prata – um dos melhores exemplos dos processos de transfronteirização em curso na América do Sul –, o que por si só contribui para a abertura de uma nova trajetória de pesquisas que poderão dar seqüência à construção de novos referenciais teóricos sobre os diferentes processos de transfronteirização.

REFERÊNCIAS

ABC COLOR. **Casi 900 mil pasajeros usaron aeropuertos en 2011**. Disponível em http://www.abc.com.py/nacionales/casi-900-mil-pasajeros-usaron-aeropuertos-en-2011-363980.html. Acesso em: 21 fev. 2013.

ABTI – Associação Brasileira de Transportes Internacionais. **Estatísticas do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas**. Disponível em http://www.abti.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=172&Itemid=316. Acesso em: 21 fev. 2013.

ADIALA, Cristiane S. M. **Efeitos de políticas públicas em cidades de fronteira**: Uruguaiana e Santana do Livramento. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências – PPGG Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, 110 p.

ADITAL. **Polícia é corrupta para os paraguaios**. Disponível em http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=15905. Acesso em: 8 ago. 2013.

AEOROPUERTOS ARGENTINA 2000 S.A. Disponível em http://www.aeropuertosarg.com.ar/2012/01/el-2011-en-los-aeropuertos-de-aa2000/. Acesso em: 21 fev. 2013.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Brasileiros reclamam da atuação do Paraguai no combate ao crime internacional**. Disponível em http://apublica.org/2011/06/wikileaks-brasileiros-reclamam-da-atuacao-do-paraguai-no-combate-ao-crime-internacional/. Publicado em 29 jun. 2011. Acesso em: 18 jul. 2012.

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração. **Arancel de Importación**. Disponível em http://www.aladi.org/nsfaladi/guiasimportacion.nsf/e0fafadcfa076c91032574ef006e83c6/ea84af941b5086e80325750f0047f6a2?OpenDocument. Acesso em 3 set. 2013.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan./jun. 2009. p. 137-166.

ALF. **Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas**. 30 nov. 2005. Disponível em http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_211/. Acesso em: 23 jun. 2013.

AMAMBAÍ NOTÍCIAS. **Encontro reúne jornalistas da Tríplice Fronteira**. Disponível em http://www.amambainoticias.com.br/mundo/encontro-reune-jornalistas-da-triplice-fronteira. Matéria de nov 2010. Acesso em: 16 jul. 2012.

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, 309 p.

AMILHAT-SZARY, Anne-Laure; FOURNY, Marie-Christine. **Après les frontières, avec la frontière**. Nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe. La Tour d'Aigues : Éditions de l'aube, 2006, 169p.

ANDERSON, Joan; WEVER, Egbert. Borders, Border Regions and Economic Integration: One World, Ready or Not. In: **Journal of Borderlands Studies**. Volume 18, n. 1, Spring, 2003.

ARROYO, Mónica. A internalização do externo no ambiente dos negócios: novos elementos na dinâmica territorial. In: **Fronteiras da América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, 292 p.

ATLAS DU LUXEMBOURG. Luxembourg: Emons, 2009, 224 p.

BAHL, M. **Turismo e eventos**. Curitiba: Protexto, 2004, 80 p.

BAND – REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO. A Liga: Tríplice Fronteira. Matéria de 11 mai. 2010. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=HTiAmHoWKM0. Acesso em 7 set. 2013.

BARTOLOMÉ, Mariano César. A Tríplice Fronteira: principal foco de insegurança no Cone Sul-Americano. In: **Military Review**, 2° tri. 2003, p. 22-35. Disponível em http://www.academia.edu/2947404/A_Triplice_Fronteira_principal_foco_de_insegurança_do_Cone_Sul_Americano. Acesso em: 8 dez. 2012.

BBC BRASIL. **Operação fronteira**. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/08/120806_operacao_fronteira_lk_ac.shtml. Publicado em 7 ago. 2012. Acesso em: 7 ago. 2012.

BÉLIVEAU, Verónica Giménez. Representações da integração e seus obstáculos: a fronteira do ponto de vista da política. In: **A Tríplice Fronteira: espaços e dinâmicas locais**. Lorenzo Macagno; Silvia Montenegro; Verónica Béliveau (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2011, 284 p.

BENTANCOR, Gladys. Frontera y integración. In: **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o MERCOSUL. Iára R. Castello *et al.* (orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 97-109.

BENTANCOR, Gladys. Rivera-Santana do Livramento: particularidades de uma fronteira. In: **Fronteiras e Espaço Global**. Tânia Marques Strohaecker *et al* (orgs.). Porto Alegre: AGB, 1998.

BORGES, Gabriela. **Governos não chegam a acordo e frutas argentinas apodrecem na fronteira**. Disponível em http://economia.ig.com.br/crise-argentina/2012-06-11/governos-nao-chegam-a-acordo-e-frutas-argentinas-apodrecem-na-fronteira.html. Acesso em: 12 jun. 2013.

BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Grupo Retis/UFRJ – Lia Machado (coordenação). Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. **Conselho de Administração do FOCEM**. Nota n° 739, dez 2010. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/conselho-de-administracao-do-focem. Acesso em 10 ago 2013.

BRASIL. **Compras no exterior**. Disponível em http://www.brasil.gov.br/sobre/turismo/transacoes-comerciais/compras-no-exterior. Acesso em: 8 mar. 2013 a.

BRASIL. **Escola de Fronteira**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=836&id=12586&option=com_content&view=article. Acesso em: 8 mar. 2013 b.

BRASIL. **Foz do Iguaçu terá segunda ponte internacional**. Disponível em http://www.transportes.gov.br/noticia/conteudo/id/72663/module/default. Acesso em: 1° abr. 2013 c.

BRASIL. **Balança comercial Brasil-Paraguai**. Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576. Acesso em 10 mar 2013 d.

BRASIL. **Oportunidades de negócios em serviços**: Brasil e Paraguai. Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1224528389.pdf. Acesso em: 25 jun. 2013 e.

BRASIL. **Balança Comercial** – MERCOSUL. Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081. Acesso em: 1° jul. 2013 f.

BRASIL. **Paraguai expulsará milhares de brasileiros**. Disponível em http://www.camara.gov.br/mercosul/A_RelatorioAtiv/CE_21-22-abr-05.htm. Acesso em: 3 ago. 2013 g.

BRITEZ, Edwin; CABALLERO, Javier. **El Paraguay actual** (2ª parte) 1998-2010. Assunção: El Lector, 2010, 156 p.

BRUNET, Roger. La carte-modèle et lês chorèmes. In: **Mappemonde**, n. 4. Toulouse : Université Toulouse II-Le Mirail, 1986. Disponível em http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M486/p2-6.pdf. Acesso em: 10 jun. 2013.

BRUNNET-JAILLY, E. Theorizing Borders: an Interdisciplinary Perspective. In: **Geopolitics**, 10(4), 2005.

BUZY-CHRISTMANN. La strategie de communication de « Luxembourg et Grande Région Capitalle européenne de la culture 2007 » In : **La construction des territoires en Europe** : Luxembourg et Grande Région avis de recherches. Deshayes, J. et Crenn, G. (direction). Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2010.

CAHIERS. Le Pôle Européen de Développement à Longwy. In: **Les Cahiers de la MOT** 3. Paris: MOT, 2003,19 p.

CAHIERS. De la Convention-cadre de Madrid au GECT. In: **Les cahiers de la MOT** 7 : Le groupement européen de coopération territoriale. Paris: MOT, 2008, 19 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Fundação Iguassu alerta sobre localização da 2º Ponte BR-PY**. Disponível em http://www.cmfi.pr.gov.br/noticias_detalhes.php?fundacao-iguassu-alerta-sobre-localizacao-da-2-ponte-br-py&ID=Mzg=. Acesso em: 11 jun. 2013.

CARNEIRO Filho, Camilo P. **Interações espaciais e cidades-gêmeas na fronteira Brasil-Argentina**: São Borja/Santo Tomé – Itaqui/Alvear (Dissertação de Mestrado em Geografia). PPGG Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CARNEIRO Filho, Camilo P. La Grande Région, région transfrontalière européenne. In: **Revista Confins**/USP n. 16, 2012. Disponível em http://confins.revues.org/. Acesso em: 21 jun. 2013.

CASTILLA, Juliana. **Dilma assina na Argentina acordos de cooperação de energia**. Estado de São Paulo. Publicado em 31 jan. 2011. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-assina-na-argentina-acordos-de-cooperacao-de-energia,673505,0.htm. Acesso em: fev. 2013.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: Castro, I.; Gomes, P.; Corrêa, R. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009, p. 117-140.

CATARATAS S.A. **Parque Nacional do Iguaçu**: Patrimônio Natural da Humanidade. Disponível em http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/36-patrimonio-natural-da-humanidade.aspx. Acesso em: 12 jun. 2013.

CIF. **Consórcio Intermunicipal da Fronteira**. 2013. http://www.cifronteira.com.br/?&capa=noticias&id=12. Acesso em: 12 fev. 2013

CLIC RBS. **Balsas voltam a operar na região**. Disponível em http://wp.clicrbs.com.br/santarosa/tag/porto-vera-cruz/. Publicado em set. 2011. Acesso em: 26 jul. 2012.

CMS. **Conselho Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu**. Reunião ordinária em 5 out 2006. Ata nº 357. Disponível em www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=5727. Acesso em: 14 jun. 2013.

CONTE, Cláudia Heloíza. Compreendendo o papel de Foz do Iguaçu/PR na rede de cidades com base nos deslocamentos pendulares. In: **Revista Terra Plural**, volume 7, n° 1, jan/jun. Ponta Grossa: UEPG/UNICENTRO, 2013, p. 61-78.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. In: **Revista Cidades**, volume 9, n° 16. Presidente Prudente: UNESP, 2013. p. 199-2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica de cidades. In: **Revista Cidades**, volume 1, n° 2. Presidente Prudente: UNESP, 2004. p. 317-323.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Bertrand Brasil, 2005 (3ª ed.), 304 p.

COSTA, Renatho. Era uma vez na fronteira: o mito da zona "fora da lei"? In: **Fronteiras em movimento**. Fábio Régio Bento (org.). Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 31-44.

COSTA, Olivier; BRACK, Nathalie. **Sistema decisório da União Europeia**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011, 270 p.

COURLET, Claude. **Globalização e fronteira**. Porto Alegre: Ensaios FEE (17) 11-22, 1996.

CRAMER, Liz. **Paraguai convida brasileiros a "dar uma escapada" a Assunção**. Disponível em http://noticias.r7.com/internacional/noticias/paraguai-convida-brasileiros-a-dar-uma-escapada-a-assuncao-20110406.html. Acesso em: 12 set. 2011.

CSSF – Commission de Surveillance du Secteur Financier. **Nombre de banques par pays d'origine** (situation a 31.12.2013). Disponível em http://www.cssf.lu/statistiques/banques/stats-mensuelles/nombre/. Acesso em: 2 jan. 2014.

CURY, Mauro José Ferreira. Territorialidades transfronteiriças: as interconexões socioambientais, econômicas, políticas e culturais na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu(BR), Ciudad del Este(PY) e Puerto Iguazú(AR). In: **Territórios e fronteiras**. (Re)arranjos e perspectivas. Nilson Fraga (org.). Florianópolis: Insular, 2011. 295-322 p.

DA COSTA, Eduardo J. M. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais em Regiões Periféricas**. Tese (Doutorado). Instituto de Economia. Doutorado em Economia Aplicada. Campinas: UNICAMP, 2007, 409 p.

DEFESANET. **Conexão brasileira do Hamas**. Disponível em http://www.defesanet.com.br/terror/noticia/4047/A-conexao-brasileira-do-Hamas. Publicado em 19 dez. 2011. Acesso em: 10 ago. 2012.

DEVAUX. Les promoteurs de l'idée de la Grande Région. In : **La construction des territoires en Europe** : Luxembourg et Grande Région avis de recherches. Deshayes, J. et Crenn, G. (direction). Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2010.

DGEEC – Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos. **Atlas Censal del Paraguay**: Alto Paraná. Disponível em http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/13%20Atlas%20Alto%20Parana%20censo.pdf. Acesso em: 17 jun. 2013.

DGEEC – Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos. **Turismo receptivo por mes, según país de residencia**. Año 2007. Disponível em http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Anuario2007/02.%20Poblacion%20y%20Vivienda.pdf. Acesso em: 17 jun. 2013.

DIETZ, Circe. **Cenários contemporâneos da Fronteita Brasil-Argentina**: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS/POSGEA, 2008.

DINAC. **Tabla de los Movimientos Históricos de Pasajeros del Aeropuerto Internacional Guaraní**: período 1996 a 2009. Disponível em http://www.dinac.gov.py/downloads/historico_estadisticas_aig1.pdf. Acesso em: 22 ago. 2013.

DREYFUS, Pablo. **Agenda de Seguridad en el MERCOSUR**: La Triple Frontera como "espacio de inseguridad regional". Trabajo de apoyo para los fundamentos y planeamiento del Programa Internacional de Seguridad Humana (PISH). Rio de Janeiro, 2005.

ESCOLA MUNICIPAL ADELE ZANOTTO SCALCO. Disponível em http://escolaadelezanotto.webnode.com.br/. Acesso em: 11 jun. 2013.

ESCUELA INTERCULTURAL BILINGÜE N° 2. Disponível em http://www.slideshare.net/copracytmnes/escuela-intercultural-bilinge-n2-de-frontera-jornada-completa-puerto-iguaz. Acesso em: 11 jun. 2013.

EUROPA. **Portal oficial da União Europeia**. Disponível em http://europa.eu/index_pt.ht. Acesso em: 30 ago. 2012.

FARIA, Alcides. **BNDES e CAF preparam 'casamento' para viabilizar IIRSA**. Disponível em http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=81&mat=5030. Acesso em 31 ago. 2013.

FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: **Fronteiras da América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, 292 p.

FECOMÉRCIO-RS. **Sumário das demandas empresariais para o desenvolvimento do comércio exterior e da logística**. Disponível em www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1317145790.doc. Acesso em: 26 jun. 2012.

FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I.. Reconsiderando la Nueva Ortodoxia Regionalista en los países centrales y en América latina. In: **Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana.** Fernandez, Víctor Ramiro; Vigil, José Ignacio ; Amin, Ash (Comps.). Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008.

FERNÁNDEZ, V. R.; VIGIL, J. I.. Repensando el Nuevo Regionalismo en América latina. Desde el aislacionismo intra-territorial hacia una estrategia de desarrollo integradora, por Víctor Ramiro Fernández y José Ignacio Vigil. In: **Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana.** Fernandez, Víctor Ramiro; Vigil, José Ignacio; Amin, Ash (Comps.). Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008.

FIRMEZA, George Torquato. **Brasileiros no exterior**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, 377 p.

FOGEL, Ramón. Relaciones interetnicas en el borde este del Paraguay. In: **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o MERCOSUL. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 140-148.

FOLHA DE SÃO PAULO. Polícia Federal e Marinha paraguaia trocam tiros na fronteira. Publicado em 3 mai. 2010. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u729317.shtml. Acesso em: 13 jun. 2013.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontiers**. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991, 691 p.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por Fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009, 213 p.

FOZ DO IGUAÇU DESTINO DO MUNDO. **Foz do Iguaçu sobe 92 posições no ranking internacional de eventos da ICCA**. Disponível em http://www.fozdoiguacudestinodomundo.com.br/es/node/1042?page=3. Acesso em: 7 set. 2013.

FREITAS, Valter de Almeida. **A circulação do trabalho no MERCOSUL e na União Europeia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, 372p.

FUSER, Igor. Os 10 eixos da IIRSA. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, 1° out 2008. Disponível em http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2593&tipo=acervo. Acesso em: 3 jul. 2013.

G1. **Foz do Iguaçu lidera em apreensão de veículos roubados no Brasil**. Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1517184-5598,00-FOZ+DO+IGUACU+LIDERA+EM+APREENSAO+DE+VEICULOS+ROUBADOS+NO+BRASIL.html. Publicado em 8 mar. 2010. Acesso em: 10 ago. 2012.

G1. **Reportagem mostra o caminho do contrabando de cigarros na fronteira**. Disponível em http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/06/reportagem-mostra-o-caminho-do-contrabando-de-cigarros-na-fronteira.html. Publicado em 7 jun. 2011. Acesso em: 16 jul. 2012.

G1. **Operação contra o contrabando prende seis policiais rodoviários**. Disponível em http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/05/pr-operacao-contra-o-contrabando-prende-seis-policiais-rodoviarios.html. Publicado em mai. 2012. Acesso em: 13 jun. 2012 a.

G1. **Policiais brasileiros são presos no Paraguai após ação na fronteira**. http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/06/policiais-brasileiros-sao-presos-no-paraguai-apos-acao-na-fronteira.html. Publicado em jun. 2012. Acesso em: 13 jun. 2012 b.

G1. **Muçulmanos na Tríplice Fronteira iniciam o período de jejum do Ramadã**. Disponível em http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/07/muculmanos-da-triplice-fronteira-iniciam-periodo-de-jejum-do-ramada.html. Acesso em: 13 ago. 2013 c.

GERHARDT, Milton César. **Garabi**: para quê e para quem? Publicado em 27 jul. 2011. Disponível em http://www.mabnacional.org.br/artigo/garabi-para-qu-e-para-quem. Acesso em: 30 mar. 2013.

GLOBO – REDE RPC. **Número de veículos roubados e furtados procupa motoristas em Foz do Iguaçu**. Disponível em: http://globotv.globo.com/rpc/parana-tv-1a-edicao-foz-do-iguacu/v/numero-de-veiculos-roubados-e-furtados-preocupa-motoristas-em-foz-do-iguacu/2065198/. Publicado em 30 jul. 2012. Acesso em: 10 ago. 2012.

GRANDE RÉGION. **Luxembourg et Grande Région, capitale européenne de la culture 2007**. Disponível em http://www.granderegion.net/fr/publications/index.html. Acesso em: 9 jul. 2013.

GRIMSON, Alejandro. **El otro lado del río**: periodistas, nación y MERCOSUR en la frontera. Buenos Aires: Edeuba, 2002, 228p.

GRIMSON, Alejandro. Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina). In: **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UNB, 2005. 21-54 p.

GUICHONNET, P; RAFFESTIN, C. **Géographie des frontières**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974, 224 p.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde pública na América Latina: questões de Geografia Política. In: **Questões territoriais na América Latina**. Amália Lemos; María Laura Silveira e Mónica Arroyo (organizadoras). Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 249-260.

HAESBAERT, Rogério. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do MERCOSUL. In: **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998, 109 p.

HAESBAERT, Rogério. Regiões transfronteiriças e redes "brasileiras" no MERCOSUL. In: 8° Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago. **Anais do 8° Encontro de Geógrafos da América Latina**. Santiago: Universidad de Chile, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Elementos para uma nova regionalização em um mundo global des-territorializado. In: **Le bassin du Río de la Plata**. Développement local et intégration régionale. Martine Guibert *et al* (orgs.). Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2009. p. 27-49.

HEALEY, M. How to conduct a literature search. In: **Key methods in Geography**. Clifford, N. J.; Valentine, G. *et al.* Londres: Sage Publications, 2003.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. ¿Identidades móviles o movilidad sin identidad? In: **Questões territoriais na América Latina**. Amália Lemos; María Laura Silveira e Mónica Arroyo (organizadoras). Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 163-176.

HIRT, Carla. A Territorialidade do capitalismo brasileiro: um olhar a partir do BNDES. In: **Anais do XV ENANPUR**. Recife: ANPUR, 2013.

HSU. Ano novo chinês é comemorado na quarta-feira. Publicado em: 9 fev. 2005. Disponível em http://www.h2foz.com.br/noticia/ano-novo-chines-e-comemorado-na-quarta-feira. Acesso em: 20 jun. 2013.

HUDSON, Rex. **Terrorist and organized crime groups in the Tri-Border Area (TBA) of South America**. Washington: Library of Congress, 2003, 86 p. Disponível em http://www.fas.org/irp/cia/product/frd0703.pdf. Acesso em: 30 jun. 2013.

IACOMINI, Franco. Fronteira sem lei. In: Revista Veja, 8 abr 1998. Disponível em http://veja.abril.com.br/080498/p_044.html#quadro2. Acesso em: 4 jul. 2013.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, 194 p.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/principal.aspx. Acesso em: 25 jun. 2013.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. **Mejoras al Centro de Frontera Puerto Iguazú**. Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=145. Acesso em: 25 jun. 2013 a.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. **Mejoramiento y concesión de la Ruta Nacional n° 6** (Ciudad del Este – Encarnación). Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=152. Acesso em: 25 jun. 2013 b.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. **BR-277**: Santa Terezinha de Itaipu – Cascavel. Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=701. Acesso em: 25 jun. 2013 c.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. **Ampliación de Puerto Indio**. Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=721. Acesso em: 25 jun. 2013 d.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. **Aeropuerto Guaraní**. Hub de carga regional. Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=965. Acesso em: 25 jun. 2013 e.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. **Novo puente internacional sobre el río Pepiri Guazú, entre Paraíso (Brasil) y San Pedro (Argentina)**. Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1320.Acesso em: 25 jun. 2013 f.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. **Corredor ferroviário Bioceânico** – Ramal Cascavel-Foz do Iguaçu. Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=139. Acesso em: 25 jun. 2013 g.

IIRSA. **Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. **Construção da linha férrea Asunción-Ciudad del Este**. Disponível em http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=138. Acesso em: 25 jun. 2013 h.

IJUÍ. **Aeroporto de Ijuí é assunto em audiência pública**. http://www.ijui.com/noticias/ijui/42143-aeroporto-de-ijui-e-assunto-em-audiencia-publica. Acesso em: fev. 2013.

INDEC. **Oferta y demanda hotelera**. Indicadores seleccionados por mês y tipo de estabelecimiento. Puerto Iguazú. Año 2009. Disponível em http://www.indec.gov.ar/nuevaweb/cuadros/9/eoh_2009_iguazu.xls. Acesso em: 23 ago. 2013.

INDEC. **Incidencia de la pobreza y la indigencia en el total de aglomerados urbanos y regiones estadísticas**. Segundo semestre 2012. Disponível em http://www.indec.gov.ar/nuevaweb/cuadros/74/grafpobreza1_ephcontunua.xls Acesso em: 23 ago. 2013.

INDEC. **Demanda hotelera por mes y condición de residencia de los viajeros hospedados**. Puerto Iguazú. Año 2013. Disponível em http://www.indec.gov.ar/nuevaweb/cuadros/9/e/eoh_2013_iguazu.xls. Acesso em: 23 ago. 2013.

INFRAERO. **Aeroporto Internacional Foz do Iguaçu/Cataratas**. http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/parana/aeroporto-internacional-de-foz-do-iguacu.html. Acesso em: fev. 2013.

INTERREG IVC. **Programme Funding**. Disponível em http://www.interreg4c.eu/funding.html. Acesso em: 12 ago. 2013.

ITAIPU BINACIONAL. **Itaipu**: perguntas frequentes. Disponível em http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes. Acesso em: 11 jun. 2013 b.

ITAIPU BINACIONAL. **Segunda ponte deve mudar perfil da região da fronteira trinacional**. Disponível em http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/segunda-ponte-deve-mudar-perfil-da-regiao-da-fronteira-trinacional. Acesso em: 1° abr. 2013 c.

JESSOP, Bob. La economia política de la escala y la construcción de las regiones transfronterizas. In: **Revista Eure**, vol. XXIX, n° 89, p. 25-41. Santiago, 2004.

JIE – Jornal de Itaipu Eletrônico. **Atendimento a crianças vítimas de violência será ampliado em Foz**. Publicado em 23 jul. 2010. Disponível em http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17117. Acesso em: 4 abr. 2013 a.

JIE – Jornal de Itaipu Eletrônico. **Mobilização marca união da fronteira na defesa de crianças**. Matéria de 28 jul. 2010. Disponível em http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17171. Acesso em: 4 abr. 2013 b.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Tríplice Fronteira é porta aberta ao contrabando**. Disponível em http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=11038. Publicado em 27 out. 2009. Acesso em: 16 jul. 2012.

KARAM, John Tofik. Atravessando as Américas: a “guerra ao terror”, os árabes e as mobilizações transfronteiriças em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, pp. 203-231. In: **A Tríplice Fronteira**: espaços e dinâmicas locais. Lorenzo Macagno; Silvia Montenegro; Verónica Béliveau (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2011. 284 p.

KLEIN, Jefferson. **Argentina deverá receber energia da AES Uruguaiana**. Em: Jornal do Comércio, 27 mai. 2013. Disponível em http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=125027. Acesso em: 3 mai. 2013.

KLEINKE, Maria de Lourdes; Cardoso, Nelson; Ultramari, Clovis; Moura, Rosa. O paraíso dos outros. In: **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Iára Castello *et al* (orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 96-106.

KNAPP, Wolfgang. **Regional Identity** – a conceptual framwork. A sense of place – Rhein Rhur symposium, 2003. Disponível em http://www.saulproject.net/downloads/A%20Sense%20of%20Place/Rhein%20Ruhr%20symposium/W%20Knapp.pdf. Acesso em: 22 ago. 2012.

KNIGHT CENTER OF JOURNALISM IN THE AMERICAS. **Sindicato denuncia censura e ameaça a jornalistas em Ciudad del Este**. Disponível em http://knightcenter.utexas.edu:8080/pt-br/blog/sindicato-denuncia-censura-e-ameacas-jornalistas-em-ciudad-del-este. Matéria de 12 mai. 2010. Acesso em: 10 ago. 2012.

KOLOSSOV, V. Border Studies: Changing Perspectives and Theoretical Approaches. In: **Geopolitics**, n. 10, 2005. p. 606-632.

LAINO, Domingo. Paraguai: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979, 247 p.

LAKATOS, Eva M., MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1983.

LE MONDE. **Bilan du monde**: la situation économique internationale. Paris: Le Monde, 2011, 186 p.

LEMOS, Bruno de O. **A Nova Agenda para cooperação e desenvolvimento fronteiriço entre Brasil e Uruguai**: repercussões territoriais nas cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS/POSGEA, 2013.

LIGRONE, Pablo. **Transfronteirización**. In: Diccionario del pensamiento alternativo. Biagini, H.; Roig. A. Buenos Aires: Biblos, 2006, 589 p.

LIMA, Fernando Raphael Ferro de. Aglomeração urbana da Tríplice Fronteira: Foz do Iguaçu no contexto do Paraná. In: **Anais do XII Encontro da ANPUR, 2007**. Disponível em http://www.fag.edu.br/professores/solange/PUR%20IV/BIBLIOGRAFIA%20APOIO/Aglomera%E7%E3oTripliceFronteira.pdf. Acesso em: 2 set. 2012.

LIMA, Fernando Raphael Ferro de. **Desenvolvimento regional na fronteira Foz do Iguaçu/BR, Ciudad del Este/PY**. 2011. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Hidrelétricas no rio Uruguai ameaçam Salto do Yucumã**. Publicado em 28 nov. 2011. Disponível em http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/hidrel-tricas-no-rio-uruguai-amea-am-salto-do-yucum. Acesso em: 20 fev. 2013.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Atingidos pelo Complexo Binacional Garabi mobilizam-se no 14 de março**. http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pelo-complexo-binacional-garabi-mobilizam-se-no-14-mar. Acesso em: mar. 2013 a.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **MAB tranca fronteira entre Brasil e Argentina**. In: Brasil de Fato. Disponível em http://www.brasildefato.com.br/node/12332. Acesso em: 3 abr. 2013 b.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: **Fronteiras e Espaço Global**. T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MACHADO, Lia Osório. **A verdadeira economia clandestina**: Rotas seguras e esquemas para lavar dinheiro do narcotráfico produzem “milagres” no Brasil. Disponível em http://veja.abril.com.br/idade/educacao/pesquise/drogas/1465.html. Matéria de 2001. Acesso em: 18 jul. 2012.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: **Continente em chamas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 287 p.

MARKS, G. Structural policy and multi-level gouvernance in the EC. In: **The State of the European Community**, vol. 2: The Maastricht debates and beyond. A. W. Cafruny; G. G. Rosenthal (orgs.). Boulder: Lynne Rienner, 1993.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **Exploração sexual comercial de crianças: necessidade de cooperação na Tríplice Fronteira**. Disponível em http://mundorama.net/2013/03/16/exploracao-sexual-comercial-de-criancas-necessidade-de-cooperacao-na-triplice-fronteira-por-patricia-nabuco-martuscelli/. Acesso em: 4 abr. 2013.

MATIAS, Sérgio. Øresund: dois países, uma região? O nascimento de uma região transfronteiriça. In: **Periódico Informação Internacional**. Análise Económica e Política, 2002. Disponível em http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2002_VI.pdf. Acesso em: 13 mar. 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1977.

MÉLO, José Luiz Bica. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: **Fronteiras da América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, 292p.

MENDES DA SILVA, Evaldo. Terras e territórios indígenas na Tríplice Fronteira. In: **Cenários em perspectiva**: diversidades na Tríplice Fronteira. Regina Coeli Machado e Silva; Maria Elena Pires Santos (orgs.). Cascavel: Editora UNIOESTE, 2011. p. 13-44.

MENEGOTTO, Ricardo. **Migrações e fronteiras**: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, 103 p.

METROBORDER. **Région métropolitaine polycentrique transfrontalière**. Luxemburgo: ESPON & University of Luxembourg, 2010, 201 p.

MISSIONES. **Nuestra provincia**. Buenos Aires: Cultural Librera Americana, 2007, 88 p.

MOT – Mission Opérationelle Transfrontalière. **Groupement européen de coopération territoriale** (GECT). Disponível em http://www.espaces-transfrontaliers.org/carte_gect.pdf. Acesso em: 30 jul. 2013.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Ciências da Terra. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009, 242 p.

NATBRASIL – Núcleo Amigos da Terra. **Grandes e Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai**: Guias para ONGS e Movimentos Sociais. Anelise Hüffner e Bruna Cristina Engel (orgs.). Porto Alegre: Atual, 2011.

NEWMAN, D. Boundaries. In: Agnew, J. *et. al.* **A Companion to Political Geography**. 1ª ed. Oxford: Basil Blackwell, 2003.

NOGUEIRA, Carmen Regina D. **Turismo no MERCOSUL**: Circuito Internacional das Missões Jesuíticas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2000.

NORIEGA, Roger; CARDENAS, José. **The mounting Hezbollah threat in Latin America**. Disponível em http://www.aei.org/article/foreign-and-defense-policy/regional/latin-america/the-mounting-hezbollah-threat-in-latin-america/. Acesso em: 12 ago 2013.

OHMAE, Kenichi. **O mundo sem fronteiras**: poder e estratégia em uma economia global. Tradução de Maria Cláudia O. Santos. São Paulo: Makron; McGraw-Hill, 1991, 228 p.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação**: a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996, 464 p.

OLIVEIRA, Naia. Áreas de frontera na perspectiva da integração latino-americana. In: **Fronteiras no MERCOSUL**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 53-62.

OVIEDO, A.; GORTARI, J. Misiones en el intercambio económico regional y en el contexto del Mercosur. In: **Revista Estudios Regionales** 10. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 1997.

PAASI, Anssi. **The institutionalization of regions**: a theoretical framework for the understanding of the emergence of regions and the constitution of regional identity. Fennia, 1986. p. 105-146.

PAIM, Elisangela S. Eixos de integração da IIRSA e o papel das instituições financeiras. In: **1° Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF**: Prospecção de Projetos de Integração Física Sul-Americana. Brasília, ago. 2003. Disponível em www.riosvivos.org.br/dowloads/iirsa_eli.ppt. Acesso em 31 ago. 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Coordenadoria de Estudos e Projetos. **Definições de critérios para a determinação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões**. Curitiba: SEPL, 1991.

PARO, Denise. **Acordo bilateral favorece moradores fronteiriços**. 2011. http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1157187&tit=Acordo-bilateral-favorece-moradores-fronteiricos. Acesso em: 8 mar. 2013.

PDIF. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em http://www.relinter.rs.gov.br/upload/1354187656_PDIF_RS%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf. Acesso em: 8 mar. 2013.

PERKMANN, Markus. Policy entrepreneurship and multilevel governance: a comparative study of European cross-border regions. In: **EPC Government and Policy.** Volume 25, p. 861-879, 2007.

PINHEIRO, José Luís Palmeiro. Transborder Cooperation and Identities in Galicia and Northern Portugal. In: **Geopolitics**: 14, p. 79-107, 2009.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (Re) pensando a diáspora chinesa: fluxos globais e dinâmicas locais da imigração contemporânea. In: **Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2006. p. 1-30. Disponível em http://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/?ui=2&ik=5b7898f3c4&view=att&th=1435555292ab72fb&attid=0.1&disp=inline&safe=1&zw&saduie=AG9B_P8dV-HPRMepNHq7mNLivpZj&sadet=1388715181139&sads=ch2xpKmGtSlQe5c1C3hrVQxQiOE. Acesso em: 12 ago. 2012.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Caminhos do descaminho: etnografia da fiscalização na Ponte da Amizade e seus efeitos no cotidiano da Tríplice Fronteira. In: **A Tríplice Fronteira**: espaços e dinâmicas locais. Lorenzo Macagno; Silvia Montenegro; Verónica Béliveau (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 127-145.

PINTO, Tão Gomes. **Itaipu**: integração em construção ou uma pedra no caminho? Barueri: Amarilys, 2009, 179 p.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Disponível em http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais#2007/2008. Acesso em: 12 jul. 2013.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. **MERCOSUL**: a dimensão econômico-comercial. 2009. Brasília: Scribid, 2009, 165 p. Disponível em http://pt.scribd.com/doc/30827809/7/O-%E2%80%9Cvelho%E2%80%9D-e-o-%E2%80%9Cnovo-regionalismo%E2%80%9D. Acesso em: 4 jul. 2013.

PONTES, Maria Beatriz Soares. O confronto entre espaços de liberdade e segurança: o território da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai). In: **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009.

PORTAL GUAÍRA. **Mais de 2 mil trabalhadores foram demitidos por queda nas vendas no Paraguai**. Disponível em http://www.portalguaira.com/PG/urgente-fronteira-mais-de-2-mil-trabalhadores-foram-demitidos-por-queda-nas-vendas-no-paraguai/. Acesso em: 3 ago. 2013.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araujo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. In: **Polis**. Revista Académica de la Universidad Bolivariana de Chile, v. 31, p. 16, 2012.

PRADEAU, C. **Jeux et enjeux des frontières**. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1994.

PREFEITURA DE SANTA ROSA. **Projeto Mão na Massa fará melhorias no aeroporto de Santa Rosa**. Disponível em http://www.santarosa.rs.gov.br/noticias.php?acao=ver&id=4222. Acesso em: 8 mar. 2013.

PREFEITURA DE SÃO BORJA. **Prefeito busca investimento ao aeroporto de São Borja**. Disponível em http://www.saoborja.rs.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1451:prefeito-busca-investimento-ao-aeroporto-de-sao-borja&catid=14:ultimas-noticias&Itemid=231. Acesso em: 27 jun. 2012.

PROCÓPIO, Argemiro. A presença do narcotráfico na economia informal. In: **Globalização e integração das Américas**: hegemonia e contra-hegemonia (vol. 4). Theotonio dos Santos (coordenação). Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005. p. 289-303.

PROJETO IGUASSU. Disponível em http://projetoiguassu.com/. Acesso em: 10 jun. 2013.

RABOSSI, Fernando. Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira. (Tese de Doutorado em Antropologia). PPGSA Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, 318 pg.

RABOSSI, Fernando. Como pensamos a Tríplice Fronteira? In: **A Tríplice Fronteira**: espaços nacionais e dinâmicas locais. Macagno, Lorenzo; Montenegro, Silvia; Béliveau, Verónica (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2011, 284 p.

RACINE, J; RAFESTIN, C; RUFFY, V. Escala e ação: contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 45, n. 1, p. 123-135. Rio de Janeiro: jan./mar. de 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris : LITEC, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Autour de la fonction sociale de la frontière**. In: Espaces et sociétés, n. 70-71, 1992. p.157-164.

REITEL, B. Les logiques de projet dans l'agglomération transfrontalière de Strasbourg-Kehl et de l'agglomération trinationale de Bâle : vers l'émergence de nouvelles territorialités ? In: **Après les frontières, avec la frontière**. Nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe. La Tour d'Aigues: Éditions de l'aube, 2006. p. 151-167.

REITEL, B. Le Rhin supérieur, une région transfrontalière en construction ? Une approche géographique d'une situation frontalière. In: **Vivre et penser la coopération transfrontalière**: les régions frontalières françaises. Etudes sur l'histoire de l'intégration européenne. Wassenberg, Birte (dir.) Stuttgart : Steiner-Verlag, 2010. p. 289-306.

RENARD, Jean-Pierre. Frontières et aménagement. Le point de vue du géographe. In: **Frontières et amenagement**. Metz : CEGUM - Centre de recherche en Géographie, 2008. p. 7-16.

REPÓRTER BRASIL. **Exploração sexual cresce na Tríplice Fronteira**. Disponível em http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=213. Publicado em 5 jan. 2004. Acesso em: 18 jul. 2012.

RICHARD, Yann. L'Union Européenne et sés frontières : un défi aux approches théoriques des frontières. In: **Penser l'espace politique**. Paris: Ellipses, 2009. 231-250 p.

ROCHA PINTO, Paulo Gabriel Hilu da. As comunidades muçulmanas na Tríplice Fronteira: significados locais e fluxos transnacionais na construção de identidades étnico-religiosas, 183-203 pp. In: **A Tríplice Fronteira**: espaços e dinâmicas locais. Lorenzo Macagno; Silvia Montenegro; Verónica Béliveau (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2011, 284 p.

ROLIM, Cássio. **Como analisar as regiões fronteiriças**: esboço de um enquadramento teórico-metodológico a partir do caso de Foz do Iguaçu. São Paulo: Nereus, 2004, 20 p. Disponível em http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TDNereus_05_04.pdf. Acesso em: 12 set. 2013.

ROLON, José Aparecido. **Paraguai**: transição democrática e política externa. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011, 177 p.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu**: cidade rede sul-americana Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2006.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Nova ordem sul-americana**: reorganização geopolítica do espaço mundial e projeção internacional do Brasil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2011, 351 p.

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique et Géopolitique** : une grammaire de l'espace politique. Paris: Ellipses, 2007, 426 p.

RÜCKERT, Aldomar. **Reforma do Estado e tendências de reestruturação territorial**: cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2001.

RÜCKERT, Aldomar. A região transfronteiriça do Reno Superior. Observações de campo entre a França e a Alemanha. In: **Revista Confins**/USP, n. 16, 2012. Disponível em: http://confins.revues.org/7915.

RÜCKERT, Aldomar. **Comentários acerca da Região Transfronteiriça do Iguaçu**. No prelo. 2013.

RÜCKERT, Aldomar; DIETZ, Circe. Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão. In: **Revista Confins**/USP, n. 17, 2013. Disponível em http://confins.revues.org/8216.

RÜCKERT, Aldomar; GRASLAND, Claude. Transfronteirizações*:* possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Européia. In: **Revista de Geopolítica**, vol. 3, nº 2, (2012), p. 90-112. Disponível em http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs.2.3/index.php/rg/issue/view/10/showToc. Acesso em: 29 jun. 2012.

RÜCKERT, Aldomar; SUPERTI, Eliane; PORTO, Jadson; CAMPOS, Heleniza. **Transfronteirização na América do Sul**. No prelo. 2013.

RUFFRAY, S; HAMEZ, G; GRASLAND, C; LAMBERT, N; HAMM, A. **Enjeux des territories frontaliers à l'échelle nationale**. Vers la détermination et la délimitation de pôles transfrontaliers. Metz : UMS RIATE/Université de Metz, 2011. 34 p.

SANTOS; Christiano R. dos; CARNEIRO FILHO; Camilo. P. O turismo histórico na região transfronteiriça das Missões Jesuíticas. In: **PRACS** – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n° 5, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000, 174 p.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira**. Santana do Livramento: Editora da UFRGS, 1993, 142 p.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Globalização e fronteira. In: **Práticas de Integração nas fronteiras**. Temas para o MERCOSUL. Iára Castello et al. (orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 79-91.

SCHEIBE, Eduarda F. **Integração física e integração regional**: a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) como instrumento multiescalar de integração. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS/POSGEA, 2013, 157 p.

SCHNEIDER, Hans Konrad. Integração limítrofe: a colaboração teuto-franco-suíça no Alto Reno. In: **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o MERCOSUL. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 28-69.

SCHWEITZER, Alejandro. **Intégration Régional et aménagement du territoire dans le Mercosur**: frontières, reseaux et dynamiques transfrontalières. (Tese de Doutorado em Geografia). Paris : Institut des Hautes Ètudes de l'Amerique Latine, Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle, 2000.

SCHWEITZER, Alejandro. Dinámicas especiales y territorios de la integración en las fronteras del Iguazú. In: **Le bassin du Río de la Plata**. Développement local et intégration régionale. Martine Guibert *et al* (orgs.). Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2009. p. 313-330.

SDR – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA. **Projeto Bilíngue da Fronteira tem novo encontro de planejamento em 24 de abril de 2012**. Disponível em http://www.dcq.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=145. Acesso em: 13 jun. 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU. **Plano Municipal de Saúde**: 2010/2013. Foz do Iguaçu, 2010.

SENHORAS, Elói Martins. **Regionalismo transnacional e integração física na América do Sul**: um estudo geográfico sobre a iniciativa de integração da infraestrutura sul-americana. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicamp. Campinas: Unicamp, 2008, 232 p.

SÉTTON, Damián. Discursos e construção social do espaço: o caso da Tríplice Fronteira. In: **A Tríplice Fronteira**: espaços nacionais e dinâmicas locais. Lorenzo Macagno; Silvia Montenegro; Verónica Béliveau (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2011, 284 p.

SILVA, Gutemberg V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS/POSGEA, 2008.

SILVA, Regina Coeli Machado e. Entre fronteiras: imigração e identidade de grupos árabes em Foz do Iguaçu. In: **Cenários em perspectiva**: diversidades na tríplice fronteira. Regina Coeli Machado e Silva; Maria Elena Pires Santos (orgs.). Cascavel: Editora UNIOESTE, 2011 (b). p. 69-90.

SIP – Sociedad Interamericana de Prensa: **Proyecto contra la impunidad**. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=2b-1AcLhPsw&feature=relmfu. Matéria de 10 de dezembro de 2010. Acesso em: 10 ago. 2012.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. **The SIPRI Top 100 arms-producing and military services companies in the world excluding China, 2011**. Disponível em http://www.sipri.org/research/armaments/production/Top100. Acesso em: 9 ago. 2012.

SOPA BRASIGUAIA. **Receita faz balanço parcial da operação**. Disponível em http://sopabrasiguaia.blogspot.com.br/2009/11/receita-faz-balanco-parcial-da-operacao.html. Matéria de 17 de novembro de 2009. Acesso em: 16 jul. 2012.

SOUCHARD, Sylvain. **Pionniers brésiliens au Paraguay**. Paris: Kaethala, 2002.

SOUZA, Édson Belo Clemente de. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. In: **Revista Terra Plural**, vol. 3, n.1, Ponta Grossa, 2009. Disponível em http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1198/906. Acesso em: 17 jul. 2012.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasileiros na fronteira com o Paraguai**. In: Estudos Avançados 20 (57), 2006. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a11v2057.pdf. Acesso em: 25 jun. 2013.

TAYLOR, P.J. New political geographies: Global civil society and global governance through world city networks. **Political Geography**, v. 24, 2005. p. 703-730.

TOULLEC. Une médiatisation hétéroclite. In: **La construction des territoires en Europe** : Luxembourg et Grande Région avis de recherches. Deshayes, J. et Crenn, G. (direction). Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2010.

TRINDADE, José Ribamar. **Marinha paraguaia estaria invadindo o Brasil e atirando contra PFs em apoio a contrabandistas**. Disponível em http://www.24horasnews.com.br/m432003/marinha_paraguaia_estaria_invadindo_o_brasil_e_atirando_contra_pfs_em_apoio_a_contrabandistas.html. Acesso em: 14 jun. 2013.

UNILA. **Universidade Federal da Integração Latino-Americana**. Disponível em http://www.unila.edu.br/. Acesso em: 8 mar. 2013.

VANGUARDIA. **Poderosa banda trinacional perpetra feroz asalto en Foz y huye a Paraguay**. Disponível em http://www.vanguardia.com.py/v1/index.php/component/k2/item/12547-roban-banco-y-huyen-a-ciudad-de-este. Acesso em: 7 jan. 2014.

VEJA. **Entidade que financiava o terrorismo do Hamas era dirigida por brasileiro, hoje na cadeia**. Disponível em http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/triplice-fronteira/. Publicado em jan. 2012. Acesso em: 16 jul. 2012.

VEJA. **Tráfico e contrabando usam a Marinha paraguaia para combater a Polícia Federal na fronteira**. Publicado em 25 mar. 2011. Disponível em http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/trafico-e-contrabando-usam-a-marinha-paraguaia-para-combater-a-policia-federal-na-fronteira. Acesso em: 14 jun. 2013.

VOGEL. Effets structurants d'un événement culturel transfrontalier : enjeux et opportunités autour de la Capitale européenne de la Culture 2007. In : **La construction des territoires en Europe** : Luxembourg et Grande Région avis de recherches. Deshayes, J. et Crenn, G. (direction). Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2010.

WAGNER, Carlos. **País Bandido**: crime tipo exportação. Porto Alegre: RBS Publicações, 2003, 76 p.

ENTREVISTAS

ACOSTA, Miguel. Suboficial principal do posto policial n° 3. Chefe de segurança do Terminal de Omnibus de Ciudad del Este. Entrevista realizada em Ciudad del Este, em 19 set. 2013.

BATISTA, Cerlilândia Silva. Diretora da Escola Municipal Adele Zanotto – Foz do Iguaçu. O Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira. Entrevista realizada por telefone em 12 jun. 2013.

BELLONI, Cecilia. Guarda florestal do Parque Nacional Iguazú. Entrevista realizada em Puerto Iguazú, em 20 set. 2013.

CONSULADO BRASILEIRO EM BUENOS AIRES. Dados sobre a população de brasileiros residentes na Argentina. Entrevista via internet, em: 4 abr. 2013.

DANTAS, Sérgio. Conselheiro do Consulado do Brasil em Ciudad del Este. Entrevista realizada em Ciudad del Este, em 19 set. 2013.

GÓMEZ, Magda E. Diretora de Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte e Turismo da Municipalidad de Ciudad del Este. Entrevista realizada em Ciudad del Este, em 19 set. 2013.

HOFFMANN, Ivair. Auditor fiscal da Receita Federal em Foz do Iguaçu. Entrevista realizada em Foz do Iguaçu, em 4 abr. 2013.

ITAIPU BINACIONAL. Informações e número de visitantes de Itaipu. Entrevista via internet com a gerente da Divisão de Imprensa de Itaipu, Patrícia Iunovich, em 4 abr. 2013 (a).

JUSTUS, Zuelzer. Gerente da Unidade Básica de Saúde da Família do bairro Jardim América. Entrevista realizada em Foz do Iguaçu, em 14 jun. 2013.

LOURENÇO, Ramon Fernandes. Relações Públicas da UNILA. História, estatísticas e funcionamento da UNILA. Entrevista realizada em Foz do Iguaçu, em 30 abr. 2013.

MARTINEZ, Ministro Julio Devoto. A cooperação na Tríplice Fronteira. Entrevista realizada no Consulado da Argentina em Foz do Iguaçu, em 2 mai. de 2013.

NASSER, Abdu. Xeique da Mesquita Omar Ibn Al-Khattab. Entrevista realizada em Foz do Iguaçu, em 21 set. 2013.

NHT. A reativação do aeroporto de Santa Rosa. Entrevista realizada por telefone com Elis Martins, atendente de reservas da NHT Linhas Aéreas. Porto Alegre: Aeroporto Salgado Filho, 18 fev. 2013.

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Número anual de visitantes do Parque Nacional do Iguaçu. Entrevista via internet com Raphael Xavier, analista ambiental do Parque Nacional do Iguaçu/ICMBio. Foz do Iguaçu, abr. 2013.

POLÍCIA FEDERAL. Confronto entre a PF e a marinha paraguaia. Entrevista via internet com Reginaldo D. Gallan Batista, delegado da DPF de Guaíra-PR, em 10 jul. 2013 (a).

POLÍCIA FEDERAL. Atuação da PF na Tríplice Fronteira. Nasser Ahmad Sati, do Departamento de Comunicação Social da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu. Entrevista realizada em Foz do Iguaçu, em 2 mai. 2013 (b).

PORTOLAN, Miriam. Professora da Escuela Intercultural Bilingüe n° 2. Entrevista realizada em Puerto Iguazú, em 18 set. 2013.

RAFAGNIN, Nilso. Diretor do Projeto Iguassu-Aguas Grandes. Entrevista realizada em Foz do Iguaçu, em 21 set. 2013.

REITZ, Louis-François. Directeur Général Délégué de la Mission Prospective – Mairie de Metz. Entrevista realizada na Prefeitura de Metz, em 18 abr. 2012.

REYNOLDI, Juan José. Secretário de Governo da Municipalidad de Puerto Iguazú. Entrevista realizada em Puerto Iguazú, em 20 set. 2013.

VIDAL, Marie-josé. Attachée de gouvernement. Departamento de Gestão Territorial do Governo do Grão-Ducado de Luxemburgo. Entrevista realizada no Ministério de Desenvolvimento Durável e de Infraestruturas de Luxemburgo, em 16 abr. 2012.